

Poder Americano

An-My Lê USS Nashville, Dakar, Senegal, from Events Ashore, 2009



Introdução	Os editores
Crônicas do declínio	Tim Barker
Alerta de suicídio imperial	Herman Mark Schwartz
Geometrias da dissuasão	Eskandar Sadeghi-Boroujerdi
Socialismo sitiado	Lourdes Regueiro, Claudia Marín
Crepúsculo bolivariano	Luis Bonilla-Molina
O mercado da soberania	Maria Fernanda Sikorski, Hugo Fanton
China Global	Ching Kwan Lee
O Estado e sua classe trabalhadora	Yueran Zhang
Mercadores da guerra	Anna Stavrianakis
A dominância do dólar	Catherine Schenk
A Nvidia no Golfo	Colin Powers
Doutrinas Monroe	Jaime Preciado, Pablo Uc
Qual o futuro do Sul global?	Celso Amorim



An-My Lê, USS Nashville, Dakar, Senegal, 2009

Introdução

Os editores

Estamos no fim do Século Americano? A pergunta paira sobre a turbulenta política global deste milênio e, ao longo dos últimos 18 meses, as tentativas de respondê-la esbarram numa contradição desconcertante. Por um lado, os Estados Unidos aparecem como um hegemon desgastado, que empurra o sistema internacional para além de sua própria era unipolar. Por outro, o poder sem precedentes de Washington tem sido reafirmado a cada demonstração extraordinária de força do último ano e meio.

Basta abrir qualquer jornal para encontrar essas duas narrativas lado a lado. Os Estados Unidos estariam “abdicando de seu papel como líder do mundo livre”, praticando um imperialismo “ineficiente, instável e autodestrutivo”, enquanto “cupins corroem lentamente os alicerces da supremacia do dólar”. Trata-se, “oficialmente”, de um “império em declínio”. Simultaneamente, relatos de um festival de violência econômica e militar ao redor do mundo coincidem com notícias de retornos financeiros exuberantes, uma proposta de orçamento de defesa de US\$ 1,5 trilhão, a maior oferta pública inicial da história e fantasias de uma nova era de primazia impulsionada pela inteligência artificial. O império está em queda livre, mas segurando firme ao mesmo tempo; sua legitimidade está em ruínas, mas sua autoridade parece intacta.

Apesar dos constrangimentos provocados por um autocrata em decomposição, do rompimento de alianças diplomáticas e da derrota estratégica no Irã, quem além do Tio Sam poderia bombardear escolas, assassinar cúpulas governamentais inteiras, falir organizações de ajuda humanitária, sequestrar chefes de Estado e travar uma guerra econômica com efeitos sísmicos em escala planetária? Tentativas de dar sentido a essa sucessão de eventos produzem uma certa dissonância cognitiva: os sinais do declínio relativo dos EUA são também os indicativos de sua força sem precedentes.

A primeira edição da *Phenomenal World* se debruça sobre essas aparentes contradições, examinando os contornos contemporâneos do poder americano e suas manifestações ao redor do mundo.

Ao construir a presente edição, discutimos os termos e conceitos que têm sido mobilizados para definir a crescente desordem global e as forças que a alimentam: recuo, expansionismo, isolacionismo e assim por diante. Nas grandes revistas transatlânticas de política internacional, analistas tentam capturar o espírito do tempo cunhando novas expressões e revisitando velhos jargões. Mas o aparente consenso em torno de uma transformação da ordem mundial é um diagnóstico tão amplo que acaba obscurecendo as especificidades do momento histórico presente. A vertiginosa sucessão de eventos no plano geopolítico desorganiza e escapa continuamente às nossas tentativas de apreender a escala, a persistência e as transformações do império americano, assim como as variadas formas de resistência, adaptação e submissão que ele continua a produzir.

Os ensaios desta coletânea nos reconduzem aos processos políticos e econômicos concretos que dão origem a essas questões e ajudam a discernir entre as rupturas e continuidades do presente. Os autores analisam o poder americano como uma força historicamente produzida tanto por desenhos institucionais quanto por trajetórias de dependência e vivida tanto pela brutalidade econômica e militar quanto pela distorção crônica das economias políticas de países semissoberanos.

* * *

A escalada errática de conflitos das mais variadas naturezas é a dinâmica dominante da política global contemporânea. A cúpula Trump-Xi, realizada em maio deste ano, pode ter sinalizado uma frágil distensão das relações entre as duas potências (e talvez até fissuras no apoio bipartidário à guerra comercial nos EUA), mas terminou com mais perguntas do que respostas. A ativação da “arma de Ormuz” produziu um choque energético global que desencadeou uma corrida potencialmente transformadora pela segurança no abastecimento de energia renovável. Enquanto este texto é escrito, constrói-se rapidamente o pretexto para um ataque militar dos Estados Unidos contra uma Cuba sitiada, com porta-aviões americanos avançando sobre o Caribe.

Mais ao sul, as antigas reservas da Standard Oil na Venezuela prometem retornar ao controle colonial.

Dois ensaios desta edição se debruçam sobre esses dois países. Lourdes Regueiro e Claudia Marín, de um lado, e Luis Bonilla-Molina, de outro, analisam Cuba e Venezuela, nações ligadas por históricos revolucionários, disputas em torno do petróleo e da soberania e pela violência contínua e, de repente, espetacular dos Estados Unidos. Para compreender o que há de novo e velho na chamada Doutrina Donroe, Jaime Preciado e Pablo Uc, editor da PW, descrevem as cinco fases da projeção de poder hemisférica dos EUA, assim como os episódios e contrapontos de resistência anti-imperialista que acompanharam cada uma delas.

A nova ofensiva estadunidense no Caribe não pode ser dissociada da crescente importância da China na América Latina. A socióloga Ching Kwan Lee descreve a expansão da presença global chinesa na produção industrial, nos organismos multilaterais e na produção de conhecimento, examinando as coalizões cada vez mais amplas de Pequim com o mundo forjado pela experiência histórica da colonização. No Brasil, a ascensão da China como principal parceira comercial, posição tradicionalmente ocupada pelos Estados Unidos, e a aposta comercial no multilateralismo abriram espaço para um conflito tarifário no qual “Trump fez Lula great again”, como argumentam os editores da PW Maria Fernanda Sikorski e Hugo Fanton. Expandindo essa discussão e situando o Brasil no atual tabuleiro internacional, a edição traz também uma entrevista com Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores e atual assessor-chefe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na arena das narrativas declinistas sobre os Estados Unidos, Tim Barker mapeia o alarmismo sobre ameaças externas recorrentemente promovido pelo aparato de segurança americano desde a Guerra Fria, retomando o célebre argumento formulado por Samuel Huntington em 1988, de que esses episódios obedeciam a uma dinâmica deliberada de construção de crises. Há algo de realmente novo no atual momento de “declínio imperial”?

Poucos exemplos ilustram melhor essa questão do que a guerra contra o Irã. A história do petróleo e do império revela continuidades importantes entre os Estados atualmente na mira de Washington. Assim como a história da Venezuela foi marcada pela vigilância obsessiva da gigante estadunidense Standard Oil sobre suas reservas ao longo do século XX, a constituição histórica do Irã contemporâneo não pode ser compreendida sem levar em conta o legado do imperialismo britânico, a criação da British Petroleum para controlar sua riqueza petrolífera, o regime do xá sustentado por Washington e a forma como a Revolução Islâmica se ergueu contra essa ordem.

Eskandar Sadeghi-Boroujerdi acompanha a trajetória da política externa americana desde 1979 e as transformações do Estado iraniano sob uma condição de isolamento internacional que culminou na atual aliança entre elites empresariais e militares, uma coalizão que se mostrou capaz de resistir tanto aos desígnios dos EUA, uma potência hegemônica global cada vez mais inclinada a recorrer à guerra para administrar seus próprios impasses internos, quanto aos de Israel, um regime sionista genocida empenhado em consolidar sua hegemonia regional. Do outro lado do Golfo Pérsico, escreve Colin Powers, o antigo alinhamento entre as monarquias árabes e o governo americano talvez esteja dando lugar a uma nova era de diplomacia comercial entre Estados-clientes, à medida que empresas do Vale do Silício firmam acordos com o Conselho de Cooperação do Golfo para criar novos parceiros subordinados na corrida da inteligência artificial contra a China.

A capacidade chinesa de desenvolvimento, hoje percebida como um desafio histórico no Vale do Silício, em Langley e em Washington, foi, em grande medida, viabilizada pelas próprias estratégias de poder estadunidenses. Em um ensaio dedicado às condições políticas que tornaram possível a ascensão econômica da China em escala mundial, Yueran Zhang examina os impactos internos das reformas pós-1989, sugerindo que a desestruturação das formas de controle operário em meio à explosão produtiva chinesa constitui uma dimensão frequentemente negligenciada das transformações de classe que acompanharam a ascensão da China.

Do que é feito o poder americano? Catherine Schenk reconstitui a história que levou o dólar à posição de principal moeda do sistema internacional e examina as razões de sua provável persistência, apesar dos crescentes esforços de diversificação e redução de vulnerabilidade ao poder financeiro do império. Enquanto isso, como mostra Anna Stavrianakis, a instabilidade global alimentou uma crescente securitização da política internacional, resultando nos maiores gastos militares já registrados em um mercado global de armamentos amplamente dominado pelos Estados Unidos, mas cada vez mais marcado pela entrada de novos atores e por estratégias híbridas entre Estados e corporações.

Por fim, em uma entrevista panorâmica, Herman Mark Schwartz oferece uma análise abrangente dos componentes do poder imperial, das formas específicas e das inovações que sustentaram a historicidade da dominação americana, bem como das fontes endógenas do caos contemporâneo, sugerindo que o império talvez deva ser colocado sob “vigilância suicida”.

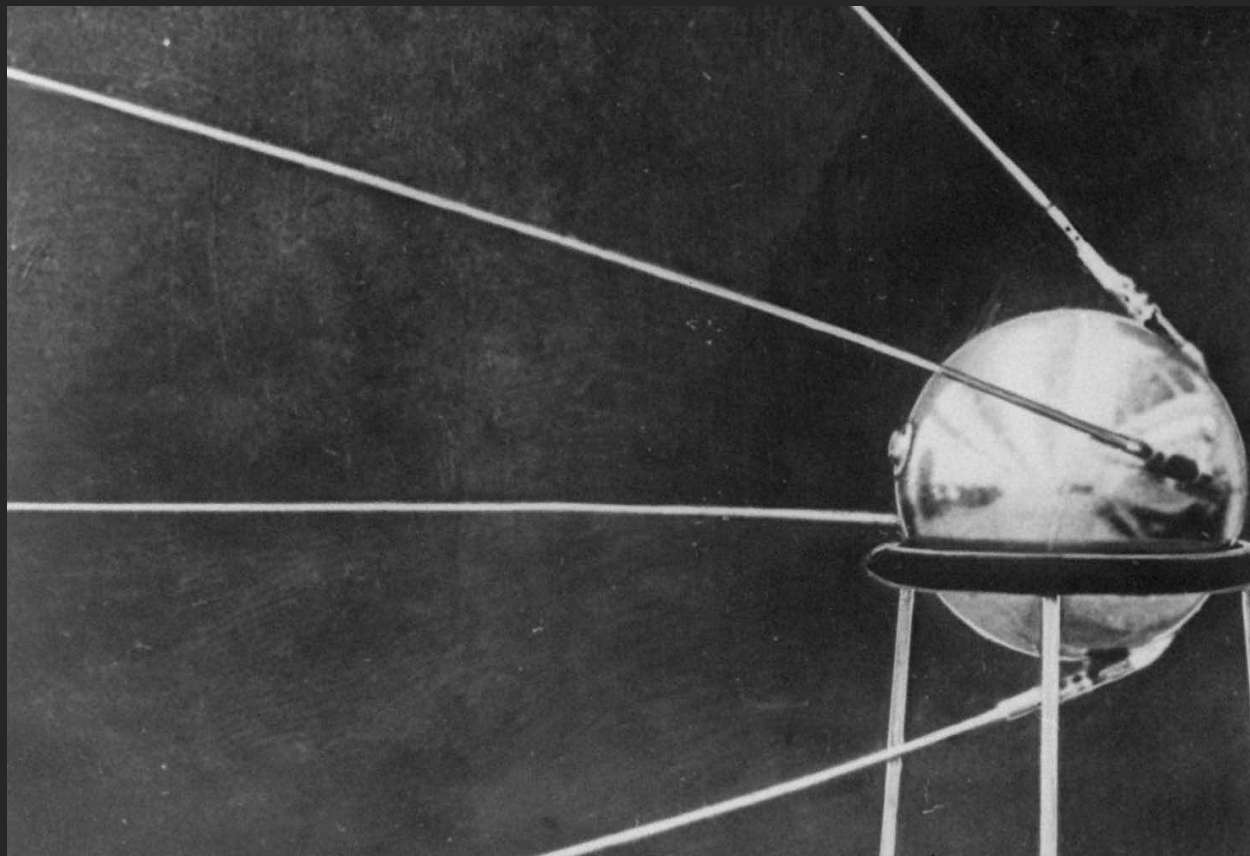
* * *

Impérios incapazes de aceitar o próprio declínio costumam se tornar mais perigosos do que aqueles dispostos a reconhecê-lo. A tentativa austro-húngara de preservar sua hegemonia na Europa perdurou por um século inteiro depois que a era do constitucionalismo moderno e da cidadania nacional já havia ultrapassado a dos reis. As duas décadas finais do domínio dos Habsburgo, marcadas pela disputa com os otomanos e os russos pelo controle territorial, deram origem a três Guerras dos Balcãs. A primeira arrancou a Albânia do domínio turco; a segunda liquidou o governo otomano na Macedônia; e a terceira ficou inscrita na memória histórica pela metonímia do assassinato do arquiduque Ferdinando. O que veio em seguida foi um nível de devastação e derramamento de sangue sem precedentes na história humana. Algum reconhecimento da fragilidade austro-húngara teria sido capaz de preparar o mundo de então para os horrores que estavam por vir?

O uso dramático e abertamente imperialista da força pela segunda administração de Trump parece inegavelmente autodestrutivo. A questão é até que ponto, em que medida e sob quais critérios a aparente crise do poder americano pode ser reduzida a essa mais recente sequência de catástrofes.

Os ensaios reunidos nesta edição procuram enfrentar essas questões e ecoam, por certo, o velho “pessimismo da inteligência”. Mas há também, entre os autores, vontade política e uma forma particular de otimismo. Se o poder americano atravessa uma transformação de época, isso ocorre em um momento da ordem mundial que, como escreveu Mike Davis em 2022, “precisamos diagnosticar como . . . um tumor cerebral da classe dominante”: a ausência de estratégia entre uma minoria fragmentada de elites que exerce um poder quase absoluto sobre a maior parte da humanidade. A tarefa de organizar e produzir sentido para o presente terá de vir de outros lugares.

— *Os Editores (em Nova York, Hermosillo, São Paulo, Bogotá, San Cristóbal, Porto Alegre e Londres)*



Sputnik, Russian News Agency, 1957

Crônicas do declínio

Tim Barker

Política e economia no “declinismo” dos Estados Unidos

“Há muita ruína em uma nação”, disse certa vez Adam Smith para tranquilizar seus compatriotas britânicos em um momento de derrota. Mas quanta, exatamente? As elites políticas estadunidenses vêm se fazendo essa pergunta periodicamente há sessenta anos. Em intervalos irregulares, vozes à esquerda e à direita voltam a anunciar o prognóstico do declínio americano. O que essa série de previsões furadas nos ensina? Os arautos do desastre estão condenados ao erro ou simplesmente chegaram cedo demais?

Na edição do inverno de 1988-1989 da revista *Foreign Affairs*, às vésperas da consolidação da nova ordem unipolar, o cientista político Samuel Huntington se debruçou sobre a questão no ensaio “*The US—Decline or Renewal?*” Apesar da vitória iminente na Guerra Fria, aquele era um período de profunda ansiedade para o capitalismo estadunidense. O mal-estar da época foi sintetizado pelo candidato democrata à Presidência Paul Tsongas: “A Guerra Fria acabou. O Japão e a Alemanha venceram.” Huntington rejeitava esse derrotismo. Para dissipar os temores do momento, lembrava aos leitores que episódios semelhantes de pânico em relação ao declínio dos EUA vinham se repetindo desde os anos 1950, em sucessivas ondas simbolizadas pelo Sputnik, pelo Vietnã, pela crise energética e, agora, no fim da década de 1980, pelo Japão.

Em cada um desses episódios, o declínio anunciado não se concretizou. Em retrospecto, é fácil reconhecer essas fantasias e projeções pelo que realmente eram. Quem ainda se lembra de best-sellers como *The Coming War with Japan*? Mas, embora rejeitasse a tese do declínio, Huntington se recusava a tratar os declinistas com condenscendência: mesmo temores equivocados mereciam ser levados a sério. De fato, os EUA haviam sobrevivido a inúmeros diagnósticos supostamente terminais, mas até um hipocontríaco, defendia ele, pode se beneficiar de visitas regulares ao médico. Teria a república imperial perdurado *sem* os ataques de pânico recorrentes? Seria possível que um discurso alucinatório (Khrushchev nos enterrará) acabasse produzindo sua própria realidade (a continuidade da primazia americana)?

Era precisamente essa a conclusão de Huntington: o poder estrutural dos EUA havia perdurado não apesar dos pessimistas, mas por causa deles. Em suas palavras, “os declinistas têm um papel indispensável na prevenção do que prevêem”. O padrão se repetia ao longo das sucessivas ondas de discurso pós-Sputnik e dava margem a uma previsão astutamente confiante: “enquanto a população estiver periodicamente convencida de que o país está prestes a entrar em declínio, é improvável que os Estados Unidos entrem em declínio”..

Platão chamaria esse fenômeno de “nobre mentira”, uma das formas mais antigas de racionalização. O eleitorado estadunidense precisava ser persuadido da possibilidade de declínio de seu país para que apoiasse políticas de renovação. E a quem caberia enganar o público para seu próprio bem? De forma mais imediata, os declinistas. Mas, por trás deles, deveria haver alguém capaz de inflar conscientemente o discurso da crise. Pode soar cínico, mas parece apropriado no caso de Huntington, que certa vez lembrou saudosamente aos leitores de sua contribuição para o relatório da Comissão Trilateral sobre “A Crise da Democracia” de 1973, quando observou que Truman “conseguiu governar o país com a cooperação de um número relativamente pequeno de advogados e banqueiros de Wall Street”—uma rara admissão das fontes do poder político no Século Americano. Se um radical escrevesse a mesma frase, seria imediatamente crucificado pela falta de sutileza.

Chame isso de cinismo ou reducionismo, a perspectiva de Huntington há muito tempo é lugar-comum em Cambridge, Manhattan e Washington. Citações semelhantes vindas de homens muito mais poderosos do que ele podem ser reproduzidas indefinidamente. Ferdinand Eberstadt, banqueiro de investimentos e arquiteto da ordem do pós-guerra, pioneiro do Conselho de Segurança Nacional e da Agência Central de Inteligência (CIA), dizia que “o país sempre foi governado por crises”. E acrescentava: “na ausência de uma crise visível, era preciso criá-la para que as coisas fossem feitas”. Entre os círculos do poder, esse tipo de raciocínio era praticamente uma piada interna. Em março de 1950, um congressista da Nova Inglaterra disse ao Secretário de Estado Dean Acheson que não seria possível vender a ideia do rearmamento

para a Guerra Fria “sem alguma crise doméstica”. Caso “Stalin não cumpra seu papel de auxiliar na precipitação de crises”, Acheson não deveria “hesitar em criá-las ele mesmo”.

Alçada ao poder ao lado de George W. Bush em 2000, a ex-Conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice observou que os EUA “tinham extrema dificuldade em definir seu ‘interesse nacional’ na ausência do poder soviético”. Pendurou, então, um retrato de Acheson em seu gabinete e esperou. O radicalismo islâmico pouco interessava a uma soviétóloga de formação como Rice, até que, de repente, provocou “um daqueles grandes terremotos que esclarecem e explicitam tudo”. As ruínas em Manhattan viraram matéria-prima para uma nova crise e, prometeu Rice, para mais um século em que a única superpotência do mundo seria capaz de “transformar status quo voláteis que já não servem aos nossos interesses”.

Mas, por mais eloquentes que sejam esses episódios descarados de cinismo, eles têm pouco a dizer se tudo o que extrairmos for a percepção de que elites políticas e econômicas manipularam, ou até mesmo fabricaram, narrativas de crise e declínio. A questão central, hoje, é saber se desta vez é diferente.

A história do declínio segundo Huntington, 1958-1988

Estudos de casos são a melhor forma de rastrear as complexas interações entre o discurso declinista e a realidade do declínio. A genealogia de Huntington começa no final da década de 1950, quando muitas elites ocidentais temiam que o crescimento relativamente acelerado da renda nacional soviética pudesse implicar um rebaixamento dos EUA enquanto potência. Em retrospecto, essa crença no crescimento soviético se mostrou infundada, mas o desempenho dos EUA nesse período foi, de fato, insuficiente. Entre meados de 1953 e meados de 1958, a produção industrial e o nível de emprego no setor privado recuaram. Durante toda a era Eisenhower, o PIB real per capita cresceu pouco mais de 1% ao ano.

Em 4 de outubro de 1957, a União Soviética lançou o primeiro satélite artificial da história. A imagem do Sputnik, impulsionado por uma versão modificada de um míssil balístico intercontinental, permitiu ao discurso declinista apresentar o desafio tecnoeconômico soviético como uma ameaça direta à segurança física dos cidadãos americanos. Naquele mesmo momento, a economia dos EUA entrava na pior recessão desde os anos 1930. Aproveitando a conjuntura, o Senador de Washington Henry “Scoop” Jackson, importante liderança liberal do Partido Democrata e aliado da Boeing, reivindicou uma “Semana Nacional da Vergonha e do Perigo”.

As aparentemente intermináveis áreas de fragilidade relativa catalogadas pelo lançamento do Sputnik—crescimento econômico, gastos com pesquisa e desenvolvimento, investimento em educação, taxas de formação em engenharia e assim por diante—serviam como argumentos para que a nação levasse a sério sua posição no mundo. O pânico do Sputnik foi o trampolim necessário para impulsionar o crescimento econômico, as compras militares e os investimentos públicos ancorados no aparato de defesa. E, de quebra, essa síntese política ainda ajudava a bloquear alternativas social-democráticas mais incômodas.

O lançamento do Sputnik foi, evidentemente, um acontecimento real, e o crescimento econômico dos EUA era, de fato, relativamente lento. Mas para alimentar a narrativa histórica da crise, detalhes fundamentais foram ocultados, exagerados ou distorcidos. A expressão mais clara dessa enganação descarada foi a chamada “lacuna de mísseis”, que John F. Kennedy instrumentalizou em sua campanha pela retomada democrata do poder em 1960. De acordo com vários “especialistas” alinhados ao Partido Democrata, a União Soviética em breve teria 1.500 mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs, na sigla em inglês), em comparação com apenas 130 nos EUA. Internamente, no entanto, a CIA estimava que os soviéticos teriam cerca de uma dúzia de ICBMs. Hoje sabemos que esse número era ainda menor. Mesmo na época, Eisenhower tinha consciência de que a lacuna de mísseis era uma fantasia conveniente, razão pela qual reagiu à derrota republicana em 1960 com um discurso que criticava o que chamou de complexo industrial-militar. E

o próprio Kennedy, se algum dia realmente acreditou na existência da lacuna, logo passou a suspeitar (em suas próprias palavras) que “parece que nós, alguns de nós, distorcemos os fatos e criamos um mito”.

A combinação do golpe de propaganda soviético com a recessão nos EUA tornou-se a chave da política americana pós-1958. Mas o que realmente estava em jogo nesse labirinto de espelhos? Segundo o historiador Julian Zelizer, o “objetivo” do mito da lacuna de mísseis era “a revitalização do internacionalismo liberal”. No plano doméstico, a vitória seria medida pelo crescimento da produção: a estagnação generalizada que assombrou a década de 1950 foi substituída pelo boom ininterrupto da década de 1960. A partir desse estudo de caso, Huntington formulou duas hipóteses importantes. A primeira dizia respeito à utilidade do declinismo exagerado para assegurar apoio político à renovação do poder nacional. A segunda tratava do caráter “autolimitante” dos cortes no orçamento militar, posto que os efeitos econômicos de qualquer retração mais drástica poderiam “dar origem a pressões e demandas políticas potencialmente atendidas por um aumento nos gastos militares”.

As fórmulas básicas do capitalismo da Guerra Fria perduraram até 1968, quando os vietcongues e os mercados internacionais de câmbio expuseram os limites desse arranjo entre política interna e externa. Poucas semanas após a Ofensiva do Tet, “multiplicaram-se os relatos de hotéis, companhias aéreas e casas de câmbio europeias se recusando a aceitar pagamentos em dólares”. Medidas de emergência—incluindo uma pausa nos bombardeios e a renúncia de Lyndon Johnson—estancaram o sangramento. Mas a crise de confiança no poder e na solvência dos Estados Unidos persistiu, levando ao fim do padrão ouro-dólar em 1971.

A longa desaceleração de meados dos anos 1970, que levou dezenas de milhões ao desemprego em todo o mundo capitalista, fez muita gente séria falar em uma nova depressão. Enquanto isso, nacionalistas de recursos naturais liderados pela OPEP passaram a desafiar os fundamentos da ordem econômica internacional. As expropriações atingiram níveis recordes,

enquanto consultorias empresariais tentavam prever o local da próxima revolução por meio de computadores com cartões perfurados (principais candidatos: Rodésia, Nigéria, Turquia, Líbano, El Salvador, Líbia, Portugal, Itália, Argentina e Zaire). “É o fim do dólar como moeda internacional”, declarou Charles Kindleberger. No início da década de 1980, dentre os livros de não ficção mais vendidos estavam *Crisis Investing* e *The Coming Currency Collapse*.

Tudo isso era uma grande dor de cabeça, e era extremamente complicado imaginar como superar esses problemas dentro da política democrática estadunidense, atribulada por forças como o “neo-isolacionismo” de direita e o antimilitarismo liberal. Nixon e Kissinger tentaram lidar com as complicações internacionais declarando que “a era das superpotências está chegando ao fim”. Jimmy Carter gabava-se de que os EUA tinham finalmente se libertado daquele “medo desmedido do comunismo que outrora nos levou” a desastres como o Vietnã.

Diante do enfraquecimento do militarismo globalista, uma influente coalizão de elites se mobilizou para ressuscitar a ideia de uma ameaça soviética clara e iminente. “Precisamos de um Pearl Harbor para nos despertar”, escreveu em 1977 o neoguerrreiro frio Eugene Rostow. Alguns anos depois, Rostow e seus companheiros do Comitê sobre o Perigo Iminente inundariam jornais e comissões do Congresso com a alegação fantasiosa de que a Revolução Iraniana era o tiro de largada de uma nova ofensiva soviética. Na ausência de um verdadeiro Yamamoto, qualquer coisa serve de Pearl Harbor.

O pânico da Segunda Guerra Fria foi cultivado por um grupo bipartidário que incluía democratas como Samuel Huntington. Mas seu maior beneficiário foi Reagan, que chegou ao poder com ideias vagas sobre estratégia e fortes compromissos com os interesses domésticos do complexo industrial-militar. De acordo com William Niskanen, o economista de Reagan, o orçamento da defesa havia se tornado “pouco mais do que um apanhado de solicitações orçamentárias de cada ramo das Forças Armadas”. Mas até a história oficial

publicada pelo Gabinete do Secretário de Defesa sofreu para apresentar argumentos favoráveis ao rearmamento:

Foi uma reação necessária e apropriada à ameaça soviética? Ou foi apenas uma forma de satisfazer os interesses do complexo industrial-militar? Ou um pouco de cada?

Ainda menos plausível do que a Guerra Fria requentada era a ideia de que o Japão representasse uma ameaça à segurança nacional dos EUA. Um dos estímulos para o ensaio de Huntington foi o inesperado best-seller do historiador Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, cujo argumento era que os EUA haviam recaído em um padrão familiar de expansão imperial fiscalmente ruínosa. O verdadeiro vencedor seria o Japão, cuja liberdade em relação aos custos militares lhe havia possibilitado conquistar, um após o outro, mercados civis ao redor do mundo.

Vale a pena lembrar a extensão e a irracionalidade do pânico em torno do Japão. Era ridículo sugerir que um país desarmado e dependente representasse uma ameaça à segurança de qualquer pessoa nos Estados Unidos. (Isso não impediu que magnatas do Vale do Silício, como Robert Noyce, da Intel, alertassem que “eles querem cortar nossos pescoços”) Tentativas forçadas de redefinir o Japão como um enclave soviético apenas realçavam a incongruência da narrativa. No início da década de 1980, a Toshiba vendeu oito máquinas de controle numérico à URSS, contornando deliberadamente as restrições de exportação impostas pelos EUA. Supostamente, essas sofisticadas fresadoras poderiam ser usadas na fabricação de parafusos para propulsores de submarinos. Certamente, alegou o Pentágono, não era coincidência que a marinha soviética tivesse acabado de alcançar um avanço inesperado na redução do ruído de seus submarinos nucleares. Logo depois, é claro, a União Soviética deixaria de existir.

Huntington rejeitava confiantemente a ideia de que o Japão fosse, ou pudesse se tornar, um concorrente próximo dos EUA. A potência industrial asiática ainda carecia de uma ideologia universalmente atraente. Mesmo na frente

econômica, o modelo de crescimento japonês mostrava sinais de queda em seus rendimentos, enquanto os EUA haviam sustentado uma participação relativamente estável no PIB mundial e nas exportações da década de 1960 até a década de 1980. Huntington também desprezava a ideia de que “o declínio decorre do imperialismo e do militarismo”. Estudioso dos anos 1950, ele sabia que, muitas vezes, o oposto era verdadeiro. De qualquer forma, mesmo no auge da Segunda Guerra Fria, o orçamento de defesa dos EUA respondia por bem menos de 10% do PIB.

Mesmo assim, no final da década, Huntington concluiu que o pânico declinista era necessário para levar os estadunidenses a enfrentar os desafios reais, mas remediáveis, que tinham diante de si. O problema estava no carrinho de compras, e não nas armas: “o consumismo, e não o militarismo, é a ameaça à força americana.” A participação do consumo no PIB havia, de fato, disparado na década de 1980 (embora Huntington não mencionasse que esse consumo excessivo era altamente concentrado nas classes abastadas). Nesse aspecto, o Japão parecia ter vantagem, pois o consumo representava apenas 67% do seu PIB, em comparação com 78% nos EUA. Sempre foi difícil convencer as pessoas de que elas viviam bem demais, razão pela qual uma pequena crise talvez fosse exatamente o remédio prescrito.

Da “crise” à Crise, 1988-2016

A anatomia huntintoniana do declinismo foi transmitida como herança intelectual de geração em geração entre as elites estadunidenses. Até bem pouco tempo atrás, essas elites ainda recorriam a Huntington para se tranquilizar. Em 2014, o ex-conselheiro de Segurança Nacional de Obama, Tom Donilon, observou que o declinismo recorrente “faz parte do nosso DNA e ajuda a impulsionar nossa renovação”. Citando diretamente o artigo de Huntington na *Foreign Affairs*, afirmou: “enquanto a população for periodicamente convencida de que o país está prestes a entrar em declínio, é improvável que os Estados Unidos entrem em declínio”. Qualquer desafio

real—a fraca recuperação após 2008, o Tea Party, Piketty, a China—poderia ser tratado com doses homeopáticas de retórica da crise.

Em 2016, porém, Hillary Clinton perdeu as eleições para Donald Trump e a confiança nesse imaginário de resiliência americana passou a ser um problema geracional para a política das elites. O choque foi profundo. Somada à inesperada ascensão de Bernie Sanders nas primárias democratas, a vitória de Trump passou a ser interpretada como uma crise de legitimidade do capitalismo liberal e, em particular, de sua variante globalizada. Jake Sullivan, o protégé linha-dura de Clinton, ficou encarregado de examinar os escombros da campanha e concluiu que a vitória de Trump “refletia o esgotamento do modelo econômico pós-Guerra Fria”, como se não houvesse sinais de alerta anteriores.

Conforme tentamos desvendar o significado político do discurso declinista, vale retomar o ponto em que Huntington havia parado e recordar as transformações dramáticas da economia americana que precederam essa nova onda de declinismo.

O que estava acontecendo na década de 1980, quando Huntington podia desprezar tão facilmente temores de fragilidade econômica? Por um lado, o dinamismo japonês tinha evaporado e já não parecia existir qualquer ameaça real à supremacia econômica dos EUA. Além da fraqueza dos concorrentes, o crescimento relativamente forte da economia do país sustentou alegações de uma revitalização industrial. Segundo o historiador Robert Brenner, após 1986, “o setor manufatureiro dos EUA e, com ele, a economia privada do país como um todo alcançaram uma recuperação impressionante da lucratividade e do dinamismo”. No final dos anos 1990, o investimento em capital fixo das empresas americanas ultrapassou os picos da “era de ouro” pré-Reagan. Junto à euforia especulativa e às fraudes da década, indicadores mais tradicionais, como o investimento empresarial, forneciam uma base concreta para o boom.

Ao mesmo tempo, a base industrial americana havia sido radicalmente reestruturada de maneira relativamente bem-sucedida. Ninguém negava que

a desindustrialização da década de 1980 tivesse sido disruptiva. De acordo com a Brookings, as perdas repentinas de empregos nesse período “superaram de longe qualquer outra onda de demissões na história recente dos Estados Unidos”. Ainda assim, seus efeitos foram altamente concentrados, afetando principalmente dois setores (siderúrgico e automotivo) e algumas dezenas de condados (de um total de mais de 3 mil em todo o país).

A indústria pesada nunca se recuperou totalmente, mas versões impressionistas da história da desindustrialização acabaram obscurecendo a profundidade da reestruturação que ocorreu após o fundo do poço da era Reagan. Ao longo da década de 1990, quase 300 mil postos de trabalho foram criados no setor automotivo dos EUA. Esses novos empregos não surgiram nos mesmos lugares de antes nem ofereceram o mesmo grau de estabilidade aos trabalhadores, tampouco levaram à formação de sindicatos poderosos. Mas, do ponto de vista de um gestor do capitalismo estadunidense ou de um acionista de alguma das três grandes montadoras, era difícil ver sinais de fracasso nisso. Histórias semelhantes de racionalização orientada pelo lucro e pela recuperação parcial poderiam ser contadas sobre os setores siderúrgico e de maquinários após 1982. Para a política das elites, no entanto, os impactos geracionais desse deslocamento—e seu lugar na história do discurso declinista—só se tornariam plenamente visíveis em 2016.

Mais decisiva do que a reestruturação das velhas indústrias foi a supremacia americana na manufatura de alta tecnologia. No livro *The Making of Global Capitalism*, Leo Panitch e Sam Gindin observam que, no fim dos anos 1990, “35% da produção mundial de alta tecnologia ocorria dentro dos Estados Unidos”. O Japão e a Alemanha, supostos beneficiários de uma política industrial esclarecida, respondiam por 21% e 6%, respectivamente (a União Europeia como um todo representava 24%). Uma década depois da última escalada da Guerra Fria de Reagan, “os EUA respondiam por 77% das vendas globais do setor aeroespacial, 75% de todas as vendas de computadores e equipamentos de escritório, 91% das vendas de software e 62% das vendas farmacêuticas”.

Diante das fragilidades da tese declinista (como formulada por Huntington) e da prosperidade evidente da era de Bill Clinton, os antideclinistas não encontraram grandes dificuldades para conquistar território. Em 1998 — ao contrário de 1988, 1978, 1968, 1958 e 1948 —, nenhuma política doméstica de crise parecia estar em vigor. Aproveitando essa brecha, parte do discurso das elites passou da complacência ao delírio, especialmente entre os economistas. “Essa expansão vai durar para sempre”, afirmou Rudi Dornbusch, do MIT. Paul Krugman declarou que bons economistas poderiam discordar sobre questões como “a importância do lado da demanda”. Janet Yellen e Alan Blinder especularam sobre um futuro sem dívida pública.

Mas enquanto a retórica da elite se tornava surpreendentemente isenta do alarmismo da crise, sinais reais de tensão econômica começavam a se acumular. Mesmo antes de 2008, as estatísticas de produtividade já deixavam claro que a década de 1990 havia sido uma anomalia, e não um novo e fabuloso normal. Segundo o Bureau of Labor Statistics, a desaceleração da produtividade tornou-se “uma refutação imediata da ideia popular . . . de que havíamos entrado em uma nova era”. Na manufatura, a estagnação era visível não apenas no emprego, mas também na produção. Entre 1975 e 2000, o índice de produção industrial desse setor mais do que dobrou. Já entre 2000 e 2025, a produção total recuou ligeiramente. Nos setores de alta tecnologia, o excesso de capacidade instalada resultou em investimentos fracos e cortes de custos.

As primeiras duas décadas e meia do século XXI foram pouco generosas com os sonhos otimistas dos anos 1990. Ficou claro que os democratas neoliberais que diziam ter revitalizado a indústria dos EUA estavam errados. Em 2018, Jake Sullivan, o protégé de Clinton, já considerava oportuno afirmar que a produção no setor de defesa “constitui a única base industrial nacional dos Estados Unidos”. A pressão dos acionistas terminou por desestabilizar as próprias empresas que sustentaram a supremacia americana. A General Electric, fundada em 1892, deixou de existir em 2024. Naquele mesmo ano, Adam Tooze pôde se referir sem controvérsia ao “fato de que a Boeing já não consegue fabricar aviões seguros, ou de que a Intel já não consegue

produzir chips de ponta”, e perguntar: “Se você atua na manufatura de alta complexidade, por que estaria nos Estados Unidos?”

Da perspectiva huntingtoniana, o acúmulo de evidências concretas do declínio americano fez com que os fundamentos da lógica revivalista do declinismo mudassem profundamente. A dinâmica de autorrenovação descrita por Huntington dependia de dois elementos: “a abertura de seu sistema político e a competitividade de sua economia”. Hoje, ambos os pilares estão abalados. Se a retórica da “crise” começa a dar lugar a uma efetiva crise econômica e política, a relação traçada por Huntington entre o discurso declinista e a realidade da renovação estadunidense talvez já não seja mais sustentável. O acúmulo visível de décadas de desestruturação econômica, somado a uma avalanche de crises internas e externas irradiadas de Washington, impõe a questão: será que a “nobre mentira” declinista ainda é capaz de produzir seu efeito estabilizador?

Um século de vergonha e perigo?

A resposta a essa pergunta provavelmente depende da forma como se define sucesso. Mesmo uma deterioração contínua e descontrolada dos EUA pode ser compatível com sua persistência enquanto polo mais forte de um mundo multipolar.

As conquistas da China no campo da produção não se converterão em hegemonia automaticamente, a menos que o Partido Comunista Chinês desenvolva uma ideologia globalmente atraente e enfrente as profundas contradições existentes dentro da própria sociedade. Na década de 1920, os EUA produziam 85% dos automóveis do mundo, mas ainda precisaram da Depressão, do New Deal e de outra Guerra Mundial para integrar sua classe trabalhadora e construir uma nova ordem mundial. Os mesmos princípios se aplicam à dimensão militar: as humilhações sofridas no Golfo Pérsico demonstram que os EUA não são onipotentes, mas, enquanto outros países permanecerem militarmente inferiores ao complexo EUA-OTAN-Israel-OEA,

não há razão para que os EUA não possam desfrutar de um domínio sem onipotência.

De toda forma, já é possível afirmar o seguinte: independentemente de os EUA permanecerem ou não dominantes em algum sentido, suas pretensões hegemônicas têm se tornado cada vez menos convincentes. A aplicação banal da política de crise, seja qual for sua eficácia eleitoral ou burocrática, simplesmente não é capaz de restaurar o estado de coisas anterior a 2016 ou a 2000. Esse trem partiu junto com Joe Biden. Mais ainda, os próprios instrumentos políticos do declinismo tendem a acelerar a erosão dos dois pilares identificados por Huntington. Isso é incontestável no que diz respeito à abertura política: a virada securitária do pós-2020 ficará para sempre associada à repressão bipartidária contra residentes nos Estados Unidos, de Hamilton Hall às Cidades Gêmeas, passando pelo CECOT. A mesma coisa vale para a esfera econômica, na qual o novo vocabulário ferozmente bipartidário da política orientada pela segurança nacional produziu uma década de protecionismo aventureiro, culminando no “Dia da Libertação”.

O atual caleidoscópio de discursos declinistas transforma os escombros acumulados da guerra de classes doméstica nos Estados Unidos, da destruição imperial e da competição com a China em uma vertiginosa sucessão de diagnósticos e prescrições. Enquanto intelectuais do America First defendem um declínio administrado no [New York Times](#), multiplicam-se ecos suprapartidários da “Semana da Vergonha e do Perigo” de Scoop Jackson. Mas os declinistas de hoje parecem menos capazes do que nunca de produzir uma nova era de renovação. E, em uma época de convulsões tectônicas globais, tentar contornar a crise por meio de triangulações políticas não funciona: os últimos anos da política estadunidense mostram que isso agrava ainda mais a situação.

Notas de rodapé

1. Wood, John Cunningham (ed.). 1983–1984. *Adam Smith: Critical Assessments*. Londres: Croom Helm, p. 9
2. Lichtenstein, Nelson. 2023. “Bill Clinton’s Failure.” Princeton University Press, 13 de setembro. <https://press.princeton.edu/ideas/bill-clintons-failure>.
3. Friedman, George e Meredith LeBard. 1991. *The Coming War With Japan*. New York: St. Martin’s Press
4. N.E.: “Nós os enterraremos” é uma *afirmação* atribuída ao líder soviético Nikita Khrushchev. Ela teria sido dita a diplomatas ocidentais em uma recepção na embaixada polonesa em Moscou em novembro de 1956. A frase foi alvo de polêmicas a respeito de uma *possível má-compreensão* por parte dos estadunidenses, que teriam a interpretado como uma ameaça de ataque nuclear, enquanto *comentadores* argumentaram que a declaração deveria ser compreendida em chave marxista, no sentido de que o sistema comunista sobreviveria historicamente à morte do capitalismo
5. Huntington, Samuel P.. 1988. “The US—Decline or Renewal?” *Foreign Affairs*, 1º de novembro. <https://www.foreignaffairs.com/united-states/us-decline-or-renewal>.
6. Huntington 1988. “Decline or Renewal”
7. Crozier, Michel, Samuel P. Huntington e Joji Watanuki. 1975. *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*. Nova York: New York University Press.
8. Kofsky, Frank. 1993. *Harry S. Truman and the War Scare of 1948: A Successful Campaign to Deceive the Nation*. Nova York: St. Martin’s Press, p. 10.
9. Casey, Steven. 2005. “Selling NSC-68: The Truman Administration, Public Opinion, and the Politics of Mobilization, 1950–51”, *Diplomatic History* 29, n.º 4: 655–690.
10. Rice, Condoleezza. 2000. “Promoting the National Interest: Exercising Power Without Arrogance”, *Chicago Tribune*, 31 de dezembro. Reimpresso no Washington File do Departamento de Estado dos EUA, 4 de janeiro de 2001, <https://usinfo.org/wf-archive/2001/010104/epf406.htm>.
11. Robin, Corey. 2017. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Donald Trump*. 2ª ed. Nova York: Oxford University Press, p. 207.
12. Rice, Condoleezza. 2005. “The Promise of Democratic Peace”, *Washington Post*, 11 de dezembro. Reimpresso pelo Departamento de Estado dos EUA, <https://2001-2009.state.gov/secretary/rm/2005/57888.htm>.
13. U.S. Bureau of Labor Statistics. s.d. “All Employees, Total Private”. FRED Economic Data, Federal Reserve Bank of St. Louis. Acesso em 19 de maio de 2026. <https://fred.stlouisfed.org/series/USPRIV>; U.S. Bureau of Economic Analysis. s.d. “Real Gross Domestic Product Per Capita”. FRED Economic Data, Federal Reserve Bank of St. Louis. Acesso em 19 de maio de 2026. <https://fred.stlouisfed.org/series/A939RX0Q048SBEA>; Board of Governors of the Federal Reserve System (US). s.d. “Industrial Production: Total Index”. FRED Economic Data, Federal Reserve Bank of St. Louis. Acesso em 19 de maio de 2026. <https://fred.stlouisfed.org/series/INDPRO>.
14. Brzezinski, Matthew. 2007. *Red Moon Rising: Sputnik and the Hidden Rivalries That Ignited the Space Age*. Nova York: Times Books, p. 297
15. John F. Kennedy Presidential Library and Museum. 2002. “New Tapes: JFK Questioned Value of Nuclear Build-Up” press release. 6 de fevereiro. <https://www.jfklibrary.org/about-us/news-and-press/press-releases/new-tapes-jfk-questioned-value-of-nuclear-build-up>.
16. Zelizer, Julian E.. 2007. “When Liberals Were Hawks: Liberal Militarism, The Republican Right, and the Cold War”. Paper apresentado na Annual Meeting of the Society for Historians of American Foreign Relations (SHAFR).

17. Huntington, Samuel P.. 1961. *The Common Defense: Strategic Programs in National Politics*. New York: Columbia University Press.
18. Coombs, Charles A.. 1976. *The Arena of International Finance*. Nova York: John Wiley & Sons, p. 168.
19. Mehrling, Perry. 2022. *Money and Empire: Charles P. Kindleberger and the Dollar System*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 155.
20. Kissinger, Henry A.. 2003. “Central Issues of American Foreign Policy”. Em *Foreign Relations of the United States, 1969–1976, vol. I, Foundations of Foreign Policy, 1969–1972*. Smith, Louis J. e Herschler, David H. (eds.). Washington, D.C.: Government Printing Office, Document 4. <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d4>
21. Carter, Jimmy. 1977. “Address at Commencement Exercises at the University of Notre Dame.” Em *The American Presidency Project*. Peters, Gerhard e Woolley, John T. (eds.). 22 de maio <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-commencement-exercises-the-university-notre-dame>.
22. Gibbs, David N.. 2024. *Revolt of the Rich: How the Politics of the 1970s Widened America's Class Divide*. New York: Columbia University Press.
23. Collins, Robert M.. 2000. *More: The Politics of Economic Growth in Postwar America*. Nova York: Oxford University Press, p. 202.
24. Keefer, Edward C.. 2023. *Caspar Weinberger and the U.S. Military Buildup, 1981–1985*. Secretaries of Defense Historical Series, vol. X. Washington, D.C.: Historical Office, Office of the Secretary of Defense, p. 3
25. Bylinsky, Gene. 1978. “The Japanese Spies in Silicon Valley”. *Fortune*, 27 de fevereiro, 74–79. Um trecho do artigo foi citado em 1983 numa *sessão do Congresso* para o Subcommittee on Domestic Monetary Policy.
26. Chapman, Bert. 2013. *Export Controls: A Contemporary History*. Lanham, MD: University Press of America, p. 263.
27. Huntington 1988, “Decline or Renewal”, p. 86.
28. Huntington 1988, “Decline or Renewal”, p. 88.
29. Donilon, Thomas. 2014. “The Landon Lecture.” *Landon Lecture Series, Kansas State University*. Manhattan: KS, 15 de abril. <https://www.k-state.edu/landon/speakers/thomas-donilon/transcript.html>.
30. Hughes, Chris. 2025. *Marketcrafters: The 100-Year Struggle to Shape the American Economy*. New York: Avid Reader Press, p. 296
31. U.S. Bureau of Economic Analysis. s.d.. “Private Nonresidential Fixed Investment/Gross Domestic Product,” *FRED Economic Data, Federal Reserve Bank of St. Louis*. Acesso em 19 de maio de 2026. <https://fred.stlouisfed.org/graph/?g=1W4E1>.
32. Feyrer, James Donald, Bruce Sacerdote e Ariel Dora Stern. 2007. “Did the Rust Belt Become Shiny? A Study of Cities and Counties That Lost Steel and Auto Jobs in the 1980s”, *Brookings-Wharton Papers on Urban Affairs*. <https://dx.doi.org/10.1353/urb.2007.0005>.
33. Dentro dos EUA, ou seja, “sem contar a extensa produção de alta tecnologia das multinacionais americanas no exterior”. Panitch, Leo e Gindin, Sam. 2012. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Londres: Verso, p. 190.
34. Panitch e Gindin 2012, “The Making of Global Capitalism”.
35. Sprague, Shawn. 2021. “The U.S. Productivity Slowdown: An Economy-Wide and Industry-Level Analysis”, *Monthly Labor Review*, abril. <https://www.bls.gov/opub/mlr/2021/article/the-us-productivity-slowdown-the-economy-wide-and-industry-level-analysis.htm>

36. Ahmed, Salman, Karan Bhatia, Wendy Cutler, David Gordon, Jennifer Harris, Edward Hill, Douglas Lute, Daniel M. Price, William Shkurti, Christopher Smart, Fran Stewart, Jake Sullivan, Ashley J. Tellis e Tom Wyler. 2018. *U.S. Foreign Policy for the Middle Class: Perspectives from Ohio*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 10 de dezembro. <https://carnegieendowment.org/research/2018/12/us-foreign-policy-for-the-middle-class-perspectives-from-ohio>
37. Christophers, Brett e Adam Tooze. 2025. “Market Failure: The Climate Crisis and the Limits of Capitalism”, moderado por Kate Aronoff. *Dissent*, 28 de fevereiro. https://dissentmagazine.org/online_articles/market-failure/
38. N.E.: Hamilton Hall é um edifício da Universidade do Columbia, em Nova York, ocupado por estudantes ativistas pró-Palestina em 2025. Em *resposta* à mobilização, a Universidade suspendeu e expulsou alunos participantes e o governo Trump cortou cerca de US\$ 400 milhões do financiamento federal de Columbia.
39. N.E.: As Cidades Gêmeas [ou Twin Cities], Minneapolis e Saint Paul, são cidades do estado de Minnesota que foram alvo da Operação Metro Surge do Serviço de Imigração e Controle de Aduanas dos Estados Unidos [Immigration and Customs Enforcement ou ICE], resultando na morte dos cidadãos estadunidenses Renée Good e Alex Pretti.
40. N.E.: CECOT, ou Centro de Confinamiento del Terrorismo é um presídio de segurança máxima instalado em El Salvador em 2022. No começo de 2025, o Secretário de Estado Marco Rubio selou um *acordo* com o governo de El Salvador para enviar “imigrantes e criminosos” presos nos Estados Unidos ao Centro.

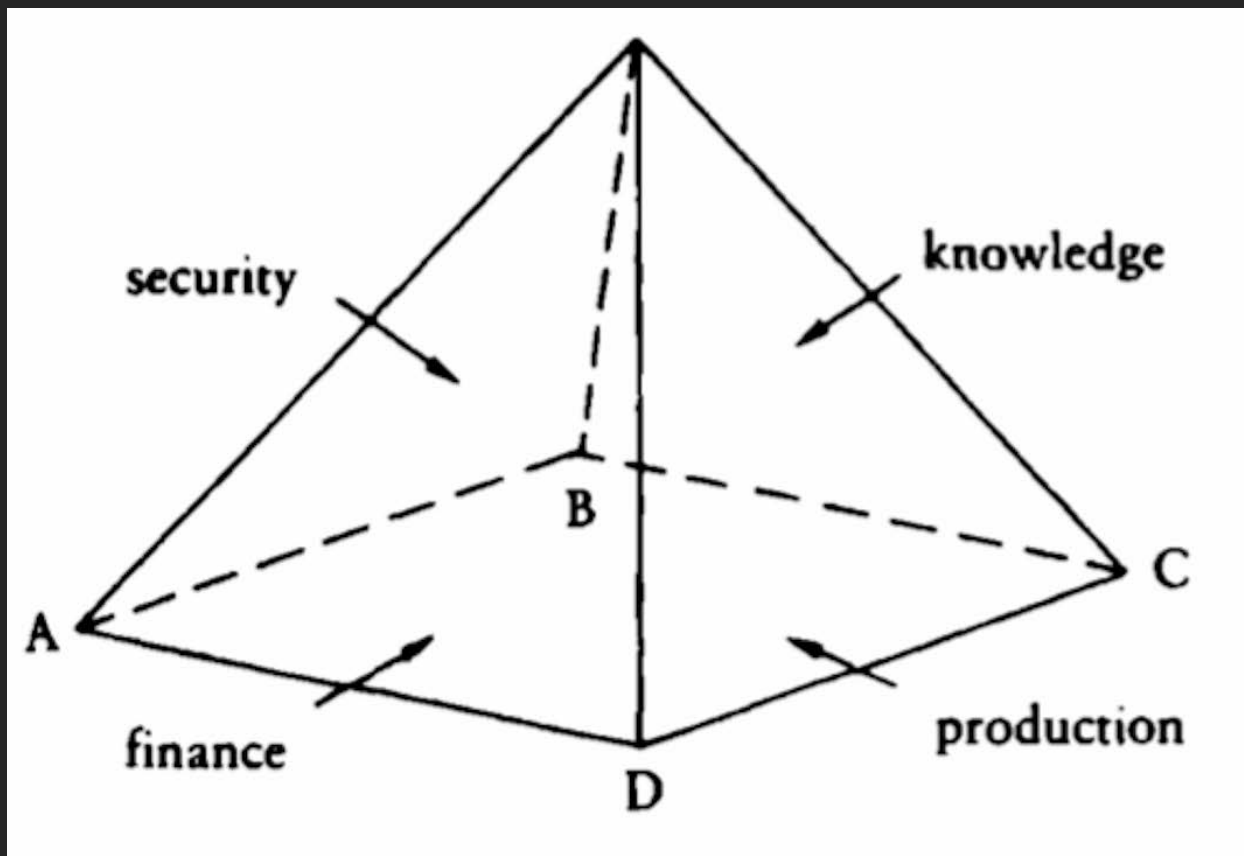


Diagrama do poder estrutural de Susan Strange, States and Markets (1988)

Alerta de suicídio imperial

Herman Mark Schwartz

Anatomia do poder estadunidense

Nos últimos dezoito meses, os Estados Unidos lançaram bombas sobre Irã, Venezuela, Síria, Iêmen, Somália, Nigéria, Iraque e o Mar do Caribe, ao mesmo tempo em que ameaçaram mobilizar tropas para uma série de outros países, incluindo México, Colômbia e Cuba. Essa expansão bélica em escala global—somada aos conflitos comerciais e às crises energéticas que desorganizaram cadeias de suprimento vitais—colocou em xeque a durabilidade e a racionalidade do imperialismo americano. Mas que tipo de império é o estadunidense? O protecionismo beligerante de Trump representa uma ruptura com a hegemonia americana ou a reconstituição de uma era anterior de dominação?

Nesta entrevista, Herman Mark Schwartz situa o império americano em perspectiva histórica e comparada. Dialogando com debates da economia política internacional, Schwartz analisa a centralidade do dólar, os limites da produção e do crescimento dos EUA e a persistência do poder militar estadunidense ao longo do último século. Historicamente, argumenta Schwartz, os impérios dependeram de formas de cooperação entre centro e periferia—e é precisamente essa necessária colaboração que a agressividade global de Trump ameaça desarticular.

Herman Mark Schwartz é Professor Emérito de Política da Universidade da Virgínia. Historiador econômico, sua obra investiga as relações entre poder estatal e poder de mercado. Seu livro *States Versus Markets*, atualmente na quinta edição (2026), examina as transformações da relação entre Estado e mercado no contexto da globalização e das crises econômicas. Já *Subprime Nation: American Power, Global Capital, and the Housing Bubble* (2009) analisa o colapso do mercado imobiliário estadunidense em sua articulação com as finanças globais. Maria Fernanda Sikorski e Jack Gross, editores da PW, entrevistaram Schwartz em maio de 2026, pouco mais de dois meses após o início da prolongada guerra EUA-Israel contra o Irã.

Entrevista com Herman Mark Schwartz

Maria Fernanda Sikorski: Começemos pelo básico: o que é um império?

Herman Mark Schwartz: Tendemos a imaginar os impérios como um conjunto de relações de poder que podem ser desenhadas em um mapa, colorindo a extensão territorial do Império Romano ou do Império Britânico. Essa visão pressupõe fronteiras relativamente nítidas: tudo o que fica fora da área colorida estaria, portanto, fora do império. Acho que essa é uma compreensão fundamentalmente equivocada de como os impérios funcionam.

A história da civilização humana é, em grande medida, uma história dos impérios: formações sociais de larga escala que mobilizam enormes volumes de recursos e exercem controle sobre outros seres humanos, seja organizando o trabalho, seja regulando comportamentos em função de objetivos imperiais. Na raiz disso está a conexão entre violência e comércio—entre Estados e mercados. Historicamente, todos os impérios nasceram do controle de fluxos comerciais de longa distância.

Estados interessados em expandir a capacidade arrecadatória frequentemente descobriam que a estratégia mais eficiente e lucrativa era controlar o comércio de longa distância e a circulação de bens de luxo. A escassez fazia desses bens fontes valiosas de receitas e, crucialmente, permitia a extração de recursos das elites. Mercadorias de consumo universal—sobretudo o sal—tornavam-se extraordinariamente lucrativas quando submetidas ao controle centralizado do Estado. Mas a principal ameaça à autoridade central nos grandes impérios provinha das elites internas, e o controle sobre os bens de luxo era uma das maneiras mais eficientes de drenar recursos dessas camadas, geralmente resistentes à tributação. Era essa a lógica dos sistemas de tributos: ao controlar o comércio externo, o Estado garantia acesso a bens escassos e utilizava sua distribuição tanto para arrecadar riqueza quanto para manter influência sobre potenciais rivais internos.

Em segundo lugar, há uma relação estreita entre o comércio de longa distância e o poder político. Impérios não são necessariamente, nem uniformemente, governados por déspotas. Na verdade, como demonstrou Michael Mann, o despotismo é bastante ineficiente. Impérios duradouros se sustentam por meio de relações de cooperação entre as elites do centro e as elites de sociedades subordinadas. Mas diferentes elites negociam diferentes tipos de acordo, e é justamente aí que a estrutura do império se torna mais nítida. No topo, estão o centro imperial e suas elites: isso é hierarquia. Mais abaixo, quanto maior a proximidade com o centro, mais favoráveis são os arranjos feitos pelas elites: isso é heterogeneidade. E, por fim, é o centro que determina os termos do comércio, da distribuição e da ordem política: isso é assimetria.

Se olharmos para o Império Britânico do século XIX, fica claro que ele operava por meio de diferentes camadas de integração e dominação. Algumas regiões eram administradas de forma despótica e tecnicamente faziam parte do núcleo do império. Outras, como os domínios autônomos e as colônias de povoamento branco, desfrutavam de condições muito mais vantajosas, recebendo volumes desproporcionais de capital e maiores graus de autonomia. Depois havia as colônias da Coroa, sob controle administrativo direto. O Sul da Ásia era governado de maneira muito mais violenta, mas ainda assim havia adesão das elites domésticas.

Mais abaixo na hierarquia da soberania estavam os protetorados, onde leis, moedas e idiomas locais continuavam existindo, mas cujas relações com o império eram mediadas pela língua, pela legislação e pela moeda do centro imperial. As cinco maiores zonas não brancas do Império Britânico—Índias Ocidentais, Estabelecimentos dos Estreitos, Índia, África Oriental e África Ocidental—operavam com moedas próprias lastreadas em prata, que circulavam apenas dentro de suas respectivas áreas monetárias. Esse arranjo restringia a criação de crédito e reprimia o investimento nesses territórios. A conversibilidade dessas moedas em libras esterlinas dependia de bancos privados britânicos e de *currency boards* locais, instituições monetárias coloniais que emitiam moeda exclusivamente contra reservas depositadas em Londres. A própria arquitetura desse sistema foi imposta pelo centro imperial,

que definiu tanto a transição dos bancos privados para os *currency boards* quanto o padrão monetário baseado em prata, e não em ouro.

Essa é a lógica geral dos impérios. As formas históricas que eles assumem, contudo, variam conforme se expandem as tecnologias sociais e a capacidade estatal de mobilizar trabalho e recursos. Foi isso que permitiu a passagem de formas de dominação predominantemente despóticas para formas de poder infraestrutural. Isso explica as enormes diferenças entre o Império dos EUA e os anteriores. Primeiro, ele se sustenta em uma escala inédita de criação endógena de crédito offshore, muito mais ampla do que aquela existente sob a hegemonia britânica. Segundo, a capacidade destrutiva da guerra moderna cresceu exponencialmente. Terceiro, as corporações transnacionais passaram a atuar como canais de difusão de capacidades produtivas, acelerando o *catch-up* econômico da periferia.

Sob a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, o desafio central de todo núcleo imperial consiste em preservar a assimetria entre centro e periferia: em outras palavras, manter uma vantagem decisiva na mobilização de recursos e na produção de poder. Nas condições contemporâneas, porém, essa distância tende a diminuir num ritmo muito mais acelerado do que em épocas anteriores.

Jack Gross: Qual é a diferença entre Estados e impérios?

HMS: Se o primeiro ponto era que o mapa não é o território, o segundo é que, por uma série de razões, é falsa a noção de que a Paz de Vestfália (1648) colocou o mundo em uma trajetória de transição dos antigos impérios agrários para um sistema moderno de Estados soberanos.

Historicamente, o fim dos impérios formais—mesmo dentro da estrutura vestfaliana—é extremamente recente. Eu estava vivo quando alguns dos últimos países foram descolonizados. E, quando observamos os impérios, a heterogeneidade é fundamental. Sempre existem zonas de soberania parcial e governança em camadas.

Muitos dos lugares que hoje chamamos de Estados ocupam, na prática, essa mesma posição essencialmente semissoberana. A Europa possui mais soberania local e autonomia jurídica do que muitas regiões, mas, militarmente, é claramente semissoberana e monetariamente ocupa um degrau abaixo do Federal Reserve e do sistema offshore do dólar. A Europa também continua repleta de bases militares americanas, assim como o Japão e a Coreia do Sul. E isso também é assimétrico: você não encontra bases militares alemãs nos EUA.

O que convencionalmente descrevemos como Estados soberanos são, na verdade, componentes de um sistema imperial mais amplo, diferenciados por graus variados de autonomia.

JG: Como a produção e reprodução das elites e das camadas gerenciais se encaixam nessa visão, tanto historicamente quanto no presente?

HMS: Antes de tudo, vale dizer que nenhum sistema de poder opera de forma perfeitamente ordenada. Historicamente, quando um centro incorporava uma periferia ao sistema imperial, isso envolvia algum tipo de troca, fosse incluindo entidades políticas semissoberanas nos ganhos do comércio, fosse concedendo-lhes maior autonomia e poder político.

Isso frequentemente se dava por meio de casamentos entre elites. As dinastias chinesas administravam rivais por meio de alianças dinásticas, incorporando elites fronteiriças a relações de cooperação com o centro imperial. O Império Romano, por sua vez, operava como um gradiente de integração econômica centrado no Mediterrâneo: quanto mais distante do centro, mais frágil se tornava a integração econômica e maior era a importância relativa dos bens de luxo em relação aos bens básicos. A distribuição desses produtos ajudava a manter as elites das fronteiras vinculadas ao centro imperial. Já no Império Britânico, para além das colônias de povoamento branco, o elemento decisivo era o acesso aos mercados de capitais de Londres, que permitia aos proprietários de terra na Argentina ou nos Estados Unidos acumular riqueza. As elites locais prosperavam justamente por sua integração às redes financeiras imperiais.

No caso dos Estados Unidos, há diversos mecanismos semelhantes de barganha política. Os EUA construíram uma coalizão em torno dos direitos de propriedade intelectual ao mobilizar empresas europeias dos setores farmacêutico e tecnológico para pressionar seus governos a garantir a aplicação desses direitos—condição essencial para a rentabilidade dessas firmas. A proteção militar oferecida pelos EUA à Europa, ao Japão e à Coreia do Sul também serve para integrar essas elites à ordem imperial americana.

O que costuma desestabilizar sistemas imperiais não são revoltas abertas, mas tensões internas desses pactos. Na Idade Média, um dos problemas clássicos era a isenção tributária da aristocracia. Foi isso que tornou o Estado espanhol tão frágil no auge de seu império. A Coroa britânica, por sua vez, também se enfraqueceu quando a aristocracia, por meio do Parlamento, ganhou controle sobre a tributação. O paradoxo é que essas estratégias acabavam corroendo a própria estrutura imperial da qual dependia a segurança das elites, deixando o sistema exposto à pressão de potências rivais.

Hoje, elites evitam pagar impostos nos Estados Unidos e em todo o mundo. A redução das alíquotas corporativas e o avanço das privatizações vêm esvaziando a capacidade dos Estados. A principal ameaça ao sistema não parte dos camponeses nem dos trabalhadores, mas justamente das camadas de elite cuja cooperação é necessária para mantê-lo funcionando.

Quando os próprios quadros estatais perdem de vista sua função histórica, outros problemas emergem. Eles podem começar a priorizar interesses privados em detrimento de interesses coletivos de classe. Também podem simplesmente errar na leitura da conjuntura ou permanecer presos a rotinas burocráticas incompatíveis com a realidade do momento. As perdas militares dos EUA no Golfo são um exemplo disso. Estruturadas em torno de sistemas de armas caros e sofisticados, as Forças Armadas americanas ainda não perceberam que drones e inteligência artificial tornaram a proteção da infraestrutura e da logística uma questão central. Mesmo depois de três anos de guerra de drones na Ucrânia, continuam operando segundo as mesmas rotinas.

MFS: Em que momento você diria que os EUA se tornaram um império? E esse império está em declínio?

HMS: Nos séculos XVIII e XIX, os Estados Unidos faziam parte da fronteira imperial. As elites locais cooperavam com o centro imperial britânico até que, evidentemente, lançaram a Revolução Americana. Mark Agno argumenta que, já naquele momento, essas elites imaginavam a construção de um império na América do Norte: faziam planos para expulsar franceses, espanhóis, mexicanos e populações indígenas, ao mesmo tempo em que buscavam estabelecer acordos com o Canadá e com o próprio Império Britânico.

A ascensão dos Estados Unidos à condição de hegemonia global foi produto de duas guerras mundiais, que neutralizaram diversos concorrentes, e da Guerra Fria, que empurrou seu único potencial rival para uma posição inferior. Historicamente, a dominação imperial depende da capacidade de mobilizar violência de forma eficaz. Mas compreender o funcionamento concreto dos impérios exige decompor as diferentes fontes de poder e examinar os mecanismos específicos pelos quais a dominação é reproduzida.

Susan Strange é a principal referência aqui. Sua grande contribuição foi mostrar que as relações internacionais, mais do que um domínio centrado exclusivamente na força militar e na geoestratégia, constituem um subconjunto daquilo que hoje chamamos de economia política internacional. A capacidade de mobilizar recursos precede e condiciona o exercício da violência. Strange também se recusava a reduzir o poder a uma única dimensão e argumentava que o império americano se sustenta em quatro formas de poder estrutural: produtivo, financeiro, cognitivo e militar. Isso é particularmente útil para pensar sistemas imperiais, já que diferentes formas de poder predominam em zonas subordinadas distintas.

No plano produtivo, embora as empresas americanas permaneçam muito mais lucrativas do que as chinesas, a produção material já é amplamente dominada pela China. Em contrapartida, o fato do dólar continuar sendo a principal unidade de conta do crédito global—isto é, a expressão do poder

financeiro americano—aponta na direção oposta: bancos não americanos criam mais crédito em dólar nos mercados offshore do que os próprios bancos dos EUA no mercado doméstico. Isso ainda constitui uma imensa fonte de poder infraestrutural para os Estados Unidos. No campo do conhecimento, as universidades americanas já foram as melhores do mundo, mas vêm sendo sistematicamente enfraquecidas pela política federal. Militarmente, os EUA seguem como a única potência com alcance verdadeiramente global, mantendo uma condição de “semidominância”. Ainda assim, a erosão de sua capacidade de dissuasão e de sua superioridade estratégica impõe limites cada vez maiores aos tipos de guerra que o país pode sustentar.

O dólar e o império

JG: Você tem argumentado contra a visão convencional de um sistema monetário internacional estruturado em torno da moeda soberana e proposto, no lugar, aquilo que chama de “visão da criação de crédito”. Poderia explicar melhor essa distinção e como ela altera nossa compreensão da centralidade do dólar?

HMS: Mais uma vez: bancos não americanos criam mais crédito denominado em dólar offshore do que os bancos americanos criam domesticamente. Isso é um fato. Também é um fato que os EUA operam com déficit em conta corrente.

A interpretação desses fatos depende do modelo monetário e da teoria do dinheiro e do crédito que se adota. A visão da moeda soberana corresponde à abordagem tradicional dos manuais de economia. Ela trata o dinheiro como um ativo puro, e não como um instrumento inscrito em balanços patrimoniais que possui um passivo correspondente. Essa visão emerge de uma narrativa histórica na qual agentes privados escolhem o ouro como meio de troca e passam a depositá-lo em bancos, que então o emprestam na forma de crédito.

A mesma lógica produz o modelo dos fundos emprestáveis. Primeiro vêm as poupanças, e então os bancos simplesmente intermedeiam essas poupanças

para tomadores. Projetada para o sistema financeiro global, essa concepção implica que poupanças domésticas são transferidas de países superavitários para países deficitários. O problema é que ela aponta para os indicadores de poder errados: moeda e reservas cambiais em vez da capacidade efetiva de criação de crédito.

Essa visão tradicional trata a poupança como a base do crédito, mas ignora de onde essa própria poupança surgiu. A renda original que depois se transforma em poupança é criada pelo crédito. Ela é gerada por empresas que tomaram dinheiro emprestado a curto ou longo prazo para comprar insumos, incluindo salários. O sistema financeiro não é composto por cofres cheios de dinheiro, mas por uma rede de balanços interconectados na qual o crédito é criado em parte pelos bancos centrais, em parte pelos bancos privados e, decisivamente, criado do nada.

Isso se chama de criação endógena de crédito. Quando bancos concedem empréstimos, eles não estão simplesmente redistribuindo poupanças existentes. Estão criando simultaneamente dois registros contábeis: o empréstimo aparece como ativo e o depósito correspondente na conta do tomador como passivo. O dinheiro nasce do próprio ato de emprestar. Esses balanços estão articulados em cadeias complexas. Um banco americano pode conceder crédito a uma subsidiária nas Ilhas Cayman, que então empresta à Petrobras, que por sua vez financia um fornecedor local.

O que isso significa para a centralidade e o poder do dólar? No sistema offshore do dólar, bancos não americanos criam enormes volumes de crédito denominado em dólar, embora não estejam sediados nos Estados Unidos. Isso é decisivo porque, quando as crises eclodem—e, como argumenta Hyman Minsky, crises financeiras tendem precisamente a emergir de longos períodos de estabilidade—, os ativos dos bancos passam a valer menos do que seus passivos. Nessa situação, os bancos podem quebrar ou ser socorridos. Mas existe apenas uma instituição capaz de fornecer dólares em última instância: o Federal Reserve, através de linhas de swap. Os próprios bancos não conseguem simplesmente criar mais dólares, porque isso exigiria expandir

simultaneamente ativos e passivos em seus balanços, e a crise consiste exatamente no fato de que os ativos existentes já perderam valor em relação aos passivos.

É justamente aqui que se percebe por que desagregar as diferentes fontes de poder é essencial para compreender os mecanismos concretos da dominação imperial. A posição de cada banco central na hierarquia do sistema global de crédito determina seu acesso à liquidez em dólar em períodos de crise. Isso é hierarquia. Alguns países desfrutam de acesso privilegiado aos dólares americanos. No núcleo interno do império encontram-se o Banco da Inglaterra, o Banco Central Europeu, o Banco Nacional Suíço, o Banco do Japão e o Banco do Canadá, todos dotados de acesso irrestrito e ilimitado às linhas de swap do Federal Reserve. Em caso de turbulência, podem obter dólares facilmente usando suas próprias moedas como garantia. Em um nível inferior estão nove países com acesso incondicional, porém limitado, ao Fed: Singapura, Coreia do Sul, México, Brasil, Dinamarca, Noruega, Suécia, Austrália e Nova Zelândia. São economias consideradas estrategicamente importantes para os Estados Unidos e que, por isso, recebem acesso garantido à liquidez em dólar em volumes restritos, normalmente entre US\$ 30 e US\$ 60 bilhões.

Para o restante dos países, as condições tornam-se significativamente mais rígidas. O acesso a dólares passa pelo mecanismo de recompra de títulos da FIMA (a *repo facility* da *Foreign and International Monetary Authorities*), através do qual bancos centrais podem trocar temporariamente títulos do Tesouro americano ou ativos hipotecários dos EUA por liquidez em dólar. A limitação é simples: sem títulos do Tesouro americano, não há acesso algum; e a quantidade disponível para empréstimo depende diretamente do volume desses ativos em posse do país. Isso é heterogeneidade.

A camada mais baixa da hierarquia é ocupada pelos países que sequer possuem títulos do Tesouro americano e precisam implorar por ajuda ao FMI e a outras instituições multilaterais. A assimetria atravessa todas essas relações porque, em última instância, é sempre o Federal Reserve quem dita as regras.

O Tesouro americano pode utilizar o acesso a resgates financeiros para extrair concessões dos sistemas semissoberanos situados em posições inferiores da hierarquia global. Durante a crise financeira asiática, por exemplo, os EUA condicionaram o acesso aos pacotes de resgate à abertura do sistema financeiro sul-coreano, permitindo que instituições financeiras americanas adquirissem participações em empresas coreanas e expandissem suas atividades de crédito no país. A mesma coisa ocorreu com o México na crise de 1994.

Toda essa arquitetura só se torna inteligível quando o dinheiro deixa de ser concebido como um estoque fixo de poupança prévia e passa a ser entendido como um sistema de criação endógena de crédito.

MFS: Como você avalia a posição atual do dólar na economia global? O retorno de Trump ao poder alterou sua visão sobre a possibilidade de uma mudança no papel do dólar no sistema financeiro internacional? E, caso essa transformação venha a ocorrer, o que caracterizaria um ponto de inflexão?

HMS: Há hoje muita especulação em torno do declínio do dólar. Isso resulta, sobretudo, da fragmentação dos outros três pilares do poder estrutural identificados por Susan Strange. Ainda assim, o dólar permanece como um componente relativamente estável dessa arquitetura de poder, e, no médio prazo, não vejo razões para esperar mudanças muito profundas.

As previsões sobre o declínio do dólar costumam se basear na redução de sua participação nas reservas cambiais formais ou na leve queda de seu valor frente a outras moedas. Mas esses indicadores são menos importantes do que a questão do crédito. Nos últimos 25 anos, cerca de 60% do comércio mundial foi faturado em dólares, enquanto aproximadamente 80% das liquidações internacionais ocorreram na moeda americana. Isso significa que, mesmo quando uma transação é denominada em ienes, ela frequentemente continua sendo liquidada em dólares. Trata-se de um padrão extraordinariamente estável há pelo menos um quarto de século.

Entre 60% e 70% dos empréstimos realizados offshore por bancos e mercados de títulos seguem denominados em dólares, e quase metade das operações globais de câmbio envolve a moeda americana—o que, na prática, significa quase todas, já que cada transação cambial envolve duas moedas. Esse quadro permaneceu estável ao longo do governo Trump, embora seja possível que a guerra contra o Irã produza alguma mudança.

O PIB dos EUA corresponde a cerca de 25% do PIB mundial, mas a participação do dólar nos fluxos globais de transações é quase três vezes superior a isso. O euro, em contraste, possui um peso muito mais proporcional ao tamanho da economia europeia. Se quisermos considerar seriamente a hipótese da desdolarização, talvez seja preciso começar perguntando como o dólar alcançou uma posição tão dominante como moeda global.

Quando a Segunda Guerra Mundial devastou a Europa e o Japão, essas zonas econômicas tornaram-se dependentes dos Estados Unidos para sua reconstrução, que exigia grandes volumes de importações de alimentos, petróleo e máquinas. Para administrar essa situação, em 1950, a Europa criou a União Europeia de Pagamentos (EPU, na sigla em inglês). A própria criação da EPU havia sido exigida pelos EUA como condição para o recebimento da ajuda do Plano Marshall. O sistema permitia que os países europeus evitassem superávits comerciais entre si, o que poderia ser deflacionário, acumulando créditos na própria União e realizando liquidações periódicas através de uma unidade comum de conta que, na prática, todos reconheciam como o dólar. Foi nesse contexto que o dólar se consolidou como a moeda dominante da reconstrução do pós-guerra.

Pouco depois, os controles cambiais e de capitais começaram a desaparecer, assim como a própria EPU. Bancos europeus passaram então a expandir suas atividades para o exterior—ainda não existia um mercado europeu unificado—e a conceder empréstimos denominados em dólares. Esse foi um dos elementos decisivos para o surgimento do mercado de eurodólares em meados da década de 1950. Mais tarde, os choques do petróleo aprofundaram

ainda mais essa dinâmica, já que o petróleo também era precificado em dólares.

O resultado foi a consolidação de um sistema global em que os balanços patrimoniais ao redor do mundo são massivamente denominados em dólar. O outro lado disso é que os demais países costumam depender de superávits comerciais, porque a demanda doméstica é insuficiente e seus modelos de crescimento são orientados por exportações. No entanto, se os países superavitários convertessem esses dólares em moeda local, suas taxas de câmbio se valorizariam frente ao dólar, corroendo justamente esses superávits. A solução encontrada foi reciclar dólares em ativos financeiros, expandindo continuamente balanços denominados na moeda americana. Enquanto as elites continuarem lucrando com exportações para o mercado americano e com a manutenção de ativos denominados em dólar, por que romperiam com esse sistema?

JG: Há cerca de um ano, a imprensa financeira estava obcecada em tentar encontrar uma lógica para as políticas econômicas do governo Trump, em grande medida a partir das interpretações dos textos de Stephen Miran, que argumenta que a centralidade do dólar produz fragilidades econômicas para os Estados Unidos, na medida em que déficits persistentes e um dólar sobrevalorizado estariam minando a indústria do país. Você argumenta, porém, que essas características não constituem fraquezas, mas sim condições estruturais da hegemonia do dólar. Como entender, então, a visão da administração Trump?

HMS: Existe uma certa coerência operacional no que Trump está fazendo, mas não há uma estratégia propriamente dita. Miran e Trump consideram a desindustrialização um problema e querem combinar tarifas com um dólar mais fraco para revertê-la. Também gostariam de reduzir o déficit comercial. Mas o restante das políticas da administração não é compatível com esses objetivos.

Os governos Johnson e Nixon enfrentaram uma preocupação semelhante e desenvolveram uma grande estratégia para lidar com ela. No fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, os Estados Unidos começaram a registrar déficits comerciais e em conta corrente, algo percebido como prejudicial ao emprego industrial americano. Estava claro que o déficit comercial resultava do *catching up* produtivo da Europa e do Japão na manufatura mecânica. Esses países conseguiam produzir os mesmos tipos de automóveis, mas a preços mais baixos, porque pagavam salários inferiores. Isso só era possível porque sua produtividade havia praticamente alcançado os níveis americanos; no caso do Japão nos anos 1970, a produtividade na produção de aço e automóveis chegou inclusive a superar a dos EUA—aliás, esse é justamente o padrão típico dos impérios sobre o qual falamos antes: as periferias eventualmente alcançam o centro.

Em resposta, o choque Nixon combinou uma tarifa de 10% com uma desvalorização de 10% do dólar, restaurando temporariamente o equilíbrio externo americano. Mas a estratégia mais ampla foi além disso. O governo aceitou que os Estados Unidos já não eram capazes de dominar os segmentos industriais de menor valor agregado—especialmente setores como aço e automóveis, onde os sindicatos eram mais fortes. A opção foi abandonar a disputa direta com Japão e Europa nesses setores e voltar-se contra os sindicatos domésticos. Nos anos 1970, então, os EUA reorientaram tanto sua economia doméstica quanto a economia global em direção às novas tecnologias.

A estratégia consistia em reposicionar os Estados Unidos em torno de setores nos quais o país preservava liderança tecnológica. A chamada “Guerra contra o Câncer”, por exemplo, acabou funcionando como um gigantesco programa de investimento em biotecnologia. Houve investimentos maciços em eletrônica e indústria farmacêutica, acompanhados de mudanças profundas no regime de propriedade intelectual, tanto doméstico quanto internacional. A Suprema Corte reconheceu a possibilidade de patentear entidades biológicas inéditas, enquanto o Congresso aprovou legislações que tornaram os softwares protegidos por direitos autorais. Novas formas de propriedade foram criadas

e generalizadas globalmente justamente nos setores em que os EUA eram ou poderiam vir a ser competitivos.

O fortalecimento dos direitos autorais favoreceu Hollywood e a indústria de software; patentes mais rígidas em biotecnologia impulsionaram as exportações farmacêuticas; e a liberalização agrícola consolidou a dominância agroindustrial americana, cada vez mais vinculada à biotecnologia.

Paralelamente, os EUA reorganizaram sua estratégia militar, abandonando o modelo mecânico herdado da Segunda Guerra Mundial em favor de uma doutrina de alta tecnologia baseada em munições inteligentes, semicondutores e processamento digital de sinais. O objetivo era preservar a superioridade tecnológica reduzindo a necessidade de grandes contingentes militares, recorrendo cada vez mais a aliados e forças proxy para fornecer mão de obra militar em campo. Isso constituía uma estratégia coerente, algo ausente no caso de Trump.

Uma nova estratégia relativamente integrada emergiu durante os anos Obama, diante de pressões estruturais crescentes: o enorme déficit comercial com a China e a dependência de importações de petróleo que, em 2008, já representavam quase metade do déficit comercial americano. Obama então promove uma reorientação estratégica para a Ásia e busca reorganizar a economia em torno da eletrificação solar e do modelo de veículos elétricos hoje dominado pela China. Simultaneamente, enfraquece a capacidade da OMC de arbitrar disputas comerciais, já que a China vinha utilizando os próprios mecanismos da organização tanto para ampliar seu acesso a mercados externos quanto para proteger seu mercado doméstico.

Obama articulava uma estratégia relativamente coerente entre tecnologia, poder militar e déficit comercial. Foi também nesse período que o fracking foi fortemente expandido, convertendo os EUA de grandes importadores em exportadores de petróleo e gás. À medida que o petróleo deixa de ser uma vulnerabilidade estratégica para os EUA, a assimetria se intensifica: Europa, Japão e China permanecem dependentes de energia importada, enquanto os Estados Unidos já não dependem nem mesmo do petróleo do Oriente Médio.

É por isso que o retorno de Trump ao Oriente Médio é tão caótico. Não há coerência alguma do ponto de vista da construção de novas tecnologias e capacidades econômicas. Sua política corrói as bases institucionais da liderança tecnológica americana ao atacar universidades, pesquisa pública e financiamento científico. Instituições como a Fundação Nacional da Ciência, os Institutos Nacionais de Saúde e os braços de pesquisa vinculados à CIA, ao Departamento de Defesa e ao Departamento de Agricultura desempenharam um papel central na construção do sistema tecnológico americano.

A política de Trump é incoerente: um passo adiante na questão comercial, dez passos atrás em todo o restante. Se a estratégia consiste apenas em observar a taxa de câmbio do dólar ou o volume de reservas cambiais como medidas do poder americano, então ela está olhando para os indicadores errados. Desde que Nixon retirou os EUA de Bretton Woods, as taxas de câmbio flutuam continuamente. Ainda assim, em meio a todas essas oscilações, o dólar preservou sua posição dominante. A taxa de câmbio é uma questão secundária. A questão decisiva é: qual moeda serve de unidade de conta para a criação de crédito?

Ciclos de crescimento global

MFS: A última década de debates e reorientações de política econômica nos Estados Unidos pode ser vista como uma reação ao reconhecimento de um declínio do poder produtivo americano. Você argumenta, porém, de forma contraintuitiva, que o auge desse poder coincidiu com a própria desindustrialização, à medida que as empresas passaram a estruturar suas estratégias de acumulação em torno de cadeias globais de produção protegidas por regimes robustos de propriedade intelectual, concentrando nos EUA uma parcela desproporcional dos lucros. Como entender a relação entre globalização, propriedade intelectual como estratégia de lucro apoiada juridicamente pelo Estado americano e o conceito de “poder produtivo” formulado por Susan Strange?

HMS: Lembre-se de que Susan Strange argumentava que o império americano se sustentava sobre quatro pilares estruturais: domínio da produção, do crédito, do conhecimento e do poder militar. No plano produtivo, o que ocorreu foi um esvaziamento da manufatura americana impulsionado por dinâmicas veblenianas. Thorstein Veblen argumentava que aquilo que chamava de “indústria”, isto é, capacidade produtiva concreta e progresso técnico, estava em tensão permanente com aquilo que chamava de “negócio”, ou seja, a lógica da rentabilidade.

Em linhas gerais, a razão pela qual chegamos a uma situação em que empresas americanas concentram lucros sem produção, enquanto empresas chinesas concentram produção com margens reduzidas é que as firmas dos EUA responderam às grandes convulsões trabalhistas e aos choques macroeconômicos das décadas de 1960 e 1970 expulsando de suas estruturas o máximo possível de capital físico e trabalho. Paralelamente, transformaram-se cada vez mais em proprietárias de ativos de propriedade intelectual—patentes, direitos autorais, registros de marca e *branding*—e passaram a pressionar por regimes mais rígidos de proteção desses direitos. A Disney, por exemplo, garantiu a duração dos direitos autorais do Mickey Mouse por 105 anos.

O resultado foi uma extraordinária concentração de lucros em determinadas empresas americanas. As firmas dos EUA capturam uma parcela desproporcional dos lucros globais e, dentro desse grupo, as empresas baseadas em propriedade intelectual concentram uma fatia ainda maior. Embora os Estados Unidos representem cerca de 25% do PIB mundial, suas empresas absorvem aproximadamente 35% dos lucros corporativos globais.

Apple e Nike controlam suas cadeias produtivas inteiras, mas num sentido *de facto*, e não *de jure*. A Nike basicamente projeta tênis e vende emoções; outras empresas fabricam seus produtos. A Apple desenvolve software e design de chips, enquanto a produção é terceirizada: a TSMC fabrica os principais chips, Samsung e STM produzem memória e giroscópios, e a Hon Hai realiza a montagem final. Na base dessas cadeias, as empresas enfrentam intensa

pressão competitiva para reduzir preços e, conseqüentemente, operam com margens muito estreitas.

A produção foi globalizada, mas isso significou, na prática, concentração dos lucros nos Estados Unidos e da atividade produtiva na China. Esses padrões tendem a se reforçar mutuamente. Quanto mais a manufatura se concentra na China, mais as empresas são atraídas por sua profunda rede de fornecedores. E quanto mais lucrativas se tornam as empresas americanas baseadas em propriedade intelectual, mais capital estrangeiro flui para adquirir participação nesses lucros, elevando o valor de suas ações e tornando a terceirização da produção o modelo “óbvio” a ser seguido.

Isso produziu conseqüências geopolíticas importantes. De forma intuitiva, tendemos a imaginar que quem fabrica detém o poder—algo que continua sendo verdade, em última instância, do ponto de vista militar. Mas, numa economia capitalista, o elemento central é a rentabilidade. O Estado americano cooperou tacitamente com a transferência da produção para o exterior, sobretudo ao reforçar globalmente as proteções jurídicas da propriedade intelectual, protegendo as empresas que terceirizavam internacionalmente sua produção. O acordo TRIPS da OMC foi decisivo para permitir que firmas americanas desses setores alcançassem níveis extraordinários de lucratividade.

Como todo processo social, isso também produziu contradições. O Estado americano abriu caminho para a globalização das empresas e garantiu às firmas dos EUA controle sobre grande parte da produção mundial e uma parcela desproporcional dos lucros globais. Mas esse mesmo processo também acelerou a desindustrialização, com conseqüências políticas domésticas e implicações geopolíticas profundamente negativas.

JG: A neo-schumpeteriana Carlota Perez argumenta que houve cinco revoluções tecnológicas desde a Revolução Industrial, incluindo a atual “Era da Informação”, iniciada por volta de 1971, que talvez esteja se aproximando de um ponto de esgotamento, embora tenha sido central para a estratégia

de crescimento baseada na propriedade intelectual. Uma nova onda schumpeteriana de expansão estaria surgindo no horizonte, impulsionada pelas tecnologias verdes ou pela inteligência artificial? E o que isso pode significar para a distribuição global de poder e para a própria configuração da economia mundial?

HMS: Tenho uma resposta muito longa para essa pergunta na forma de um artigo escrito com Yussef Robinson. Quando publicamos esse texto, estávamos cautelosamente otimistas de que já existiam bases políticas para uma sexta revolução tecnológica, razão pela qual nos concentramos sobretudo na substância de uma possível nova onda de crescimento.

Schumpeter argumentava que o capitalismo não evolui em direção a um estado de equilíbrio, mas através de sucessivas, ainda que não automáticas, ondas de crescimento e estagnação. Cada nova onda emergiria em resposta ao esgotamento dos recursos relativamente baratos que sustentavam a fase anterior e envolveria cinco elementos inéditos: uma nova fonte de energia, um novo meio de transporte, uma nova tecnologia de produção de uso geral, novos bens industriais ou de consumo de massa derivados dessa tecnologia e uma nova forma de organização da produção—ou, como prefiro chamar, um novo modo de controle e exploração do trabalho. Os neo-schumpeterianos, como Carlota Perez, acrescentaram ainda um sexto elemento: uma nova forma de regulação macroeconômica capaz de restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda.

A atual ou quinta onda de crescimento centrada em tecnologias de informação e comunicação foi estruturada em torno de chips e software, digitalização, combustíveis fósseis, eletrônicos de consumo, internet, além da profunda desintegração vertical e globalização da produção e daquilo que costuma ser chamado de política macroeconômica neoliberal. Essa onda está claramente esgotada. O custo de produção de uma única porta lógica semicondutora voltou a subir após quase cinquenta anos de queda contínua; o orçamento global de carbono foi praticamente exaurido; os smartphones já saturaram o mercado consumidor; não há mais tempo disponível para expandir o consumo

de redes sociais; e a governança neoliberal produziu crises financeiras recorrentes e desigualdades extremas.

Qualquer nova onda de expansão precisará superar esses limites estruturais. A energia não fóssil certamente ocuparia uma posição central nesse novo arranjo. Isso talvez—e enfatizo o talvez—pudesse assumir a forma de energias renováveis como fonte de eletricidade barata; eletrificação dos transportes; inteligência artificial e bioengenharia baseada em CRISPR-Cas como novas tecnologias de uso geral, com a IA aplicada sobretudo à robótica e ao design de proteínas, mais do que aos atuais modelos conversacionais de linguagem; além de um retorno à produção verticalmente integrada. Mas é justamente nesse ponto que as incertezas começam. Como seria uma forma de exploração do trabalho capaz de se sustentar política e macroeconomicamente nas próximas décadas? Como seriam reorganizadas as redes globais de comércio e finanças? Quais inovações jurídicas poderiam sustentar a rentabilidade da mesma forma que os regimes de propriedade intelectual sustentaram a onda das tecnologias da informação e comunicação? E, finalmente, o que poderá transformar—ou substituir—o atual império global americano baseado em finanças e cadeias globais de suprimento?

São essas as questões que estruturam os atuais conflitos multilaterais em escala global: a disputa entre produtores tradicionais de combustíveis fósseis e produtores de energia renovável; o antagonismo entre Estados Unidos e China e, em sentido mais amplo, entre Norte e Sul globais; o conflito entre proprietários e trabalhadores; e as tensões entre refugiados provenientes de futuras zonas de desastre climático e populações instaladas em regiões relativamente protegidas. Evidentemente, mudanças tecnológicas podem abrir caminho para transformações na estrutura global de poder. A produção de baterias e drones já está criando novas formas de capacidade militar; substitutos bioengenheirados para fibras e plásticos tendem a corroer o sistema petroagroindustrial; e assim por diante. Mas se eu tivesse respostas definitivas para essas questões, estaria conversando com meu corretor, não com vocês.

Até onde estou disposto a especular, consigo imaginar um mundo composto por economias regionais relativamente desconectadas, operando com moedas regionais em vez do dólar, submetidas a algum grau de pressão deflacionária em razão da queda acentuada do custo dos bens manufaturados e marcado por fricções militares ocasionais nas zonas de contato entre regiões. Algo que combinaria traços das chamadas Grandes Depressões de 1876–1879 e dos anos 1930, ainda que com uma depressão menos profunda e, espero, formas menos revanchistas de militarização.

Poder militar

JG: Segundo estimativas do *Stockholm International Peace Research Institute*, os gastos militares globais alcançaram os níveis mais altos já registrados. Nunca houve tamanha expansão simultânea dos diferentes complexos militar-industriais em competição, ainda que os Estados Unidos sigam ocupando com folga a posição dominante. O que mudou—ou não—na natureza do poder militar e em seu papel na competição imperial contemporânea?

HMS: Os gastos e a capacidade militar jamais deixaram de ser um pilar central do poder imperial. Mas existem algumas diferenças importantes hoje em relação ao período clássico da hegemonia americana. Em primeiro lugar, temos conflitos militares abertos nas fronteiras do núcleo do sistema: a invasão russa da Ucrânia e a guerra dos EUA contra o Irã.

É claro que, ao longo da hegemonia americana, houve golpes de Estado, manipulação eleitoral, corrupção, operações policiais, drones e guerras conduzidas com diferentes graus de visibilidade. Mas isso é qualitativamente distinto de lançar paraquedistas sobre um aeroporto nos arredores de Kiev e mover colunas de tanques através de fronteiras disputadas. E isso, por sua vez, é diferente de destruir praticamente toda a infraestrutura militar iraniana para, supostamente, obter um acordo que o governo Obama já havia alcançado em 2015. Portanto, eu não diria que o gasto militar era menos importante no

passado recente; o que mudou é que sua centralidade se tornou muito mais explícita.

Isso é particularmente relevante num contexto em que o governo Trump desvalorizou radicalmente o poder militar americano de três maneiras. A primeira foi o consumo acelerado de estoques de munição equivalentes a cerca de uma década de produção, ou seja, algo que provavelmente levará outros dez anos para ser recomposto. A segunda é que a administração corroeu a reputação do poder militar americano ao demonstrar que os alvos de uma ofensiva dos EUA são capazes de responder com sistemas relativamente simples e baratos. Uma das expressões que circulam hoje é que os americanos estão “usando Ferraris para derrubar frisbees”, ou seja, empregando mísseis de milhões de dólares para derrubar drones de alguns milhares de dólares. A insurgência passou a ser capaz de impor custos materiais concretos ao império em termos de sistemas de armas: toda a infraestrutura de radares no Golfo foi destruída.

A terceira é que a capacidade de dissuasão foi praticamente dissolvida. Os gastos militares estão aumentando porque os sul-coreanos perceberam que os iranianos conseguiram destruir os interceptadores dos quais dependeriam para neutralizar um míssil norte-coreano com ogiva nuclear. Os interceptadores americanos remanescentes também se mostram vulneráveis a sistemas de armas baratos, que a China pode produzir em escala massiva. Como resultado, está em curso um planejamento de expansão maciça da produção militar em diversos países. O Japão, por exemplo, passou a legalizar a exportação de armamentos ofensivos como forma de desenvolver sua própria indústria bélica e integrar atores regionais ao seu sistema militar. O Canadá também começa a apontar na mesma direção com seu novo plano de rearmamento voltado para a União Europeia.

Os países estão pensando cada vez mais seriamente em armas nucleares. Sob Biden, os Estados Unidos poderiam ter sido muito mais agressivos no fornecimento de armamentos de longo alcance à Ucrânia, mas evitaram fazê-lo por receio, entre outros fatores, das capacidades nucleares russas.

Em vez disso, Washington prefere confrontar potências não nucleares, como fez na Líbia, no Irã e no Iraque. Todos os incentivos estratégicos atualmente apontam para o desenvolvimento de capacidades de dissuasão nuclear.

Falando de forma um pouco provocativa, a maioria dos países é perfeitamente capaz de construir armas nucleares. Israel as possui. A África do Sul praticamente chegou a desenvolvê-las antes de encerrar seu programa. Brasil e Argentina avançaram até a metade do caminho. A tecnologia remonta aos anos 1940; o principal obstáculo é obter urânio enriquecido em quantidade suficiente. Francamente, hoje, seria quase insensato não buscar esse tipo de capacidade. E isso é profundamente assustador.

MFS: Ao longo da conversa discutimos momentos em que os Estados Unidos reconfiguraram a ordem global, como no pós-guerra e nos anos 1970. Hoje, muitos interpretam o governo Trump como um agente de transformação da ordem mundial em termos aparentemente autodestrutivos—você mesmo chegou a descrever esse processo como potencialmente suicida. Ao mesmo tempo, porém, essas demonstrações de força parecem reafirmar o caráter sem paralelo do poder americano. Até que ponto uma única administração pode corroer estruturas imperiais tão profundamente consolidadas?

HMS: Impérios normalmente não colapsam por causa de agressões externas. Eles entram em colapso por alguma forma de suicídio. Retomando a discussão sobre as elites, Trump é um exemplo extremo de um quadro dirigente que passa a pensar na própria riqueza e nos próprios interesses imediatos em detrimento da reprodução do sistema como um todo.

Mas até que ponto a tentativa de reconfigurar a ordem mundial é apenas resultado de Trump? As tentativas de reorganizar a ordem internacional em torno de uma nova inflexão histórica claramente antecedem sua chegada ao poder, assim como as próprias contradições que tornaram possível sua vitória eleitoral. Trump não criou esse ponto de inflexão, mas suas ações certamente moldarão seus desdobramentos.

Em termos imperiais, contudo, trata-se de um processo de longa duração. Os efeitos da deterioração do sistema universitário americano, por exemplo, serão sentidos ao longo de décadas, não de semanas. Embora a credibilidade militar dos EUA tenha sido seriamente danificada, o país continua sendo a única potência com capacidade logística e sistemas de comando e controle capazes de sustentar uma guerra global. É possível que o “Imperador Louco” desapareça, outro governo seja eleito e algum grau de restauração ocorra.

Como argumenta Edward Luttwak em seu livro sobre o Império Bizantino, a essência da estratégia bizantina era simples: não entre em guerras que você não pode vencer, porque elas acabarão destruindo o próprio império. O livro foi escrito, em grande medida, como um aviso às elites americanas de defesa e política externa durante a Guerra do Iraque. O caso do Irã hoje é ainda mais irracional. Parte do problema reside no próprio Trump, um líder errático e irresponsável, mas a conjuntura atual também expressa as pressões exercidas por forças sociais poderosas ao seu redor: a indústria do petróleo, o complexo industrial-militar, os falcões anti-Irã e assim por diante. Por isso, considero justificável falar em um império sob vigilância suicida: as elites no centro estão minando ativamente os alicerces do poder americano.



Thuraya Al-Baqami, The Last Shot, 1981.

Geometrias da dissuasão

Eskandar Sadeghi-Boroujerdi

A resiliência iraniana diante da ofensiva israelo-americana

A guerra dos EUA e de Israel contra o Irã reabriu uma questão incontornável desde o início do genocídio em Gaza: como compreender a atual reconfiguração do poder imperial na Ásia Ocidental? Analogias com a diplomacia das canhoneiras do século XIX podem capturar o aspecto teatral da agressão, mas obscurecem seu caráter histórico e institucional. Os ataques incessantes ao território iraniano—que atingiram instalações militares, depósitos de combustível, refinarias de petróleo, uma usina de dessalinização de água e outras infraestruturas civis—revelam um modelo de guerra que não visa atacar apenas as forças armadas, mas o funcionamento básico do Estado. Hoje, os próprios alicerces da vida econômica e social estão na mira do império.

Há décadas, os EUA vêm expandindo intensamente sua presença militar na região: um arquipélago de bases, instalações de radar, grupos de ataque de porta-aviões e redes de vigilância que se estende do Golfo Pérsico ao Mediterrâneo Oriental. Embora possa parecer uma ruptura repentina, a guerra iniciada por Trump e Netanyahu em 28 de fevereiro é, na verdade, o desfecho natural dessa longa campanha contra o Estado e a sociedade iranianos. Sanções, sabotagens, ataques cibernéticos e operações secretas nunca foram alternativas à intervenção militar direta, mas sua preparação. A mesma sequência de eventos foi registrada no Iraque e na Líbia, onde períodos de pressão constante também culminaram em ataques armados de grande escala. Primeiro o sufocamento, depois a destruição.

No ensaio “*Decolonizing Decolonization*”, o historiador Frederick Cooper alertou que o discurso da descolonização induz à falsa impressão de que o poder imperial está recuando linearmente, quando o que vemos no mundo todo atualmente é sua persistência, reconstrução e adaptação. Para Cooper, o conceito de “reimperialização” seria mais adequado para representar essa nova realidade. Essa tese, que parece cada vez mais plausível à luz dos desdobramentos na Ásia Ocidental desde outubro de 2023, reflete-se na recente trajetória do Irã: um estudo de caso revelador tanto dos contornos do poder americano atual quanto dos mecanismos que o sustentam.

O que se segue é um relato sobre o aparato imperial construído para minar a República Islâmica, como ele deu origem à doutrina de dissuasão única do país e como lançou as bases para o conflito atual. O exame dessa trajetória permite compreender até que ponto a subversão econômica e o poderio militar, longe de serem descontínuos, fazem parte de uma estratégia integrada que a potência hegemônica utiliza para frustrar as aspirações de soberania e desenvolvimento em Estados que estão fora do núcleo capitalista. Os EUA transformaram sua posição privilegiada nas redes financeiras e informacionais globais em um instrumento de poder coercitivo bruto, regulando o acesso do Irã às condições materiais necessárias para sua própria existência econômica. O Irã, no entanto, também se valeu das interdependências da economia mundial contemporânea para reagir contra seus oponentes e frustrar aspirações de mudança de regime.

Regimes de coerção

A República Islâmica foi forjada no calor da revolução e de uma guerra prolongada com o Iraque. A Revolução de 1979 ocorreu num momento em que os processos formais de descolonização já estavam, em grande parte, concluídos, e os Estados recém-independentes precisavam lidar com uma série de restrições neocoloniais. Para muitos movimentos revolucionários da época, a Guerra Fria não foi uma disputa ideológica entre dois sistemas, mas uma reorganização geopolítica na qual padrões históricos de competição imperial persistiram. O paradigma do confronto bipolar não foi capaz de expressar o quanto o conflito global ainda era moldado por projetos rivais de dominação, tanto capitalistas quanto comunistas, que sufocavam e distorciam as ambições mais radicais das sociedades recém-libertadas do domínio colonial. À medida que o debate sobre os limites e as contradições do desenvolvimento pós-colonial se intensificava no Norte e no Sul global, crescia o ceticismo em relação às promessas emancipatórias de libertação nacional.

Nesse contexto geopolítico conturbado, a recuperação da independência política era um elemento central do ethos governamental do Irã

revolucionário. O slogan “Nem Oriente nem Ocidente” sintetizava a busca por autodeterminação e soberania em meio à rivalidade entre superpotências e às hierarquias duradouras do mundo pós-colonial. As décadas seguintes, no entanto, evidenciaram os limites dessa abordagem. A autonomia era uma meta difícil de se alcançar em um sistema internacional pautado por assimetrias financeiras e técnico-militares. A forma de poder imperial que emergiu nesse período—suplantando modelos anteriores de governança colonial direta—, baseada na articulação entre poder militar e coerção econômica, passou a determinar as condições de participação, comércio e acumulação em países como o Irã.

Ao designar o Golfo Pérsico como uma zona de interesse estratégico vital, a Doutrina Carter foi decisiva para a instauração dessa nova forma de poder imperial, preparando o terreno para que a administração de Reagan promovesse uma ampla expansão naval, operações de troca de bandeiras durante a Guerra dos Petroleiros e a normalização da presença militar permanente dos EUA na região. Esses desenvolvimentos culminaram na criação do Comando Central dos Estados Unidos, que transformou o que antes era um conjunto de intervenções discretas e contingentes em uma infraestrutura burocrática e operacional de projeção de força permanente em toda a região. A militarização foi, em parte, financiada pela própria reciclagem dos petrodólares árabes pelo sistema financeiro estadunidense, processo que ajudou a consolidar a arquitetura financeira por meio da qual os EUA viriam posteriormente a exercer poder coercitivo sobre países como o Irã.

Outros instrumentos coercitivos, como sanções financeiras, jurisdição extraterritorial, operações de inteligência e restrições tecnológicas, passaram a compor um repertório de poder que permitia exercer pressão sem recorrer exclusivamente à intervenção militar direta. Após o colapso da União Soviética, esses instrumentos assumiram uma centralidade estratégica ainda maior. O efeito dessa abordagem, mais do que a simples degradação das capacidades estatais de países periféricos, foi a sua reconfiguração. Quando um Estado sofre ameaças externas, é comum que seus aparatos de segurança se expandam enquanto suas funções de desenvolvimento, bem-estar e

regulamentação se deterioraram. A campanha contra o Irã provocou justamente esse desequilíbrio, reforçando instituições de controle e sobrevivência e restringindo aquelas associadas à coordenação econômica e à prestação de serviços sociais. O país não sucumbiu à pressão imperial, tampouco simplesmente resistiu a ela, mas passou por um processo de transformação seletiva.

No linguajar convencional das relações internacionais, o Irã é frequentemente descrito como uma potência média, dada a sua capacidade de exercer influência na região imediata. Mas isso capta apenas um aspecto de sua complexa posição geopolítica. O Irã ocupa, na verdade, um lugar semiperiférico no capitalismo global, combinando capacidade estatal e alcance regional relativamente fortes com uma dependência persistente de infraestruturas financeiras, circuitos comerciais e sistemas tecnológicos controlados por países do Norte global. Nas últimas décadas, a tradicional dicotomia centro-periferia foi reconfigurada. Agora, Estados semiperiféricos se encontram em uma situação de autonomia desigual e condicionada: conseguem moldar desdobramentos regionais apesar de permanecerem extremamente vulneráveis à coerção externa, particularmente no âmbito do comércio e das finanças globais.

A arma econômica

Aqui, as sanções econômicas têm um papel crucial. Embora sejam tipicamente apresentadas como um instrumento de diplomacia ou um meio-termo entre a negociação e o uso das forças armadas, Nicholas Mulder nos lembra de suas verdadeiras origens históricas. No entreguerras, as sanções representavam uma intensificação do conflito bélico, estendendo sua violência à própria vida econômica. “A arma econômica”, escreve Mulder, “era a essência da guerra total”. As sanções impostas ao Irã mostram como esse método de coerção faz com que o conflito se espalhe por toda a sociedade e se torne uma condição endêmica, gerando instabilidade constante nas esferas monetária, produtiva e política do país.

Sanções contra a República Islâmica emergiram praticamente em paralelo à consolidação da própria ordem revolucionária. Em novembro de 1979, após a crise dos reféns, o governo Carter congelou aproximadamente US\$ 12 bilhões em ativos iranianos mantidos em instituições financeiras americanas e impôs um embargo comercial ao país. Mais do que mera reação à crise, essa foi a primeira etapa de uma estratégia mais ampla adotada por sucessivos governos americanos para salvaguardar interesses de atores financeiros e corporativos dos Estados Unidos. Nas décadas seguintes, as sanções foram intensificadas, evoluindo de um conjunto de medidas relativamente direcionadas para uma estratégia de restrição econômica completa, como evidenciou a política de “contenção dupla” dirigida tanto ao Irã quanto ao Iraque.

As consequências devastadoras da “contenção dupla” tornaram-se particularmente evidentes no Iraque, onde sanções abrangentes, respaldadas pela ONU após a expulsão das forças iraquianas do Kuwait em 1991, provocaram escassez generalizada, colapso da infraestrutura e um sofrimento massivo da população civil. Embora o Programa Petróleo por Alimentos de 1995 tenha possibilitado a canalização de receitas petrolíferas limitadas para fins humanitários, também submeteu a sociedade iraquiana a novas formas de vigilância e controle. Isso, por sua vez, favoreceu a formação de economias informais e circuitos ocultos de poder, fortalecendo a corrupção, os esquemas de propina e as redes de contrabando: criando, em suma, uma disfunção sistêmica generalizada. Posteriormente, o governo Clinton adotou uma versão refinada dessa abordagem contra o Irã por meio de uma série de decretos que proibiam o comércio e o investimento e da promulgação, em 2016, da Lei de Sanções contra o Irã e a Líbia, que ampliou o alcance das sanções para além das fronteiras iranianas, visando empresas estrangeiras que investissem no setor energético do país.

Embora uma análise abrangente da política de sanções dos EUA esteja além do escopo deste ensaio, é possível apontar um ponto de inflexão crucial para a criação das condições que levaram à guerra atual. A adoção das chamadas “sanções paralisantes” pelo governo Obama representou uma mudança qualitativa em termos de lógica e escala: o *Comprehensive Iran Sanctions*,

Accountability, and Divestment Act (CISADA) de 2010 intensificou e ampliou o alcance das restrições. Por meio da ameaça de exclusão de instituições financeiras estrangeiras do mercado norte-americano, a legislação estendeu as pressões coercitivas para muito além das relações bilaterais. Essa mudança tornou-se plenamente evidente entre 2011 e 2012, quando os EUA passaram a classificar todo o sistema financeiro iraniano como um domínio de atividades ilícitas, ameaçando aplicar medidas punitivas a qualquer instituição que se envolvesse com ele. Bancos estrangeiros enfrentaram penalidades severas—o BNP Paribas, por exemplo, recebeu uma multa bilionária—e a legislação americana passou a visar qualquer instituição financeira que realizasse transações com o Banco Central do Irã *a não ser* que as importações de petróleo fossem reduzidas sob supervisão dos Estados Unidos. A União Europeia, por sua vez, impôs um embargo ao petróleo, proibiu o seguro de cargas iranianas e congelou ativos do Banco Central. O isolamento do Irã se aprofundou ainda mais com a exclusão dos bancos iranianos do sistema de mensagens financeiras SWIFT em 2012, provocando um aumento acentuado nos custos e na complexidade das transações internacionais.

O endurecimento dessas restrições financeiras não suprimiu a capacidade do Irã de conduzir algum comércio exterior, mas reconfigurou os canais por meio dos quais ele passou a ocorrer. Em vez de interromper as trocas, as sanções as deslocaram para circuitos alternativos, mais fragmentados, indiretos e difíceis de monitorar. Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica surgiu logo após a exclusão do Irã do SWIFT. Privados do acesso aos canais financeiros convencionais, agentes iranianos passaram a recorrer a mecanismos de compensação baseados em commodities. No comércio energético com a Turquia, os pagamentos pelo gás natural eram feitos em liras turcas e depositados em contas locais, posteriormente utilizadas para a compra de barras de ouro. As exportações turcas de ouro para o Irã dispararam, alcançando US\$ 1,8 bilhão apenas em julho de 2012. À medida que o escrutínio aumentava, essas transações passaram a ser redirecionadas via Dubai, um tradicional centro de evasão de sanções. As exportações turcas de ouro para os Emirados Árabes Unidos saltaram de US\$ 7 milhões

em julho para US\$ 1,9 bilhão em agosto de 2012, com cerca de 36 toneladas transferidas em um único mês. Grande parte desse ouro foi movimentada por meio de redes fragmentadas de transporte, explorando [brechas legais](#) nas regulamentações alfandegárias, antes de ser reexportada para o Irã por meio de complexos circuitos comerciais e marítimos. Como observa Bryan Early, episódios como este revelam tanto a capacidade adaptativa dos Estados sancionados quanto o papel crucial de agentes intermediários externos—inclusive de aliados formais da potência sancionadora—na erosão da eficácia dessas restrições financeiras.

Em seu conjunto, as sanções levaram a uma reestruturação da posição do Irã no sistema financeiro global. Além de impor limites a transações ou setores específicos, elas alteraram toda a infraestrutura de pagamentos transfronteiriços, liquidações e intercâmbios financeiros. O controle exercido por Washington sobre a arquitetura financeira global—redes centradas na compensação em dólares, no sistema de bancos correspondentes e em mecanismos regulatórios amplamente controlados por instituições estadunidenses—permitiu a imposição de restrições de liquidez, a criação de instabilidade cambial, a elevação dos custos de transação e a disrupção dos mecanismos de pagamento essenciais para o comércio internacional. Os EUA alavancaram sua autoridade jurisdicional sobre os nós centrais do sistema financeiro global, fenômeno que Farrell e Newman caracterizam como uma estratégia de “interdependência armada”. As sanções passaram a funcionar menos como um instrumento diplomático e mais como uma técnica de governança, uma forma de “imperialismo em rede”.

Esse tipo de poder em rede opera tanto por meio da *visibilidade* quanto da exclusão. Farrell e Newman definem como “efeito panóptico” a forma como as infraestruturas de vigilância e monitoramento, incorporadas aos sistemas financeiros globais, conferem aos EUA uma capacidade excepcional de monitorar transações, relações institucionais e fluxos monetários de todo o mundo. A atividade financeira conduzida por meio de sistemas globalmente integrados de mensagens, compensação e liquidação está sujeita a uma rigorosa supervisão regulatória, permitindo a identificação de contrapartes,

intermediários e padrões de troca. Isso dá aos EUA condições informacionais que possibilitam a interrupção seletiva. As transações iranianas denominadas em dólares, que dependem de redes de bancos correspondentes ou são mediadas por plataformas financeiras reguladas internacionalmente, permanecem dependentes de infraestruturas efetivamente controladas pelos Estados Unidos, o que as torna vulneráveis a políticas como o congelamento de ativos ou a imposição de sanções secundárias.

Para entidades iranianas e suas contrapartes estrangeiras, a participação nos circuitos financeiros globais torna-se, assim, uma questão de conformidade antecipada: elas precisam adaptar seu comportamento para evitar os riscos associados à desconexão dos mecanismos centrais de compensação e liquidação. A vigilância e a exclusão operam em conjunto, possibilitando o exercício de disciplinamento econômico sem a necessidade de intervenção direta. “Mesmo quando isentas por razões humanitárias”, escreve Vira Ameli, “empresas públicas e privadas frequentemente optam por uma ‘sobreerregulação’ em relação às sanções primárias e secundárias dos Estados Unidos, a fim de evitar o risco de punição por violar as normas do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros [*Office of Foreign Assets Control*, ou OFAC] e preservar suas relações econômicas com empresas americanas.”

Richard Nephew, um dos principais arquitetos da política de sanções dos EUA, que atuou no Conselho de Segurança Nacional do governo Obama como Diretor para Assuntos Iranianos antes de se tornar Coordenador Adjunto Principal para a Política de Sanções no Departamento de Estado, fornece um relato revelador da estratégia subjacente à guerra econômica contra o Irã. Suas reflexões sobre o CISADA merecem ser citadas em detalhe:

Através dessa disposição—que foi arduamente negociada por representantes dos poderes Executivo e Legislativo desde 2009—, os Estados Unidos ganharam o poder de bloquear o acesso de bancos estrangeiros ao sistema financeiro americano caso se constatasse que esses bancos processavam transações *para instituições financeiras iranianas sancionadas pelos EUA ou para a Guarda Revolucionária Islâmica. Com*

a expansão da lista americana de bancos iranianos sancionados, o sistema financeiro internacional passou a operar sob o risco de que qualquer transação com o Irã pudesse implicar a perda de acesso aos Estados Unidos. Ainda que algumas instituições financeiras sem vínculos com os EUA pudessem sobreviver a isso sem grandes dificuldades, bancos multinacionais preocuparam-se com essa disposição e aderiram à corrida de entidades que abandonaram negócios com o Irã. A verdade nua e crua era que o Irã representava um mercado lucrativo, mas os EUA ainda mais. Simplesmente não fazia sentido econômico arriscar o acesso aos EUA pelas oportunidades existentes no Irã.” (grifo nosso)

Indicadores agregados são incapazes de captar integralmente o impacto dessas políticas. As sanções afetam os horizontes temporais do país-alvo, fazendo com que as decisões de investimento se tornem arriscadas, a aquisição de tecnologia incerta e o planejamento de longo prazo estruturalmente prejudicado. A volatilidade cambial, as pressões inflacionárias e a fuga de capitais são características intrínsecas de um regime de sanções no qual a atividade econômica se torna cada vez mais subordinada à gestão de crises, enquanto estratégias produtivas dão lugar a comportamentos especulativos e de sobrevivência. Nessas condições, todo o ambiente no qual atores econômicos e forças sociais mais amplas operam é definido pela instabilidade.

Essas rupturas macroeconômicas impulsionaram profundas reconfigurações sociais no Irã. Como demonstra a análise de Ameli dos dados nacionais e do Banco Mundial, as sanções foram intensificadas num momento em que o país havia alcançado reduções substanciais nas taxas de pobreza, que caíram de mais de 20% em 2000 para menos de 10% em 2010. Esse avanço foi revertido em menos de uma década, e cerca de 30% da população voltou a viver abaixo da linha de pobreza definida nacionalmente. A corrosão dos avanços desenvolvimentistas não deve ser compreendida simplesmente como uma desaceleração cíclica, mas como consequência de uma prolongada instabilidade cambial, de choques de preços e da deterioração da renda real. Outro relato de Nephew, de 2012, explica como as pressões sistêmicas se traduziram em impactos de grande repercussão política e social:

Naquele ano, apesar de os Estados Unidos não terem obstruído a importação de frango pelo Irã, os preços deste produto triplicaram devido à inflação provocada pelas sanções, que foi agravada pela má gestão da economia iraniana. É possível que esse aumento tenha provocado, de uma só vez, mais frustração do que anos de restrições financeiras. Isso porque a interferência das sanções no abastecimento de frango coincidiu com importantes períodos festivos iranianos, nos quais a carne de frango é um componente central.

As sanções nunca foram capazes de provocar um colapso repentino e total. Seus efeitos sempre foram irregulares, cumulativos e sujeitos à mediação setorial e institucional. O Estado, por sua vez, continuou desempenhando um papel ativo na gestão de crises. Mesmo sob restrições abrangentes, partes da economia iraniana demonstraram um alto grau de resiliência. Entre 2011 e 2015, auxiliado em parte pelas exportações não petrolíferas e pelos efeitos residuais de receitas petrolíferas anteriores, o Irã conseguiu manter uma balança de pagamentos positiva. O programa de reformas nos subsídios implementado pelo governo Ahmadinejad em 2010, após anos de debate interno, substituiu as extensas subvenções ao setor energético por transferências de renda quase universais, entregues diretamente às famílias. Esse sistema funcionou como um importante amortecedor no período subsequente de intensificação das sanções, ajudando a proteger os grupos de baixa renda e contribuindo para um declínio mensurável da desigualdade: o índice de Gini caiu de cerca de 0,45 na década de 2000 para aproximadamente 0,37 no início da década de 2010.

Políticas de expansão do crédito e programas habitacionais apoiados pelo Estado também injetaram liquidez substancial na economia, tensionando a suposição de que sanções inevitavelmente geram austeridade. Mas o efeito amortecedor revelou-se efêmero. Embora as intervenções redistributivas tenham mitigado o choque imediato e reduzido a desigualdade, não conseguiram compensar as consequências de longo prazo das sanções, que, com o tempo, começaram a exercer séria pressão sobre a capacidade produtiva e o sistema político do Irã.

Ascensão e queda do JCPOA

Foi nesse contexto de resiliência parcial, em que pressões sistêmicas coincidiram com uma capacidade de adaptação limitada, que o Plano de Ação Conjunto Global [*Joint Comprehensive Plan of Action*, ou JCPOA] passou a dominar a agenda. As negociações do acordo foram conduzidas pelo governo de centro-direita de Hassan Rouhani, eleito em 2013 com a promessa de aliviar as pressões econômicas por meio da diplomacia e garantir o alívio das sanções pela reabertura dos canais de diálogo com os EUA e a restauração das relações com a União Europeia. O mote de sua campanha eleitoral, de que “as centrífugas [dos reatores nucleares] devem girar, mas a vida do povo e a economia também”, capturou uma convergência mais ampla entre diferentes facções de poder do sistema político iraniano que reconheciam que a estabilização econômica havia se tornado uma necessidade política.

A implementação do acordo proporcionou ao Irã um alívio macroeconômico genuíno, ainda que breve. Impulsionado principalmente pela rápida recuperação das exportações de petróleo, o crescimento do PIB acelerou fortemente em 2016, ano seguinte à assinatura do acordo, enquanto a inflação recuou para um patamar de um dígito pela primeira vez em anos. As pressões cambiais diminuíram temporariamente, as receitas externas melhoraram e as expectativas de reintegração parcial nos mercados globais alteraram o comportamento dos investidores e o sentimento econômico. Embora essa recuperação tenha sido limitada e fortemente dependente dos hidrocarbonetos, ela ainda assim produziu importantes efeitos estabilizadores. O JCPOA criou condições nas quais a ampliação do investimento estrangeiro, das trocas tecnológicas e dos fluxos comerciais e turísticos parecia possível—e talvez efetivamente avançasse, caso o regime de alívio das sanções tivesse sido preservado.

A sobrevivência do JCPOA, no entanto, dependia dos caprichos da Casa Branca, que se reservava o direito de revogá-lo por meio de decisões executivas. Enquanto o alívio era concedido sob condições muito restritas, as sanções podiam ser reestabelecidas unilateralmente a um custo insignificante

para os EUA. Isso continuou a afetar o panorama de investimentos no Irã, tornando quaisquer compromissos de longo prazo de empresas multinacionais profundamente incertos. E, como os comentaristas mais céticos já suspeitavam, as capacidades coercitivas que nunca haviam sido verdadeiramente abandonadas sob o JCPOA foram reativadas quando Trump assumiu a Casa Branca em 2017. Sua política de “pressão máxima”, iniciada com a saída dos EUA do JCPOA no início de 2018, expandiu as sanções da era Obama a um grau sem precedentes, voltando a atingir exportações de petróleo, transações financeiras e um conjunto cada vez mais amplo de entidades privadas.

Tratava-se de uma diferença de grau, não de natureza. O retorno do Partido Republicano ao Executivo agravou problemas criados por administrações americanas anteriores: contração das receitas petrolíferas, desvalorização cambial e alta dos preços. Após o desmonte do JCPOA, em maio de 2018, as exportações iranianas de petróleo despencaram de aproximadamente 2,8 milhões de barris diários para algo em torno de 300 mil em 2019, provocando uma queda dramática das receitas em moeda estrangeira. O rial sofreu uma forte desvalorização, enquanto a inflação se aproximou dos 40%, corroendo o poder de compra e intensificando as pressões distributivas sobre os setores dependentes de salários. O congelamento de dezenas de bilhões de dólares em receitas petrolíferas iranianas mantidas em instituições financeiras no exterior restringiu ainda mais o acesso à liquidez externa, ampliando a instabilidade cambial e reforçando a dinâmica de crise. O Estado iraniano responderia repetidamente a essas pressões por meio de medidas adaptativas destinadas a estabilizar a economia e sustentar os fluxos de receita. A resiliência não assumiu a forma de retração, mas de reconfiguração. Agentes econômicos iranianos redirecionaram o comércio para novos parceiros e produtos, aprofundando, em vez de abandonar, sua integração à economia global. Nesse sentido, adaptação e desgaste avançaram lado a lado: tais respostas mitigaram colapsos imediatos, ao mesmo tempo em que consolidaram formas mais difusas e cumulativas de distorção tanto nas instituições estatais quanto na vida social.

Estatalidade assimétrica

As sanções não enfraqueceram o Estado de forma uniforme ou mecanicista. Como o próprio Nephew reconheceu implicitamente, a desorganização econômica interage com estruturas já existentes de privilégio, poder e vulnerabilidade. O prolongado isolamento financeiro do Irã acelerou a expansão de redes econômicas paraestatais e vinculadas aos aparatos de segurança, mais bem posicionadas para operar em canais restritos do comércio internacional. Práticas de informalização, arbitragem e intermediação rentista passaram a proliferar, redistribuindo riscos econômicos enquanto consolidavam formas de governança cada vez mais opacas e intrincadas. O regime de sanções produziu, de um lado, a erosão da capacidade produtiva de base ampla; de outro, o fortalecimento de determinados grupos capazes de transformar escassez e volatilidade em fontes de lucro.

O caso de Ali Ansari e do Banco Ayandeh ilustra bem essa dinâmica. Ansari, um proeminente empresário iraniano cuja família fundou o banco, foi sancionado pelo Reino Unido em outubro de 2025, em meio a alegações de que redes financeiras associadas ao Ayandeh teriam facilitado transações ligadas à Guarda Revolucionária. Ao mesmo tempo, reportagens investigativas sugeriam que Ansari possuía um extenso portfólio imobiliário na Europa, supostamente avaliado em centenas de milhões de euros. A justaposição é reveladora: à medida que o balanço do Banco Ayandeh se deteriorava e milhares de correntistas iranianos enfrentavam a perspectiva de perder suas economias, a riqueza permanecia concentrada em redes financeiras politicamente conectadas, que continuavam a operar através das fronteiras e para além das restrições impostas pelas sanções.

Isso ajuda a explicar por que as sanções raramente conseguem converter pressão econômica agregada em capitulação política: as elites estatais podem transferir os custos da desorganização econômica para o restante da sociedade enquanto protegem a si próprias e seus aliados. No caso iraniano, observa-se precisamente essa dinâmica de *estatalidade assimétrica*: atores inseridos em redes paraestatais e vinculadas aos aparatos de segurança dispõem de acesso

diferenciado a divisas, circuitos informais de comércio e proteção política. O resultado é uma distribuição estruturalmente desigual tanto dos riscos quanto das oportunidades. A instabilidade financeira é socializada por meio da inflação, da desvalorização cambial e das perdas dos correntistas, enquanto agentes inseridos nessas redes opacas preservam a capacidade de manter e até de ampliar sua riqueza.

O caso Ayandeh mostra como a volatilidade induzida pelas sanções não simplesmente enfraquece o Estado, mas reorganiza a economia política da crise de maneiras que fortalecem intermediários operando na interseção entre finanças e segurança. Ao fazê-lo, reforça formas de governança menos transparentes e menos sujeitas ao escrutínio público. As sanções tendem, assim, a consolidar próprias as estruturas elitistas que supostamente pretendem constranger.

Pesquisas empíricas realizadas demonstram a magnitude dessa reestruturação no Irã. Segundo a análise de Mohammad Reza Farzanegan e Nader Habibi, as sanções “levaram a uma redução média anual de 17 pontos percentuais no tamanho da classe média iraniana entre 2012 e 2019”. Evidências complementares indicam que, desde 2011, cerca de oito milhões de pessoas deixaram a classe média e passaram a integrar estratos de baixa renda, enquanto a população vivendo abaixo da linha da pobreza cresceu em mais de quatro milhões. Esse quadro é reforçado por análises mais recentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, segundo as quais o PIB per capita do Irã despencou de US\$ 8 mil para US\$ 5 mil entre 2012 e 2024. A instabilidade produzida pelas sanções converteu-se em um mecanismo de reestratificação social, comprimindo parcelas das camadas médias e intensificando as pressões sobre famílias assalariadas.

Esse é o contexto fundamental das ondas de protesto que começaram a eclodir a partir de 2017–18. Grandes manifestações nacionais irromperam no Irã em dezembro de 2017, novembro de 2019 e novamente durante o outono e o inverno de 2022–23, quando o movimento “Mulher, Vida, Liberdade” foi formado. Novos levantes voltariam a ocorrer em janeiro de 2026 e seriam

recebidos com uma repressão estatal excepcionalmente violenta, na qual acredita-se que vários milhares de manifestantes tenham sido mortos—a Human Rights Activists News Agency estima cerca de 7 mil vítimas—, configurando um dos episódios mais sangrentos da história da República Islâmica. Isso não significa que as mobilizações possam ser reduzidas apenas a queixas econômicas, mas a prolongada estagnação e a condição precária da economia política iraniana, aliadas ao aprofundamento da desigualdade e à deterioração da renda real, constituíram o pano de fundo para a recorrência cíclica dessas revoltas e a expansão de sua base social.

Mais uma vez, as palavras de Richard Nephew revelam que esse não foi um resultado accidental, mas parte do próprio desenho da política de sanções. “Moeda forte”, recorda ele, “saía do país enquanto bens de luxo entravam, e começaram a surgir relatos no Irã sobre o agravamento da desigualdade de renda e da inflação. Isso foi uma escolha, uma decisão tomada com base na ideia de aumentar a pressão interna sobre o governo iraniano.” O impacto das sanções assume, assim, a forma de uma redistribuição sistemática da insegurança e das vantagens adaptativas no conjunto da sociedade. A ausência de confronto militar aberto não significou a suspensão do conflito, mas sua reorganização por meio de mecanismos econômicos e financeiros cuja violência é mais lenta, embora não menos consequente, e cujos efeitos são mais difusos, porém mais duradouros: a reconfiguração das relações de classe, o fortalecimento das instituições de segurança, a degradação da capacidade produtiva e a normalização de condições permanentes de crise.

Apesar das mudanças retóricas e de limitadas iniciativas diplomáticas, o governo Biden manteve o núcleo do regime de sanções intacto, deixando de enquadrá-lo como um conjunto de medidas emergenciais e passando a tratá-lo como instrumento convencional da política externa americana, processo que Trump voltou a fortalecer em 2025. Isso corresponde a uma transformação mais ampla no exercício do poder imperial, em que a coerção foi gradualmente rotinizada, desvinculada de crises específicas e incorporada ao funcionamento cotidiano da ordem econômica global. Cada nova administração estadunidense herda não apenas as políticas de suas antecessoras, mas

também um conjunto de capacidades infraestruturais cada vez mais isoladas da influência democrática e responsáveis por impor sofrimento agudo a nações periféricas e semiperiféricas.

Dissuasão, militarização e sobrevivência

Ainda que as sanções tenham sido o principal componente econômico da campanha contra a República Islâmica, a intenção nunca foi utilizá-las isoladamente. A pressão financeira sempre esteve acompanhada da ameaça—e da aplicação periódica—da força militar, com as fronteiras entre coerção econômica e intervenção armada tornando-se cada vez mais difusas nos últimos anos. Desde o início da “Guerra ao Terror”, o Irã viu-se cercado pela expansão da infraestrutura do império estadunidense. As invasões e ocupações do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003 posicionaram forças dos EUA nas fronteiras oriental e ocidental do Irã, enquanto os EUA consolidavam uma densa presença militar no Golfo Pérsico por meio de bases no Catar, Bahrein, Kuwait e nos Emirados Árabes Unidos. Grupos de ataque de porta-aviões passaram a circular continuamente pelo Golfo e pelo Mar Árábico, enquanto sistemas de vigilância e instalações de defesa antimísseis se multiplicavam, transformando a região em uma das zonas mais militarizadas do planeta.

Operações israelenses também constituíram um componente central dessa estratégia híbrida. Ao longo das últimas duas décadas, cientistas e outros quadros ligados ao programa nuclear iraniano foram repetidamente alvo de campanhas de assassinato. As restrições econômicas foram complementadas com sabotagens industriais, operações cibernéticas—como o ataque do vírus Stuxnet a instalações nucleares—e constante infiltração de serviços de inteligência, submetendo o Estado iraniano a uma pressão estratégica contínua. Foi sob essas condições que a doutrina contemporânea de dissuasão do Irã começou a tomar forma.

A Guerra Irã–Iraque expôs a vulnerabilidade aguda do Estado revolucionário diante de um ataque convencional conduzido por um adversário

materialmente superior e mais bem armado, revelando tanto os limites das capacidades militares do Irã quanto as restrições impostas por seu relativo isolamento no sistema internacional. Os estrategistas iranianos, porém, não buscaram apenas compensar essas fragilidades elevando os custos de uma intervenção externa em um sentido estritamente reativo. Desenvolveram também uma doutrina de “defesa avançada”, baseada no deslocamento do conflito para além das fronteiras iranianas. Isso envolveu cultivar relações com atores armados aliados não estatais, expandir sua influência sobre os conflitos e espaços estratégicos da região e inserir a dissuasão em redes transnacionais capazes de operar abaixo do limiar da guerra convencional.

A guerra assimétrica não era apenas um substituto de segunda ordem para a força convencional, mas uma reconfiguração estratégica de como e onde o conflito seria travado, manobra que buscava externalizar o risco, fragmentar os ambientes operacionais dos adversários e tornar a escalada difusa, prolongada e difícil de conter. As invasões do Afeganistão e do Iraque reforçaram a necessidade dessa virada estratégica. Embora o colapso do regime de Saddam Hussein tenha removido o principal rival regional do Irã, também reconfigurou profundamente seu ambiente de segurança ao posicionar forças dos EUA diretamente em seus flancos oriental e ocidental. Isso conferiu nova urgência à doutrina de defesa avançada, entendida como uma forma de moldar preventivamente o equilíbrio regional de poder e forçar qualquer confronto a se desenrolar simultaneamente em múltiplos âmbitos operacionais.

Foi nesse contexto que o Irã buscou constituir, em coordenação com seus aliados, aquilo que posteriormente seria chamado de “Eixo da Resistência”: uma rede relativamente flexível de movimentos políticos e organizações armadas aliadas espalhadas pelo Iraque, Síria, Líbano, Iêmen e Palestina. O objetivo não era alcançar paridade militar com os EUA ou Israel, mas criar um ambiente dissuasório no qual os custos de um ataque direto se tornassem proibitivamente altos. A estratégia refletia a condição de um Estado semiperiférico e potência média aspirante diante de uma correlação de forças militares profundamente desfavorável, além de severas restrições fiscais.

A dissuasão não prometia vitória, mas era cuidadosamente calibrada para garantir a sobrevivência do sistema islâmico.

Paralelamente a essa arquitetura regional, Teerã investiu fortemente no desenvolvimento de mísseis, drones e estratégias de dissuasão em camadas. As origens do programa iraniano de mísseis também remontam à experiência da Guerra Irã–Iraque, quando ataques iraquianos com mísseis provocaram grandes danos a cidades iranianas, levando os planejadores militares do país à conclusão de que a dependência de fornecedores estrangeiros para sistemas avançados de armamentos era insustentável. Figuras como o comandante da Guarda Revolucionária Hassan Tehrani Moghaddam começaram, então, a lançar as bases do que se tornaria a principal capacidade dissuasória do Irã, supervisionando a produção de mísseis balísticos—incluindo os sistemas Shahab, Ghadr e Sejil—capazes de atingir alvos em toda a região ampliada. A estratégia era simples: se o Irã não poderia igualar o poder militar convencional de seus adversários, ainda assim seria capaz de ameaçar infraestruturas críticas e instalações militares ao longo do Golfo e do Mediterrâneo Oriental, elevando drasticamente os custos de um ataque para Israel e os EUA.

Por quase duas décadas, essa estratégia obteve algum sucesso. Apesar das repetidas crises, dos ataques encobertos e da intensificação das sanções, a República Islâmica evitou o destino do Iraque e da Líbia. Sua rede de dissuasão—que combinava alianças regionais, capacidade balística e potencial nuclear—impôs restrições reais ao processo decisório dos Estados Unidos e de Israel. Ainda assim, tratava-se de um equilíbrio frágil e dependente de uma correlação regional de forças permanentemente instável e contestada. Esse equilíbrio finalmente começou a se desfazer após o 7 de outubro, quando a escalada da ofensiva israelense e o ataque sistemático a aliados iranianos enfraqueceram decisivamente o “Eixo” que sustentava a posição do Irã na Ásia Ocidental. O Hezbollah, há muito considerado o mais importante aliado regional do Irã, sofreu perdas severas em sua liderança e infraestrutura, enquanto a queda do regime de Bashar al-Assad na Síria enfraqueceu ainda mais o corredor logístico e político que ligava o Irã ao Líbano. O que antes

funcionava como uma rede distribuída de dissuasão encontrava-se agora em processo de fragmentação.

Em resposta a esse horizonte cada vez mais sombrio, o Irã adotou uma postura deliberadamente ambígua em relação à sua estratégia nuclear: preservou capacidades de enriquecimento e continuou avançando em seu programa, mas sem embarcar na produção efetiva de armas atômicas. O objetivo era ocupar a precária posição de um Estado no limite, mantendo certo grau de capacidade dissuasória e recusando-se a abrir mão do que considerava um direito soberano ao enriquecimento nuclear para fins pacíficos, ao mesmo tempo em que insistia em sua disposição para negociar uma solução diplomática. Para evitar uma guerra em grande escala, o país estava disposto a aceitar termos comparáveis ou talvez até mais rigorosos do que os do JCPOA. Para Israel e muitos de seus aliados em Washington, no entanto, mesmo essa postura cuidadosamente calibrada era inaceitável. A mera possibilidade de que o Irã, um dia, convertesse suas capacidades latentes em uma dissuasão operacional era percebida por Israel como uma limitação—ainda que modesta—a seu suposto direito de dominar uma região tratada, há muito, como sua reserva estratégica exclusiva. A liderança iraniana parece ter subestimado a ferocidade do ataque que sua estratégia ambígua acabaria por provocar.

Da Rising Lion à Epic Fury

A inflexão decisiva ocorreu com a Operação Rising Lion, um ataque surpresa israelense lançado em junho de 2025 que matou altos integrantes da liderança da Guarda Revolucionária e das Forças Armadas iranianas, além de uma dúzia de cientistas nucleares. Em seguida, os EUA lançaram a Operação Midnight Hammer, ofensiva coordenada destinada a destruir as três principais instalações nucleares do Irã. Mas, apesar da destruição provocada pela Guerra dos Doze Dias, a campanha americano-israelense parecia estranhamente inconclusa. Em meio ao precário cessar-fogo que se seguiu, tudo indicava que

os agressores haviam lançado a primeira fase de um confronto mais amplo e, agora, se reorganizavam para um conflito prolongado.

A fase seguinte começou quando os EUA enviaram reforços navais adicionais para a região, incluindo o *USS Abraham Lincoln* e, posteriormente, o *USS Gerald R. Ford*. A escalada militar ocorreu paralelamente a um processo diplomático ativo: após meses de impasses, negociações indiretas entre autoridades americanas e iranianas, mediadas pelo Omã e apoiadas pelo Catar e por interlocutores europeus, foram retomadas no início de 2026. Nas últimas semanas de fevereiro, as conversas já haviam produzido o que mediadores e participantes descreveram como “avanços concretos”, incluindo discussões sobre limites ao enriquecimento de urânio, mecanismos ampliados de verificação e um alívio gradual das sanções, com novas negociações técnicas em Viena já previstas.

Porém, no último dia de fevereiro de 2026, o governo Trump interrompeu abruptamente as negociações diplomáticas e mergulhou os EUA em mais uma guerra imperial na Ásia Ocidental. A ofensiva, batizada de Operação Epic Fury, foi acompanhada por declarações abertas de altas autoridades americanas em defesa de uma “mudança de regime”, além de apelos para que a população iraniana se levantasse contra o Estado. Forças israelenses e americanas lançaram uma onda coordenada de ataques contra centenas de alvos militares, industriais e governamentais. A escala dos bombardeios foi sem precedentes: mais de mil alvos foram atingidos apenas nas primeiras vinte e quatro horas. Ataques orientados por informações de inteligência buscaram decapitar a liderança iraniana, na expectativa de que isso levasse ao rápido colapso ou à rendição humilhante do regime, o que culminou na morte do Líder Supremo, o Aiatolá Ali Khamenei, então com 86 anos.

A dimensão tecnológica da operação revelou as transformações no caráter da guerra contemporânea. No centro disso, está o uso cada vez mais amplo, pelos EUA, de sistemas algorítmicos de inteligência, incluindo o *Maven Smart System* da Palantir, que integra processamento massivo de dados, identificação automatizada de alvos e análise do campo de batalha. Ao combinar dados de

vigilância, fluxos de inteligência e análises preditivas, esses sistemas permitem a rápida identificação e priorização de alvos em um teatro operacional de enorme escala, capacidade com a qual uma potência semiperiférica fortemente sancionada como o Irã dificilmente poderia competir.

A intensidade dos bombardeios também evidenciou que a campanha se expandia muito além de objetivos estritamente militares. A guerra começou em 28 de fevereiro com um ataque à escola primária Shajareh Tayyebbeh, em Minab, que matou ao menos 170 pessoas—a maioria meninas entre sete e doze anos—, ofensiva que múltiplas investigações independentes atribuíram a um míssil Tomahawk fabricado nos EUA. As principais siderúrgicas do país foram amplamente atingidas, com Benjamin Netanyahu vangloriando-se de ter destruído 70% da capacidade iraniana de produção de aço, enquanto grandes empresas farmacêuticas, incluindo a Tofigh Darou, nas proximidades de Teerã, também foram bombardeadas. A Universidade de Tecnologia Sharif—principal instituição científica e de engenharia do país—, assim como centros de pesquisa da Universidade Shahid Beheshti, da Universidade de Ciência e Tecnologia do Irã e de pelo menos outras trinta instituições de ensino superior foram atingidos. A ponte suspensa B1, próxima a Teerã, foi bombardeada enquanto famílias civis se reuniam nas proximidades para celebrar o Sizdah Bedar—tradicional festival que marca o décimo terceiro dia do ano novo persa, no início da primavera, quando as famílias saem de casa para passar o dia ao ar livre—, matando ao menos oito pessoas. Em Teerã, o Palácio Golestan, o Grande Bazar, o Hospital Gandhi e diversos bairros residenciais também foram atingidos. Tomados em conjunto, esses ataques revelam uma campanha sistemática contra as bases materiais da vida econômica, social e científica iraniana.

Durante muitos anos, o Irã buscou justamente evitar esse tipo de confronto. Por algum tempo, conseguiu fazê-lo. Mas o enfraquecimento do Eixo da Resistência, a crescente assimetria tecnológica entre o Irã e o bloco de poder EUA-Israel e a vulnerabilidade estrutural de uma postura de limiar nuclear sem uma capacidade dissuasória plenamente operacional acabaram deixando a República Islâmica exposta. O país não foi capaz de neutralizar

as imensas capacidades militares, financeiras e tecnológicas de um sistema imperial determinado a impor sua vontade. Ainda assim, o confronto expôs tanto os limites da estratégia de dissuasão iraniana quanto os limites da própria campanha imperial dirigida contra o país. Diante do que a liderança iraniana corretamente interpretou como um ataque existencial—cujos objetivos declarados incluíam a mudança de regime e a eliminação de seu alto comando—o Irã abandonou a contenção calculada que havia marcado sua postura durante décadas e passou a apostar na escalada horizontal, atacando bases americanas ao longo do Golfo, mirando infraestruturas energéticas regionais e fechando o Estreito de Ormuz. O que se seguiu não foi a rápida capitulação esperada por Washington e Tel Aviv, mas um embate mais prolongado, custoso e consideravelmente mais difícil de resolver.

Apesar de toda a bravata e retórica belicosa, a República Islâmica não colapsou. Após décadas de dificuldades induzidas por sanções e de pressão externa contínua, não houve um levante das massas em resposta aos ataques. Em vez disso, o Estado iraniano demonstrou um notável grau de resiliência institucional, com a Guarda Revolucionária e seus aliados recusando-se a ceder às exigências americanas e aparentemente transferindo o poder, após a morte do aiatolá Ali Khamenei, para uma geração mais jovem, em alguns casos mais militante, em outros mais criativa, de dirigentes. O “modelo venezuelano” de decapitação da liderança seguido pela instalação de um sucessor complacente simplesmente não se materializou no Irã, cujo aparato de segurança passou anos se preparando precisamente para esse tipo de ofensiva e dispõe de estruturas capilarizadas de comando e mecanismos de proteção contra golpes capazes de assegurar sua reprodução institucional.

Mesmo nessas circunstâncias profundamente desfavoráveis, Teerã continuou empregando sua estratégia de dissuasão assimétrica. Os mísseis e os drones continuam sendo os principais meios pelos quais o país é capaz de impor custos aos seus agressores e calibrar o nível de escalada em toda a região, ameaçando a infraestrutura energética, as instalações militares e as redes logísticas de Estados do Golfo Pérsico que servem como bases avançadas do poder americano. Forças iranianas passaram a atingir não apenas alvos

militares, mas também embaixadas, instalações energéticas e infraestrutura digital, utilizando a desorganização econômica como instrumento de dissuasão.

Mais decisivamente, o Irã passou a exercer seu controle *de facto* sobre o Estreito de Ormuz, uma artéria crítica de circulação não apenas para o abastecimento energético global, mas também para o transporte de diversas commodities industriais. Enquanto países do Golfo reduziram a produção ou buscaram rotas alternativas, as exportações iranianas foram mantidas, em alguns casos até mesmo excedendo os níveis pré-guerra, ao passo que o tráfego de petroleiros de países não alinhados a Teerã passou a ser bloqueado pela ameaça de ataques com mísseis e drones. O resultado é uma forma altamente seletiva de disrupção, na qual os fluxos não são interrompidos totalmente, mas filtrados de acordo com alinhamentos políticos.

Os efeitos se estendem muito além do petróleo e do gás. Como destacam análises recentes, o Estreito constitui um corredor vital para produtos químicos, metais e fertilizantes, produzindo efeitos em cascata sobre setores que vão da indústria de semicondutores e da manufatura avançada até a agricultura e a produção de alimentos. Interrupções nas exportações de hélio do Catar, por exemplo, ameaçam a fabricação de semicondutores e equipamentos de diagnóstico por imagem, enquanto restrições ao transporte de enxofre e de seus derivados afetam tanto a produção de chips quanto a extração de minerais críticos utilizados em baterias. De forma ainda mais significativa, interrupções no fluxo de ureia e amônia, insumos essenciais para fertilizantes nitrogenados, podem reduzir a produtividade agrícola e elevar os preços dos alimentos por todo o planeta.

Isso representa uma notável inversão da lógica que orientou a política dos EUA nas últimas quatro décadas. Enquanto os Estados Unidos utilizaram seu controle sobre redes financeiras, jurisdições legais e gargalos infraestruturais para regular o acesso iraniano aos mercados globais, o Irã agora explora sua posição em um ponto de estrangulamento físico da economia mundial para impor custos a seus adversários. O que antes constituía uma arquitetura

de constrangimento assimétrico adquiriu, em condições de conflito aberto, um caráter mais recíproco, ainda que profundamente desigual. As mesmas redes de interdependência que possibilitaram a projeção do poder econômico americano estão agora expostas a disrupções em seus nós materiais: rotas marítimas, fluxos de commodities e corredores logísticos. A “interdependência armada” já não se restringe ao domínio das finanças e da informação, mas se estende também à circulação de energia, matérias-primas e insumos industriais. Os instrumentos do império não foram neutralizados, mas parcialmente invertidos, revelando que até mesmo sistemas altamente assimétricos de integração global podem gerar formas compensatórias de alavancagem coercitiva. Essas dinâmicas também apontam para uma tensão estrutural na própria arquitetura da interdependência armada. O uso excessivo da coerção financeira baseada no dólar passou a produzir exatamente as reações que buscava impedir, levando Estados-alvo—e, cada vez mais, aliados dos próprios EUA—a buscar sistemas alternativos de pagamento, novos arranjos monetários e circuitos logísticos paralelos. A erosão da centralidade do dólar ainda não atingiu um limiar crítico, mas o ciclo de retroalimentação entre escalada coercitiva e evasão sistêmica já está em movimento, e a exploração iraniana do Estreito de Ormuz constitui, até aqui, sua expressão física mais dramática.

Império híbrido

A trajetória do Irã sob pressão dos EUA não pode ser compreendida através das dicotomias habituais entre resiliência e colapso, vitória e derrota. A República Islâmica nem foi incorporada a uma ordem regional liderada pelos EUA, nem acabou derrubada. Como, então, avaliar os resultados do conflito neste momento? Agora que o Irã foi finalmente empurrado para a luta existencial que passou décadas tentando evitar, tudo indica que o longo processo de fortalecimento conduzido contra a campanha EUA-Israel

ofereceu ao país resiliência suficiente para sobreviver à decapitação de sua liderança política e militar. Seja qual for o desfecho, a guerra não cumpriu a promessa fundamental de que a combinação entre desgaste econômico e bombardeio aéreo produziria um rápido colapso do regime. A Epic Fury ficou aquém de seus objetivos.

Ainda assim, a sobrevivência de Teerã diante da ofensiva EUA-Israel está longe de representar um sucesso estratégico. Embora o Irã seja capaz de projetar poder considerável e impor danos reais a seus adversários, não dispõe da força material e institucional necessária para disputar qualquer forma de hegemonia regional, limitação agravada pela ausência do elemento de dissuasão nuclear e pela intensidade da ingerência imperial. Sua condição atual é a de resistência sitiada. O Irã pode continuar resistindo à ordem dominada pelos EUA, tanto no plano global quanto regional, mas essa resistência impõe custos imensos à própria população e à região como um todo.

O Irã oferece hoje um retrato claro da versão contemporânea do poder imperial americano. Ele já não depende necessariamente de ocupação territorial ou tutela política formal. Em vez de uma estratégia única e uniforme, recorre a um amplo repertório de métodos—da exclusão financeira ao ataque militar em larga escala—concebidos para se reforçar mutuamente na degradação, fragmentação e disciplinamento de Estados que se recusam à subordinação. Se um país não pode ser plenamente assimilado à esfera imperial, ao menos pode ser transformado em um espaço de instabilidade e regressão do desenvolvimento crônicas. A destruição da infraestrutura nacional iraniana, de grandes siderúrgicas e complexos petroquímicos à indústria farmacêutica, passando por importantes centros de pesquisa do país, aponta para uma lógica mais ampla de acumulação destrutiva e subdesenvolvimento induzido que é cada vez mais central ao exercício contemporâneo do poder imperial, sustentado por uma economia de guerra permanente e, em certos momentos, articulado em termos explicitamente coloniais. A ameaça de Donald Trump de bombardear o Irã “de volta à Idade da Pedra, onde eles pertencem” não é uma aberração, mas uma expressão brutal dessa lógica mais profunda. Híbrida em sua forma, cumulativa em seus

efeitos e totalizante em seu alcance, a guerra imperial contemporânea não se limita ao campo de batalha: ela se estende ao banco, ao porto, à refinaria, ao hospital, ao lar e ao sistema de pagamentos. O processo em duas etapas permanece notavelmente consistente: primeiro sufocar, depois destruir.

Ainda assim, os efeitos dessa estratégia estão longe de ser lineares ou plenamente controláveis. A campanha EUA-Israel impôs danos imensos à base industrial iraniana e custos severos às classes médias e populares do país, degradando as perspectivas de longo prazo para o desenvolvimento nacional, mas não produziu a rápida capitulação política que esse tipo de pressão supostamente deveria provocar. Em vez disso, expôs os limites da escalada coercitiva em um contexto estruturado pela interdependência. Mesmo continuando a operar através da destruição e da dominação, o poder imperial encontrou dificuldades para converter força esmagadora em resultados políticos decisivos, produzindo um equilíbrio muito mais instável e contestado do que seus formuladores pareciam antecipar. A arquitetura mais ampla da coerção baseada no dólar enfrenta um conjunto distinto, embora relacionado, de limites. O controle exercido pelo Irã sobre o Estreito de Ormuz oferece uma ilustração particularmente condensada dessa dinâmica: a mesma interdependência que tornou o isolamento financeiro tão eficaz também criou vulnerabilidades físicas e econômicas que um adversário suficientemente determinado é capaz de explorar. A reimperialização, ao que tudo indica, carrega suas próprias contradições.

Notas de rodapé

1. Cooper, Frederick. 2025. “Decolonizing Decolonization”, *Comparative Studies in Society and History* 67, n.º 4 (2025): 891.
2. Ver Westad, Odd Arne. 2007. *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times*. Cambridge University Press. Chamberlin, Paul Thomas. 2018. *The Cold War's Killing Fields: Rethinking the Long Peace*. Haper Collins.
3. Ver Jones, Toby Craig. 2012. “America, Oil, and War in the Middle East”. *The Journal of American History* 99, n.º 1: 208–18. Keshavarzian, Arang. 2024 *Making Space for the Gulf: Histories of Regionalism and the Middle East*. Stanford University Press. Cap. 2.
4. Khalili, Laleh. 2021. *Sinews of War and Trade: Shipping and Capitalism in the Arabian Peninsula*. Verso. p. 258.
5. Hanieh, Adam. 2011. *Capitalism and Class in the Gulf Arab States*. Palgrave Macmillan. Cap. 2.
6. Heydemann, Steven e Lynch, Marc (eds.). 2024. *Making Sense of the Arab State*. University of Michigan Press.
7. Panitch, Leo e Gindin, Sam. 2012. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Verso; Oatley, Thomas. 2015. *The Political Economy of American Hegemony: Buildups, Booms, and Busts*. Cambridge University Press.
8. Mulder, Nicholas. 2022. *The Economic Weapon: The Rise of Sanctions as a Tool of Modern War*. Yale University Press. p. 17. Ver também: Mulder, Nicholas. 2022. *The Economic Weapon: The Rise of Sanctions as a Tool of Modern War*. Yale University Press. p. 17; Davis, Stuart e Ness, Immanuel (orgs.). 2022. *Sanctions as War: Anti-Imperialist Perspectives on American Geo-Economic Strategy*. Brill.
9. Fayazmanesh, Sasan. 2008. *The United States and Iran: Sanctions, Wars and the Policy of Dual Containment*. Routledge. p. 15.
10. Narges Bajoghli et al.. 2024. *How Sanctions Work: Iran and the Impact of Economic Warfare*. Stanford University Press, 58.
11. Existe uma literatura robusta e crescente sobre o tema das sanções e da guerra econômica no Irã pós-revolucionário. Fayazmanesh op. cit.; Bajoghli, Narges et al.. 2024. *How Sanctions Work: Iran and the Impact of Economic Warfare*. Stanford University Press. Farzanegan, Mohammad Reza e Batmanghelidj, Esfandiyar. 2023. “Understanding Economic Sanctions on Iran: A Survey”. *The Economists' Voice* vol. 20, n.º 2: 197–226.
12. Harris, Kevan. 2020. “Of Eggs and Stones: Foreign Sanctions and Domestic Political Economy in the Islamic Republic of Iran”. Em Shih, Victor C. (ed.). 2020. *Economic Shocks and Authoritarian Stability: Duration, Financial Control, and Institutions*, 86. University of Michigan Press.
13. Early, Bryan R. 2015. *Busted Sanctions: Explaining Why Economic Sanctions Fail*. Stanford University Press. p. 1.
14. Farrell, Henry e Newman, Abraham L. 2019. “Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion”. *International Security* 44, n.º 1: 42–79.
15. Farrell e Newman, *Underground Empire*, p. 15.
16. Farrell e Newman 2019, p.46.
17. Farrell e Newman 2019, p.65.
18. Ameli, Vira. 2023. “Unilateral Sanctions as Sustainable Development Decelerators”. Em Kirkham, Ksenia (ed.). *The Routledge Handbook of the Political Economy of Sanctions*, 137. Routledge.
19. Nephew, Richard. 2018. Nephew, *The Art of Sanctions: A View from the Field*. (Columbia University Press., 2018), pp. 77–78. Realce do autor.

20. Ameli 2023. "Unilateral Sanctions as Sustainable Development Decelerators". p. 140.
21. Nephew 2018. *The Art of Sanctions*. p. 112.
22. Harris 2020, p. 73.
23. Harris 2020, p. 90.
24. England, Andrew. 2026. "How Iran's Economic Pain Sparked Explosion of Unrest". *Financial Times*, 12 de janeiro.
25. Demarais, Agathe. 2022. *Backfire: How Sanctions Reshape the World Against U.S. Interests*. Columbia University Press, 2.
26. England 2026.
27. Batmanghelidj, Esfandiyar. 2024. "Resistance Is Simple, Resilience Is Complex: Sanctions and the Composition of Iranian Trade". *Middle East Development Journal* 16, n.º 2: 220–38.
28. Healy, Euan e Dubois, Laura. 2026. "Sanctioned Iranian Banker Amassed €400mn European Property Empire". *Financial Times*, 26 de janeiro. Bozorgmehr, Najmeh. 2025. "Iran Takes over Major Private Bank to Prevent Collapse". *Financial Times*, 28 de outubro.
29. Pape, Robert A. 1997. "Why Economic Sanctions Do Not Work". *International Security* 22, n.º 2: 107; Pape, Robert A. 1998 "Why Economic Sanctions Still Do Not Work". *International Security* 23, n.º 1: 66–77.
30. Farzanegan, Mohammad Reza e Habibi, Nader. 2025. "The Effect of International Sanctions on the Size of the Middle Class in Iran". *European Journal of Political Economy*, 90, dezembro.
31. Salehi-Isfahani, Djavad. 2022. "Impact of Sanctions on Household Welfare and Employment". Em *Rethinking Iran: School of Advanced and International Studies*; Bajoghli et al. 2024. *How Sanctions Work: Iran and the Impact of Economic Warfare*, p.11.
32. Ameli 2023. "Unilateral Sanctions as Sustainable Development Decelerators". p.137. Abdi afirma que o Irã registrou um declínio de 400% no PIB entre 2011 e 2020. Abdi, Asma. 2026., "Economic Warfare, War Economy, and Gendered Circuits of Violence in Iran". Em Hozic, Aida A. e True, Jacqui. *War Economy: Gendered Circuits of Violence and Capital*. Routledge. p.62.
33. Nephew 2018. *The Art of Sanctions*. p. 111.
34. Sadeghi-Boroujerdi, Eskandar. 2017. "Strategic Depth, Counterinsurgency, and the Logic of Sectarianization: The Islamic Republic of Iran's Security Doctrine and Its Regional Implications". Em Hashemi, Nader e Postel, Danny. *Sectarianization: Mapping the New Politics of the Middle East*. Oxford University Press. Sadeghi-Boroujerdi, Eskandar. 2025. "Iran and the 'Axis of Resistance': A Brief History". *Jadaliyya*, 19 de maio. <https://www.jadaliyya.com/Details/46685>. Nasr, Vali. 2025. *Iran's Grand Strategy: A Political History*. Princeton University Press.
35. Bahgat, Gawdat e Ehteshami, Anoushiravan. 2021. *Defending Iran: From Revolutionary Guards to Ballistic Missiles*. Cambridge University Press. Cap. 6.
36. "Peace "within Reach" as Iran Agrees No Nuclear Material Stockpile: Oman FM". 2026. *Al Jazeera*, 28 de fevereiro. <https://www.aljazeera.com/news/2026/2/28/peace-within-reach-as-iran-agrees-no-nuclear-material-stockpile-oman-fm>.
37. Copp, Tara et al.. 2026. "Anthropic's AI Tool Claude Central to U.S. Campaign in Iran, amid a Bitter Feud". *The Washington Post*, 4 de março. <https://www.washingtonpost.com/technology/2026/03/04/anthropic-ai-iran-campaign/#selection-237.0-1028.0>.
38. Sadeghi-Boroujerdi, Eskandar. 2026. "War and Succession". *Phenomenal World*, 18 de março.
39. Valadbaygi, Kayhan. 2026. "A ilusão da Venezuela" *Phenomenal World*, 12 de março.

40. Conselho Editorial. 2026. “The Other Strait of Hormuz Shock”. *Financial Times*, 25 de março.
41. Daniel Davies and Henry Farrell, “The US Dollar System as a Source of International Disorder,” *Global (Dis) Order International Policy Programme*, janeiro de 2026.
42. Esse ponto é inspirado no trabalho seminal de Sara Roy sobre “desdesenvolvimento”, que, por sua vez, dialoga e se apoia na longa e influente tradição da teoria da dependência, particularmente no que diz respeito à relação colonial de Israel com Gaza Strip. Ver Sara Roy, “The Gaza Strip: A Case of Economic De-Development”, *Journal of Palestine Studies* 17, nº 1 (1987): 56–88. O argumento mais amplo acerca da destruição como função sistêmica da acumulação imperial inspira-se, em parte, na análise de Paul Baran sobre militarismo e desperdício no capitalismo monopolista, especialmente em sua interpretação de como os gastos militares e a economia de guerra permanente servem para absorver excedentes ao mesmo tempo em que sustentam as condições coercitivas da extração imperial. Ver *The Political Economy of Growth* (Monthly Review Press, 1957) e *Monopoly Capital* (Monthly Review Press, 1966).



Jorge Camacho, Nazca, 1984

Socialismo sitiado

Lourdes Regueiro, Claudia Marín

Washington aperta o cerco contra Cuba

A ofensiva econômica do governo Trump contra Cuba, que cortou seu fornecimento de petróleo e lançou sua rede elétrica no caos, é apenas a mais recente de uma longa série de tentativas de estrangular a ilha e derrubar seu governo revolucionário. Além do uso de tarifas para desestabilizar o sistema energético cubano, Washington aumentou a pressão pelo isolamento diplomático do país, colocando-o na lista de patrocinadores do terrorismo, classificando-o como uma ameaça extraordinária à segurança dos EUA e atacando seus tradicionais programas de assistência médica e acordos de cooperação internacional. Como resultado, Cuba enfrenta apagões prolongados em todo o território e uma grave deterioração da prestação de serviços públicos de saúde, educação e transporte, além de uma piora significativa nas condições de vida da população, que sofre com a escassez de medicamentos e o aumento dos preços dos alimentos. Atividades cotidianas, como cozinhar ou mesmo conservar mantimentos, tornam-se cada vez mais difíceis.

A intenção é clara: abalar os alicerces do internacionalismo e da resistência anti-imperialista que Cuba tem cultivado por mais de seis décadas. Embora o endurecimento do bloqueio seja, de certo modo, uma continuação da sabotagem que os EUA têm praticado desde os anos 1960, ele também reflete uma conjuntura nova e paradoxal. O declínio da ordem mundial unipolar criou um ambiente mais favorável à integração de Cuba ao cenário internacional, abrindo oportunidades de cooperação com países que buscam maior autonomia em relação ao império. No entanto, esse mesmo processo colocou Cuba no centro da disputa estratégica entre os EUA e a China, o que levou Washington a radicalizar sua abordagem. Por mais drástico que seja, o conjunto atual de sanções e ameaças pode ser apenas o começo.

Essas tentativas renovadas de mudar o regime cubano ocorrem em um contexto no qual o declínio da ordem unipolar ainda não levou à formação de uma resistência coordenada e eficaz ao poder dos Estados Unidos na região, de modo que Cuba está hoje menos preparada para resistir às pressões imperialistas do que em momentos anteriores de sua história. Apesar

disso, desde 1959, a resiliência e a capacidade de adaptação do povo cubano continuam desafiando as expectativas de quem aposta na queda do regime.

A era do internacionalismo

A Revolução Cubana atravessou três fases distintas da ordem internacional: a bipolar, a unipolar e a atual transição para uma nova ordem multipolar, ainda incipiente. Ao longo de todo esse período, os EUA tentaram reverter o processo revolucionário continuamente. O bloqueio estadunidense à ilha consiste em uma complexa teia de sanções econômicas, financeiras e comerciais que começaram a ser estabelecidas em 1962 e foram gradualmente ampliadas desde então. Em 1996, o arcabouço legal foi codificado na Lei Helms-Burton, que inclui proibições de financiamento a projetos no país, restrições ao uso do dólar, limitações à importação de produtos com mais de 10% de conteúdo estadunidense e a proibição a navios que tenham transportado mercadorias para Cuba de atracar em portos dos EUA por 180 dias. Essas medidas desestimularam as relações comerciais e os investimentos no país caribenho. A situação é agravada pela designação de Cuba como patrocinador do terrorismo, o que desencadeou restrições financeiras ainda mais severas, incluindo o monitoramento de transações e a ampliação das proibições ao recebimento de qualquer tipo de auxílio econômico. Sob pena de sanções, multas ou perda de acesso ao sistema financeiro estadunidense, bancos e outras entidades privadas são pressionados a evitar quaisquer vínculos com Cuba.

A capacidade cubana de resistir a esses ataques variou de acordo com as mudanças no equilíbrio internacional de poder. Durante a Guerra Fria, qualquer ataque contra Cuba era percebido como uma ameaça a todo o bloco socialista, provocando uma reação dos governos aliados liderados pela União Soviética. O colapso do bloco soviético pôs fim a essa dinâmica, mergulhando Cuba em uma profunda crise econômica que ficaria conhecida como Período Especial. Tendo perdido seu principal fornecedor de combustível e enfrentando uma contração de 37% do PIB, o governo cubano lançou um

amplio programa de reestruturação econômica, colocando o turismo e o desenvolvimento científico no centro de seu novo modelo de crescimento. O resultado foi uma transformação profunda do tecido social do país. Até então, a maioria dos cubanos—com exceção dos agricultores, membros de cooperativas e alguns autônomos—era empregada pelo Estado. Os salários eram a forma predominante de renda na economia, e a diferença entre os níveis mais baixos e mais altos da escala salarial era de 1 para 4. Em 1990, no entanto, a economia foi parcialmente aberta ao investimento estrangeiro e a posse de moeda estrangeira deixou de ser criminalizada. Como consequência, a desigualdade de renda cresceu: alguns cidadãos cubanos passaram a receber remessas do exterior, outros foram empregados por empresas estrangeiras. Já aqueles empregados localmente, sem parentes fora do país, tinham menos acesso a moedas livremente conversíveis, o que rapidamente produziu contrastes de riqueza e consumo.

Nas duas primeiras décadas do século XXI, uma onda de governos de esquerda chegou ao poder na América Latina prometendo simultaneamente justiça social e maior autonomia em relação a Washington. No lugar da União Soviética, Cuba encontrou novas alianças estabilizadoras nos governos da chamada Onda Rosa e em redes regionais como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A cooperação energética foi decisiva. Os países caribenhos conseguiram lidar com os altos custos energéticos graças ao PetroCaribe, programa que oferecia assistência financeira para a compra de petróleo venezuelano. Ao assegurar um fornecimento relativamente estável de combustível em condições concessionais, o programa liberava recursos para investimentos em infraestrutura energética. As relações entre Cuba e Venezuela se enraizaram nesse quadro de solidariedade. O Acordo Integral de Cooperação Cuba–Venezuela, assinado em 2000 durante o primeiro ano do governo de Hugo Chávez, criou um mecanismo que permitia trocar combustível por serviços, viabilizando políticas sociais mais ambiciosas na Venezuela ao mesmo tempo em que garantia suprimento estável de petróleo para Cuba.

Essa cooperação regional não se limitava ao comércio. Centenas de milhares de profissionais cubanos prestaram serviços de saúde, educação e assistência técnica na Venezuela como parte de missões sociais como Barrio Adentro, Sucre, Milagro, Robinson, Ribas e Vuelvan Caras. Além de oferecer atendimento médico a milhões de venezuelanos, esses programas permitiram ao governo estabelecer milhares de centros de diagnóstico e unidades de reabilitação. Campanhas de alfabetização baseadas no método pedagógico cubano Yo sí puedo foram implementadas, beneficiando mais de um milhão de pessoas, enquanto programas de formação cubanos capacitaram milhares de venezuelanos como médicos e agentes comunitários de saúde. Até o fim de 2024, apenas na área da saúde, mais de 255 mil profissionais de saúde cubanos haviam realizado mais de um bilhão de consultas. Cuba também desempenhou um papel crucial no tratamento de pacientes com Ebola na África e de pacientes com Covid-19 em diversos países. Esses intercâmbios mutuamente benéficos integravam um sistema de cooperação que ajudou o governo cubano a resistir às pressões estadunidenses por algum período.

A nova ordem

Foi em meados da década de 2010 que esses laços de solidariedade começaram a se desgastar. Em 2014, os preços do petróleo que sustentavam o PetroCaribe entraram em colapso, com consequências devastadoras para o regime de financiamento concessionário. A estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) já atravessava um prolongado processo de descapitalização. Somadas às devastadoras sanções americanas contra a economia venezuelana, essas condições levaram à redução dos envios regionais de combustível. A PDVSA funcionava como a espinha dorsal financeira do projeto social bolivariano, utilizando suas vastas receitas para enfrentar as desigualdades históricas do país e sustentar os custos das políticas redistributivas do governo. Ao tentar sabotar a produção petrolífera, os Estados Unidos miravam deliberadamente as receitas que financiavam tanto as políticas sociais venezuelanas quanto a cooperação energética entre os países da região. A Iniciativa de Segurança Energética do Caribe (CESI ou Caribbean Energy Security Initiative),

lançada sob Obama e mantida por Trump, foi mais uma tentativa de minar o programa regional de cooperação energética da Venezuela. A pressão política se intensificou em 2019, com o reconhecimento, pelos Estados Unidos, de Juan Guaidó como presidente, além da promoção de outras figuras opositoras, como María Corina Machado e Edmundo González.

O ataque ao projeto regional chavista veio acompanhado de medidas coercitivas, incluindo o congelamento ou confisco de ativos pertencentes a empresas que comerciavam com Cuba, bem como sanções direcionadas a fundos e operações ligadas ao envio de petróleo. O objetivo era limitar a entrada de divisas, isolar diplomaticamente os países da Onda Rosa nos planos regional e internacional e preparar o terreno para futuras intervenções militares. O impacto dessas medidas foi agravado pelo contexto regional em que ocorreram. Com o fim do boom das commodities que havia possibilitado as reformas da Onda Rosa, as novas sanções americanas aprofundaram a instabilidade entre os governos progressistas da região. À medida que suas bases de apoio começaram a se fragmentar, uma série de movimentos eleitorais de extrema direita ganhou força, como o bolsonarismo no Brasil e o uribismo na Colômbia. Isso enfraqueceu a maior parte dos fóruns de cooperação regional que haviam funcionado como contrapeso à influência dos EUA e deslocou o continente para um alinhamento mais estreito com Washington. A longa tradição de apoio unânime latino-americano e caribenho ao fim do bloqueio contra Cuba acabou finalmente rompida: Argentina e Paraguai passaram a apoiar a posição dos Estados Unidos nas Nações Unidas, enquanto Equador e Costa Rica optaram pela abstenção.

Tanto os governos Trump quanto Biden pressionaram intensamente países a encerrarem seus programas de cooperação com Cuba, ameaçando impor restrições de visto àqueles que participassem. Em toda a América Central e o Caribe, programas conjuntos nas áreas de educação, saúde e gestão de desastres foram encerrados à medida que governos passaram a ponderar os benefícios dessas iniciativas frente às ameaças estadunidenses envolvendo segurança, migração e financiamento. Alguns países optaram por não renovar seus acordos de cooperação médica com Cuba, potencialmente colocando

em risco seus próprios sistemas de saúde para evitar confrontos com a Casa Branca.

A fragmentação da solidariedade regional coincidiu com a crise mais ampla da ordem liberal unipolar e com a erosão do multilateralismo. O recuo dos Estados Unidos em relação às instituições multilaterais poderia, em princípio, ter ampliado o espaço para que Cuba aprofundasse sua cooperação com outros países em desenvolvimento e com a China. Mas foi precisamente esse movimento que levou Washington a reafirmar agressivamente seu controle sobre o Hemisfério Ocidental por meio de uma versão atualizada da Doutrina Monroe. O colapso do projeto regional que marcou o período Chávez e o desmonte da cooperação entre Venezuela e Cuba significam que Havana já não conta mais com uma rede de alianças e mecanismos multilaterais para resistir a esses ataques. Como o declínio da hegemonia dos EUA ainda não foi compensado pela ascensão de uma ordem alternativa, Cuba dispõe de poucos recursos para se defender das ameaças de Washington.

Isso não significa, contudo, que o progressismo tenha desaparecido da região. Ele persiste em países de grande peso econômico e político, como México, Brasil e Colômbia, que vêm realizando esforços importantes para se opor ao bloqueio. Claudia Sheinbaum comprometeu-se a buscar canais diplomáticos para o envio de petróleo a Cuba, além de fornecer ajuda humanitária na forma de alimentos e suprimentos essenciais. Luiz Inácio Lula da Silva denunciou o embargo como um ato de coerção criminosa. Para além dos vizinhos cubanos, Chile, Rússia, Vietnã, Espanha e Canadá também enviaram ou manifestaram disposição para enviar ajuda humanitária. Ainda assim, governos simpáticos à causa cubana enfrentam um conjunto de problemas, das complexidades eleitorais domésticas à própria pressão dos EUA, o que dificulta a retomada, por conta própria, do internacionalismo característico da era da Onda Rosa. Até agora, suas ações limitaram-se sobretudo a declarações políticas e tentativas de aliviar alguns dos efeitos mais graves da crise, sem atacar o problema subjacente da soberania limitada da América Latina e da contínua vulnerabilidade da região à agressão por parte do vizinho do norte.

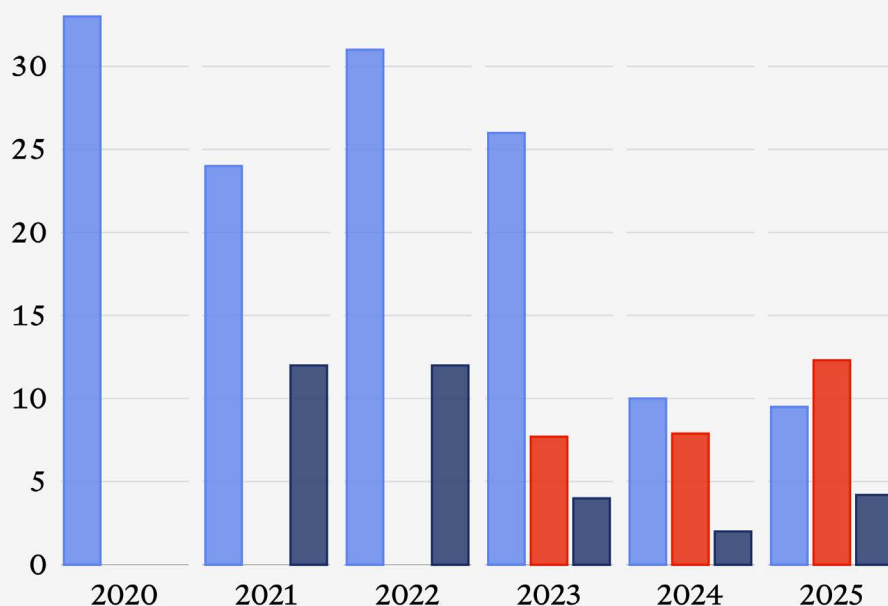
Mudança de regime

Pairando sobre os interesses domésticos e regionais estão tensões geopolíticas mais amplas. Ao longo da última década, a China se tornou um pilar central do setor de energias renováveis na América Latina. À medida que a crise interna cubana se aprofundou desde 2024, os painéis solares chineses passaram a ser essenciais para o funcionamento das instituições públicas do país. A perspectiva de vendas de petróleo venezuelano à China denominadas em yuan e o plano, há muito aguardado, de relançar o PetroCaribe alarmaram particularmente Washington. Ao sequestrar o presidente Nicolás Maduro em 3 de janeiro, o governo Trump desferiu um golpe contundente contra a influência chinesa na região, sinalizando que não toleraria novos desafios ao seu poder hemisférico. Isso ocorreu em um momento crítico para Cuba, quando a escassez de combustível já provocava apagões constantes. A participação da Venezuela no abastecimento de combustível vinha diminuindo lentamente ao longo dos seis anos anteriores, com uma queda particularmente acentuada nos últimos três. Embora a produção petrolífera venezuelana tenha registrado uma modesta recuperação a partir de 2023—principalmente devido às atividades de extração da Chevron, viabilizadas por um relaxamento parcial das sanções estadunidenses—, esse aumento não se traduziu em uma retomada dos níveis anteriores de exportação para Cuba, que continuaram oscilando entre 30% e 35% da demanda cubana por petróleo bruto. As importações provenientes da Rússia também diminuíram após a guerra na Ucrânia, tornando o México o principal fornecedor da ilha.

A operação contra Caracas foi útil a Washington em dois sentidos. Por um lado, reafirmou a primazia dos EUA diante da China em uma região onde Pequim vinha consolidando uma presença significativa; por outro, representou um passo decisivo rumo a uma mudança de regime em Cuba, na medida em que Maduro deixava de poder ser considerado um aliado confiável de Havana. Assim como a União Soviética funcionou como garantidora da soberania cubana durante a Guerra Fria, a Venezuela havia permitido que o país resistisse às pressões estadunidenses ao longo do século XXI.

Exportações de petróleo bruto para Cuba

Mil barris por dia ◆ Venezuela ◆ México ◆ Rússia



Phenomenal World

Fonte: Kpler; FT; Semafor.

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

A interrupção no fornecimento de combustível teve consequências desastrosas. A geração de eletricidade, o transporte e as cadeias logísticas vêm sofrendo fortes impactos, cujos efeitos se fazem sentir em toda a vida cotidiana. A escassez de combustível de aviação—que elevou os preços e, em alguns casos, levou companhias aéreas a suspender voos para Cuba—atingiu duramente o turismo. Alguns países passaram a alertar seus cidadãos contra viagens à ilha, enquanto pessoas que visitaram Cuba recentemente enfrentam restrições migratórias mais rígidas para entrar nos EUA.

Como a energia é um insumo indispensável para a produção e a prestação de serviços, a escassez de combustível desencadeou uma inflação significativa; o déficit fiscal aumentou, a oferta de bens básicos caiu e a taxa de câmbio no

mercado paralelo sofreu nova desvalorização. Nessas condições, a oferta de serviços de saúde, educação e atividades culturais passou a enfrentar enorme pressão. O governo respondeu tentando ampliar rapidamente a geração de energia renovável, acelerando a construção de parques fotovoltaicos e outros projetos do tipo, com apoio de suas relações econômicas com China e Vietnã. Mas, ainda que a geração proveniente de fontes renováveis, sobretudo solar, tenha atingido níveis recordes, sua capacidade permanece muito abaixo da demanda nacional.

Projeto e processo

Embora Cuba atravesse uma crise histórica, a sociedade cubana e as conquistas de sua Revolução seguem resistindo. Ao longo dos últimos sessenta e sete anos, a liderança revolucionária manteve seu rumo sob constante ameaça de sabotagem econômica e agressão militar. Em muitos casos, essas pressões acabaram impulsionando adaptações criativas, como a guinada para o turismo durante o Período Especial e a consolidação da computação, da biotecnologia e da medicina como áreas estratégicas de especialização. Em Cuba, momentos de ameaça costumam dar origem a novos modelos de desenvolvimento.

Comparada aos anos 1990, Cuba é hoje uma sociedade muito mais econômica, social e politicamente heterogênea. A ideia de uma transição ao livre mercado continua impopular para a maioria dos cubanos, mas o país convive com um número crescente de vozes pró-EUA, tendência que se intensifica à medida que a crise econômica se aprofunda. Mas, apesar das críticas à condução do governo, a Revolução ainda conta com amplo apoio popular, e mesmo entre aqueles mais hostis à ideologia do regime há forte rejeição à interferência estrangeira. O debate político contemporâneo em Cuba gira em torno do papel do setor privado na economia, dos limites da tolerância social, das formas legítimas de dissenso e da viabilidade de implementar reformas sob condições de pressão máxima, preservando as conquistas sociais da Revolução ao mesmo tempo em que se moderniza o modelo socioeconômico. Grande parte dessa discussão busca conciliar a defesa da soberania nacional com

transformação e renovação, reconhecendo que esses dois imperativos não são mutuamente excludentes. Muitos cubanos defenderiam uma relação construtiva e respeitosa com os Estados Unidos, embora exista profundo ceticismo quanto à possibilidade disso ocorrer e quanto à durabilidade de qualquer eventual acordo com Washington.

Refletindo sobre seu país, a educadora popular cubana Esther Pérez faz uma distinção entre o projeto do socialismo—um compromisso com a emancipação universal e o bem-estar coletivo—e o processo de sua realização. Se o primeiro é composto por um conjunto de princípios fixos, ou um “caminho claramente traçado em direção ao horizonte”, o segundo é uma estrada longa e sinuosa, marcada inevitavelmente por desvios e retrocessos. Em março deste ano, enquanto Cuba sofria com as sanções, o comboio Nuestra América—um grupo de 600 viajantes dos EUA, da Europa, da América Latina e do Caribe—aportou na ilha carregando toneladas de alimentos, medicamentos e painéis solares. Os suprimentos foram financiados por doações de pessoas ao redor do mundo que continuam apoiando a causa da Revolução. Para elas, o projeto cubano segue sendo um farol de esperança, por mais que o processo se mostre cada vez mais complexo.



Crepúsculo bolivariano

Luis Bonilla-Molina

A recolonização da Venezuela

Na madrugada de 3 de janeiro de 2026, enquanto aviões, helicópteros e tropas de elite estadunidenses conduziam a operação que culminou na captura e transferência de Nicolás Maduro para Nova York, o mundo inteiro se perguntava onde estaria a vice-presidente do país. Os rumores eram de que ela se encontrava na Rússia, informação logo desmentida pelo Kremlin. Foi apenas após a retirada das forças americanas que Delcy Rodríguez reapareceu exigindo uma prova de vida do presidente Maduro. Na Venezuela, o dissabor de uma derrota militar catastrófica suscitou dúvidas sobre a possibilidade de uma traição interna ter permitido aos Estados Unidos agir com quase absoluta impunidade.

Horas depois, o presidente Donald Trump anunciou que os Estados Unidos passariam a governar a Venezuela e estavam negociando com as autoridades do país, que se comprometeram a colaborar e a não cometer os mesmos erros de Maduro. Se, em abril de 2002, setores populares e a classe média trabalhadora sairam às ruas para protestar contra o golpe de Estado e exigir o retorno de Chávez ao poder, desta vez prevaleceu a calma—interrompida apenas por uma mobilização reduzida e pouco combativa, convocada e administrada pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

Em 5 de janeiro, a vice Delcy Rodríguez foi empossada como presidente interina por uma medida extraconstitucional definida pela Suprema Corte de Justiça como um ato de força maior. Pouco tempo depois, em 26 de fevereiro, ela afirmou que Donald Trump era amigo e parceiro do país, enquanto solicitava a retirada das sanções para acelerar a agenda bilateral de cooperação. Em apenas dois meses, passou-se da retórica antiimperialista a discursos de superação dos 25 anos de distanciamento entre Washington e Caracas.

Um primeiro balanço da diplomacia trumpista indica que os Estados Unidos controlam todas as alternativas políticas atuais na Venezuela: a pós-madurista representada por Delcy Rodríguez, a da direita María Corina Machado e a do centrista Enrique Márquez. De qualquer forma, a presidente interina, que há poucos meses era braço direito de Maduro, hoje se comporta como a operadora local da Estratégia de Segurança Nacional e do Corolário Trump.

Essa nova situação política pode ser analisada a partir das principais dinâmicas internas vividas pela Venezuela desde a Revolução Bolivariana até a transição entre o chavismo e o madurismo, que deu continuidade a um modelo rentista sob a égide de uma nova burguesia—o que explica a vulnerabilidade da Venezuela ao imperialismo estadunidense e o próprio faccionalismo dentro do governo e das elites.

Após 12 anos de madurismo, a esperança parece ter superado o anti-imperialismo. O apelo da esquerda revolucionária pela formação de uma ampla frente anti-imperialista, embora justo, não obteve o eco esperado. É um momento sombrio para a soberania do país. Por mais incerto que o futuro seja, está claro que a intervenção norte-americana e a capitulação do governo venezuelano marcaram o fim da Revolução Bolivariana.

Ciclos históricos de crise

A crise venezuelana está relacionada ao modo de acumulação de capital instaurado no país em função da centralidade do comércio de petróleo em todas as esferas da sociedade. Essa situação criou um modelo econômico *sui generis*, que Celso Furtado definiu como “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, baseado na disputa pela renda petrolífera e pelo influxo de capital em dólares por conta da venda do petróleo bruto. Trata-se de uma situação que atrofia o aparato produtivo, uma vez que o centro da acumulação não está na produção de mercadorias, bens e serviços, mas no acesso a essa massa de dólares e na diferença cambial entre o valor real da moeda estrangeira e o preço preferencial obtido pela burguesia e pela elite burocrática.

Nesse esquema, as importações, mais do que a produção nacional, são centrais para o enriquecimento das elites locais. O Estado rentista caracteriza-se pelo recebimento de receitas maciças resultantes de rendas externas (royalties petrolíferas) que levam ao desenvolvimento de padrões econômicos distorcidos, com dependência exacerbada da exploração petrolífera. Isso

reduz os incentivos à diversificação produtiva e promove uma cultura social própria ao que Coronil denominou de “Estado Mágico”. Sob esses parâmetros, o economista Asdrúbal Baptista referiu-se à experiência venezuelana como um capitalismo rentista caracterizado pela desindustrialização, corrupção generalizada, rápida concentração de riqueza nas mãos de poucos e crises cíclicas de empobrecimento severo de amplos setores da população.

O rentismo é o modelo econômico assumido pela democracia representativa que emergiu da revolução democrático-burguesa de 1958. Entre 1942 e 1998, o nacionalismo petrolífero e o anti-imperialismo dos instrumentos políticos do *status quo* eram mediados pela disputa por maiores margens de lucro e pela acumulação burguesa a partir da renda petrolífera. A exploração de petróleo moldou o que hoje podemos denominar de “velha burguesia”, que tinha os “doze apóstolos”—agrupados na Fedecámaras e em suas organizações satélites—como figuras emblemáticas.

O modelo rentista mostrou-se socialmente bem-sucedido nos períodos de alta dos preços do petróleo e insuficiente nos ciclos de queda das importações. O momento mais expansivo ocorreu entre 1973 e 1978, com o *boom* dos preços do petróleo bruto, e criou a ilusão de uma sociedade em que a classe média se tornava majoritária. No período de 1979 a 1984, os primeiros sinais de colapso desse modelo foram evidenciados pela contração do PIB real per capita, aumento da inflação—que começou a ultrapassar os 7%—, crescimento do endividamento externo e déficit fiscal incipiente. Isso se traduziu em uma deterioração progressiva da qualidade de vida da população.

Em fevereiro de 1983, esse modelo entrou em colapso. Foi o estopim de uma crise estrutural que já durava quarenta e três anos. Sob a perspectiva desta crise, pode-se compreender o alcance e as dimensões dos problemas atuais na Venezuela. Acima de tudo, porque sua eclosão foi um terremoto que desencadeou outras crises complementares que, como toda réplica, tiveram sua própria marca e impacto—e conduziram à revolução bolivariana.

Chavismo e Revolução Bolivariana

A Revolução Bolivariana liderada por Hugo Chávez enfrentou a crise do Estado rentista principalmente a partir da exaltação do nacional-popular. O chavismo surgiu em uma epopeia insurrecional que envolveu duas tentativas de golpe de Estado em 1992, e a construção de um movimento político capaz de mobilizar amplos setores das correntes histórico-sociais de resistência aos excessos do puntofijismo. Ele foi um movimento convergente que aglutinou diversos setores políticos, econômicos e sociais do país. Com vocação geopolítica latino-americana e caribenha, foi liderado por um caudilho que almejava constituir outro modelo de policlassismo.

Tratava-se de um sistema de governabilidade sustentado na negociação e na conciliação entre classes sociais dominantes e subalternas, capaz de construir equilíbrios por meio de estruturas mediadoras como as centrais sindicais, as organizações camponesas, as associações empresariais e outras instâncias da sociedade civil, a partir do uso das instituições governamentais como árbitros. O policlassismo é uma variante dos modelos fordistas que adquiriu centralidade nos governos populistas da América Latina e do Caribe—e não apenas naqueles resultantes de eleições democráticas como a de Chávez (1999-2013), mas também em regimes autoritários como os de Perón na Argentina, Omar Torrijos no Panamá ou Juan Velasco Alvarado no Peru. Em perspectiva marxista, o policlassismo vai além das alianças táticas entre classes oprimidas e inclui a burguesia como forma de conter a revolução socialista, o que foi o caso venezuelano.

A partir de 2002, após superar o golpe militar que envolveu o conjunto da burguesia existente, Chávez decidiu empreender uma reestruturação social para sustentar seu poder. Por um lado, ele impulsionou a construção do poder popular e da democracia participativa e protagonista—o que culminou, em 2005, no apelo ao socialismo do século XXI, ao Estado Comunal e a uma nova internacional. Por outro lado, decidiu impulsionar a criação de uma nova burguesia bolivariana favorável ao seu projeto, o que significou uma ruptura radical entre a burguesia crioula e o governo.

Grupos que representavam a velha burguesia, como a Fedecamaras, envolveram-se ativamente no golpe de Estado de 2002. Ao contrário desse setor da classe dominante, que durante décadas havia construído uma narrativa e um imaginário para “justificar” sua ascendência social, a nova casta burguesa que surge a partir de 2002 é composta por figuras políticas afins ao processo revolucionário e por pessoas de seu círculo próximo e íntimo—ou seja, que da noite para o dia passaram a ser abastados proprietários de terras e mansões luxuosas. Essa classe recém formada se camuflou nos códigos políticos e sociais da revolução bolivariana, mas sentiu cada vez mais a necessidade de se assumir como uma nova burguesia, que se distingue da anterior pelo nível de acesso aos mecanismos institucionais de captura da renda petrolífera.

Essas duas iniciativas políticas—a criação de uma nova burguesia e o projeto de um Estado comunitário baseado no socialismo do século XXI—não se mesclaram totalmente. Embora Chávez tenha se tornado o mediador de seus equilíbrios precários, em 2009 ficou claro que essa não seria uma tarefa fácil. A crise bancária daquele ano expôs que certas figuras do chavismo eram proprietários de bancos e revelou a constituição dessa nova burguesia, explicitando o comportamento de um setor da burocracia que boicotava elementos do poder popular comunal.

Essa burguesia se constituiu em torno do estamento militar, o que parece explicar as razões pelas quais Chávez não designou Diosdado Cabello—uma das figuras militares do 4 de fevereiro de 1992—como seu sucessor, com a esperança de que Maduro continuasse sustentando o equilíbrio entre os dois projetos que fundamentavam a ideia de um novo policlassismo na Venezuela.

A estratégia internacional do chavismo, expressa na Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999), apoiava-se na defesa de uma nova ordem mundial multipolar e descentralizada. Com liderança continental, Chávez conseguiu construir uma correlação de forças regionais que derrotou o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). A Comunidade do Caribe (CARICOM), por sua vez, teve um papel de destaque, especialmente devido

à influência sub-regional de Cuba, cuja necessidade de petróleo passou a ser suprida pela Venezuela em troca de cooperação nas áreas de educação e saúde, bem como nos planos militar e de inteligência.

Desde a tentativa de golpe de 2002, está claro que a ingerência norte-americana—na forma de declarações e ações da Casa Branca, do Pentágono e dos organismos multilaterais controlados pelos Estados Unidos—foi uma constante no processo da chamada Revolução Bolivariana até 2026, quando ocorreu a agressão militar direta.

Madurismo

O madurismo é o resultado de um acontecimento fortuito: a morte de Chávez. Maduro não possuía qualquer carisma, não fazia parte dos círculos militares, nunca liderou uma luta operária de grande importância nem era uma liderança reconhecida por todos os setores políticos. Consequentemente, ele teve de construir novos equilíbrios, reunindo lideranças nas áreas em que havia lacunas. Cilia Flores, os irmãos Rodríguez, Diosdado Cabello e Padrino López foram assumindo a representação dessa estrutura colegiada de poder. Para construir identidade e consolidar sua liderança, o madurismo teve de afastar as figuras que representavam um vínculo de lealdade com o projeto nacional-popular policlassista liderado por Chávez do governo e do partido oficial (o PSUV). Em função disso, ele se tornou um mosaico de fontes de poder efetivo, político, midiático e econômico favorável ao projeto de uma nova burguesia.

Maduro não contava com a força política nem com a vontade ideológica necessárias para equilibrar o poder popular e a nova burguesia que se gestou no seio da revolução bolivariana. Ele optou pelo desmantelamento da agenda nacional-popular do socialismo do século XXI, baseada na promoção dos conselhos comunais, das fábricas recuperadas pelos trabalhadores, da economia social, das cadeias produtivas sustentadas pelo movimento cooperativo e da democracia participativa. Sua energia política concentrou-se na consolidação da nova burguesia, pela continuidade do modelo rentista

de acumulação de riqueza. Maduro conseguiu consolidar o bloco da nova burguesia, enfraquecendo as representações e mediações de sua antecessora e dotando o madurismo de uma identidade política diferenciada do chavismo.

Além de consolidar o bloco da nova burguesia do clã de ricos que emergiu da crise de 2002, que tinha acesso garantido à renda petrolífera, Maduro também conseguiu fragilizar as representações e mediações da velha burguesia, incluindo partidos políticos da oposição, que sofreram intervenções por meio de medidas judiciais ou através de acordos entre forças internas promovidos pelo governo. O madurismo não atacou a velha burguesia enquanto classe econômica, mas suas representações políticas. Como a velha e a nova burguesia se unem pelo interesse no controle da renda petrolífera, qualquer diferença “ideológica” ou de vínculos partidários ficou subordinada a esse interesse principal.

Em 2015, Obama declarou a Venezuela uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, um pretexto que permitiu a Trump, em seu primeiro mandato (2017), impor medidas coercitivas unilaterais. Antes das sanções, em 2014, a drástica queda internacional dos preços do petróleo já havia impossibilitado a sustentação do regime cambial, dando início a uma escalada no preço do dólar que desencadeou uma inflação descontrolada e uma deterioração significativa no poder de compra da população. A queda na disponibilidade de recursos fez com que o modelo rentista de acumulação fosse exacerbado e o ônus da crise transferido para os setores trabalhadores e para a população em geral, a fim de diminuir o impacto sobre a renda da burguesia. As sanções norte-americanas foram uma tentativa de impedir a consolidação da nova burguesia e boicotar o acordo entre os grupos dessa classe, iniciado por Maduro naquele período. Seus efeitos reais, no entanto, recaíram sobre a população, e não sobre as elites governantes.

Depois de 2018, Maduro buscou restabelecer a relação econômica entre a velha e a nova burguesia com o objetivo de se tornar o representante político dessa aproximação—uma estratégia que teve Delcy Rodríguez como principal articuladora política e figura central da unidade entre as diferentes facções

burguesas. O acordo se concretizou, em 2022, com a reconciliação pública entre o governo da nova burguesia bolivariana e a Fedecamaras, a federação patronal.

As sanções sobre a economia venezuelana provocaram um colapso na produção de petróleo—que passou a ser vendido quase a preço de custo—, isolamento financeiro e comercial e uma queda na qualidade de vida da população. A guerra na Ucrânia levou o governo Biden a flexibilizar as sanções. Um exemplo foi a licença 44 de 2024, que autorizou a Chevron a comercializar o petróleo venezuelano, melhorando o nível de receitas, mas sem garantir reflexos positivos para a população. Pelo contrário, o salário mínimo caiu para níveis de 0,4 dólares por mês. Em uma economia que apresentava sinais de melhora macroeconômica, a acumulação rentista da burguesia cresceu exponencialmente.

Enquanto isso, o governo aprovou leis que limitavam as liberdades políticas e interveio judicialmente contra os partidos opositores de direita e de centro que representavam os interesses da velha burguesia, com o objetivo de cooptar uma parte importante dessas representações políticas e da liderança da oposição. Da mesma forma, o governo de Maduro utilizou a aliança cívico-militar-policial para esmagar as revoltas de rua denominadas “La Salida”, lideradas por Leopoldo López, Antonio Ledezma e María Corina Machado (2014). A essas manifestações seguiram-se as de 2015 contra a escassez de produtos básicos, as de 2016 contra a suspensão do referendo revogatório, e quatro meses de protestos violentos, em 2017, devido à rejeição da Assembleia Nacional à instauração de uma nova Assembleia Constituinte. Esses eventos resultaram em mais de 160 mortos, em sua maioria jovens.

Além disso, as sanções serviram de justificativa para o madurismo implementar, em 2018, um programa de ajustes estruturais ao estilo do Fundo Monetário Internacional (FMI) que limitava o direito de luta por aumentos salariais. A organização e a liberdade sindical foram restringidas, os salários nivelados para baixo, eliminando o conceito de direitos adquiridos, e todos os partidos de esquerda sofreram intervenções que colocaram à sua

frente diretorias *ad hoc* a serviço do governo. Com isso, Maduro demonstrou que, ao contrário de Chávez, estava interessado em ir contra a esquerda e as organizações sindicais, limitando suas capacidades de atuação política democrática e de luta social por meio das instituições.

A queda

Nas eleições presidenciais de 2024, Maduro enfrentou uma perda significativa de simpatia eleitoral, mas ainda contava com o apoio de sua base social. Com esse capital reduzido, decidiu remover María Corina Machado e todos os opositores que pudessem afetar sua permanência no Palácio de Miraflores da disputa. O controle da mídia se intensificou, a repressão por meio de instrumentos jurídicos como a Lei contra o Ódio se acentuou, a livre circulação dos candidatos pelo território foi limitada e o aparato repressivo adquiriu uma centralidade inusitada.

Nesse cenário, o rentismo buscou um acordo forçado entre as diferentes facções da burguesia venezuelana, sendo Corina Machado a peça fora do tabuleiro que ameaçava a acumulação burguesa centrada na apropriação da renda petrolífera. Esse foi o início da tragédia da líder opositora, pois, como ficaria demonstrado após o 3 de janeiro, ela seria descartada até mesmo pelos Estados Unidos como alternativa para uma transição amigável ao capital.

Esse período encerrou-se com o ocaso da democracia eleitoral e a escalada do autoritarismo que levou à prisão, por motivos políticos, de mais de duas mil pessoas em apenas alguns meses. O madurismo foi-se transformando num bonapartismo *sui generis*, que garantia aos diversos grupos de ricos e poderosos a continuidade do modelo rentista de acumulação burguesa. Daí a sua ofensiva autoritária, que, com um discurso supostamente socialista, intervia e neutralizava os instrumentos de representação política da classe trabalhadora (sindicatos, partidos de esquerda), buscando a aprovação dos Estados Unidos.

No entanto, o madurismo não avaliou corretamente o papel da energia na reconfiguração da ordem mundial, mesmo a Venezuela sendo o país com as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo. Durante o governo Biden, avançou na direção de um acordo de estabilização com os Estados Unidos, mas isso foi revertido no segundo mandato de Trump. Finalmente, em setembro de 2025, os Estados Unidos mobilizaram o cerco naval no Caribe. Nessa fase, Maduro continuou com um discurso radical para manter sua base social coesa e apostou em um acordo com o governo Trump que lhe permitisse permanecer no poder. Maduro, no entanto, superestimou o papel do petróleo e das riquezas minerais nessa negociação, assumindo uma atitude indiferente e diletante, o que acelerou os eventos de 3 de janeiro de 2026.

Ainda não está claro quais foram as cadeias de traições e as colaborações de altos funcionários do governo que tiveram de ocorrer para que a ação militar se concretizasse com tanta impunidade. A captura e prisão do presidente venezuelano evidenciam que o madurismo tinha avançado significativamente em um acordo estrutural com os Estados Unidos—só que ele se concretizou sem a figura do próprio Maduro.

Colonização trumpista

Os Estados Unidos não estão dispostos a perder o papel hegemônico na América Latina e apostam em assumir centralidade na formação dessa nova ordem mundial ao lado da China e da Rússia. Washington está preocupada com o volume dos investimentos chineses na região, estimado pela CEPAL em aproximadamente US\$ 650 bilhões. Na Estratégia de Segurança Nacional com o Corolário Trump, a Venezuela aparece não apenas como prioridade, mas uma possibilidade concreta de avançar nessa recolonização regional. O país que ergueu as bandeiras da revolução bolivariana possui as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, além de jazidas de ouro e de terras raras, e um dos mais importantes bolsões de biodiversidade e água do planeta. O início do bloqueio militar norte-americano no sul do Caribe, a partir de

agosto-setembro de 2025, corroe as alianças entre a Venezuela e a região, em organismos como a CELAC e a ALBA.

Em 7 de janeiro de 2026, o Secretário de Estado Marco Rubio anunciou a estratégia em três fases para a transição na Venezuela. Ela começa com a estabilização, visando evitar que o caos se instale no país. O presidente dos Estados Unidos e sua equipe exigiram a libertação dos presos políticos, a criação de condições político-jurídicas para o retorno dos exilados e a realização de reformas legais que garantam segurança institucional e jurídica aos investidores estrangeiros. A segunda fase, denominada “recuperação econômica e reconciliação”, consiste em reativar a economia a partir da abertura do mercado energético às transnacionais petrolíferas, mas também ao capital internacional interessado em explorar outras áreas de extração, como ouro, terras raras, e o mercado da biodiversidade. Essa fase implicaria melhorar as condições da população, especialmente seus rendimentos salariais, que hoje são os mais baixos do mundo. Na Venezuela, o salário mínimo mensal é inferior a meio dólar e os produtos básicos custam duas ou três vezes mais que a média regional. A terceira fase, denominada de “transição política”, visa consolidar reformas estruturais no sistema político venezuelano, como a legalização dos partidos, a transparência, a liberdade de imprensa e a instalação de um novo Conselho Nacional Eleitoral. Não fica claro, porém, como a burguesia rentista venezuelana se posicionará a médio e longo prazo nessa nova situação.

Existe uma tensão fundamental entre o modelo rentista nacional representado pelo madurismo e o modelo econômico transnacional que os Estados Unidos pretendem implementar. O rodriguismo parece estar interessado em estabelecer uma ponte entre ambos.

Delcy Rodríguez era conhecida entre os revolucionários bolivarianos como uma radical. Sua carreira de burocrata teve início em 2003, quando foi diretora de assuntos internacionais do Ministério da Energia e Minas. Apesar de ter sido diretora do gabinete de Hugo Chávez, ela nunca foi uma pessoa de confiança do líder da revolução bolivariana. Sua ascensão meteórica teve

início apenas após a morte de Chávez e a presidência de Maduro, assumindo responsabilidades à frente do Ministério da Comunicação e Informação (2013-2014) e depois passando para a pasta das Relações Exteriores (2014-2017), quando se iniciou a onda de demissões que resultou na exílio de Rafael Ramírez, considerado a figura-chave da indústria petrolífera durante a maior parte do governo de Chávez. Seu estilo antidiplomático e de confronto nos cenários internacionais contrasta com a postura subserviente que assumiu a partir de janeiro de 2026.

Mais recentemente, a grande dúvida acerca do interesse dos irmãos Rodríguez em manter o “clã dos quatro” como epicentro do poder político ou dar um novo passo em direção à concentração do domínio governamental começa a se esclarecer. A destituição de Padrino López da chefia do Ministério da Defesa, cargo que ocupava desde 2014—e a nomeação do general Gustavo González López, encarregado de receber o diretor da CIA no país—revelam intenções de reduzir o clã à dupla de parentes. Nos últimos dois meses, os militares uniformizados—eixos da reestruturação do modelo rentista desde 2002—praticamente desapareceram dos discursos oficiais. Hoje, o chefe do Comando Sul dos Estados Unidos “exerce” a função de alto comando militar bolivariano e comando estratégico operacional que antes foi de Vladimir Padrino. A renúncia do procurador-geral da República, Tarek William Saab, e do defensor do povo, Alfredo Ruiz, também faz parte do processo de desmantelamento das lealdades a Maduro. No início do ano, a ministra da Saúde havia sido substituída, o que foi seguido pela detenção de figuras como Alexander “Mimou” Vargas, ex-vice-ministro dos Esportes no governo de Maduro. É evidente que um tsunami está se formando na administração pública, que busca alcançar um equilíbrio entre os interesses de Trump e de Delcy Rodríguez.

O rodriguismo, no entanto, enfrenta um problema em sua busca por legitimidade como centro do poder político na Venezuela. Ele não possui uma história heroica própria capaz de caracterizá-lo com algo mais do que o herdeiro de um mártir revolucionário, e sua liderança acaba sendo eclipsada pela sombra do colaboracionismo. Por outro lado, as primeiras

medidas parecem revelar que há uma tendência de construção de um sistema clientelista em torno de seu reconhecimento—o que lhe retira a capacidade política de liderar uma transição que implique governar de maneira mais plural, com correlações de força que transcendam os limites ideológicos e a proximidade com seu próprio clã.

Enrique Márquez, do partido Centrados, poderia, por sua vez, representar um desafio para a consolidação do poder. Na Venezuela, uma população cansada da polarização política e de seus efeitos na deterioração da qualidade de vida pode encontrar nessa figura uma síntese que encarne a reconstrução nacional com o maior consenso possível. No entanto, a maioria dos partidos políticos encontra-se sob tutela do governo, o que rompeu o vínculo territorial e a legitimidade de muitos deles. A direita vive uma crise de credibilidade devido à cooptação funcional de muitos de seus dirigentes e à coabitação com o madurismo, enquanto o setor do partido Vente, de María Corina Machado, foi enfraquecido pela repressão aos seus quadros de nível médio e de base, bem como pelo esgotamento do discurso de “ponto final” e “transição sem chavistas” que a ganhadora do Prêmio Nobel vem desenvolvendo desde 2024. Sua proposta consistia em sustentar e intensificar a polarização, contrariando o desejo de estabilização política expresso pelos Estados Unidos. A esquerda foi despojada de toda personalidade jurídica e hoje não existe um único partido legalizado dessa corrente. Já a esquerda radical oscila entre a incapacidade de operar em frentes amplas e sua tendência à autorreferência, algo que ela terá que superar rapidamente se quiser sobreviver a essa tempestade.

Perspectivas

O processo de desmantelamento do que restava do chavismo ocorre de forma rápida desde o 3 de janeiro, mas isso não passa pela superação do rentismo. A nova Lei de Hidrocarbonetos faz com que a Venezuela perca o controle sobre a extração e a comercialização, enquanto os Estados Unidos assumem o papel de vendedor do petróleo venezuelano e controlador das porcentagens

e do destino da renda que entra no país. As leis comerciais se ajustam à nova realidade e a implementação da chamada Constituinte Operária procura legitimar a eliminação da Lei do Trabalho vigente para criar uma legislação que permita a flexibilização e perpetue a precarização do mundo do trabalho.

Os presos políticos começam a ser libertados e uma Lei de Anistia foi aprovada em meio ao anúncio de reformas comerciais para facilitar o investimento estrangeiro, bem como de toda a estrutura jurídica institucional. Trata-se de uma contrarreforma sem precedentes que faz com que o processo constituinte de 1999 pareça tímido. E enquanto isso ocorre, as boinas vermelhas dos militares bolivarianos são substituídas por homenagens às visitas do diretor da CIA, John Ratcliffe, do chefe do Comando Sul, general Francis Denovan, e do secretário de energia, Chris Wright, que percorrem os corredores do Palácio de Miraflores como se fossem os novos senhores do vale.

O movimento sindical, que sofre repressão sistemática desde 2024, chegou a um acordo unificado para impulsionar, a partir de 2026, um cronograma de reivindicações e protestos por melhorias salariais, liberdade sindical e direitos democráticos, eventos que começaram a se concretizar com mobilizações em fevereiro e março. Caso as enormes expectativas a esse respeito não sejam resolvidas no curto e médio prazo, a esperança poderá transformar-se em decepção, a passividade em raiva e a calma em tempestade.

Substituir as figuras à frente do governo e até mesmo mudar sua orientação ideológica não garante a governabilidade da Venezuela, muito menos o projeto estratégico que os Estados Unidos conceberam para o país com o objetivo de dispor de suas reservas energéticas e minerais. A dupla rentismo-policlassismo foi o suporte da governabilidade na Venezuela, e pretender superar de forma abrupta essa estratégia de acumulação e dominação burguesa pode acarretar em complicações para a própria abertura ao capital transnacional que a administração Trump pretende inaugurar.

Todavia, isso não parece ser devidamente avaliado pela classe política venezuelana e pelo governo norte-americano, que consideram que a solução

se limita à melhoria estrutural da economia e que o cotidiano das pessoas—expresso na questão salarial—pode esperar. Pelo contrário, a frustração decorrente da impossibilidade de alcançar rendimentos salariais iguais ou superiores à cesta básica de alimentos pode gerar um sentimento anti-imperialista que ainda não se manifestou.

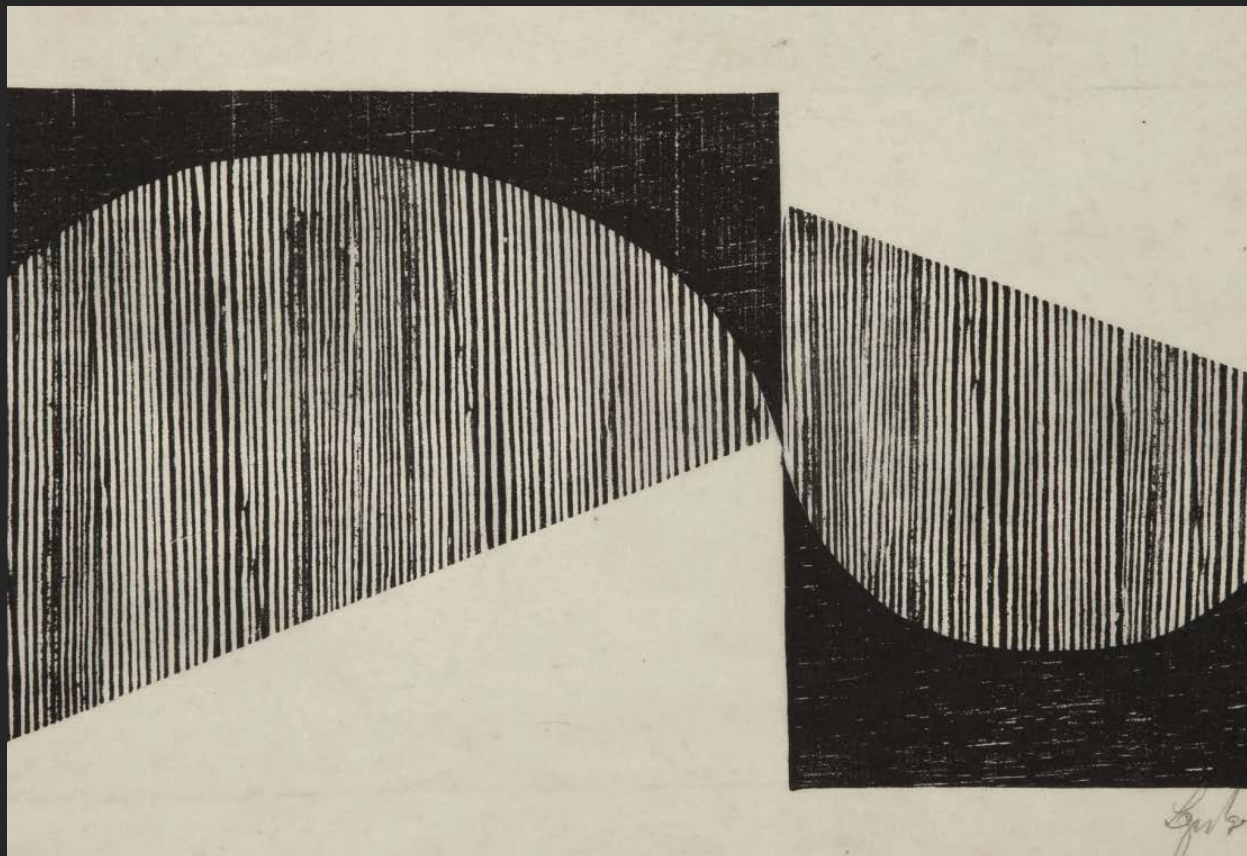
A revolução bolivariana morreu, mas o anseio por mudanças estruturais não. O rentismo continua sendo o modo cultural de acumulação hegemônico da burguesia local e o policlassismo, o modelo de diálogo e equilíbrio entre as classes sociais. Como todo navio que atravessa tempestades sem chegar a um porto seguro, a reviravolta inoportuna em direção à situação colonial ocorrida em 3 de janeiro de 2026 não significa um novo momento político, mas a continuidade dos extremos—uma outra face do que já vinha ocorrendo. Garantir a diversidade política, social e econômica, bem como superar sem traumas o rentismo, é o grande desafio coletivo. Isso será possível em uma situação de instauração colonial?

Notas de rodapé

1. Furtado, Celso. 2008. *Ensaio sobre a Venezuela: o subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Brasil: Editorial Lumen.
2. Mahdavy, Hossein. 2004. “The Patterns and Problems of Economic Development in Rentier States: The Case of Iran”. Em *Studies in the Economic History of the Middle East*, ed. M. A. Cook. Londres: Routledge.
3. Coronil, Fernando. 1997. *El Estado mágico: Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Venezuela: Edições Alfa.
4. Baptista, Asdrúbal. 1997. *El relevo del capitalismo rentístico: Hacia un nuevo balance de poder*. Venezuela: Edições Polar.
5. Os “doze apóstolos” foram denunciados pelo intelectual e político de esquerda Domingo Alberto Rangel e incluem Gustavo Cisneros, Lorenzo Mendoza Fleury, Eugenio Mendoza, Diego Cisneros, Ricardo Zuloaga, Miguel Ángel Capriles, entre outros.
6. O Puntofijismo refere-se ao acordo de governabilidade e sucessão presidencial assinado na década de 1960 pelos partidos Ação Democrática (social-democrata), COPEI (democracia cristã) e União Republicana Democrática (liberal). Esse acordo orientou o modelo de democracia representativa até a chegada de Chávez.
7. Bonilla-Molina, L. et al. 2005. *Historia de la Revolución Bolivariana*. Caracas: Edições MinCi.
8. Isso inclui figuras como Arné Chacón (ex-militar, ligado ao Banco Real e ao Baninvest na crise bancária de 2009), Ricardo Fernández Barrueco (ex-fornecedor do Estado acusado de estar envolvido na compra de bancos), Alejandro Andrade (ex-tesoureiro do país, que esteve detido nos EUA), empresários como Raúl Gorrín (figura-chave na superação da greve petrolífera de 2002), Alex Saab (preso nos EUA, repatriado para a Venezuela em negociação entre Maduro e o governo Biden).
9. Essa iniciativa deu frutos a partir de 2021, quando a atual presidente interina foi especialmente convidada para abrir a 77ª Assembleia Anual da Federação das Câmaras Empresariais e de Comércio (Fedecamaras), a mesma entidade que havia liderado o golpe de Estado de 2002 e colocado seu então presidente, Carmona Estanga, à frente do breve governo de “salvação nacional”, cujo decreto de instauração foi assinado por María Corina Machado.
10. Assim foi denominada a decisão da Oficina Nacional de Orçamento, que consiste em nivelar, para baixo, os salários e outros benefícios trabalhistas conquistados ao longo do século XX.
11. Segundo dados do Foro Penal Venezuelano, existem atualmente cerca de 644 presos políticos. No entanto, entre a população, fala-se de três categorias de detidos por expressarem opiniões ou participarem de manifestações contra o governo, cujo número poderia chegar a vários milhares: políticos, cidadãos presos devido a suas opiniões políticas e militares dissidentes.
12. O governo de Trinidad e Tobago disponibilizou seu território para a realização de operações militares prévias ao ataque de 3 de janeiro, o que levou ao rompimento do acordo de fornecimento de gás venezuelano àquele país.
13. Por isso, surpreendeu que ela tenha sido a impulsadora da doação de 500 mil dólares—provenientes da Citgo—que o governo venezuelano fez em 2017 para ajudar a cobrir as despesas da posse da primeira presidência de Donald Trump. Alguns críticos consideram que a boa relação entre Delcy Rodríguez e Donald Trump começou a ser construída a partir desse momento. Durante o governo de Biden, ela foi a representante do Grupo de Boston, uma rede de políticos e figuras da política norte-americana, enquanto seu irmão e presidente da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, coordenava as negociações com a oposição promovidas pela Noruega, pelo México, pelo Vaticano e por outros membros da comunidade internacional.
14. Ele é famoso por ter colocado a gigantesca estátua de um indígena, feita com resíduos e pela qual se dizia ter sido cobrado um valor milionário, em uma rodovia de Caracas. Vargas também havia sido o promotor das

“piruetas de moto” como esporte para agradar aos motociclistas que faziam parte de coletivos e forças de choque do madurismo.

15. Donald Trump convidou Márquez—prisioneiro político recém-libertado em Caracas e candidato à presidência nas eleições de 28 de julho de 2024, por um partido chamado Centrados, que obteve uma porcentagem inferior a 1%—a comparecer na apresentação do Discurso sobre o Estado da União (*State of the Union*). Ele assumiu a política de defesa da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, da liberdade dos presos políticos e das lutas sociais.



Lygia Pape, Tecelar (Weavings), 1958.

O mercado da soberania

Maria Fernanda Sikorski, Hugo Fanton

O Brasil reivindica seu lugar em um mundo multipolar

Em 2025, Brasil e Estados Unidos protagonizaram um inédito incidente diplomático. Uma série de medidas coercitivas impostas por Donald Trump à maior economia da América Latina inaugurou meses de tensão entre os países. As ações incluíram tentativas de interferência política, sanções contra autoridades e revogação de vistos de membros do Executivo e do Judiciário, além da mais expressiva: o tarifaço de 50% contra produtos brasileiros exportados aos EUA. O que pretendia ser uma demonstração de força econômica e um exercício aberto de hegemonia, no entanto, viria a expor as rachaduras que ameaçam os pilares do império. As idas e vindas da agressão comercial contra o Brasil ilustram o equívoco da estratégia trumpista.

Os possíveis impactos das tarifas sobre o desempenho econômico do Brasil causaram forte temor inicial e reação midiática explosiva. Mesmo assim, Lula não cedeu às ameaças de Trump. O que se seguiu foi um rápido ciclo acomodatório, marcado pela compensação da queda nas exportações para os EUA pela reorientação para outros mercados. Em vez de imposição imperial, a investida estadunidense e a reação brasileira apontam na direção oposta: a debilidade do exercício de poder pela potência hegemônica global na região que, segundo sua própria Estratégia de Segurança Nacional, está submetida à “doutrina Donroe”. As tarifas falharam econômica e politicamente: em 2025, as exportações brasileiras bateram recorde, Bolsonaro foi preso pela trama golpista e o Brasil não foi submetido à tutela de Washington.

O descompasso entre expectativa e realidade na agressão de Trump exige repensar o lugar do Brasil nas dinâmicas geopolíticas globais. A investida ocorreu em uma conjuntura bastante distinta de outros episódios de pressão comercial (e militar) dos EUA na região. Nas últimas três décadas, as relações internacionais do Brasil mudaram significativamente. O período democrático foi marcado pelo apoio ao multilateralismo, incentivo à integração regional e cooperação com outros países do Sul global. No comércio, a China tomou a posição dos EUA como principal parceiro econômico, a Ásia e o Mercosul ganharam destaque como destino de exportações e o país adotou uma estratégia ativa e consistente de diversificação de parceiros. Nesse contexto, o tarifaço acelerou uma reorientação que já estava em curso, reforçando

a capacidade do Brasil de absorver choques externos sem convergir para Washington e aproximando o país de parceiros mais estáveis, antigos e novos.

Três décadas de comércio exterior

A economia brasileira foi profundamente transformada desde a redemocratização. A ditadura militar havia promovido um processo de industrialização financiado por endividamento externo e marcado por protecionismo, forte concentração de renda e repressão às classes trabalhadoras. As vitórias eleitorais de Fernando Collor em 1989 e de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998 promoveram uma inflexão na agenda econômica e alinharam o país ao programa neoliberal. O período registrou uma acelerada abertura comercial, um amplo programa de privatizações e incentivos ao capital estrangeiro, além da adoção de um plano de estabilização monetária para responder ao rescaldo inflacionário da ditadura. Em conjunto, esses eventos expuseram a indústria nacional a novas vulnerabilidades. A valorização cambial barateou importações e a abertura comercial ampliou significativamente a concorrência. O país perdeu o dinamismo econômico anteriormente alcançado e passou a registrar déficits comerciais.

A isso somou-se a entrada da China no comércio internacional. Nos anos 2000, a alta significativa dos preços de commodities afetou positivamente o comércio exterior brasileiro: a riqueza em recursos naturais e terras cultiváveis e a necessidade de recomposição da balança comercial consolidaram o Brasil como fornecedor-chave. Ironicamente, a adoção do Consenso de Washington nos anos 1990 abriu espaço para a ascensão da parceria com a China na década seguinte. A partir de 2001, o Brasil voltou a registrar superávits comerciais.

Mas as mudanças no perfil produtivo brasileiro implicaram mais do que uma nova era de protagonismo da China na balança comercial: nas últimas duas décadas, o comércio exterior do país passou por um verdadeiro giro, marcado também pelo declínio da importância dos EUA e outros países do

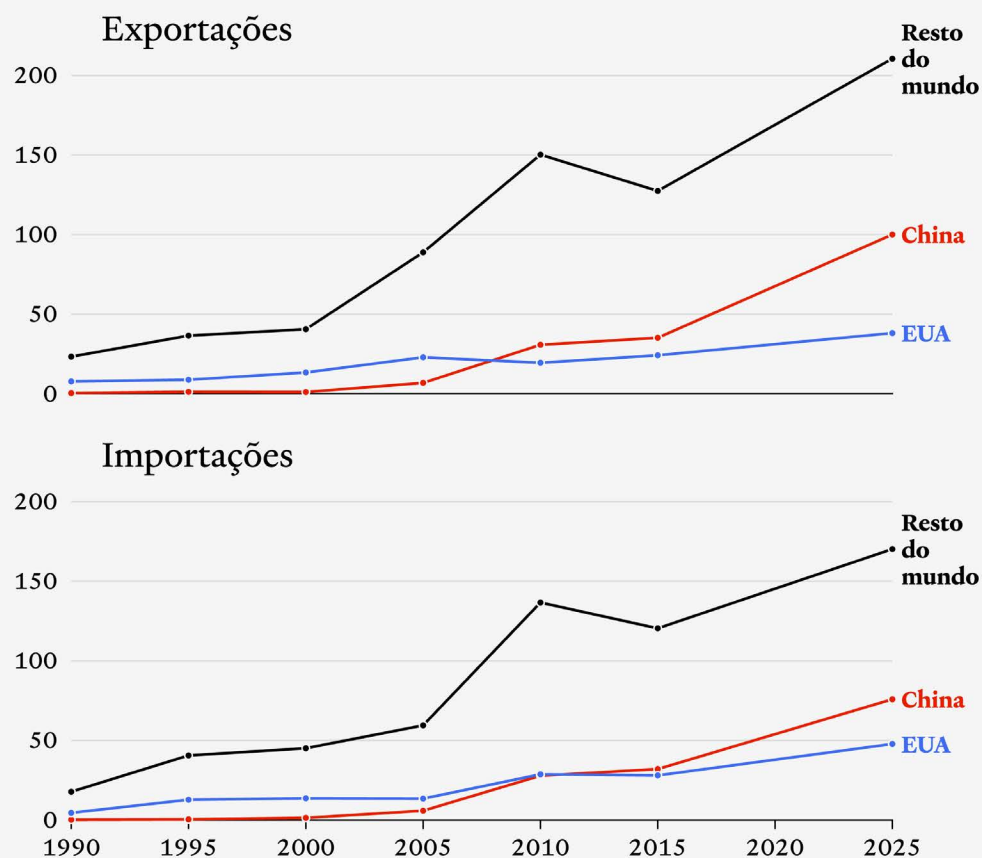
G7 e pela ampliação significativa das relações com outras partes do mundo. A transição do eixo comercial do Atlântico para o Pacífico e a busca ativa por novos mercados tiveram particular destaque ao longo dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, sob a agência de uma política externa “ativa e altiva”.

Em outras palavras, entre 1990 e 2025, houve uma mudança estrutural na inserção internacional do Brasil. Em 1990, os EUA eram o destino de quase um quarto de tudo o que o Brasil exportava em valor—24,6%—, enquanto a China absorvia apenas 1,2%. Dez anos depois, em 2000, o quadro ainda era basicamente o mesmo: os EUA lideravam com 24,3% e a China respondia por 2% do total exportado. No final da primeira década do século XXI, o cenário se inverteu.

Em 2010, a participação da China saltou para 15,3%, ultrapassando a dos EUA, cuja parcela caiu para 9,7%. Os anos seguintes consolidaram essa tendência: em 2015, a China já havia atingido uma participação de 18,8% nas exportações e, em 2025, figurava como destino dominante dos produtos brasileiros no mundo, com quase 29% do total. A parcela das exportações com destino para os EUA, por sua vez, foi de 12,9% em 2015, 12% em 2024 e, em 2025, após o tarifaço, caiu para 10,8%. Os dados do Comtrade/ONU revelam também o crescimento das relações comerciais com outros parceiros ao longo do período.

O comércio exterior do Brasil com o mundo, a China e os EUA

Exportações e importações de bens, em bilhões de US\$, 1990–2025



Phenomenal World

Fonte: Comtrade/ONU.

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

Não houve simplesmente uma “guinada” do Brasil para a China. O boom de commodities elevou a demanda global como um todo, e vários países passaram a importar mais do Brasil: em 1990, as exportações tinham 161 destinos; em 2000, o número aumentou para 201; e, em 2025, foram

registrados 215 compradores. Superar os 200 destinos significa que o Brasil se relaciona com quase todo o universo de parceiros econômicos reconhecidos internacionalmente, o que inclui, além de Estados soberanos, territórios independentes e zonas aduaneiras separadas.

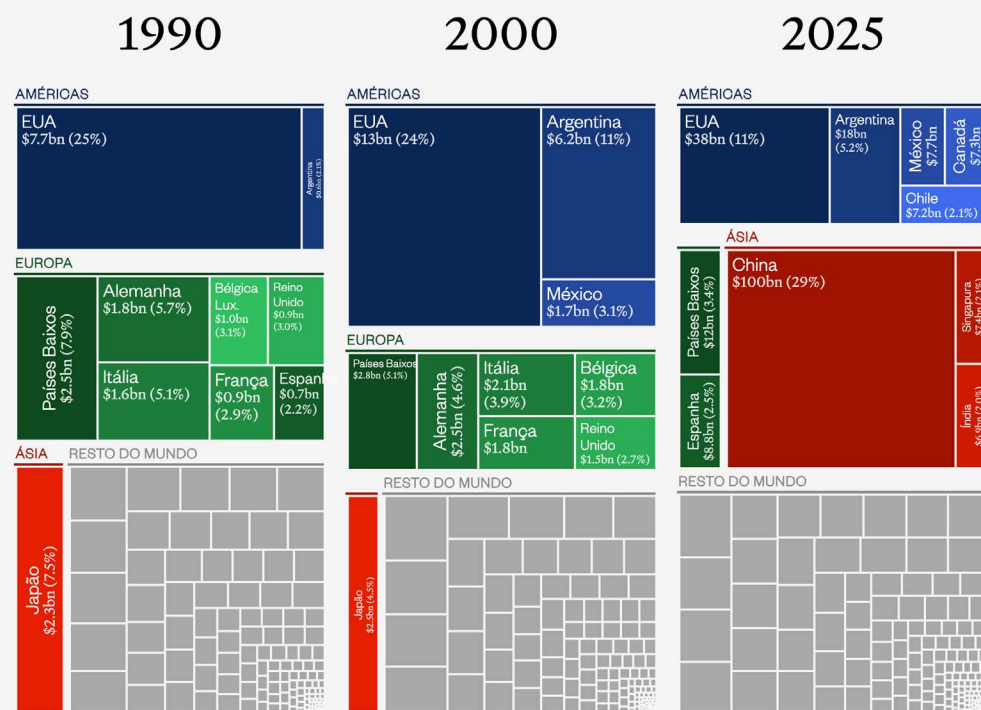
A ascensão da China na pauta exportadora esteve diretamente relacionada à tomada da posição anteriormente ocupada pelos EUA e por outros membros do G7, como Japão, Alemanha e Itália. O gráfico abaixo, que compara as exportações do Brasil para diferentes destinos em 1990, 2000 e 2025, ilustra esse movimento. A evolução temporal da participação dos dez maiores compradores e do “resto do mundo” no total das exportações do Brasil indica, ainda, a virada do Atlântico para o Pacífico e o crescimento da importância da América Latina.

Em meados dos anos 2010, a desaceleração da China, a queda dos preços internacionais e a crise interna no Brasil reduziram o valor das exportações, comprimiram as importações e levaram à perda de participação relativa do país no comércio global. Mas esse choque foi compensado por uma estratégia diplomática e comercial ativa, com o Brasil buscando novos mercados no Oriente Médio, no Sudeste Asiático, na África e na própria América Latina. Desde a pandemia e o início da guerra na Ucrânia, a demanda por produtos brasileiros registrou um aumento significativo. O perfil geopoliticamente mais neutro do país e o movimento global de proteção de cadeias de suprimento fizeram com que o Brasil emergisse como um fornecedor seguro em um cenário cada vez mais instável.

A defesa brasileira do “não alinhamento ativo” e de organismos e sistemas multilaterais de comércio, portanto, encontra lastro econômico na redução da dependência comercial em relação ao centro hegemônico do capitalismo global e na capacidade de absorção de choques em relações bilaterais por meio da expansão do comércio para outros lugares. Para além da dependência em relação à China, que responde atualmente por quase um terço do total das exportações, o Brasil soube navegar em um mercado global mais fragmentado, ampliando as parcerias em número e escopo geográfico.

O eixo das exportações brasileiras muda do Atlântico para o Pacífico

Top 10 destinos das exportações brasileiras, por ano (em bilhões de US\$; participação no total)



Phenomenal World

Fonte: Comtrade/ONU.

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

O vaivém das tarifas

Desde a campanha para o segundo mandato, as tarifas ocuparam um lugar central no discurso de Donald Trump sobre política externa. Se a promessa já era incongruente—a guerra comercial promovida por Trump em seu primeiro governo, de alcance muito menor, mostrou que as tarifas foram quase integralmente repassadas aos importadores e consumidores

estadunidenses—, a execução se mostrou caótica. Em fevereiro de 2025, no mesmo ato em que impôs uma sobretaxa de 10% à China, o presidente anunciou tarifas de 25% contra o México e o Canadá, ambos signatários do USMCA, acordo negociado pelo próprio Trump em 2018. Mas o passo seguinte da nova política comercial seria ainda mais disruptivo.

Em 2 de abril de 2025, Trump anunciou, com fanfarra, o “Dia da Libertação”. Foi como se o programa *The Price is Right* tivesse chegado a Washington, reportou o *Guardian*. Uma questionável retórica sobre déficits comerciais justificou a imposição de uma tarifa de 34% à China, 20% à União Europeia e 46% ao Vietnã. A medida entraria em vigor em uma semana. Mas, na manhã de 9 de abril, Trump anunciou a suspensão das tarifas por 90 dias, período no qual todos os exportadores estariam sujeitos à taxa de 10%. Nascia, assim, o empreendimento de “90 acordos em 90 dias”: o governo do republicano narrou a primeira “amarelada” tarifária como uma estratégia de pressão para que os países afetados firmassem acordos bilaterais favoráveis aos EUA. Decorridos os noventa dias, em 9 de julho de 2025, a manobra já se mostrava essencialmente falha (mesmo no fim de 2025, o sucesso ainda era questionável). A Casa Branca, então, arriscou um terceiro plano: o das “cartas tarifárias”.

O Brasil saiu praticamente ileso do Dia da Libertação, submetido apenas à alíquota universal de 10%. Com a sobretaxa de outros parceiros comerciais dos EUA, houve até quem apontasse para uma abertura de oportunidades para a economia brasileira, que poderia se valer da guerra comercial global para melhorar sua posição no mercado estadunidense. Alguns setores da economia chegaram a sinalizar uma potencial “vitória”: entre janeiro e junho de 2025, as exportações de café para os EUA cresceram 40%, enquanto as de carne dobraram. Café e carne ocupavam, respectivamente, o terceiro e o quarto lugar na lista de produtos brasileiros mais vendidos para o país.

O otimismo durou pouco: noventa dias depois, o cenário se inverteu. Em 9 de julho de 2025, a carta tarifária do Brasil foi entregue. Trump comunicou à Presidência brasileira que todas as exportações destinadas aos EUA seriam

sobretaxadas em 40% a partir de 1º de agosto, totalizando um encargo de 50%. Tratava-se, então, da maior tarifa imposta em todo o mundo. Quaisquer supostas oportunidades criadas em abril foram suspensas. Em três meses, o Brasil passou de potencial vencedor da guerra tarifária a maior perdedor.

A particularidade do caso brasileiro não parou por aí. Desta vez, a principal justificativa das restrições comerciais era política, e não econômica: para Trump, o ex-presidente Jair Bolsonaro sofria perseguição da justiça brasileira. Para além do tarifaço, isso embasou medidas como a revogação de vistos para autoridades brasileiras e a sanção, com base na lei Magnitsky, contra Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do processo que levaria Bolsonaro à cadeia pouco tempo depois.

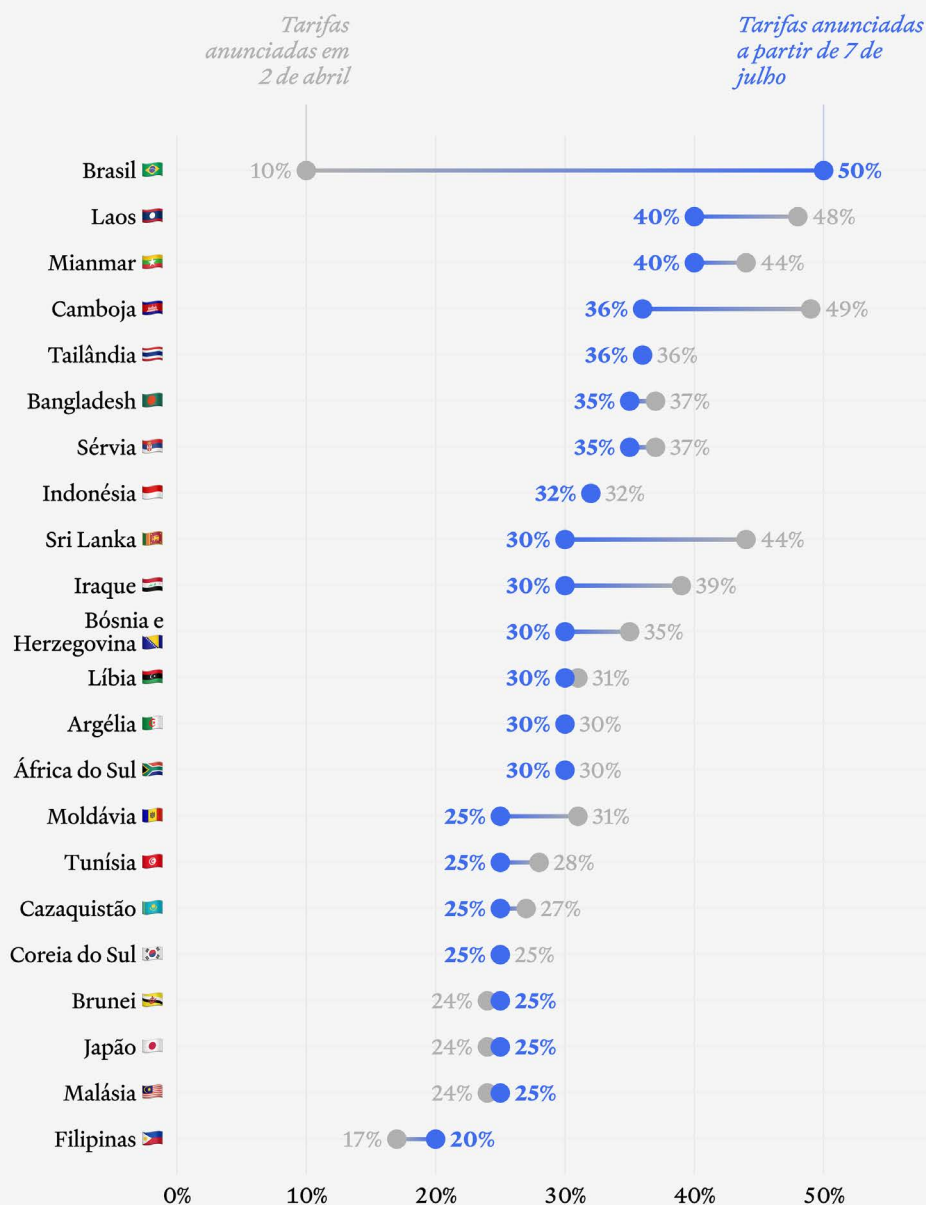
Na carta de julho de 2025, Trump apresentou três motivos para a agressão comercial. Em primeiro lugar, falou da suposta “caça às bruxas” contra Bolsonaro. Em seguida, mencionou a ameaça do Brasil às “eleições livres” e à “liberdade de expressão” do povo estadunidense—o texto rotulava medidas regulatórias de redes sociais como “ordens de censura”. O terceiro motivo, enfim, dizia respeito à relação comercial entre os países que, de acordo com Trump, estaria “longe de ser recíproca”.

Imediatamente, Lula divulgou uma nota afirmando que “o Brasil é um país soberano com instituições independentes” e que o processo contra os envolvidos na tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2023 era de competência exclusiva do Judiciário brasileiro. O documento desmentia, ainda, a alegação de que os EUA teriam um déficit comercial com o Brasil: de acordo com a própria Casa Branca, desde 2008, a balança comercial entre os dois países é favorável aos Estados Unidos.

A inédita motivação política para as tarifas recebeu, num primeiro momento, maior atenção. Na ocasião, Paul Krugman questionou o efeito da medida: “as exportações para os EUA representam menos de 2% do PIB do Brasil. Será que Trump realmente imagina que pode usar tarifas para intimidar uma nação

Tarifas dos EUA, 2025: anunciadas em 2 de abril ante as de 7 de julho em diante

Mudança país a país entre as duas rodadas de anúncios



Phenomenal World

Fontes: Casa Branca; Reuters; SCMP.
Gráfico: Yusuf Imaad Khan

gigantesca, que nem sequer depende muito do mercado americano, a ponto de levá-la a abandonar a democracia?”

Mas o tema econômico passou logo a dominar as discussões. Representantes da indústria nacional defenderam a negociação da suspensão do tarifaço, ressaltando a interdependência dos mercados dos países. Entidades empresariais dos EUA, não à toa, juntaram-se ao pleito: quem efetivamente suporta o ônus são os importadores dos EUA, que repassam os custos aos consumidores do país. A *US Chamber of Commerce* destacou que “mais de 6.500 pequenos negócios nos Estados Unidos dependem de produtos importados do Brasil, enquanto 3.900 empresas americanas investem no país. O Brasil é um dos dez principais mercados para as exportações dos Estados Unidos e o destino de aproximadamente US\$ 60 bilhões em bens e serviços americanos todos os anos”.

Inicialmente, havia esperança de que o Brasil conseguiria adiar a data de início das tarifas. No final de julho, no entanto, a equipe de Lula passou a lidar diretamente com a possibilidade de não haver acordo. Um fundo temporário de crédito para os setores afetados começou a ser desenhado. O Ministério da Fazenda anunciou um plano de contingência e o governo declarou que trabalharia para diversificar ainda mais os parceiros comerciais e fortalecer o multilateralismo. Lula reafirmou estar aberto ao diálogo: “se Trump quiser, a nossa relação será a melhor possível”.

“Trump fez Lula great again”

Para a população estadunidense, a decisão de Trump de elevar o preço das importações brasileiras foi inoportuna. Antes mesmo da tarifa de 50% entrar em vigor, o mercado interno dos Estados Unidos já sentia o impacto inflacionário em produtos que integram a cesta de consumo da maioria das famílias: café e suco de laranja. Em 2024, o Brasil forneceu mais da metade de todo o suco de laranja comercializado nos EUA e 30% dos grãos de café importados pelo país. O anúncio de Trump fez com que o preço de ambas as

commodities disparasse no mercado interno. Na semana seguinte ao envio da carta ao Brasil, os preços do suco de laranja congelado para entrega futura já haviam subido 10% e os do café, 6%.

Politicamente, naquele momento, Lula foi quem mais se beneficiou. Desde o boom de commodities, a pauta exportadora do país não fazia tão bem para a imagem do presidente. “Trump fez Lula great again”, afirmou um colunista da Veja, revista notoriamente conservadora. Pesquisas de opinião confirmaram os ganhos. Nos termos do *Washington Post*, “o Papai Noel chegou mais cedo para Lula, e o presente foi enviado por Trump”. Enquanto setores progressistas se uniram ao redor de Lula, na oposição, o efeito não poderia ter sido pior. Chamadas como “reação a Trump amplia racha de aliados de Bolsonaro” e “Trump expõe custo de Bolsonaro para a direita” foram publicadas repetidas vezes nos principais veículos de mídia do país. As pesquisas de opinião também apontaram o impacto negativo do tarifaço entre eleitores da direita. Nos EUA, a atitude de Trump foi desaprovada pela opinião pública.

A opção de Lula por não ceder e buscar o diálogo foi bem-sucedida. O primeiro sinal veio já na ordem executiva de 30 de julho de 2025, que formalizou a aplicação do tarifaço sobre o Brasil, mas incluiu uma lista de 694 exceções que contemplava 43,3% das exportações brasileiras. Produtos como combustíveis, minérios, aeronaves civis e fertilizantes foram poupados do tarifaço.

A tensão diplomática poderia atingir o ápice em setembro, quando o STF julgaria a trama golpista. No dia 11 daquele mês, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão. Caiu por terra o que havia sido, de acordo com Trump, o objetivo maior da adoção das tarifas. Mas, em vez de um recrudescimento das relações, o que se viu foi uma inflexão estadunidense.

Em 23 de setembro, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Trump relatou em seu discurso a “ótima química” que sentiu ao se encontrar rapidamente com Lula nos bastidores. No dia 6 de outubro, os dois se falaram por telefone e iniciaram negociações formais para o alívio das

tarifas. Em 20 de novembro, após uma reunião entre Mauro Vieira e Marco Rubio em Washington, a lista de isenções à sobretaxa de 40% foi ampliada: um adicional de 269 produtos retornou ao patamar-base de 10%, incluindo café, suco de laranja e carne. Na ocasião, o *New York Times* anunciou: “O Brasil desafiou Trump e venceu”.

Um novo desdobramento, de alcance global, ocorreu em fevereiro de 2026, quando a Suprema Corte dos EUA declarou inconstitucional o uso da Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês) para a imposição de tarifas. A decisão derrubou o tarifaço, mas a resposta de Donald Trump foi imediata: amparando-se no Trade Act of 1974, o presidente instituiu uma nova tarifa global de 10%.

O cenário voltou a se assemelhar ao de abril de 2025, com o Brasil em vantagem na comparação global. Os produtos sobretaxados em 40% agora estariam sujeitos apenas aos 10% globais. Mas a lista de isenções às exportações brasileiras, que inclui itens importantes na pauta exportadora do Brasil para os EUA, como petróleo, combustíveis, minérios e aeronaves civis, seguiu vigente. Enquanto aliados como o Japão e a União Europeia entraram em um limbo comercial por terem cedido ao acossamento trumpista e fechado acordos bilaterais desfavoráveis, o Brasil recuperou a competitividade em relação aos concorrentes sem aceitar nenhuma das exigências de Trump.

O vaivém de um ano de tarifaço revela elementos econômicos e políticos centrais das relações internacionais na fase atual do capitalismo global. O declínio da importância dos EUA na pauta exportadora do Brasil explica a limitação dos efeitos da política tarifária de Trump sobre a balança comercial da maior economia da América Latina. Longe de submeter o Brasil a seus interesses, Trump acelerou ainda mais essa tendência. A leitura dos dados do comércio exterior brasileiro não apenas corrobora essa hipótese, como sugere um reposicionamento mais amplo do país, que ultrapassa o aumento da participação chinesa e aponta para uma reconfiguração profunda da sua inserção na economia global.

O mundo como alternativa

Apesar do tamanho e da importância como fornecedor mundial, o Brasil tem uma economia bastante fechada. Em 2025, as exportações totais atingiram o recorde histórico de US\$ 348,7 bilhões, um crescimento de 3,5% em relação a 2024. Ainda assim, representaram apenas cerca de 17% do PIB do país, um patamar baixo para parâmetros internacionais. Segundo o Banco Mundial, em 2024, as exportações responderam por 30% do PIB global, 25% do PIB da América Latina e 50% do PIB da OCDE.

O tarifaço teve impacto, é claro, sobre as exportações do Brasil para os EUA, que registraram em 2025 a maior queda desde a pandemia, com uma retração de 6,6% em relação ao ano anterior. Enquanto isso, as exportações para a China cresceram 6%, para a União Europeia 3,2% e para o Mercosul 26,6%. No primeiro trimestre de 2026, os EUA tiveram a menor participação da série histórica nas vendas brasileiras. O total em valor recuou 18,7% na comparação com o mesmo período de 2025.

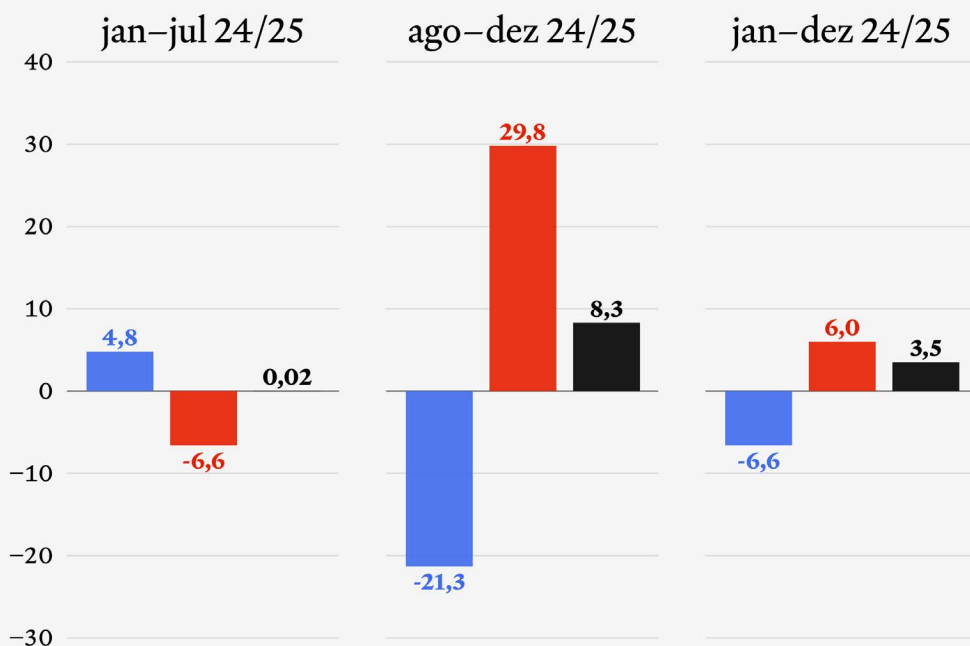
Em 2024 e 2025, exportações do Brasil para os EUA não responderam por mais de 2% do PIB do país. A exposição da economia brasileira ao mercado estadunidense é limitada. Choques comerciais bilaterais podem ter impactos setoriais, mas tendem a não ter efeitos macroeconômicos significativos. O crescimento recorde das exportações no ano do tarifaço mostra como o principal impacto da agressão de Trump foi intensificar a estratégia de diversificação do Brasil.

A comparação do desempenho comercial do Brasil na primeira metade de 2025 (antes das tarifas) e na segunda (após as tarifas) ilustra esse movimento. Nos primeiros sete meses de 2025, as vendas para os EUA cresceram 4,8%; nos últimos cinco, tiveram variação negativa de 21,3%. Para a China, as exportações recuaram em 6,6% nos primeiros sete meses e aumentaram 29,8% nos últimos cinco. As exportações para outros destinos, especialmente para países da Ásia, da África e do Oriente Médio, também cresceram. As vendas para o Marrocos aumentaram 62% e para a Índia, 52,9%, por exemplo. O

gráfico abaixo mostra as variações das exportações brasileiras para os EUA, a China e o mundo entre 2024 e 2025.

Variação no valor das exportações brasileiras aos EUA, à China e ao mundo

Variação (%), 2025 vs. 2024 em três períodos



Phenomenal World

Fonte: FGV IBRE, Base ICOMEX; Secretaria de Comércio Exterior/MDIC.

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

O tarifaço não afetou negativamente as exportações do Brasil. Ao contrário, o país se esquivou de potenciais perdas por meio de outros mercados. Entre agosto e dezembro, a China, sozinha, havia absorvido 37% do comércio impactado pela sobretaxa dos EUA. Grande parte desse volume teve relação com a substituição chinesa de commodities anteriormente importadas dos

Estados Unidos. Em resumo, o rescaldo da guerra comercial de Trump contra o Brasil esteve longe de ser catastrófico. No plano doméstico, o governo brasileiro alcançou um grau incomum de coesão entre forças políticas e econômicas, a ponto de isolar a oposição de direita em torno do tema e garantir a Luiz Inácio Lula da Silva os mais altos índices de aprovação do ano. No plano externo, o país reafirmou a soberania nacional como princípio orientador de sua inserção internacional, algo que sequer as potências europeias conseguiram sustentar com a mesma consistência. Para os EUA, se um dos motores da “doutrina Donroe” era reduzir a relevância da China nas Américas, o tarifaço fez justamente o contrário.

É importante ressaltar que, apesar dos efeitos macroeconômicos terem sido amplamente amenizados, em alguns setores, a estratégia de compensar a queda nas exportações para os EUA pela diversificação de mercados não foi exitosa. Segundo o Icomex de março de 2026, “Entre os 28 setores analisados, 24 registraram recuo nas exportações entre o primeiro trimestre de 2026 e o de 2025. Entre esses, 15 registraram variação positiva nas exportações para o resto do mundo e recuaram nas vendas para os Estados Unidos, enquanto 9 registraram queda para os Estados Unidos e o mundo. Quatro setores aumentaram as vendas para os Estados Unidos”.

O Brasil se esforçou para aliviar esses impactos setoriais. Um dos principais mecanismos foi a criação do programa Brasil Soberano, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Trata-se de uma linha de financiamento destinada a exportadores impactados. Em 2025, os desembolsos totais da instituição atingiram R\$ 169,7 bilhões, um crescimento de 27% em relação ao ano anterior. Desse montante, o Brasil Soberano foi responsável por R\$ 19,5 bilhões—mais da metade do aumento—destinados a 676 empresas. Em 2026, uma nova linha de crédito de apoio a setores afetados por crises globais foi criada.

O sentido da soberania

O desfecho incerto da “era pós-Guerra Fria” e os resquícios cada vez mais frágeis do Consenso de Washington trouxeram a questão da soberania para o centro da política doméstica em todo o mundo, inclusive no Brasil. Apesar do favorecimento político que o ataque de Trump deu a Lula, muitos outros fatores incidem sobre o cenário político, e, embora a tentativa de intervir no julgamento de Jair Bolsonaro tenha fracassado, o bolsonarismo seguirá como principal adversário nas eleições de outubro. A polarização entre uma postura ativa e altiva e uma associação subordinada aos Estados Unidos voltará a se refletir nas urnas.

Na liderança da corrida eleitoral estão, de um lado, a extrema direita representada por Flávio Bolsonaro, filho mais velho do ex-presidente e igualmente entusiasta de Trump; de outro, o lulismo, em busca de mais um mandato presidencial com a plataforma de defesa da democracia e do multilateralismo. Flávio Bolsonaro já está tecnicamente empatado com Lula nas pesquisas de intenção de voto. Ainda que as reviravoltas no comércio internacional possam indicar que haveria base material para o apoio de variados setores da economia a Lula, outras questões estarão em jogo. A dominância financeira, os conflitos distributivos, as altas taxas de juros, os aumentos no custo de vida e os níveis elevadíssimos de endividamento familiar são algumas delas.

O vaivém político interno e externo indica que muito se passará até outubro. De todo modo, a análise dos impactos da política tarifária de Trump sobre a economia brasileira dá algumas pistas sobre o atual momento histórico. Primeiro, mais do que uma demonstração de força, a ofensiva comercial dos EUA ilustrou o declínio do poder imperial sobre o Brasil. Segundo, ainda que o crescimento da importância chinesa na balança comercial brasileira seja relevante, ele não explica sozinho a resiliência aos ataques dos EUA: o êxito vai além das relações bilaterais e aponta para a capacidade de operar fora de um eixo único de dependência.

O caso brasileiro sugere que a construção de uma ordem multipolar não depende exclusivamente da emergência de novas potências, mas também

da ampliação da margem de manobra de países intermediários. O erro de cálculo de Washington não foi apenas econômico, mas geopolítico: ações coercitivas são cada vez mais limitadas em uma ordem internacional na qual potências médias conseguem resistir sem se alinhar. Nesse sentido, a defesa do multilateralismo não é simplesmente um artifício retórico da diplomacia brasileira. Ela tem base material no reposicionamento internacional do Brasil.

O que estará em jogo nas eleições deste ano não é apenas escolha entre dois projetos de governo, mas também entre duas formas de inserção internacional. A disputa eleitoral entre subordinação e multilateralismo se sustenta em condições materiais concretas, demonstradas didaticamente pelo episódio do tarifaço. A lição é que soberania não é um conceito abstrato, tampouco mera promessa eleitoral. É, ao contrário, a efetiva capacidade de resistir, decidir e negociar sob pressão. E isso também estará em disputa nas urnas.

Notas de rodapé

1. A Atlas/Bloomberg, realizada entre 11 e 13 de julho, *revelou* um crescimento da aprovação e uma redução da desaprovação do presidente em relação ao mês anterior. A Genial/Quaest, realizada entre 10 e 14 de julho, *apontou* no mesmo sentido.
2. Enquanto este texto é editado, a batalha judicial segue, *e novamente as tarifas foram derrubadas pela Suprema Corte*.
3. Os relatórios mais recentes da Ancham, que cobrem o comércio bilateral entre *janeiro e dezembro de 2025* e *janeiro a março de 2026*, oferecem mais detalhes sobre as dinâmicas setoriais desde o tarifaço.



Hong Hao, *The World Map*, 2000.

China Global

Ching Kwan Lee

Cooperação Sul-Sul entre desenvolvimento e dependência

À medida que os EUA parecem recuar de sua posição hegemônica global, distanciando-se das instituições multilaterais que ajudaram a criar, travando guerras militares mal planejadas contra adversários e guerras econômicas mutuamente destrutivas contra aliados, a questão do poder da China no cenário mundial ganhou destaque. Internamente, a economia chinesa—que já responde por 20% do PIB global—continua em expansão e está prestes a ingressar no grupo dos países de alta renda. A China é a superpotência industrial mundial e ostenta um superávit comercial de US\$ 1 trilhão. Em 2025, respondeu por quase 30% do valor agregado da indústria global. No plano internacional, emergiu como uma competidora de peso, e o “espectro da China” é frequentemente invocado conforme as preocupações com o declínio estadunidense aumentam. Grande parte dessa proeza se deve à crescente estratégia de infraestrutura e desenvolvimento econômico internacional adotada por Pequim. Lançada oficialmente em 2013, a Iniciativa Cinturão e Rota já mobilizou um total acumulado de US\$ 1,4 trilhão em 150 países, por meio de empréstimos e investimentos voltados principalmente à infraestrutura física na Ásia, África e América Latina.

Nos últimos anos, a China passou a impulsionar uma nova fase da Iniciativa, focada em tecnologias verdes e energias renováveis. Em 2024, o país investiu US\$ 340 bilhões em manufatura verde doméstica e, ao longo dos últimos três anos, o investimento estrangeiro direto em tecnologias limpas alcançou uma escala sem precedentes. Como observa Mathias Larsen, em valores corrigidos pela inflação, os investimentos estrangeiros superam com ampla margem os US\$ 200 bilhões do Plano Marshall. Tim Sahay relata que “desde 2011, empresas chinesas comprometeram mais de US\$ 227 bilhões em 461 projetos de manufatura verde em 54 países, com 88% do investimento ocorrendo apenas desde 2022”. Esse novo movimento tem sido descrito como a Cinturão e Rota 2.0.

Ao analisar a ascensão da China no cenário internacional, o alcance e a escala de seus investimentos externos costumam atrair a maior parte da atenção. Mas o projeto global chinês não se limita à esfera político-econômica. A liderança do país na transição verde do mundo em desenvolvimento constitui apenas

uma das dimensões de uma agenda desenvolvimentista muito mais ampla e multifacetada. A China global é um projeto de poder estatal que vai muito além da transformação econômica, envolvendo também mudanças normativas e epistemológicas. Como veremos, a China inaugurou novos padrões de governança global e regimes de produção de conhecimento. Em todas essas frentes, ela não atua sozinha, mas em parceria com países que recebem seus investimentos. Essa perspectiva contrasta com as leituras que retratam a China como um monólito autossuficiente, capaz de impor sua vontade ao restante do mundo e operar acima das cabeças dos países do Sul global submetidos à sua influência, ao mesmo tempo em que apagam o papel desempenhado pelo próprio Sul na ascensão chinesa.

Em vez de recorrer a juízos retóricos que ora glorificam, ora demonizam a relação da China com o Sul global, este ensaio destaca arenas de disputa-chave que demandam uma investigação empírica aprofundada. Examinar as engrenagens e consequências dessas disputas é essencial para compreender a natureza da relação entre a China e o Sul. Determinar se essa relação é um caso de “desenvolvimento descolonial” — capaz de produzir resultados mais justos, equitativos e emancipatórios do que aqueles associados à influência ocidental — ou uma nova forma de colonialismo, baseada em uma hegemonia renovável que, ainda assim, forja novas cadeias de dependência, exige um estudo concreto das dinâmicas que articulam a China global e o Sul global.

Transição verde, geopolítica e reindustrialização

A China emergiu como líder incontestável da transição energética em escala global. Sua própria economia é cada vez mais impulsionada pela energia limpa, tornando-a o primeiro grande “eletroestado” do mundo. O país também se tornou o principal produtor e exportador de tecnologias limpas para a África, Ásia e América Latina, regiões em que as elites políticas vêm reimaginando projetos nacionais de desenvolvimento baseados em redes elétricas, painéis solares, baterias e veículos elétricos fabricados pelos chineses. Grande parte das análises sobre esse processo enfatiza os imperativos chineses e ignora as

demandas e aspirações desenvolvimentistas dos governos do Sul global, que vêm elaborando suas próprias visões de reindustrialização, mobilidade verde e fortalecimento do conteúdo nacional nas cadeias produtivas de energias renováveis. Países como Quênia e Bangladesh, que já utilizam tecnologias limpas importadas da China, estão anos-luz à frente do Ocidente na transição energética verde. Coletivamente, o Sul global demonstra grande ambição nesse campo: não apenas para alcançar o Ocidente, mas para saltar para outro regime energético. Se forem bem-sucedidos, a atual ordem político-econômica global, baseada em petroquímicos e combustíveis fósseis, poderá ser profundamente transformada—o que representaria mais um impulso estratégico para a China.

O que agora se descreve como transição verde é uma oportunidade histórica para os países do Sul atingirem suas próprias metas climáticas e ambientais. E, mais do que isso, é uma base para oferecer energia acessível a setores industriais há muito prejudicados por déficits energéticos e possibilitar mobilidade e consumo a cidadãos que aspiram a padrões mais elevados de bem-estar. A reindustrialização baseada na agregação de valor às cadeias produtivas ocupa posição central nas agendas nacionais de desenvolvimento. Décadas de neoliberalismo, privatização de minas e terras, além da atrofia das capacidades e funções do Estado, levaram à “primarização” de muitas economias. Agora, muitos desses países buscam aproveitar suas vantagens naturais em minerais críticos não tanto para integrar suas economias às cadeias globais de valor organizadas por multinacionais ocidentais, mas para construir suas próprias cadeias produtivas nacionais. Isso envolve desde a extração e o beneficiamento mineral até a manufatura de componentes e a montagem final de produtos verdes.

Se o crescimento das cadeias globais de commodities na década de 1990 foi impulsionado pelo capital transnacional e pela ideologia dominante do neoliberalismo, o desenvolvimentismo de hoje é um projeto liderado pelo Estado e influenciado por transformações geopolíticas e pelo nacionalismo de recursos. E, em vez de cadeias produtivas dispersas globalmente, os governos buscam internalizar essas estruturas em seus próprios territórios nacionais.

Desde antes da Covid-19, isso já vinha favorecendo estratégias corporativas de produção verticalmente integrada tanto nos Estados Unidos quanto na China.

No contexto dessa produção verticalmente integrada, o capital estrangeiro ainda é muito procurado, mas alguns Estados do Sul global vêm reafirmando seu mandato desenvolvimentista. É o caso da Indonésia, onde o presidente Joko Widodo proibiu, em 2020, a exportação de produtos de níquel não processados. Da mesma forma, no Brasil, o Partido dos Trabalhadores lançou a Nova Indústria Brasil em 2024, que inclui uma política para a industrialização doméstica do lítio. O presidente da Zâmbia, Hakainde Hichilema, impulsionado pela corrida global por minerais críticos, aposta em uma posição muito mais forte para os governos africanos nas negociações com investidores. A forma como os governos do Sul global continuarão explorando essa nova vantagem será decisiva. Se esses países se limitarem a competir por investimento por meio de políticas de concessão como isenções fiscais, cessão gratuita de terras e legislações trabalhistas permissivas, sem exigir compromissos de localização produtiva e transferência de tecnologia, os ganhos desenvolvimentistas da transição verde serão bastante limitados.

Nesse processo, a China ocupa uma posição contraditória. Ao longo da última década, encontrei muitos funcionários públicos e formuladores de políticas na Zâmbia, no Brasil e na Indonésia que admiram profundamente a trajetória chinesa: seus avanços extraordinários em crescimento econômico, geração de riqueza, redução da pobreza, capacidade de governança e desenvolvimento tecnológico. Tornando essa experiência ainda mais atraente, a China oferece a esses países soluções completas, desde a concepção e o financiamento até a construção de projetos de infraestrutura, acompanhadas de uma sedutora ideologia de parceria de desenvolvimento “Sul-Sul”, em contraste com a relação condescendente de “doadores-beneficiários” inerente à ajuda ao desenvolvimento ocidental. Não se deve esquecer, contudo, que a China também possui seu próprio projeto de integração vertical na produção de tecnologias renováveis, tanto dentro quanto fora de suas fronteiras. Assim como ocorreu na primeira fase da Iniciativa Cinturão e Rota, a exportação de capacidade excedente, a garantia de acesso a minerais críticos e a mercados

locais e regionais constituem motores centrais dessa estratégia. Nesse sentido, o risco de que a China acabe se tornando uma concorrente predatória para os países do Sul global que buscam consolidar suas próprias cadeias nacionais de suprimento verde não pode ser subestimado. Resta saber se esses países estarão dispostos—e serão capazes—de impor políticas de conteúdo nacional que obriguem investidores chineses a estabelecer operações produtivas locais, ou se ficarão restritos à montagem local de componentes importados da China.

O histórico chinês de obtenção de transferência de tecnologia em troca de acesso ao mercado, especialmente na indústria automobilística, pode oferecer um modelo adaptável. Há pesquisas que demonstram que o investimento estrangeiro chinês apoiado pelo Estado é bastante sensível a demandas locais. Minha própria pesquisa na Zâmbia mostra que a definição abrangente de “lucro” adotada pelo capital estatal chinês—que envolve não apenas retornos financeiros, mas acesso a minerais e influência política—torna suas empresas menos voláteis e menos propensas à fuga de capitais do que outros investidores e, portanto, mais abertas a negociar com o Estado anfitrião. Agora, os países em desenvolvimento com grandes mercados internos e controle sobre minerais críticos serão capazes de aproveitar este momento de disputa geopolítica em torno das cadeias produtivas para reequilibrar sua relação com a China? Essa não é apenas uma questão de capacidade burocrática. O realinhamento de poder e de interesses entre classes dominantes já consolidadas terá impacto decisivo na forma como os países do Sul se relacionarão com Pequim. Na Indonésia, por exemplo, pesquisadores relatam que “interesses oligárquicos, enriquecidos e fortalecidos pelo boom do níquel dominado pela China e, conseqüentemente, pouco interessados em endurecer salvaguardas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), encontraram aliados no aparato estatal mais amplo.” As formas pelas quais elites político-econômicas de outros países vêm concebendo o papel de suas economias na transição verde permanecem pouco compreendidas.

Em tudo isso, também é necessário compreender melhor o papel do trabalho. Os trabalhadores devem esperar maior ou menor poder de barganha nessa

nova economia política da reindustrialização descarbonizada? Relatos do Parque Industrial de Morowali, na Indonésia—um dos principais polos do projeto de verticalização da cadeia do níquel do país, fortemente financiado por capital chinês—apontam para uma história demasiadamente familiar de degradação das condições de trabalho, acidentes fatais e conflitos tanto na mineração quanto no processamento industrial. Ainda não está claro se as novas fábricas de veículos elétricos da BYD na Bahia, no Nordeste brasileiro e em Subang, em Java Ocidental, inaugurarão um novo regime produtivo baseado em diferentes qualificações de trabalho, com possíveis consequências para o poder de barganha sindical. Durante a construção da planta na Bahia, a BYD foi autuada por submeter trabalhadores chineses a condições análogas à escravidão. Com a planta agora em operação, como será moldada a política no chão de fábrica? Diante da precarização global do trabalho, os trabalhadores do Sul global precisarão do apoio de seus próprios governos para alcançar um equilíbrio mais favorável nas relações de classe durante a transição verde. Diversos estudos apontam a falta de fiscalização das leis trabalhistas pelos países anfitriões como principal fator de degradação das condições de trabalho. Será importante observar se países do Sul global serão pressionados eleitoralmente a se alinhar aos interesses de suas próprias classes trabalhadoras ou não. O discurso chinês de solidariedade Sul-Sul e desenvolvimento mutuamente benéfico pode se revelar bastante superficial caso o poder de barganha dos trabalhadores não avance.

Reconfigurando as regras da governança global

Existe uma dimensão menos material, mas não menos fundamental, do desenvolvimento que também é central para o estreitamento dos vínculos entre a China e o Sul global: a transformação dos padrões e normas da governança global. Foi na Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, que a China assumiu pela primeira vez um papel de liderança, articulando uma visão anti-imperialista e anti-hegemônica de uma ordem mundial mais justa e igualitária. A ascensão da China como uma potência econômica de primeira grandeza ao longo das últimas três décadas finalmente lhe conferiu

peso suficiente nas instituições internacionais para alterar as regras do jogo. Da regulação monetária internacional e do financiamento ao desenvolvimento à definição de direitos humanos e padrões de cibersegurança, a China tem atuado em aliança com países do Sul “com ideais semelhantes” para alterar as normas globais—ainda que de forma desigual e incompleta. Há aqui um paradoxo difícil de ignorar: apesar de suas tendências autocráticas e repressivas no plano doméstico, a China tem desempenhado um papel cooperativo no cenário internacional, defendendo mudanças que muitos considerariam progressistas em áreas-chave da governança global. Alguns exemplos ajudam a iluminar tanto o alcance quanto as ambiguidades desse processo.

Desde os anos 1980, a República Popular da China lidera os esforços de países de renda média e em desenvolvimento por uma ordem econômica mundial mais equilibrada no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional. A China evoluiu de mera “tomadora de regras” nas instituições de Bretton Woods para uma espécie de “contestadora de regras” e, mais recentemente, de “formuladora de regras”, inclusive por meio da construção de instituições alternativas às aquelas lideradas pelo Ocidente. Como demonstram Kevan Gallagher e Gregory Chin, os esforços chineses em defesa da antiga reivindicação dos países do Sul global por maior representação no FMI foram, em grande medida, bem-sucedidos. Diversas mudanças institucionais ocorreram nesse processo. Os direitos de voto dos membros do Sul foram ampliados e a cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque (DES) tornou-se mais diversificada. Além disso, o pagamento de empréstimos passou, em alguns casos, a poder ser realizado por meio de commodities, recursos naturais ou fornecimento de energia do país mutuário, em vez de apenas em dinheiro.

No Banco Mundial, a concorrência exercida pelas próprias instituições financeiras chinesas forçou a instituição a encurtar os prazos de aprovação de projetos e a voltar a priorizar investimentos em infraestrutura. A China também criou e ajudou a criar bancos multilaterais de desenvolvimento paralelos, fora das instituições de Bretton Woods. O Banco Asiático de

Investimento em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês) são dois exemplos em que os padrões ambientais, sociais e de governança não são impostos externamente, mas definidos de acordo com as especificidades de cada país. Em contraste com o modelo hierárquico de Bretton Woods, os países do BRICS concordaram em conceder poder de voto igualitário a cada membro-fundador do NDB. Além disso, essas instituições buscam reduzir a centralidade do dólar como moeda de referência contábil. Em um plano mais conceitual, os bancos multilaterais de desenvolvimento liderados pela China vêm promovendo uma mudança de enfoque: de uma agenda centrada na redução da pobreza para um modelo de desenvolvimento internacional orientado pelo crescimento econômico.

Na governança cibernética, a China emergiu como uma formuladora de normas incipiente, buscando ativamente desafiar um modelo de governança fortemente dominado por interesses ocidentais. Também nesse campo, sua atuação tem sido recebida com entusiasmo por diversos governos do Sul global, atentos ao risco de que o colonialismo de dados se consolide como uma nova forma de extrativismo. Um conjunto de princípios define a posição chinesa. O primeiro é o da “soberania cibernética”, entendida como extensão da soberania territorial: cada Estado soberano teria o direito de decidir seus próprios caminhos de desenvolvimento digital, bem como os modelos de regulação da internet e políticas públicas para o ciberespaço, livres de interferência estrangeira. Em segundo lugar, a China defende uma abordagem multilateral, centrada nos Estados e nas Nações Unidas, para a governança do ciberespaço. Essa visão contrasta com o modelo transnacional e multissetorial promovido por muitos países ocidentais—baseado na atuação conjunta de empresas, sociedade civil e atores privados—, que Pequim enxerga como uma ameaça à soberania cibernética. Uma terceira posição normativa enfatiza a necessidade de equilibrar segurança nacional, de um lado, e desenvolvimento de uma economia digital competitiva e de mercados de dados, de outro. Trata-se de uma reação à securitização liderada pelos Estados Unidos e à politização da governança digital chinesa no contexto ocidental. Na prática, a China

ampliou a presença estratégica em organismos internacionais de padronização já estabelecidos, como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Organização Internacional de Padronização (ISO, na sigla em inglês) e a Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC, na sigla em inglês). Ao mesmo tempo, desde 2014, o país organiza sua própria plataforma multilateral, a Conferência Mundial da Internet, realizada em Wuzhen, numa tentativa de articular e difundir normas preferenciais entre os países do BRICS e outros países em desenvolvimento. O financiamento estatal também permitiu que empresas chinesas apresentassem propostas robustas de padronização em diversas organizações internacionais, incluindo a própria UIT da ONU. Já o projeto da Rota da Seda Digital, liderado pela China e atualmente envolvendo cerca de 80 países, oferece a Pequim um canal para promover normas cibernéticas e padrões técnicos preferenciais, como o protocolo IPv6 de nova geração para serviços de internet.

No interior das Nações Unidas, a China vem tentando reformular a lógica, o conteúdo e a própria dinâmica de poder do multilateralismo. Em contraste com a maior parte dos países ocidentais, Pequim enxerga o sistema ONU como uma plataforma intergovernamental, com menor autonomia para a burocracia das Nações Unidas e um papel mais marginal para organizações não governamentais. A China e seus aliados ideologicamente próximos têm liderado, cada vez mais, as críticas ao conteúdo normativo liberal da concepção de ordem global da ONU, estruturada em torno de três pilares interligados: segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Nesse contexto, Pequim tem defendido a primazia do Estado—isto é, a ideia de que cabe aos Estados nacionais a responsabilidade principal pela proteção de seus cidadãos—em oposição à noção de que a ONU deva exercer esse papel por meio da doutrina da “Responsabilidade de Proteger” (R2P). Em 2023, a China assinou uma carta ao lado do chamado “Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas”, na qual a R2P foi descrita como uma doutrina “controversa e divisiva”. No campo dos direitos humanos, a China também conseguiu articular, mais uma vez com o apoio de um “Grupo de Países Afins” formado por cerca de cinquenta membros, em sua maioria do Sul

global, a aprovação de uma resolução que sustenta que os padrões de direitos humanos devem ser plurais e relativos. Na prática, a nova definição passa a incluir o direito coletivo ao desenvolvimento econômico, e não apenas os direitos políticos, civis e sociais individuais tradicionalmente enfatizados pelo Ocidente. Quanto à dinâmica geral de poder dentro da ONU, diversos estudiosos observam que os países do Sul tendem a apoiar a ampliação do papel da China—ou, ao menos, evitam expressar críticas abertas—, ao mesmo tempo em que buscam participar ativamente de iniciativas patrocinadas por Pequim. Entre elas, destaca-se a Iniciativa para o Desenvolvimento Global (GDI), cujo “Grupo de Amigos” já reúne oitenta Estados-membros das Nações Unidas. Uma ONU reformulada, marcada pelo progressivo afastamento de Washington e pelo fortalecimento da participação dos países em desenvolvimento sob liderança chinesa, representaria uma transformação profunda do multilateralismo contemporâneo.

Em suma, a China caminha para se tornar uma potência revisionista na ordem mundial. O país promove a soberania estatal em oposição à hegemonia dos Estados Unidos; a primazia do Estado em vez do multilateralismo baseado em “*stakeholders*”; um modelo de desenvolvimento orientado pelo crescimento econômico, e não pela redução da pobreza e pelo empoderamento; alternativas do Sul global em contraste com normas ocidentais; e o pluralismo em lugar do universalismo. Em meio a tudo isso, permanece a questão de saber se as “alternativas” oferecidas pela China efetivamente produzirão resultados melhores para os países envolvidos. E aqui não se trata de uma resposta simples, de sim ou não. Um exemplo ilustrativo é a Iniciativa de Segurança Global anunciada por Xi Jinping em 2022. Uma das “Três Grandes Iniciativas”—ao lado da Iniciativa para o Desenvolvimento Global e da Iniciativa para a Civilização Global—, ela prevê a ampliação da atuação internacional das agências chinesas de segurança interna junto a parceiros do Sul global, além da criação de uma arquitetura bilateral e multilateral de treinamento e cooperação policial e de aplicação da lei. Como parte de uma ofensiva diplomática coordenada no campo da segurança não militar, a iniciativa busca difundir normas, padrões e práticas preferenciais da China

como “uma alternativa à ordem de segurança liderada pelo Ocidente”—em parte justamente porque evita confrontá-la diretamente. Muitos, no entanto, duvidam que esse modelo chinês de segurança represente uma melhora em relação ao status quo.

Disputa epistêmica

Além das agendas político-econômicas e normativas, também é possível identificar a emergência de um novo regime de produção de conhecimento impulsionado pela China, mas construído com participação ativa de pesquisadores do Sul global. Dentro e fora da China, um grande número de centros de pesquisa regionais, redes internacionais e conferências vem produzindo novas narrativas sobre o desenvolvimento global, supostamente ancoradas em uma perspectiva descolonial fundada em uma aliança Sul-Sul. Trata-se de um desafio implícito à colonialidade do Ocidente e à hierarquia epistêmica vigente, que privilegia o conhecimento produzido nos países ocidentais.

Desde sua criação, em 2011, o projeto chinês de “escrever o mundo” (*world writing*) impulsionou a criação de 450 programas de estudos regionais e de área em quase duzentas universidades, mobilizando cerca de 20 mil docentes com o objetivo de desenvolver e difundir uma compreensão chinesa do mundo. Em paralelo a grandes eventos diplomáticos—como o Fórum de Cooperação China-África e a Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU—, Pequim também lançou institutos de pesquisa dedicados aos estudos internacionais. Disciplinas como geografia, relações internacionais e estudos do desenvolvimento estão na linha de frente desse esforço de projetar a produção de conhecimento chinesa no cenário global. Historicamente, os estudos do desenvolvimento foram um campo característico das instituições ocidentais no contexto da pós-descolonização e da Guerra Fria. Foi esse campo que formulou os próprios conceitos, técnicas e práticas do “desenvolvimento” e do “mundo em desenvolvimento”. Agora, pesquisadores chineses enxergam a Iniciativa Cinturão e Rota como uma

oportunidade histórica para a China construir sua própria narrativa e seu próprio corpo de conhecimento sobre desenvolvimento.

Entre as instituições emblemáticas dessa nova fase estão o Instituto de Cooperação e Desenvolvimento Sul-Sul da Escola Nacional de Desenvolvimento da Universidade de Pequim, fundado por Justin Yifu Lin, ex-economista-chefe do Banco Mundial, e o Centro Internacional de Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado ao Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento do Conselho de Estado chinês. Abaixo dessas instituições de alcance nacional, existem ainda centros de segundo e terceiro nível, vinculados a ministérios, universidades e áreas específicas de formulação de políticas públicas. A maior parte dessas instituições, orientadas de cima para baixo e fortemente voltadas à formulação de políticas, foi criada ao longo da última década. Um pesquisador descreveu seu objetivo como “traduzir a experiência chinesa em produtos concretos de conhecimento e contribuir com a sabedoria chinesa e soluções chinesas para os desafios do desenvolvimento global”.

A transmissão desse conhecimento para o mundo em desenvolvimento assume diversas formas. Em primeiro lugar, à semelhança do Banco Mundial, que utiliza seminários e workshops para difundir sua própria visão de desenvolvimento, a China promove programas de capacitação voltados à adaptação de práticas inspiradas na sua experiência. Segundo uma investigação, entre 1981 e 2009, Pequim recebeu 120 mil participantes do Sul global, distribuídos em 4 mil programas que abrangiam cerca de 20 áreas distintas. Com o sucesso inicial, essas iniciativas se expandiram ao longo da década seguinte, aumentando tanto o número de programas quanto de participantes: entre 2013 e 2018, mais de 200 mil pessoas participaram de aproximadamente 7 mil iniciativas. Com duração variando de um a 60 dias e frequentemente incluindo visitas técnicas e viagens à China com todas as despesas pagas, esses programas abordaram um amplo espectro de práticas de governança chinesas: gestão portuária, aplicação internacional do BeiDou (o sistema chinês de navegação por satélite), tecnologias de blockchain e segurança da informação, o papel dos *think tanks* na implementação da Iniciativa Cinturão e Rota, políticas para minorias étnicas, gestão de novas

mídias, administração populacional, gestão universitária, bem-estar social e cidades inteligentes. Independentemente do tema, a ideologia do Partido Comunista Chinês e seu modelo de governança autoritária são apresentados como elementos centrais de sua eficácia.

A produção de conhecimento também se dá por outros meios. A China copatrocina grandes conferências acadêmicas internacionais anuais e semestrais em parceria com instituições da Ásia Central, da Índia e da América Latina. Além disso, surgiram diversas coleções de livros publicadas por editoras acadêmicas de língua inglesa que enfatizam explicitamente perspectivas ligadas à China, à cooperação Sul-Sul, à Iniciativa Cinturão e Rota e até mesmo ao pensamento de Xi Jinping. Um exemplo é a parceria entre a Rede Acadêmica da América Latina e do Caribe sobre a China (Red ALC-China) e a Universidade Renmin, que oferecem conjuntamente um curso online de dez horas sobre as “Implicações Globais do Socialismo com Características Chinesas na Nova Era”, com o objetivo declarado de aprofundar a compreensão do pensamento de Xi Jinping.

Enquanto não houver uma análise sistemática do conteúdo desse novo corpo de conhecimento, ainda não será possível avaliar sua novidade teórica e validade. Isso, porém, não impediu que alguns celebrassem prematuramente a contribuição chinesa. Em estreita sintonia com a ideologia oficial chinesa—embora publicados em veículos acadêmicos respeitáveis em língua inglesa—, alguns pesquisadores sustentam que a Iniciativa Cinturão e Rota constitui uma forma de “globalização inclusiva”. A chamada “diplomacia da harmonia” é apresentada como o núcleo de uma teoria chinesa das relações internacionais, na qual o conceito político tradicional de *tianxia* (“tudo sob o céu”) apontaria para “o mundo descolonizado e pós-racial imaginado pelos pensadores descoloniais do Sul global”. As perguntas que devemos dirigir a essas formulações são as mesmas que deveriam orientar toda pesquisa científica: suas afirmações se baseiam em conceitos válidos, evidências empíricas consistentes e metodologias rigorosas?

Hegemonia descolonial?

Esses três elementos centrais do projeto de poder chinês—material, normativo e epistêmico—correspondem precisamente ao conceito gramsciano de hegemonia: uma forma de dominação baseada não apenas na concessão de interesses materiais, mas também na liderança moral e intelectual. O fato de a China desenvolver essas três dimensões de seu projeto não por cima dos países do Sul global, mas com sua participação ativa, talvez diga muito sobre a força dessa hegemonia. Ainda assim, há muito trabalho a ser feito para avaliar o caráter da China contemporânea. Como representante do Sul global, Pequim procura apresentar seu projeto como descolonial, mas permanece em aberto se essa caracterização de fato se sustenta. Afinal, pertencer ao Sul não constitui garantia contra novas formas de colonialidade, como deixam claro os exemplos da Índia na Caxemira, da Rússia na Ucrânia e da própria China em Xinjiang e Hong Kong. Adotar a linguagem da descolonialidade, invocar um passado de vitimização sob o imperialismo ocidental ou reivindicar formas alternativas de epistemologia e pertencimento indígena não significa, necessariamente, que novas formas de dependência não possam ser produzidas. Na verdade, a própria identidade “sulista” pode acabar funcionando como uma cobertura conveniente para um novo modelo de colonialidade.

Ao avaliar o caráter da China global contemporânea, é essencial olhar não apenas para os fluxos de investimento, nem para as declarações de políticos, comentaristas e elites. Até agora, houve uma notável escassez de atenção acadêmica voltada a documentar e avaliar os impactos concretos da Iniciativa Cinturão e Rota sobre os povos e comunidades ao redor do mundo afetados por ela desde 2013. Mesmo no campo dos Estudos sobre a China Global—do qual participo como observador e pesquisador desde seu surgimento, há cerca de duas décadas—, esse trabalho tem sido profundamente insuficiente. Talvez essa ausência revele algo do próprio poder discursivo de Pequim, capaz de difundir uma perspectiva centrada na “primazia do Estado”, princípio que a China também promove em suas práticas de cooperação para o desenvolvimento e nas propostas de governança global.

A tarefa daqui em diante será dedicar mais pesquisa empírica e análises minuciosas aos impactos da China global tal como são vividos pelas comunidades diretamente afetadas por ela. Os resultados do desenvolvimento não podem ser medidos apenas em termos de PIB ou das agendas das elites estatais, mas também a partir do que efetivamente melhora—ou não—a vida daqueles que atravessam essas transformações. Somente então será possível avaliar que tipo de hegemonia a nova China global vem construindo: se ela é capaz de mitigar as diversas desigualdades que persistem tanto no interior dos países do Sul global quanto entre o Sul e o Norte, ou se sua nova hegemonia em torno das energias renováveis acabará reproduzindo dinâmicas de dependência já muito familiares.

Endnotes

1. N.E.: Em inglês, “dirty protest” é uma expressão originada por episódios históricos, em particular nas prisões da Irlanda do Norte, em que protestos envolviam a recusa a utilizar banheiros, por exemplo, com os presos urinando e defecando nas próprias celas e espalhando excrementos pelas paredes.
 2. Engelbrecht, H.C.; Hanighen, F.C. 1934. *Merchants of Death: A Study of the International Armaments Industry*, p. 9. “Private Traffic in Arms,” *Wall Street Journal*, Sep. 8, 1934, p. 6.
 3. O valor refere-se a 2025, com base nos preços e taxas de câmbio de 2025. Banco de Dados de Despesas Militares do SIPRI 2026 (em 27 de abril de 2026). Os valores no parágrafo a seguir estão em preços correntes (nominais), convertidos à taxa de câmbio do ano em questão, a partir desta fonte. Os valores nas seções subsequentes sobre exportações e classificações de empresas são provenientes da Base de Dados da Indústria de Armas do SIPRI, consultada em dezembro de 2025, e da Base de Dados de Transferência de Armas do SIPRI.
 4. Lockheed Martin Corporation. 2025. *Proxy Statement*. Os dados sobre a participação institucional são da MarketBeat.
 5. Béraud-Sudreau, L; Nouwens, M. 2021. “Weighing Giants: Taking Stock of the Expansion of China’s Defence Industry,” *Defense and Peace Economics*, v. 32, n. 2.
 6. Mathew, G. et al. 2026. “Trends in International Arms Transfers, 2025,” *SIPRI Fact Sheet*, March.
 7. Bitzinger, R. A. 2016. “Reforming China’s defense industry,” *Journal of Strategic Studies*, vol. 39, n. 5-6.
 8. oulègue, M. 2025. “Russia’s struggle to modernize its military industry”. *Chatham House*, research paper.
 9. Krome, N. 2022. “State Corporate Governance in Russia,” *Europe-Asia Studies*, v. 74, n. 8.
 10. Ibid.
 - 11.
 12. Bonadio, B., Huo, Z., Kang, E., Levchenko, A. A., Pandalai-Nayar, N., Toma, H., e Topalova, P. 2025. “Playing with Blocs: Quantifying Decoupling”. IMF Working Paper, WP/25/263; Carney, M. 2026. “Principled and pragmatic: Canada’s path” Prime Minister Carney addresses the World Economic Forum Annual Meeting”. Discurso no Fórum Econômico Mundial, 20 de janeiro de 2026.
 13. Schenk, C. 2010. *The Decline of Sterling; managing the retreat of an international currency*. Cambridge: Cambridge University Press.
 14. Schenk, C. 2021. “The development of international correspondent banking in the USA 1970-79”. *Global Correspondent Banking 1870-2000*, Working Paper 1.
 15. Scott, S. e Zachariadis, M. 2014. *The Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT): cooperative governance for network innovation, standards, and community*. Routledge.
 16. Schenk, C. 2023. “From telegraph to Tether: challenges in the global payments system and the struggle between private and public interests”. Em Aliber, R.Z., Gudmundsson, M. e Zoega, G. (eds.) *Fault Lines after COVID-19*, Routledge.
 17. As Normas de Lamfalussy foram estabelecidas pelos bancos centrais do G10 na reunião do Comitê de Sistemas de Pagamentos e Liquidação no Banco de Compensações Internacionais, em Basileia.
 18. A China não divulgou a composição monetária de suas reservas até 2015, portanto, os dados podem subestimar a participação do dólar.
 19. N.E.: “Renminbi” (RMB) é o nome oficial da moeda chinesa, enquanto “yuan” corresponde à sua unidade de conta. Em geral, “renminbi” é mais utilizado em contextos institucionais e financeiros, ao passo que “yuan” aparece com mais frequência em referência a preços, câmbio e transações comerciais.
 20. Para uma discussão recente a respeito, consulte Eichengreen, Barry. 2026. *Money beyond borders: global currencies from Croesus to crypto*. Princeton: Princeton University Press.
 21. SWIFT RMB Tracker. 2026. Innovative MyStandards technology from SWIFT fast tracks ISO 20022 onboarding. Acesso em 7 de março de 2026. Os dados excluem pagamentos intra-UE. A segunda moeda mais proeminente é o euro, com cerca de 14% das mensagens em janeiro de 2026.
 22. Auer, R., Lewrick U., e Paulick, J. 2025. “DeFiying gravity? An empirical analysis of cross-border Bitcoin, Ether and stablecoin flows”. BIS Working Paper, n.º 1265.
 23. Até novembro de 2025, somente cerca de 4 mil pagamentos haviam sido registrados como concluídos, totalizando US\$ 55 bilhões. O primeiro pagamento governamental direto foi realizado em novembro de 2025 entre os Emirados Árabes Unidos e a China.
-



O Estado e sua classe trabalhadora

Yueran Zhang

Política de classes na China pós-1989

Em abril de 1989, movimentos pró-democracia eclodiram por toda a China, um fenômeno até hoje pouco compreendido. Nas narrativas convencionais, intelectuais liberais e estudantes universitários de elite são frequentemente retratados como protagonistas principais, mas a verdade é que milhões de operários e trabalhadores urbanos também participaram da mobilização, especialmente nas semanas finais. Inicialmente, muitos deles foram às ruas apoiar os estudantes em greve de fome, mas logo começaram a articular suas próprias concepções de democracia, defendendo a substituição do sistema burocrático pela autogestão dos trabalhadores. Criaram, nos locais de trabalho, organizações independentes e democraticamente geridas, que passaram a publicar panfletos acusando a “burocracia ditatorial stalinista” de alimentar a espiral inflacionária e defendendo que a única solução era colocar o controle sobre os bens de consumo nas mãos de seus próprios produtores. A retórica misturava o discurso da Revolução Cultural com referências a várias outras revoltas históricas. Um dos panfletos mais conhecidos convocava as massas a “tomar as Bastilhas do século XX”.

Entre meados de maio e o início de junho daquele ano, esses setores da classe trabalhadora estavam na vanguarda das mobilizações. Com a declaração da lei marcial e a marcha de regimentos militares em direção a Pequim, um grande número de cidadãos comuns se aglomerou nos arredores da cidade para impedir que as mobilizações fossem suprimidas. Ergueram barricadas, formaram correntes humanas e levaram água e comida aos soldados, implorando que baixassem as armas. Protomilícias armadas foram formadas para monitorar o paradeiro dos militares e garantir a provisão de serviços públicos críticos. Operários organizaram comitês de produção, greves e sabotagens. Circularam rumores de uma greve geral. Pequim quase se tornou um território autônomo, não muito diferente dos soviets auto-organizados e armados de Petrogrado nos meses entre as revoluções de fevereiro e outubro. Quando, na noite de 3 de junho, o Partido deu início à rodada final de repressão aos movimentos, os trabalhadores reagiram com pedras, pneus incendiados, coquetéis molotov e com seus próprios corpos. Centenas sacrificaram suas vidas.

Recuperar o caráter operário dos movimentos de 1989 lança uma nova luz sobre a história recente da China e modifica nossa compreensão da conjuntura atual do país. Aquele momento marcou uma ruptura fundamental entre duas modalidades de política de classes na China pós-Mao, especialmente no que diz respeito à relação entre o Estado-partido e a classe trabalhadora industrial. Anteriormente, o compromisso político oficial do Estado-partido com a manutenção do status social “soberano” dos trabalhadores, somado ao arranjo institucional da propriedade pública socialista, tornava a classe trabalhadora uma força político-econômica incontornável, capaz de disputar o significado de “socialismo” em diversas dimensões. Após 1989, porém, o Estado-partido mudou de rumo, desmantelando esses dois pilares da antiga ordem. Isso deu origem a uma nova classe trabalhadora industrial, muito mais próxima da imagem clássica de um proletariado explorado em fábricas diabólicas sob o chicote do mercado de trabalho e o despotismo dos interesses privados. Como se deu essa transição? E de que maneira o processo de recomposição de classes na China contemporânea pode afetar as perspectivas de longo prazo dessa grande potência?

Antes de 1989: trabalhadores indisciplinados, socialismo contestado

Após a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, a alta cúpula da política chinesa entrou em um período de disputa que resultou na ascensão de Deng Xiaoping. Na tentativa de consolidar o apoio popular, a liderança do partido pós-Mao reconheceu a importância de angariar o consentimento dos trabalhadores industriais, considerados a “classe dominante” na sociedade socialista. Dois aumentos salariais significativos foram implementados entre 1977 e 1979. O aparato de planejamento mitigou a ênfase excessiva na acumulação de capital industrial, incentivando as fábricas a destinar mais fundos para atender às necessidades de consumo e subsistência dos trabalhadores. Por um período, a liderança do Partido apresentou uma face reformista esclarecida, apoiando a reformulação crítica do socialismo chinês—o que, por sua vez, inspirou os

trabalhadores comuns a ampliar horizontes, criticando o Estado-partido de maneiras antes impensáveis e imaginando futuros socialistas alternativos.

O interesse pelo modelo de socialismo heterodoxo da Iugoslávia começou a transbordar dos círculos intelectuais e de planejamento para os trabalhadores comuns. Enquanto o primeiro grupo buscava lições sobre como construir o socialismo de mercado, o segundo estava mais entusiasmado com o que via como um experimento radical de democracia operária. No início de 1981, trabalhadores da Fábrica de Caldeiras de Wuhan argumentaram que um comitê de gestão eleito pelos trabalhadores, em vez da célula do Partido, deveria ser o órgão máximo de decisão da empresa, perspectiva que ganhou força graças à onda de greves e à atividade sindical independente que varreu a Polônia no início da década. Em poucas semanas, movimentos de base de trabalhadores chineses já faziam referência ao “incidente polonês” e vislumbravam a possibilidade de pôr em prática sua própria versão. Entre o final de 1980 e meados de 1981, greves que exigiam sindicatos independentes eclodiram em grandes cidades industriais, incluindo Xangai, Wuhan, Shenyang, Anshan, Harbin, Pequim, Chengdu e Taiyuan.

A liderança do Partido se contorceu para dar uma resposta. Sem a intenção de simplesmente tolerar que os trabalhadores conquistassem independência política, mas incapaz de romper o vínculo socialista entre o Estado e a classe trabalhadora, acabou adotando uma estratégia de concessão: a autonomia das empresas públicas para administrar seus próprios assuntos financeiros foi ampliada e as instituições de gestão operária democrática foram fortalecidas, embora ainda dentro de parâmetros que preservavam a autoridade das células do Partido. Os anos seguintes ficaram conhecidos como a “era de ouro” dos Congressos de Quadros e Operários (SWC ou *Staff and Workers' Congress*, em inglês), órgãos representativos que, desde 1949, todas as grandes empresas chinesas são obrigadas a formar. Muitos trabalhadores deles se utilizaram para gerir coletivamente questões pertinentes à subsistência material: distribuição de moradias, alocação de oportunidades de emprego para seus filhos, salários e bônus, além da melhoria de serviços de bem-estar, como cantinas, berçários e clínicas.

As práticas de democracia operária proporcionadas pelo contexto de abertura política do início da era pós-Mao tiveram um impacto material profundo. Durante uma reunião trimestral do Congresso de Quadros e Operários na 12ª Fábrica de Algodão de Xangai, representantes levantaram uma questão que não estava na pauta pré-aprovada da reunião: a superlotação e má ventilação das casas de banho coletivas das trabalhadoras. Eram espaços tão apertados que, nos horários de pico, cinco ou seis delas precisavam se espremer sob o mesmo chuveiro. Havia registros de operárias que desmaiavam nos vestiários. A liderança da fábrica sabia disso há anos, mas não fazia nada a respeito por sentir-se obrigada a priorizar a produtividade em detrimento das condições de trabalho. Desta vez, porém, o Congresso aprovou uma resolução sobre a ampliação e o reparo da casa de banho feminina, convocando os gerentes ao palco para esclarecer suas ações. No fim das contas, o prédio acabou sendo reformado e ampliado.

No entanto, a era de ouro não durou muito. Essas práticas irritavam cada vez mais formuladores de políticas convencidos de que elas distraíam as empresas públicas do enfrentamento de questões mais urgentes, como o aumento de produtividade, e contribuíam para uma crise fiscal persistente. O agravamento do caos econômico na Iugoslávia fez com que as autoridades chinesas abrissem os olhos para o “lado sombrio” da democracia operária. Em meados de 1984, isso culminou na reversão da política estatal que marginalizou as instituições de democracia operária e concentrou os poderes gerenciais nas mãos dos diretores das fábricas. A liderança do Partido ainda tentava se equilibrar na corda bamba: mesmo contrária à democratização dos locais de trabalho, não podia ser vista como traidora do princípio de que a soberania da sociedade socialista residia nos trabalhadores. Embora o ímpeto de discipliná-los fosse evidente no conteúdo da nova política, a reorientação precisava ser disfarçada quanto à forma. Essa brecha deu aos trabalhadores novas oportunidades de engajamento em meios inovadores, sutis e frequentemente surpreendentes de ativismo operário.

Isso acarretou uma situação contraditória. Em alguns lugares, as autoridades estatais incentivaram as fábricas a eleger operários para cargos de direção

antes de impor reformas que concentrariam o poder gerencial. O objetivo das votações, amplamente performáticas e controladas desde cima, era demonstrar que a iminente concentração de autoridade tinha apoio popular. No entanto, em muitos casos, os trabalhadores desvirtuaram os processos eleitorais ou deles se utilizaram para fazer avançar suas pautas. Alguns dos que tentaram concorrer às eleições tiveram candidaturas impugnadas pelo Estado, mas mesmo assim conduziram campanhas “ilícitas”, realizando discursos públicos e distribuindo panfletos aos colegas, o que frequentemente forçava as autoridades a lidar com os problemas apontados. Outros desobedeceram às orientações de votar nos candidatos apoiados pelo Estado ou pressionaram pela destituição de diretores de fábrica alguns meses após as eleições, insistindo que, se os trabalhadores os elegeram, eles também deveriam ter o poder de derrubá-los.

Ainda assim, apesar desses momentos de contestação, a segunda metade dos anos 1980 viu uma tendência geral de aumento do despotismo gerencial e de concentração de poder nas empresas públicas urbanas da China. Os diretores das fábricas tendiam a impor decisões unilaterais sem consultar os trabalhadores; alguns anularam resoluções aprovadas pelo Congresso de Quadros e Operários, enquanto outros adotaram estilos gerenciais punitivos, impondo multas aos trabalhadores por não atingirem as metas ou até mesmo por fazerem pausas para ir ao banheiro. Quadros sindicais denunciavam que muitos diretores desenvolveram um “hábito autocrático”.

Experimentar uma democracia operária relativamente robusta por alguns anos e subitamente perder esse poder foi, naturalmente, doloroso para muitos trabalhadores, o que levou a uma grande intensificação das tensões internas nas fábricas. Além das greves esporádicas, o descontentamento com os diretores gerou várias formas de resistência cotidiana, algumas bastante criativas. Os trabalhadores eximiam-se de suas obrigações, desperdiçavam tempo, fofocavam, empilhavam móveis na porta do diretor da fábrica ou até mesmo faziam protestos “sujos”¹ no próprio espaço de trabalho. No final dos anos 1980, tornou-se mais comum que trabalhadores partissem para a agressão física contra diretores, muitos dos quais passaram a contratar

seguranças. Conter esse comportamento indisciplinado era bastante difícil, tanto porque a demissão era um processo muito complicado sob o regime de propriedade socialista quanto em razão do significativo poder ideológico que o status de “soberania” dos trabalhadores representava.

Em 1989, portanto, a política de classe industrial da China havia se tornado imensamente problemática. As tensões no chão de fábrica atingiram um ponto de ebulição, posto que as expectativas dos trabalhadores, condicionadas por décadas de luta socialista, não se alinhavam com o novo equilíbrio de poder nas instalações produtivas, que agora pendia a favor dos diretores. Essa reconfiguração criou condições particularmente férteis para o ativismo político de massas entre setores da classe trabalhadora. Durante as semanas fatídicas de maio e junho, o descontentamento dos trabalhadores com condições cotidianas escalou para uma crítica fundamental à burocracia do Estado-partido e resultou na articulação de uma visão que poderia ser chamada de “democracia socialista”. A capacidade da liderança do partido pós-Mao de manter o consentimento da classe trabalhadora industrial desmoronou de uma vez por todas.

Depois de 1989: o ocaso do trabalhador socialista

No rescaldo da crise que abalou fundamentalmente o Estado-partido, a elite política entrou em um período de profunda reflexão sobre como reformar a economia política chinesa. Isso levantou, inevitavelmente, a questão de como reestruturar também a política de classes no setor industrial do país. Alguns dirigentes—retroativamente rotulados como “conservadores”—propuseram a redução da autonomia econômica local, a imposição de cadeias burocráticas de comando na gestão econômica em todos os níveis e o emprego rigoroso do aparato repressivo do Estado-partido para punir “pequenos crimes econômicos”, um termo tão amplo que poderia ser aplicado a praticamente qualquer coisa. Tais medidas envolveriam um regime de terror não muito diferente do sistema militarizado de gestão política e industrial estabelecido entre 1969 e 1971 para conter as mobilizações explosivas dos rebeldes no

início da Revolução Cultural. Porém, para alívio da elite dirigente chinesa, as transformações da economia global abriram caminho para uma solução muito menos custosa, tanto em termos políticos quanto sociais: o desmantelamento do regime socialista de propriedade e a adoção, sem aspas, do capitalismo.

A ascensão das relações capitalistas de propriedade acelerou após 1992, quando Deng Xiaoping fez uma campanha altamente simbólica e amplamente divulgada em apoio ao capital estrangeiro e privado pelas zonas econômicas especiais do Sudeste da China. O Estado-partido revogou as políticas que até então restringiam a escala do investimento estrangeiro e o tamanho das empresas privadas. Aproveitando o baixo custo da mão de obra e dos recursos naturais, o capital estrangeiro moveu operações de manufatura em massa para a China, ao passo que grandes empresas nacionais cresceram rapidamente. Como resultado, novos polos industriais pipocaram pela costa do país, atraindo milhões de trabalhadores migrantes das zonas rurais em busca de emprego. Ao contrário de muitos trabalhadores urbanos dos anos 1980, que desfrutavam de uma robusta segurança empregatícia e enxergavam a si próprios como membros relevantes de suas comunidades, os trabalhadores migrantes não eram mais que mera força braçal, contratada em uma relação puramente salarial, submetida a um mercado de trabalho despótico e, na maioria das vezes, sem qualquer garantia de condições decentes de trabalho e vida—ou mesmo pagamentos de salários em dia.

Os empregados de empresas públicas também passaram por mudanças dramáticas nas décadas de 1990 e 2000. O Estado-partido lançou uma das mais significativas campanhas de privatização da história, com a maioria das empresas sendo vendidas para seus antigos diretores ou investidores externos, muitas vezes por meio de práticas obscuras de financiamento e valoração. As empresas que permaneceram parcialmente públicas foram, na maior parte das vezes, reestruturadas como empresas de capital aberto, sujeitas às expectativas de valorização de ações impostas pelo mercado de capitais. Essas reformas provocaram ondas de demissões em massa. Milhões de trabalhadores perderam seus empregos, benefícios sociais e senso de pertencimento comunitário. Os que se mantiveram empregados passaram a

ter, em sua maioria, arranjos muito mais precários, envolvendo terceirização e subcontratação. Alguns dos demitidos se juntaram aos trabalhadores migrantes nas novas fábricas de superexploração [*sweatshops*] da China costeira; outros lutaram para sobreviver nas economias em colapso de suas cidades natais, tornando-se diaristas, vendedores ambulantes, profissionais do sexo, catadores e pedintes. Embora o Estado-partido tenha conseguido, em grande medida, impor esse programa sem recorrer à força física, a nova política produziu um imenso sofrimento social que os aparatos repressivos eventualmente teriam de conter.

De acordo com estatísticas oficiais, a proporção da força de trabalho urbana empregada em empresas públicas caiu de 82% em 1991 para 27% em 2005. Embora seja difícil dizer exatamente como se chegou a esses números, não há como negar a transformação profunda da classe trabalhadora industrial chinesa, tanto em sua composição social quanto em seu caráter político. Embora os trabalhadores chineses nunca tenham realmente alcançado a condição de “soberania” nos anos 1980, o compromisso oficial do Estado-partido com esse ideal permitiu que imaginassem novas possibilidades políticas e lutassem por sua concretização. Desde a década de 1990, em contraste, o discurso oficial da indústria e as políticas públicas trataram os trabalhadores como pouco mais do que vendedores de mão de obra em troca de salário, uma perspectiva positivada pela Lei do Trabalho de 1995. Sob este arranjo, o capital conseguiu manter o custo do trabalho em níveis artificialmente baixos, consolidando o status da China como a “*sweatshop* do mundo” por mais de duas décadas (embora a fuga do capital manufatureiro da China tenha acelerado desde o final da década de 2010). O custo humano desse regime de trabalho pode ser observado em tragédias como o incêndio na fábrica de brinquedos Zhili em 1993, que matou 87 pessoas, e a série de suicídios cometidos por trabalhadores da fábrica Foxconn em Shenzhen ao longo de quatro meses de 2010.

Os trabalhadores continuaram resistindo a essa configuração capitalista da política de classes do setor industrial. Pesquisas documentam meticulosamente greves e protestos envolvendo tanto os trabalhadores

que enfrentam demissões em processos de privatização de empresas quanto aqueles que demandam melhores condições salariais e benefícios nas *sweatshops* privadas da costa chinesa. No entanto, o horizonte político que orienta a imaginação e as estratégias de resistência foi radicalmente alterado. A tradução de queixas concretas em uma crítica sistemática às condições de trabalho e à sociedade em geral tornou-se muito mais difícil. Sem um arcabouço institucional que garantisse segurança aos trabalhadores e reconhecesse operários e diretores como membros mais ou menos iguais, ao menos formalmente, das comunidades de trabalho, a resistência sindical tornou-se esporádica e fragmentada. Conflitos no chão de fábrica, centrados no equilíbrio de poder cotidiano entre trabalhadores e diretores, tornaram-se mais difusos. A classe trabalhadora não representa mais o tipo de ameaça político-econômica à elite dirigente que representava nos anos 1980.

Reavaliando a “reforma de mercado” da China

Tanto na literatura acadêmica quanto no imaginário popular—na China e fora dela—o conceito de “reforma de mercado” tem sido empregado para caracterizar a trajetória da economia política chinesa na era pós-Mao. De acordo com essa versão, a história da transição econômica da China foi de um sistema em que as atividades econômicas eram conduzidas sob planejamento estatal, e comandadas de cima para baixo, para outro em que os agentes econômicos ganharam maior liberdade para coordenar as operações por meio de mecanismos de mercado: a passagem de uma “economia planificada” para uma “economia de mercado”. Neste paradigma, a tendência mais evidente é a criação de mais esferas de atividade de mercado fora do controle estatal e, por isso, os objetos típicos de análise são comerciantes e empreendedores locais, capitalistas e especialistas estrangeiros, tecnocratas econômicos, entre outros.

No entanto, essa elevação da “reforma de mercado” à condição de conceito-chave reduz a diferença significativa entre dois tipos de política de classes industrial que surgiram na China pós-Mao: o período indisciplinado pré-1989 e o arranjo mais contido que se seguiu. Embora várias medidas das décadas de

1970, 1980, 1990 e 2000 possam ser designadas como reformas de mercado, elas operaram sob parâmetros muito diferentes em termos de política de classes e relações de propriedade. Quanto a estas, a transformação decisiva não foi simplesmente a expansão da esfera de mercado, mas o rompimento dos laços entre os trabalhadores industriais e os meios de produção, que até então podiam ser objeto de reivindicação política em algum grau. Reconhecer a transição descontínua entre essas duas modalidades de política de classes no setor industrial demonstra que a história da reforma pós-Mao e da ascensão econômica da China foi desordenada e tumultuada, e não linear ou teleológica.

As implicações dessa diferenciação para a economia política contemporânea da China e sua posição como potência mundial são imensas. Na última década, à medida que o crescimento impulsionado pelas exportações perdeu força tanto em razão das guerras comerciais quanto da concorrência de outros países do Sul global, onde a mão de obra é ainda mais barata, a economia chinesa começou a desacelerar. Muitos analistas, na China e no mundo anglófono, argumentam que a estratégia de crescimento do país deve mudar de rumo e focar no consumo interno. No entanto, apesar do compromisso formal do governo chinês de impulsionar o consumo interno e de medidas políticas um tanto cosméticas, como a distribuição de cupons de desconto e vale-presentes, a demand interna continua fraca. O processo histórico descrito aqui nos ajuda a entender esse dilema. O declínio radical do poder dos trabalhadores chineses desde a década de 1990 significa que a força política que poderia ter resistido aos interesses da elite do capitalismo de Estado—pressionando o governo a implementar mecanismos robustos e abrangentes de redistribuição econômica—não existe mais. Em vez disso, vemos uma combinação viciosa entre um regime de trabalho altamente repressivo e um consumo doméstico insuficiente.

Em razão da desaceleração econômica, para manter as margens de lucro, inúmeras empresas intensificaram o ritmo de trabalho e espremeram ainda mais os custos. Níveis cada vez mais insuportáveis de exploração, precariedade e mobilidade social descendente se disseminaram tanto nos setores operários quanto nos gerenciais. Isso acarretou um notável aumento do sentimento

anticapitalista nos últimos anos, acompanhado de uma nostalgia pelo passado socialista da China, especialmente entre estudantes e jovens trabalhadores que não viveram aquele período. No entanto, os trabalhadores chineses ainda carecem de canais institucionais para dar voz às suas demandas coletivas, à medida que o espaço para a organização sindical continua a diminuir sob o governo de Xi Jinping. Essa contradição entre um aumento no antagonismo de classe e a ausência de um meio para expressá-lo pode ser difícil de conter. A transformação da política de classes industrial na China na virada dos anos 1990 continua a moldar os desafios do país até hoje.

Notas de rodapé

1. N.E.: Em inglês, “dirty protest” é uma expressão originada por episódios históricos, em particular nas prisões da Irlanda do Norte, em que protestos envolviam a recusa a utilizar banheiros, por exemplo, com os presos urinando e defecando nas próprias celas e espalhando excrementos pelas paredes.



Fábrica de tanques da Chrysler em Michigan, 1942

Mercadores da guerra

Anna Stavrianakis

As maiores indústrias militares do mundo

Em 1934, um comitê do Senado dos EUA presidido pelo republicano Gerald Nye deu início a 18 meses de audiências sobre a indústria armamentista doméstica, investigando os enormes lucros obtidos com a Primeira Guerra Mundial em meio a especulações de que os “mercadores da morte” poderiam em breve arrastar os Estados Unidos para outro grande conflito. A investigação canalizava um discurso popular da época, segundo o qual industriais ricos—executivos de empresas como DuPont, J. P. Morgan e Pratt & Whitney—estimulavam deliberadamente antagonismos interestatais para ampliar suas margens de lucro. “O fabricante de armas ascendeu e se tornou poderoso”, observava um estudo influente naquele período, “a ponto de hoje constituir um dos fatores mais perigosos nos assuntos mundiais, um obstáculo à paz, um promotor da guerra.” Até mesmo o Wall Street Journal, em defesa do comitê Nye, denunciou o “sistema perverso que permite e incentiva homens a explorar comercialmente a animosidade entre povos vizinhos”.²

A noção de que interesses privados criam volatilidade global nunca deixou de circular, mas ganhou nova relevância à medida que os gastos militares mundiais atingiram o recorde histórico de US\$ 2,9 trilhões no ano passado, beneficiando fabricantes de armas que vão da israelense Elbit Systems e das “Big Five” americanas—Boeing, Northrop Grumman, Lockheed Martin e RTX Corporation—à alemã Rheinmetall e à britânica BAE Systems.³ Militantes pacifistas têm razão ao apontar que a década de 2020 vem sendo bastante próspera para os mercadores da morte, que apostam na prolongação da destruição em Gaza, no Irã, na Ucrânia, no Sudão e outros lugares e contam com equipes de lobistas empenhadas em manter gestores públicos ao redor do mundo em constante estado de preparação para a guerra.

Mas, ainda que a expressão “complexo industrial-militar” tenha sido cunhada para alertar que esses especuladores da guerra poderiam capturar o Estado e subordinar a política pública aos interesses privados, esse enquadramento tende a obscurecer o profundo entrelaçamento entre poder público e poder privado na indústria armamentista global contemporânea. O crescimento da indústria bélica não pode ser atribuído simplesmente à ação de empresas privadas agindo em benefício próprio. Os mercados militares são moldados

pelos próprios Estados, tanto como clientes quanto como proprietários. Mapear os maiores complexos industrial-militares do mundo, suas relações mútuas e suas estruturas sobrepostas de propriedade corporativa demonstra que sua expansão é, em última análise, sustentada pelas próprias funções violentas do exercício de governança estatal.

Esse exercício também ajuda a iluminar como o poder militar está distribuído em escala global. Os Estados Unidos são, de longe, o maior gastador militar, produtor bélico e exportador de armas do mundo, respondendo por mais de um terço dos gastos militares globais (que superaram a marca de US\$ 1 trilhão em 2024) e por 42% de todas as exportações de armamentos. Ainda assim, a economia militar global também é composta por outros atores capazes de influenciar a quantidade e a variedade de armas produzidas, compradas, vendidas e empregadas nos campos de batalha. A China é o segundo maior gastador militar do mundo. Embora permaneça muito atrás dos Estados Unidos (US\$ 335 bilhões), seus gastos militares cresceram todos os anos ao longo de três décadas, representando hoje cerca de 12% do total mundial. Em terceiro lugar está a Rússia, que, desde a invasão da Ucrânia, transformou-se em uma economia de guerra, mais do que dobrando seus gastos militares, que saltaram de US\$ 69 bilhões em 2016 para US\$ 190 bilhões em 2025, patamar equivalente a 6,3% do PIB do último ano e o maior já registrado desde a Guerra Fria.

Potências regionais também estão se militarizando. O Irã demonstrou ser um adversário militar formidável para Israel e os Estados Unidos, enquanto Índia e Arábia Saudita consolidam suas posições como os maiores importadores de armas do mundo. Esses países integram um grupo mais amplo, que inclui os Emirados Árabes Unidos (EAU) e a Turquia, atualmente empenhado em alcançar autossuficiência militar por meio de desenvolvimento industrial e tecnológico voltado à produção doméstica de armamentos. São Estados que mobilizam aparatos militares internacionalizados de maneira desigual contra populações subordinadas—os caxemires, os iemenitas, os curdos—ou desenvolvem redes de importação de armamentos que escapam ao controle do império americano.

Rastrear a produção e a circulação global de armamentos revela que as guerras que devastam diferentes regiões do planeta estão estruturalmente interligadas. Israel e os EUA colaboram na campanha contra Gaza, Irã e Líbano que, por sua vez, utilizam armas fornecidas por outros países do Ocidente; o Irã tenta se defender buscando o apoio dos Houthis, do Hezbollah e do Hamas; a Rússia ataca a Ucrânia e envia armas ao Irã em troca de tecnologia de drones; a Ucrânia desenvolveu contramedidas rápidas e baratas contra a Rússia e as exporta para os Estados do Golfo; os EAU, um dos atores centrais na guerra do Iêmen, também sustenta as Forças de Apoio Rápido no Sudão; e assim por diante. Essa trama de relações militares e estratégicas torna a atribuição de responsabilidade difusa e difícil. Para compreender mais de perto esses conflitos entrelaçados, podemos examinar, um a um, os gigantes da indústria armamentista mundial.

O Atlântico Norte

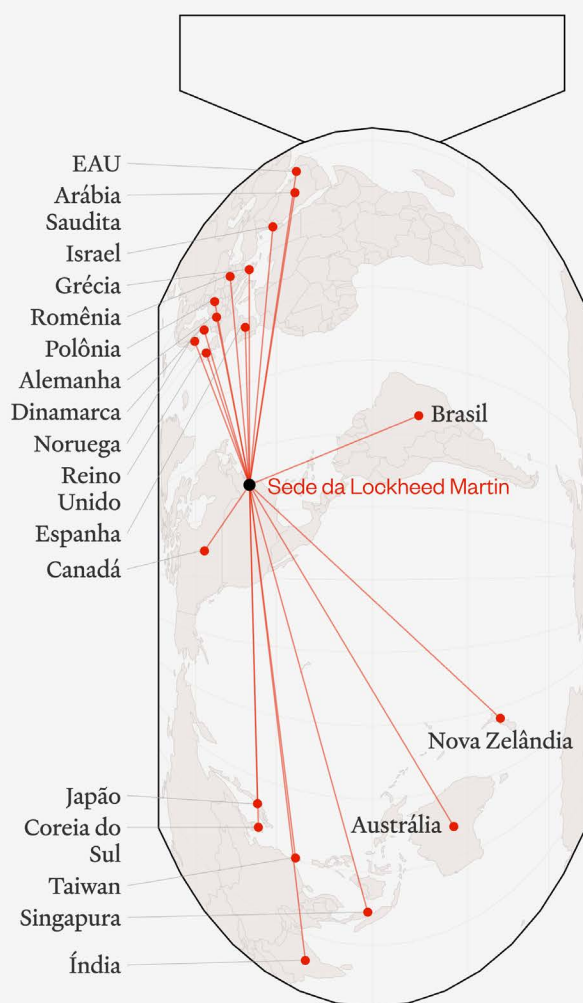
Assim como os Estados Unidos são, de longe, o maior gastador militar do planeta, suas empresas também dominam amplamente esse setor. Trinta e nove das cem maiores fabricantes de armas do mundo têm sede nos EUA e respondem por 49% da receita total do grupo. As gigantes da indústria armamentista mundial são empresas de capital aberto. Captam recursos do público e de investidores institucionais por meio de ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês), geralmente negociam em bolsas de valores e estão sujeitas a obrigações de transparência pública. A maior parte de suas ações pertence a investidores institucionais. Empresas de gestão de ativos controlam 74% da Lockheed Martin. Seu maior investidor—detentor de 34,5 milhões de ações—é a State Street Corporation, multinacional estadunidense de serviços financeiros. Os maiores acionistas individuais eram executivos da própria companhia, como o CEO James Taiclet, o ex-diretor financeiro Jesus Malave e a diretora de negócios Stephanie C. Hill. Em maio de 2025, Taiclet sozinho detinha 68.070 ações.⁴

A aparente separação entre a indústria bélica privada e o setor público beneficia ambos os lados. Quando empresas de armamentos são questionadas sobre o motivo e a forma como suas armas são utilizadas em violações de direitos humanos, recorrem às regulamentações governamentais de exportação de armas. Quando governos são pressionados a divulgar detalhes sobre produtos e operações dessas empresas, alegam tratar-se de segredos comerciais que não têm autorização para divulgar. A separação entre a esfera pública e privada na propriedade das empresas permite que atores de ambos os lados desviem o escrutínio e diluam responsabilidades.

A propriedade não estatal da indústria armamentista, contudo, esconde sua profunda dependência do Estado. A maior parte das vendas de empresas estadunidenses destina-se ao próprio governo do país. Quase três quartos dos US\$ 75 bilhões em vendas da Lockheed Martin em 2025 ocorreram no mercado doméstico, e o quarto restante foi direcionado principalmente à Arábia Saudita e à Ucrânia. A empresa encerrou 2025 com um volume recorde de encomendas acumuladas, próximo de US\$ 194 bilhões. As fabricantes de armas têm acesso direto aos recursos estatais por meio dos orçamentos públicos de defesa. Nos Estados Unidos, quase metade do orçamento discricionário federal é destinada ao Departamento de Defesa—ou melhor, da Guerra—, e mais da metade desses gastos é canalizada para indústrias militares. No ano fiscal de 2021, 30% dos recursos para contratos públicos do Departamento de Defesa foram distribuídos entre as cinco gigantes do setor armamentista do país: Lockheed Martin, Boeing, Raytheon, General Dynamics e Northrop Grumman.

O impacto global da Lockheed Martin

A maior empresa de armamento do mundo tem parcerias em 20 países — de aliados da OTAN a clientes do Golfo e à Índia, uma potência armada majoritariamente com material russo.



◆ **A Lockheed Martin é a maior empresa de armamento do mundo.**
Um terço de suas entidades no exterior está no Oriente Médio, tanto em Israel quanto na Arábia Saudita.

◆ O presidente-executivo da Lockheed disse em fevereiro de 2026 que os dados de combate do F-35 israelense em Gaza, Irã, Líbano e Iêmen valem **“muitos bilhões para minha empresa.”**

◆ **74%** da Lockheed Martin pertence a investidores institucionais. A State Street Corp é a maior acionista (34,5 milhões de ações).

◆ **30%** de todos os contratos do Departamento de Defesa dos EUA (ano fiscal de 2021) foram para as Cinco Grandes: Lockheed Martin, Boeing, Raytheon, General Dynamics e Northrop Grumman.

◆ Phenomenal World

Fonte: Lockheed Martin
Gráfico: Yusuf Imaad Khan

O setor armamentista é integrado internacionalmente em diferentes níveis: companhias sediadas em um país controlam subsidiárias no exterior responsáveis pela fabricação de armas ou componentes e pela prestação de serviço. Empresas dos EUA têm presença em Israel, Japão, Coreia do Sul e Taiwan, entre outros. A subsidiária da britânica BAE Systems, a BAE Systems Inc., é sediada nos EUA, e o conglomerado como um todo vende tanto ou mais para o Departamento de Defesa estadunidense do que para o Ministério da Defesa britânico. Essa internacionalização é fruto do período pós-Guerra Fria, quando fusões e aquisições, joint ventures, subcontratações e acordos de transferência de tecnologia facilitaram a consolidação de uma indústria transatlântica em meio à redução (temporária) dos orçamentos militares governamentais após a queda da União Soviética.

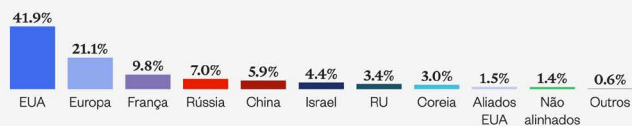
Países europeus mantêm relações estreitas com as empresas armamentistas dos EUA, embora o conteúdo dessas relações seja variado. O Reino Unido incentivou a privatização e a internacionalização de sua indústria militar, enquanto na Europa continental a propriedade estatal continua mais comum: a Thales (15ª maior empresa de armas do mundo em 2024, com US\$ 11,8 bilhões em receitas) tem 25% das ações controladas pelo Estado francês; a Leonardo (13ª colocada, com US\$ 13,8 bilhões) é 30% de propriedade do Estado italiano; e a Navantia (na modesta 88ª posição, com US\$ 1.3 bilhão em receitas) pertence integralmente ao Estado espanhol. E, ainda que as compras governamentais de defesa, os gastos militares e as políticas de exportação de armas continuem sendo temas nacionais, a própria União Europeia (UE) também desempenha um papel importante para o setor. O bloco tem impulsionado a militarização por meio do Fundo Europeu de Defesa, criado em 2021, bem como da Estratégia Industrial Europeia de Defesa e do Programa Europeu para a Indústria de Defesa, adotados em 2024. A UE também utilizou o Mecanismo Europeu para a Paz para financiar o envio de armas à Ucrânia, reembolsando Estados-membros pelos envios de armamentos.

Impulsionada em parte pela guerra na Ucrânia e em parte pela instabilidade dos compromissos dos Estados Unidos com a OTAN, a União Europeia vem

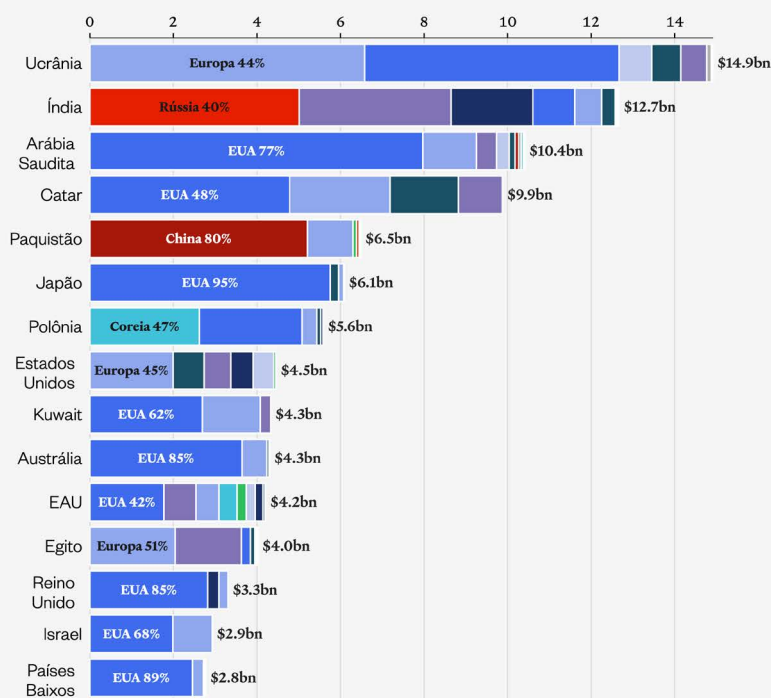
buscando expandir dramaticamente sua indústria militar. As exportações de armas dos países-membros cresceram 36% entre os períodos 2016–20 e 2021–25, passando a representar 28% do total global neste último intervalo. Em 2025, os maiores exportadores de armas da Europa—França, Alemanha, Itália e Espanha—respondiam por um volume equivalente a quase dois terços das exportações americanas, enquanto 84% das exportações da União Europeia eram destinadas a países fora do bloco. O volume exportado pela UE permanece quatro vezes superior ao da Rússia e cinco vezes maior que o da China, consolidando o bloco como um dos principais fornecedores globais de armamentos.

Quem abastece os importadores de armas do mundo?

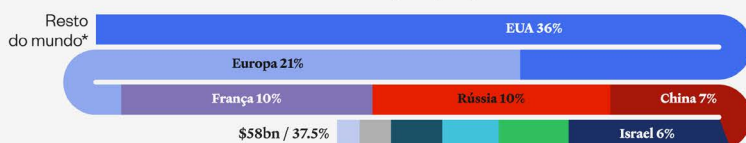
Mix global de fornecedores, 2021–25



Importações de armas dos 15 maiores importadores, 2021–25 (TIV do SIPRI, US\$ bilhões)



Os 15 maiores = 62,5% das importações globais de armas



Phenomenal World

*Resto do mundo reúne 155 importadores. A barra se dobra mantendo a mesma escala dos 15 maiores acima.

Blocos: EUA; França, Reino Unido; Europa (resto da Europa-OTAN — Alemanha, Itália, Espanha, Suécia, etc. — mais Ucrânia, Turquia, Irlanda; exclui França e Reino Unido mostrados separadamente); Coreia do Sul / Parceiros bilaterais dos EUA (aliados do Pacífico, Canadá, clientes do Golfo incl. Arábia Saudita); Israel (separado por seu próprio complexo militar-industrial); Rússia (+ CSTO, Síria); China (+ Paquistão, Sudeste Asiático); Regionais não alinhados (EAU, Índia, Brasil, Irã, Egito, Indonésia, México, etc.); Outros (residual).

Fonte: Banco de dados de transferências de armas do SIPRI

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

China

A internacionalização do comércio de armas é muito menos pronunciada na China, cuja indústria militar mantém uma orientação predominantemente nacional e é organizada em torno de empresas estatais. A defesa é um dos sete setores estratégicos sobre os quais o governo chinês exerce controle total.⁵ A iniciativa Made in China 2025 ampliou os investimentos em manufatura de alta tecnologia, identificando a construção naval e a indústria aeroespacial como dois dos dez setores prioritários. Desde 2025, dirigentes ligados ao complexo militar-industrial vêm ganhando relevância crescente dentro do Partido Comunista Chinês. O mais recente Plano Quinquenal de Pequim, anunciado em março de 2026, inclui novas seções voltadas à modernização da estratégia e da governança militar.

Desde o período 2016–20, a China ampliou suas exportações de armamentos em 11%: 77% delas destinam-se à Ásia e à Oceania, enquanto 13% seguem para a África. Na África Subsaariana, a China responde por 17% das importações de armas, aproximando-se dos Estados Unidos, responsáveis por 19%.⁶ Empresas como a Norinco e a Aviation Industry Corporation of China têm alcance internacional significativo, tendo consolidado alianças militares de longa data com Camboja e Paquistão, ao mesmo tempo em que cultivam novas relações em outras partes da Ásia e da Europa. O principal cliente das exportações chinesas é o Paquistão, para o qual Pequim transferiu um amplo arsenal que inclui caças, fragatas, tanques, mísseis e drones armados. Assim como ocorre com as importações indianas provenientes da Rússia, parte dos armamentos paquistaneses é montada a partir de kits ou produzida domesticamente sob licença chinesa.

As subsidiárias chinesas localizadas no Ocidente, por sua vez, concentram-se sobretudo em tecnologias civis com potencial aplicação militar, muito provavelmente em uma tentativa de obter acesso a tecnologias de dupla utilização. Alguns analistas sustentam que o caráter excessivamente burocrático e avesso ao risco das estatais chinesas reduz os incentivos à concorrência.⁷ Sob o governo de Xi Jinping, as estatais passaram por um

processo parcial de privatização em busca de novas fontes de capital, por meio da venda de ações de subsidiárias nas bolsas de Xangai, Shenzhen e Hong Kong. Essa privatização parcial também contribuiu para a formação de uma base de fornecimento mais híbrida, composta não apenas por empresas militares estatais, mas também por gigantes de alta tecnologia como Huawei e Lenovo.

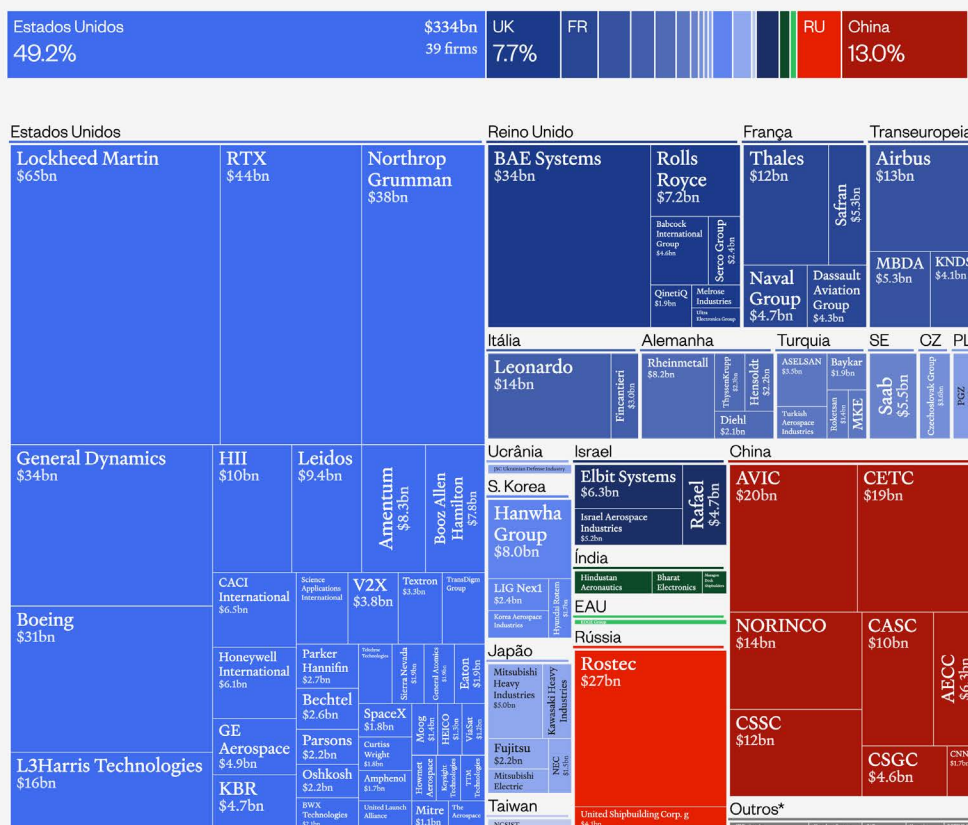
Rússia

Assim como a China, a base industrial armamentista da Rússia possui orientação predominantemente nacional e está localizada dentro de suas próprias fronteiras, enquanto a cooperação técnico-militar do país com empresas do Atlântico Norte é praticamente inexistente. Sua indústria bélica é quase inteiramente estatal, e o governo mantém forte ênfase no desenvolvimento doméstico de armamentos. Isso é, em parte, consequência das restrições impostas pelos países ocidentais ao investimento estrangeiro direto, bem como das sanções aplicadas contra empresas russas desde a anexação da Crimeia, em 2014.

A Rússia também possui, segundo relatos, entidades de produção militar na Índia, no Cazaquistão e no Vietnã, seus maiores compradores de armamentos. A indiana Hindustan Aeronautics Limited mantém parcerias industriais com empresas russas por meio de joint ventures. Ainda assim, entre os maiores exportadores globais de armas, a Rússia é a única cuja participação nas exportações totais está em declínio, caindo de 21% no período 2016–20 para apenas 6,8% entre 2021–25. A Índia continua sendo um importante comprador de armamentos russos porque adquiriu da União Soviética a maior parte de suas principais plataformas militares, consideradas estratégicas para um eventual confronto com China e Paquistão. No entanto, desde o início dos anos 2000, Nova Déli passou a recorrer cada vez mais a fornecedores estadunidenses e europeus. Parte de seus armamentos consiste em sistemas montados a partir de kits importados ou produzidos sob licença na Índia,

As 100 maiores empresas produtoras de armas do mundo, 2024

Cada retângulo é uma empresa, agrupada pelo país da sede e dimensionada pela receita de armamento em 2024.



Phenomenal World

Blocos: **EUA;** **Europa** (Europa-OTAN, Reino Unido, Ucrânia, Turquia); **Parceiros bilaterais dos EUA** (aliados do Pacífico, Canadá, clientes do Golfo incl. Arábia Saudita); **Israel;** **Rússia** (+ CSTO, Síria); **China** (+ Paquistão, Sudeste Asiático); **Regionais não alinhados** (EAU, Índia, Brasil, Irã, Egito, Indonésia, México, etc.). Israel é separado por seu próprio complexo militar-industrial. ***Outros** reúne cinco países com uma única empresa cada, abaixo de US\$ 3 bilhões: Singapura (ST Engineering), Noruega (Kongsberg), Canadá (CAE), Espanha (Navantia), Indonésia (DEFEND ID).

Fonte: SIPRI Top 100 — Empresas produtoras de armas e serviços militares

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

como os caças MiG e Sukhoi. A queda das exportações russas também reflete mudanças nos padrões de importação de países como Argélia, China e Egito.

A Rússia possui três tipos de empresas militares estatais: sociedades por ações, que permitem o investimento privado; empresas unitárias, que seguem um modelo herdado da União Soviética no qual os ativos pertencem integralmente ao Estado e cabe à companhia somente administrá-los; e corporações estatais. Desde 2010, o fortalecimento do controle de Vladimir Putin sobre o Estado ampliou também seu poder sobre o setor militar. Por meio da Comissão Industrial-Militar, Putin centralizou e expandiu a propriedade estatal da indústria de defesa, neutralizou disputas internas entre empresas e burocracias estatais e assumiu o papel de principal mediador e árbitro das grandes decisões do setor.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia apenas aprofundou o controle estatal sobre sua indústria militar, com algumas empresas, consideradas “privatizadas ilegalmente”, sendo reincorporadas à propriedade pública pela força. Assim como ocorre nas empresas privadas, as companhias estatais russas também são orientadas pela obtenção de lucro, tendo o Estado como principal acionista e beneficiário de dividendos. Apesar dessa estrutura, a maior parte das empresas russas não é lucrativa: até mesmo grandes corporações estatais reportam perdas significativas e reclamam da insuficiência de receitas.⁸

A Rostec—corporação estatal composta por centenas de empresas dos setores militar, de engenharia e farmacêutico, incluindo a lendária Kalashnikov Concern—arrecada anualmente entre US\$ 21 bilhões e US\$ 25 bilhões de diversas fontes: contratos governamentais de compras militares, exportações de armamentos, venda de matérias-primas e subsídios estatais. A Rostec controla cerca de 75% de toda a produção militar-industrial russa, o que lhe confere um monopólio de facto, razão pela qual foi classificada pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) como a sétima maior empresa armamentista do mundo em 2024.⁹

O diretor-geral da Rostec, Sergei Chemezov, é conhecido como um dos três homens mais poderosos da Rússia e integra o círculo mais próximo de Vladimir Putin. Os dois se conheceram na Alemanha Oriental nos anos 1980, enquanto trabalhavam para a KGB. Chemezov chegou à Rostec vindo da

agência estatal de exportação de armas Rosoboroneksport, em 2007. Nas palavras de Nicole Krome, a Rosoboroneksport “funciona como a vaca leiteira da Rostec”, fornecendo uma fonte contínua de receitas para o conglomerado estatal.¹⁰ O próprio Chemezov não possui participação acionária na Rostec, que pertence integralmente ao governo russo, mas o vazamento dos Pandora Papers revelou a extensão de sua fortuna: ele e sua família acumularam mais de US\$ 400 milhões em ativos registrados por meio de uma rede de empresas offshore nos setores imobiliário, bancário e petrolífero, em sua maioria formalmente vinculados ao nome de sua enteada. Embora tenham sido alvo de sanções em 2014, Chemezov e sua família continuam controlando elementos estratégicos da economia militar russa, frequentemente por meio de estruturas flexíveis de propriedade e sob a aparência de projetos civis.

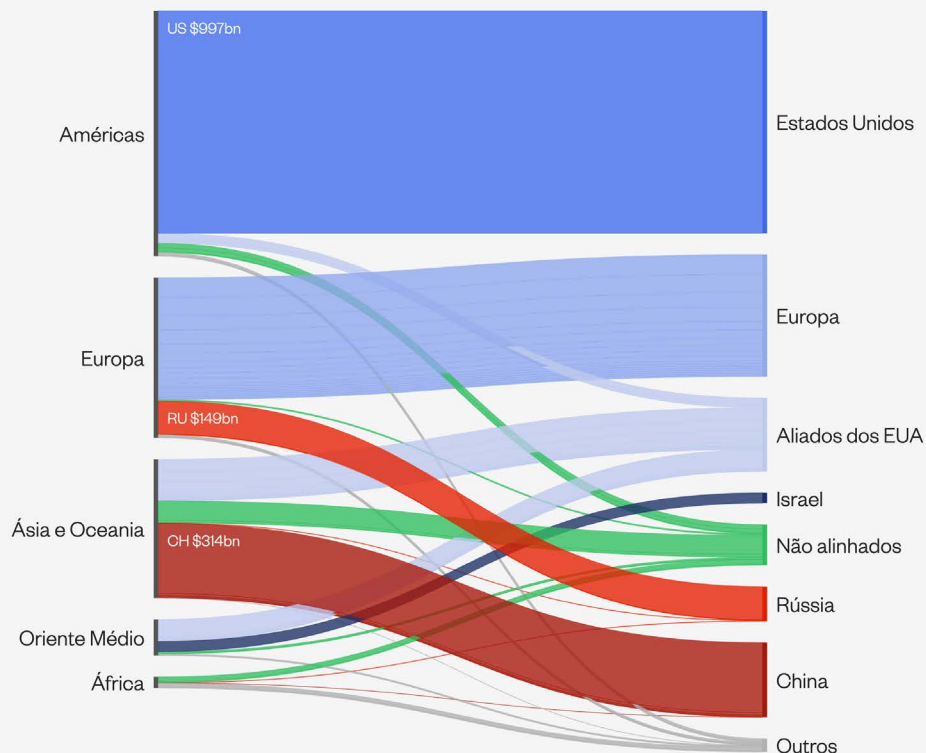
Potências regionais

Hoje, diversas potências regionais de menor porte também buscam ampliar sua influência por meio do comércio de armas. Segundo o SIPRI, em 2024, nove das cem maiores empresas armamentistas do mundo tinham sede no Oriente Médio, o maior número já registrado para a região. Dessas, três estavam sediadas em Israel, cinco na Turquia e uma nos Emirados Árabes Unidos. Os sistemas de drones turcos ajudaram a impulsionar as exportações militares do país, mas as empresas turcas produzem uma ampla gama de equipamentos bélicos, de veículos blindados e corvetas a munições de precisão e baterias de uso militar. Na Turquia, a expansão militar trouxe grandes benefícios para as elites políticas, menos por seus resultados práticos do que por sua capacidade de alimentar sentimentos nacionalistas.

Os países do Golfo têm buscado, de maneira semelhante, alcançar maior autonomia estratégica por meio de estratégias militares domésticas. O conglomerado EDGE Group, sediado em Abu Dhabi, e a Saudi Arabian Military Industries (SAMI), são campeões nacionais apoiados pelo Estado e dependentes de joint ventures com empresas estrangeiras. O EDGE foi recentemente classificado na trigésima sétima posição entre as cem maiores

Reclassificando os maiores gastadores militares do mundo

149 países, agrupados de duas formas: geograficamente à esquerda; por alinhamento político à direita — para revelar os padrões da ordem global. A largura do fluxo é proporcional ao gasto militar (US\$ bilhões, 2024).



Phenomenal World

Blocos: **EUA;** **Europa** (Europa-OTAN, Reino Unido, Ucrânia, Turquia, Irlanda); **Parceiros bilaterais dos EUA** (aliados do Pacífico incl. Malásia, Canadá, clientes do Golfo incl. Arábia Saudita); **Israel;** **Rússia** (+ CSTO, Síria, Sahel); **China** (+ Paquistão, Bangladesh, Sudeste Asiático); **Regionais não alinhados** (EAU, Índia, Brasil, Irã, Egito, Indonésia, México, etc.); **Outros** (pequenos gastadores não alinhados).

Fonte: Banco de dados de gastos militares do SIPRI

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

empresas armamentistas do mundo pelo SIPRI. Em ambos os países, os compromissos com a diversificação econômica têm impulsionado uma expansão significativa da produção de tecnologias militares.

Apesar desses esforços, o Golfo continua dependente do Ocidente. BAE Systems, L3Harris Technologies, Lockheed Martin e Raytheon possuem unidades de produção na Arábia Saudita, enquanto outras empresas utilizam a região para manutenção e reparos. De fato, um terço das subsidiárias internacionais da Lockheed Martin está localizado no Oriente Médio. Tão próximos são os laços com Israel, por exemplo, que o CEO da Lockheed teria dito ao embaixador israelense em Washington que “a experiência operacional acumulada com o uso do F-35 em Gaza, no Irã, no Líbano e no Iêmen vale bilhões para minha empresa.” Na Arábia Saudita, a Lockheed Martin agora tem uma joint venture com a SAMI para fabricar helicópteros localmente, equipamentos que Riad vinha comprando diretamente dos EUA desde a década de 1980.

A Índia é outro exemplo de indústria militar em expansão composta majoritariamente por corporações estatais. Em 2026, quarenta e uma fábricas de armamentos administradas pelo governo foram centralizadas em apenas sete empresas estatais subordinadas ao Ministério da Defesa.¹¹ A autossuficiência militar é um objetivo declarado da estratégia de desenvolvimento indiana ao menos desde a iniciativa Make in India, lançada em 2014. O Grupo Adani Group, liderado por Gautam Adani—aliado próximo de Narendra Modi—ocupa posição central nesse processo de industrialização militar. O conglomerado mantém parcerias com a israelense Elbit Systems, a Israel Weapon Industries (IWI) e a francesa Thales Group (parcialmente controlada pelo Estado francês), para citar alguns exemplos.

Os laços militares cada vez mais estreitos entre Índia e Israel vêm atraindo crescente escrutínio. A Índia normalizou e estabeleceu relações diplomáticas com Israel nos anos 1990, mas foi apenas em 2017 que os dois países formalizaram sua “parceria estratégica”, envolvendo desenvolvimento conjunto de armamentos e transferência de tecnologia para a Índia. Se antes Israel ocupava a posição de fornecedor e a Índia a de receptora, hoje a relação parece mais com uma parceria de desenvolvimento e produção conjuntos. A exportação de drones fabricados em Hyderabad pela Adani-Elbit Advanced Systems India para Israel, certamente, pesou bastante na decisão do governo

Modi de se abster, em 2024, na votação de uma resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que defendia um cessar-fogo imediato em Gaza e um embargo de armas contra Israel.

Um mundo agofado em armas

Que conclusões podem ser extraídas desse panorama da indústria armamentista global? Apesar de todas as formas pelas quais o império americano possa aparentar estar em declínio—seja em termos políticos, estratégicos ou ideológicos—, seu aparato militar ainda é o mais amplo, mais bem financiado e mais sofisticado do mundo. Os Estados Unidos continuam sendo, de longe, o maior gastador militar, produtor bélico e exportador de armas do planeta. Os efeitos de sua indústria se fazem sentir globalmente, não apenas porque armas fabricadas por empresas dos EUA estão sendo utilizadas para chover destruição sobre cidades, vilarejos e povoados, de Gaza a Minab e Kismayo, mas também porque as próprias empresas sediadas nos Estados Unidos possuem subsidiárias e operações espalhadas pelo mundo, além de dependerem de componentes produzidos em inúmeros países.

Mas os Estados Unidos não são o único motor da atual corrida global à militarização, nem a única potência beligerante. Os gastos militares chineses ainda permanecem muito inferiores aos americanos, mas Pequim vem expandindo rapidamente seus arsenais aéreo, terrestre e naval, ao mesmo tempo em que amplia suas exportações, sobretudo ao Paquistão. Seus investimentos no porto de Khalifa, nos Emirados Árabes Unidos, incluem acesso militar, mesmo enquanto os EAU são parceiros externos de empresas estadunidenses. A invasão da Ucrânia aprofundou ainda mais a militarização russa, enquanto a Índia, um dos maiores importadores de armas do mundo, permanece o principal mercado para armamentos russos. Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Índia e Turquia também vêm ampliando sua produção doméstica, na tentativa de garantir maior autonomia em um mundo marcado por alianças cada vez mais instáveis. E, embora sejam as aventuras imperiais dos EUA que indiscutivelmente provoquem a maior destruição em

escala global, Rússia, China, Índia, Israel, Arábia Saudita e Turquia também direcionam seus arsenais crescentes contra populações subordinadas em suas respectivas esferas de influência.

Em uma indústria armamentista global profundamente interconectada, alianças e responsabilidades tornaram-se difusas. Quem lucra e quem detém a propriedade intelectual nas joint ventures entre empresas sauditas ou emiradenses e companhias sediadas nos Estados Unidos? Quais controles estatais de exportação se aplicam à transferência de armas produzidas por essas parcerias? Essas questões aparentemente técnicas possuem implicações profundas para o futuro dos conflitos globais e para qualquer perspectiva de regulação do comércio internacional de armamentos.

Notas de rodapé

1. Engelbrecht, H.C.; Hanighen, F.C. 1934. *Merchants of Death: A Study of the International Armaments Industry*, p. 9. "Private Traffic in Arms," *Wall Street Journal*, Sep. 8, 1934, p. 6.
2. O valor refere-se a 2025, com base nos preços e taxas de câmbio de 2025. Banco de Dados de Despesas Militares do SIPRI 2026 (em 27 de abril de 2026). Os valores no parágrafo a seguir estão em preços correntes (nominais), convertidos à taxa de câmbio do ano em questão, a partir desta fonte. Os valores nas seções subsequentes sobre exportações e classificações de empresas são provenientes da Base de Dados da Indústria de Armas do SIPRI, consultada em dezembro de 2025, e da Base de Dados de Transferência de Armas do SIPRI.
3. Lockheed Martin Corporation. 2025. *Proxy Statement*. Os dados sobre a participação institucional são da MarketBeat.
4. Béraud-Sudreau, L; Nouwens, M. 2021. "Weighing Giants: Taking Stock of the Expansion of China's Defence Industry," *Defense and Peace Economics*, v. 32, n. 2.
5. Mathew, G. et al. 2026. "Trends in International Arms Transfers, 2025," *SIPRI Fact Sheet*, March.
6. Bitzinger, R. A. 2016. "Reforming China's defense industry," *Journal of Strategic Studies*, vol. 39, n. 5-6.
7. Boulègue, M. 2025. "Russia's struggle to modernize its military industry". *Chatham House*, research paper.
8. Krome, N. 2022. "State Corporate Governance in Russia," *Europe-Asia Studies*, v. 74, n. 8.
9. Ibid.
10. Rossiter, A. 2019. "Making arms in India? Examining New Delhi's renewed drive for defence-industrial indigenization," *Defense Studies*, v. 19, n. 4.



Conferência de Bretton Woods, 1944.

A dominância do dólar

Catherine Schenk

Primazia monetária em perspectiva histórica

Um dos pilares centrais da ordem global nos últimos setenta anos tem sido a liderança econômica estadunidense e o uso do dólar como principal meio de troca, reserva de valor e unidade de conta do sistema internacional. Essa função global da moeda nunca esteve isenta de dificuldades. Desde o fim de Bretton Woods e o Choque Nixon, estudiosos como Robert Triffin e Susan Strange já apontavam os custos domésticos e internacionais da dominância do dólar. O debate foi reacendido após a crise financeira global de 2008: enquanto alguns analistas alertavam que a crescente politização do dólar poderia impulsionar uma transição gradual para um sistema monetário multipolar, outros continuavam enfatizando a força institucional da moeda e a ausência de alternativas críveis.

Os recentes conflitos geopolíticos apenas exacerbaram as dúvidas sobre o futuro da hegemonia dos EUA e de sua moeda. Lideranças políticas imprevisíveis, guerras comerciais e a eclosão de conflitos armados na Europa e no Oriente Médio inauguraram uma nova era para o sistema global e alimentaram previsões crescentes de desdolarização. Tudo isso se acelerou no segundo mandato de Trump, que parece empenhado em abalar os fundamentos da centralidade do dólar. O recuo em relação aos mercados abertos, a política fiscal errática, os confrontos ruidosos com o Federal Reserve e as ameaças de reduzir o pagamento sobre títulos do Tesouro detidos por estrangeiros representam uma ruptura significativa de Washington com o status quo. Um ainda especulativo “Acordo de Mar-a-Lago”, concebido por Stephen Miran—recentemente nomeado para o Conselho de Governadores do Fed—, propõe enfraquecer deliberadamente o dólar como forma de impulsionar a indústria doméstica e reduzir déficits comerciais. Embora seja improvável que o plano venha a se concretizar, o simples fato de ele ter sido articulado por figuras próximas ao presidente já constitui uma ameaça à credibilidade e à confiabilidade da moeda americana.¹² Ao mesmo tempo, as intervenções militares dos EUA seguem produzindo turbulências na economia global. A mais recente delas levou Teerã a praticamente fechar o Estreito de Ormuz, reacendendo especulações sobre um eventual petroyuan ou mesmo sobre a criação de uma moeda do BRICS.

Os registros históricos sugerem, no entanto, que a substituição do dólar não será tarefa simples. Ao longo dos últimos dois séculos, houve apenas uma transição entre moedas internacionais hegemônicas. Ela ocorreu no pós-Segunda Guerra Mundial, quando o dólar superou a libra esterlina como principal moeda do comércio internacional e como principal ativo de reserva dos bancos centrais nacionais.

Foi no século XIX que a libra consolidou sua predominância como unidade de conta, reserva de valor e meio de troca. Isso foi possível graças ao compromisso crível da moeda britânica com a paridade ouro, ao alcance global do comércio e dos investimentos britânicos, à proeza dos serviços financeiros de Londres e, em momentos de aperto, ao apoio providencial das elites bancárias francesas e russas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a posição dominante da economia dos EUA e o declínio relativo da Grã-Bretanha como potência global, no contexto da descolonização, suscitaram previsões semelhantes às de hoje em relação ao dólar. Mas o enfraquecimento da hegemonia britânica, por si só, não foi suficiente para viabilizar a transição monetária global observada em meados do século XX. Foi necessário um esforço coordenado entre os bancos centrais das principais economias industrializadas para administrar a retirada gradual da libra esterlina.¹³ Uma ampla rede de cooperação entre bancos centrais—por meio de créditos e linhas de swap—, somada às garantias britânicas sobre o valor em dólar das reservas em libra detidas por bancos centrais nacionais, permitiu um declínio mais suave e previsível da libra durante a década de 1960.

À medida que o dólar consolidava sua posição como principal meio de troca internacional, durante a maior parte dos anos 1960, sua atratividade como reserva de valor precisou ser sustentada por intervenções coordenadas nos mercados para preservar sua paridade com o ouro. Uma ruptura prejudicial entre a libra esterlina e o dólar só pôde ser evitada graças a uma rede de apoio multilateral cuidadosamente orquestrada em meio a um compromisso comum com a estabilização do sistema monetário internacional durante a Guerra Fria.

O atual momento geopolítico certamente apresenta sinais de declínio hegemônico que lembram os da Grã-Bretanha em meados do século XX. Mas esses sinais, isoladamente, talvez não sejam suficientes para dismantelar um sistema monetário complexo, estratificado e genuinamente global, construído cuidadosamente ao longo de décadas. Desde 2008, se houve cooperação entre os principais bancos centrais do mundo, o objetivo foi assegurar o acesso ao dólar por meio das linhas de swap do Federal Reserve. No contexto atual, é difícil imaginar os Estados Unidos apoiando ativamente uma transição monetária nos moldes do que a Grã-Bretanha fez no pós-guerra. Por mais que as fissuras no sistema do dólar possam estar se aprofundando, em última análise, a moeda pode se mostrar mais resiliente do que a hegemonia política dos EUA.

Ascensão coordenada

Embora, em retrospecto, a ascensão do dólar possa parecer inevitável, ela exigiu nada menos do que uma reorganização da economia mundial. Na década de 1940, o sistema monetário internacional foi desenhado em Bretton Woods com o dólar como âncora do regime de taxas de câmbio fixas. Isso incentivou os países a manter reservas cambiais denominadas em dólar em seus bancos centrais para proteger o valor externo de suas moedas. A própria política britânica também favoreceu essa transição. Em 1957, o Tesouro britânico introduziu novos controles cambiais sobre a libra no financiamento comercial entre terceiros, numa tentativa de desestimular sua circulação internacional. Somadas aos controles sobre as taxas de juros domésticas pagas sobre depósitos tanto nos Estados Unidos quanto no Reino Unido, essas restrições incentivaram os bancos londrinos a recorrer ao dólar como principal moeda dos serviços comerciais e financeiros internacionais.

Os demais candidatos à sucessão monetária—Alemanha e Japão—resistiram às pressões externas para internacionalizar suas moedas, priorizando estratégias industriais domésticas. Os mercados de capitais de Nova York cresceram rapidamente, mas o mercado internacional bancário e cambial de

Londres continuou liderando o sistema financeiro global, em grande medida graças ao influxo de instituições financeiras estadunidenses e europeias. Na década de 1960, o mercado de eurodólares em Londres consolidou o dólar como meio de troca transfronteiriço e unidade de conta internacional, enquanto a própria arquitetura do sistema monetário internacional estabelecia a moeda como o principal ativo das reservas cambiais globais.

O sistema global de pagamentos também foi transformado para acomodar o papel internacional do dólar. A expansão do mercado offshore de dólares em Londres, no fim dos anos 1960, aumentou dramaticamente o volume de pagamentos internacionais em dólar, criando gargalos entre os bancos correspondentes responsáveis por processar essas operações em Nova York.¹⁴ Em 1970, a New York Clearing House lançou um sistema computadorizado pioneiro para a compensação de pagamentos internacionais em dólar: o Clearing House Interbank Payments System (CHIPS). A plataforma tornou muito mais ágeis e eficientes os processos de compensação e liquidação de pagamentos em dólar para bancos do mundo inteiro, por meio de suas instituições correspondentes em Nova York. Nenhum outro centro financeiro possuía uma infraestrutura comparável, e o acesso ao sistema era restrito aos membros da New York Clearing House, o que reforçava a posição privilegiada dos grandes bancos americanos.

Em 1969, os bancos britânicos chegaram a considerar a criação, em Londres, de um sistema equivalente de compensação em dólar. Acabaram concluindo, porém, que os principais benefícios da iniciativa tenderiam a retornar aos grandes bancos de Nova York, dada a posição dominante do CHIPS, e o projeto foi abandonado. O equivalente britânico em libra, o Clearing House Automated Payment System (CHAPS), só seria introduzido em 1984. Inicialmente controlado pelos próprios bancos, o sistema foi assumido pelo Banco da Inglaterra em 2017.

Criar um sistema de compensação e liquidação transfronteiriça e multimoedas, porém, revelou-se muito mais complexo do que a compensação global em dólar centralizada em Nova York. Diferenças jurídicas e

operacionais, além do elevado risco de liquidação entre mercados e fusos horários distintos, dificultavam enormemente a construção de um sistema unificado. A falência do banco alemão de médio porte Herstatt, em 1974, mostrou como uma sofisticada rede de pagamentos globais permanecia suscetível a rupturas abruptas. As autoridades alemãs fecharam o Herstatt enquanto os bancos correspondentes de Nova York ainda estavam operando, deixando diversas instituições sem os recursos que esperavam receber como compensação por pagamentos já realizados sob instruções do banco alemão. O risco de liquidação agravado pelas diferenças de fuso horário, que ficou conhecido como “Risco Herstatt”, levou mais de vinte anos para ser resolvido, justamente num período em que o volume global de pagamentos (e, portanto, o montante de recursos expostos) crescia vertiginosamente.

Os bancos privados entram em campo

Em 1977, um grupo de bancos com atuação internacional lançou o sistema SWIFT, que permitia a troca informatizada de mensagens bancárias relacionadas a pagamentos.¹⁵ O SWIFT gradualmente substituiu o sistema Telex, que era lento, trabalhoso e sujeito a erros. Ainda assim, os atrasos na liquidação faziam com que os bancos permanecessem expostos a elevados níveis de risco caso uma contraparte quebrasse ao longo do dia da transação ou caso o sistema operacional sofresse alguma falha. A confiança entre as instituições continuava sendo um elemento fundamental para a livre circulação de capitais. O verdadeiro desafio era criar um sistema capaz de compensar continuamente, em escala global, os pagamentos de entrada e saída ao longo do dia, de modo que apenas o saldo líquido final precisasse ser compensado ao fim do processo. O SWIFT ajudou a racionalizar a comunicação entre bancos, mas não resolveu o problema do risco associado à conclusão das transações.

Tanto o CHIPS quanto o SWIFT foram concebidos e implementados pelos grandes bancos internacionais, servindo também aos seus interesses como guardiões da infraestrutura financeira global. Os serviços do SWIFT, por

exemplo, chegaram à América do Sul antes da África ou do Oriente Médio, em função da localização dos servidores nos Estados Unidos. Novos membros precisavam pagar taxas elevadas de adesão e garantir um volume mínimo de tráfego de mensagens, o que colocava bancos e países com menor fluxo de pagamentos em clara desvantagem. A África do Sul foi o único país africano conectado ao SWIFT nos anos 1980, apesar das sanções contra o apartheid, que se aplicavam ao comércio, mas não aos pagamentos. O fato de as grandes instituições financeiras dos países mais ricos continuarem sendo as principais beneficiárias da arquitetura global de pagamentos já estava embutido na própria forma como esses sistemas foram desenhados pelos bancos na década de 1970.

O desenvolvimento de um sistema multilateral de compensação e liquidação também foi deixado a cargo do setor privado. A partir de meados dos anos 1980, grupos concorrentes de bancos na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá tentaram desenvolver mecanismos capazes de operar de forma robusta entre diferentes jurisdições e resistentes à eventual quebra de um ou mais grandes participantes.¹⁶ Em 1990, os bancos centrais das principais economias industrializadas estabeleceram padrões mínimos para esses sistemas, numa tentativa de garantir maior resiliência ao conjunto das transações. Mas seus esforços para convencer os bancos a levarem a sério os riscos associados às exposições cambiais transfronteiriças caíram, em grande medida, em ouvidos moucos.¹⁷ Somente em 1997 os bancos conseguiram convergir para um único arranjo, criando o Continuous Linked Settlement (CLS). Ainda assim, seriam necessários mais cinco anos até que o mecanismo começasse efetivamente a operar.

É importante notar que o CLS processa pagamentos em apenas um número limitado de moedas. Isso significa que a maior parte das moedas do mundo permanece excluída de seus mecanismos de mitigação de risco: para a maioria delas, as transações ainda precisam passar pelo dólar americano ou assumir o risco de liquidação fora do sistema. Embora o número de moedas integradas ao CLS tenha mais do que dobrado (atualmente são dezoito), muitas continuam de fora, incluindo o renminbi (RMB) chinês. O acesso ao CLS

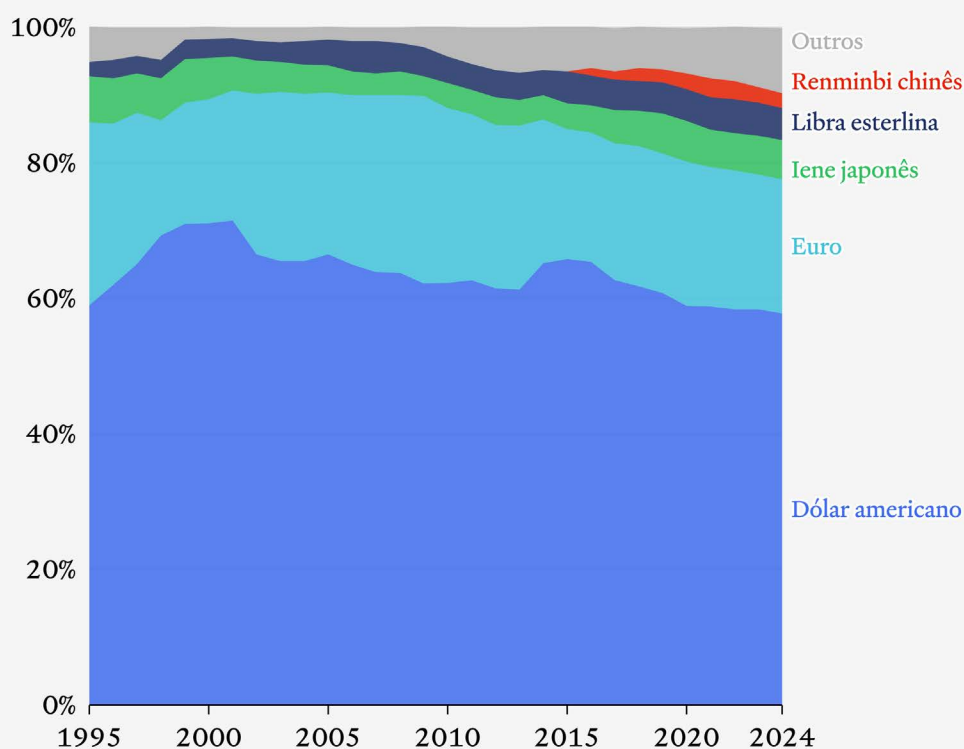
também é rigidamente controlado. Entre os milhares de bancos com atuação internacional ao redor do mundo, apenas setenta e seis possuem participação direta no sistema.

Uma moeda na encruzilhada

O mundo já começou a se afastar do dólar? O papel internacional da moeda costuma ser medido por sua participação nas reservas cambiais globais. Como mostra a Figura 1, a fatia do dólar nas reservas oficialmente registradas atualmente gira em torno de 60%, patamar que permanece estável há cerca de trinta anos.¹⁸ Sob esse critério, seria possível argumentar que já vivemos, há décadas, em um sistema monetário multipolar. Bancos centrais e Tesouros ao redor do mundo já administram carteiras diversificadas de ativos, que incluem ouro, diferentes moedas nacionais e até criptomoedas. Embora mudanças nessas carteiras ainda possam provocar instabilidade, é importante reconhecer que esse sistema diversificado tem se mostrado relativamente equilibrado ao longo de décadas.

Participação nas reservas cambiais reportadas

Percentual das reservas cambiais divulgadas globalmente



Phenomenal World

*Participação nas reservas cambiais divulgadas globalmente. O renminbi chinês é 0 até o segundo trimestre de 2015.

Fonte: FMI COFER

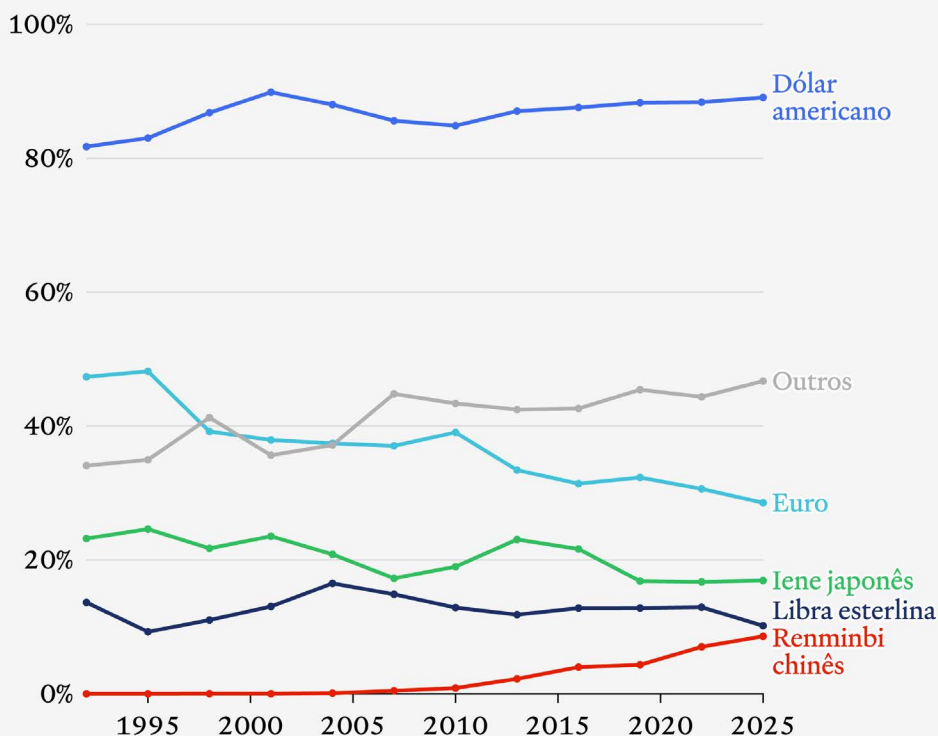
Gráfico: Yusuf Imaad Khan

Como meio de troca, porém, o dólar continua sendo muito mais dominante. Em 2025, os mercados cambiais globais registraram um volume médio diário de US\$ 9,5 trilhões em transações, das quais cerca de 90% envolveram o dólar em uma das pontas da operação. Assim como no caso das reservas internacionais, a Figura 2 revela uma notável estabilidade ao longo dos últimos trinta anos, ainda que acompanhada por alguma retração das transações em euro e por um leve aumento da participação do renminbi, em parte influenciado pelas oscilações cambiais. O dólar é utilizado como meio de

troca de duas maneiras. Em primeiro lugar, ele funciona amplamente como unidade de conta em contratos e, portanto, como referência para a liquidação de pagamentos financeiros e comerciais. Em segundo lugar, o dólar atua como moeda intermediária na conversão entre outras duas moedas quando não existe um mercado suficientemente líquido para realizar diretamente essa troca bilateral. Esse papel de “moeda-veículo” é uma característica estrutural dos próprios mercados financeiros.

Participação no volume do mercado cambial

Médias diárias de abril, total = 200%



Phenomenal World

*Base líquida-líquida, médias diárias de abril em bilhões de USD. Pesquisa realizada trienalmente.

Fonte: Pesquisa Trienal de Bancos Centrais do BIS

Gráfico: Yusuf Imaad Khan

A crescente politização do dólar parece ter ameaçado essa estabilidade. O Irã, por exemplo vem sendo alvo recorrente de sucessivas rodadas de sanções financeiras americanas desde a década de 1970. Após os atentados de 11 de setembro, o Tesouro dos Estados Unidos emitiu secretamente intimações ao SWIFT para obter dados que permitissem rastrear pagamentos ligados a suspeitos de terrorismo, prática que só veio a público em 2006, desencadeando um impasse jurídico com a União Europeia, já que o SWIFT tem sede em Bruxelas. Como resposta, o sistema abriu um servidor na Suíça para oferecer aos clientes formas de evitar que seus dados fossem armazenados nos Estados Unidos. Em 2012, bancos iranianos foram desconectados do SWIFT e, em 2022, várias instituições financeiras da Rússia e da Bielorrússia sofreram exclusão semelhante, numa tentativa de tornar mais custoso o envio e o recebimento de recursos por parte de seus clientes. Bancos também foram proibidos de fornecer serviços de correspondência bancária a entidades sancionadas, dificultando o uso do dólar e do euro na liquidação de pagamentos comerciais.

Sanções desse tipo empurram as transações para circuitos mais tortuosos e caros, justamente para evitar o uso do dólar ou das moedas de outras entidades políticas sancionadoras, como o Reino Unido e a União Europeia. A vulnerabilidade às sanções dos EUA também levou diversos países a desenvolver sistemas alternativos de pagamentos, como o China Interbank Payment System (CIPS), lançado em 2015 para promover o uso internacional do renminbi na liquidação do comércio. Em março deste ano, o Irã bloqueou a navegação pelo Estreito de Ormuz, afetando de maneira mais imediata o comércio chinês e alimentando rumores de que Teerã abriria exceções para o petróleo pago em yuan.¹⁹ Somado às restrições impostas aos pagamentos ligados ao petróleo russo, um movimento desse tipo poderia começar a enfraquecer a predominância do dólar na precificação e liquidação do comércio global de petróleo. Quanto maior o número de agentes econômicos que utilizam determinada moeda em um mercado, mais útil ela se torna. Essas dinâmicas também incentivam a convergência em torno de uma única moeda ou de um pequeno grupo de moedas-chave.

Mas a politização do dólar, por si só, não é novidade. Já em 1951, justamente no momento em que a moeda consolidava sua ascensão, o governo dos Estados Unidos congelou ativos e pagamentos em dólar de entidades chinesas associadas ao Partido Comunista. Como a Grã-Bretanha não restringiu o uso da libra pela China naquele momento, a moeda britânica acabou ganhando maior utilidade e relevância no comércio chinês. Mas, embora o uso da libra tenha aumentado em função dessas tensões geopolíticas, isso não alterou de maneira significativa a posição predominante do dólar no sistema internacional.

O ouro não rende juros e possui oferta limitada; o yuan permanece parcialmente submetido a controles de capital; e o euro segue sendo uma moeda sem uma política fiscal comum.²⁰ Para sustentar uma moeda internacional, são necessários mercados financeiros profundos e líquidos, nos quais os detentores de ativos tenham confiança de que poderão entrar e sair rapidamente com baixo custo. Moedas internacionais são, de fato, extremamente úteis: operadores financeiros e comerciais preferem utilizar uma moeda amplamente aceita por uma grande variedade de contrapartes. Mas, sem um desenvolvimento mais profundo da infraestrutura global de pagamentos, torna-se difícil ampliar sua utilização para além de determinado limite.

Na realidade, a infraestrutura de pagamentos dos Estados Unidos parece hoje ainda mais robusta do que antes. Os pagamentos internacionais denominados em dólar continuam crescendo. Desde a imposição de sanções contra os pagamentos ligados à Rússia, a participação de mensagens do SWIFT denominadas em dólar subiu de cerca de 40% nos quatro anos anteriores a 2022—mais do que o dobro da participação do euro, seu principal rival—para 58% em janeiro de 2026.²¹ Embora a China seja uma das principais potências comerciais do mundo, o renminbi é utilizado em apenas uma parcela ínfima dos pagamentos transfronteiriços: atualmente, cerca de 3%, dos quais até 75% são iniciados em Hong Kong, região administrativa especial sob soberania chinesa. Sua própria infraestrutura de pagamentos, o CIPS, ainda depende do SWIFT. Só recentemente o sistema começou a desenvolver sua própria

rede de mensagens, numa tentativa de conquistar maior independência em relação às estruturas controladas pelos Estados Unidos. Embora mais bancos estrangeiros tenham aderido ao CIPS nos últimos anos, a esmagadora maioria dos participantes continua sendo composta por bancos chineses e suas subsidiárias espalhadas pelo mundo. Isso significa que, ao menos por enquanto, a infraestrutura de pagamentos baseada no RMB não representa uma concorrente séria àquela organizada em torno do dólar.

Em 2009 e novamente em julho de 2025, o Banco Popular da China tentou contornar essas limitações promovendo o uso dos Direitos Especiais de Saque (SDRs, na sigla em inglês) do Fundo Monetário Internacional (FMI) como alternativa a uma moeda internacional vinculada exclusivamente aos Estados Unidos. Mas o SDR, que concede aos países o direito de acessar moedas conversíveis por meio do FMI, é um instrumento complexo. Como seu valor é definido a partir de uma cesta ponderada de cinco moedas, o SDR acaba refletindo cálculos políticos e entraves burocráticos, e não apenas dinâmicas estritamente “de mercado”, o que tem dificultado os esforços para transformá-lo em um substituto efetivo do dólar.

As criptomoedas podem parecer outra possível fonte de instabilidade para o dólar, e o uso de stablecoins, especialmente para pagamentos, cresceu rapidamente nos últimos anos.²² Elas oferecem maior anonimato aos usuários e não precisam passar pelos sistemas de compensação sediados em Nova York. O Tether, por exemplo, é a stablecoin mais utilizada e de maior capitalização no mercado, mas seu valor é integralmente lastreado em ativos denominados em dólar, o que faz com que permaneça estruturalmente atrelado à moeda estadunidense. Nesse sentido, o crescimento das stablecoins acaba aumentando a demanda por ativos em dólar e reforçando seu papel indireto nas transações internacionais em vez de substituí-lo. Os esforços para construir um sistema funcional de moedas digitais de bancos centrais para pagamentos transfronteiriços também têm esbarrado em obstáculos ligados à interoperabilidade e à harmonização jurídica. O mBridge está entre os projetos mais avançados, reunindo os bancos centrais de Hong Kong, China,

Tailândia e Emirados Árabes Unidos, mas ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento.²³

Em setenta anos de crises e transformações da ordem global, o dólar demonstrou notável resiliência diante das mudanças de rumo da política estadunidense, das transformações tecnológicas e das fricções geopolíticas. A distribuição global das reservas cambiais e das transações nos mercados de câmbio manteve uma estabilidade extraordinária ao longo de mais de trinta anos, inclusive no atual contexto de crescente desarranjo geopolítico. Ainda que o império americano apresente sinais cada vez mais evidentes de fragmentação, o declínio do dólar está longe de ser inevitável. Na ausência de alternativas viáveis e sem uma coordenação intensa entre potências regionais e globais, o status internacional da moeda estadunidense (e o sistema global de pagamentos que a sustenta) pode durar muito mais do que o esperado.

Notas de rodapé

1. Bonadio, B., Huo, Z., Kang, E., Levchenko, A. A., Pandalai-Nayar, N., Toma, H., e Topalova, P. 2025. “Playing with Blocs: Quantifying Decoupling”. IMF Working Paper, WP/25/263; Carney, M. 2026. “Principled and pragmatic: Canada’s path” Prime Minister Carney addresses the World Economic Forum Annual Meeting”. Discurso no Fórum Econômico Mundial, 20 de janeiro de 2026.
2. Schenk, C. 2010. *The Decline of Sterling; managing the retreat of an international currency*. Cambridge: Cambridge University Press.
3. Schenk, C. 2021. “The development of international correspondent banking in the USA 1970-79”. *Global Correspondent Banking 1870-2000*, Working Paper 1.
4. Scott, S. e Zachariadis, M. 2014. *The Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT): cooperative governance for network innovation, standards, and community*. Routledge.
5. Schenk, C. 2023. “From telegraph to Tether: challenges in the global payments system and the struggle between private and public interests”. Em Aliber, R.Z., Gudmundsson, M. e Zoega, G. (eds.) *Fault Lines after COVID-19*, Routledge.
6. As Normas de Lamfalussy foram estabelecidas pelos bancos centrais do G10 na reunião do Comitê de Sistemas de Pagamentos e Liquidação no Banco de Compensações Internacionais, em Basileia.
7. A China não divulgou a composição monetária de suas reservas até 2015, portanto, os dados podem subestimar a participação do dólar.
8. N.E.: “Renminbi” (RMB) é o nome oficial da moeda chinesa, enquanto “yuan” corresponde à sua unidade de conta. Em geral, “renminbi” é mais utilizado em contextos institucionais e financeiros, ao passo que “yuan” aparece com mais frequência em referência a preços, câmbio e transações comerciais.
9. Para uma discussão recente a respeito, consulte Eichengreen, Barry. 2026. *Money beyond borders: global currencies from Croesus to crypto*. Princeton: Princeton University Press.
10. SWIFT RMB Tracker. 2026. Innovative MyStandards technology from SWIFT fast tracks ISO 20022 onboarding. Acesso em 7 de março de 2026. Os dados excluem pagamentos intra-UE. A segunda moeda mais proeminente é o euro, com cerca de 14% das mensagens em janeiro de 2026.
11. Auer, R., Lewrick U., e Paulick, J. 2025. “DeFiying gravity? An empirical analysis of cross-border Bitcoin, Ether and stablecoin flows”. BIS Working Paper, n.º 1265.
12. Até novembro de 2025, somente cerca de 4 mil pagamentos haviam sido registrados como concluídos, totalizando US\$ 55 bilhões. O primeiro pagamento governamental direto foi realizado em novembro de 2025 entre os Emirados Árabes Unidos e a China.



Projeto do centro de dados de IA da NEOM, Arábia Saudita, 2025.

A Nvidia no Golfo

Colin Powers

As monarquias árabes voltam-se para o Vale do Silício

Em maio de 2025, Donald Trump embarcou em sua primeira viagem internacional do segundo mandato rumo à Arábia Saudita, ao Catar e aos Emirados Árabes Unidos, acompanhado por vários baluartes do Vale do Silício. No mesmo dia em que pousou em Riade, o presidente revogou o “Modelo para a Difusão da Inteligência Artificial” [*Framework for Artificial Intelligence Diffusion*] da era Biden, legislação que buscava proteger tecnologias estratégicas por meio da regulação do acesso a chips dos EUA. Se Biden havia imposto controles rigorosos de exportação como parte de sua estratégia de segurança nacional, na tentativa de conter a ascensão da China, Trump adotou uma abordagem mais transacional, voltada a inundar outros países com tecnologia para consolidar a dominância dos Estados Unidos no mercado.

Os anfitriões de Trump enxergaram aí uma oportunidade de ouro. Ao prometer investir até US\$ 1 trilhão em empresas estadunidenses nos próximos anos, a Arábia Saudita recebeu autorização para importar 18 mil unidades do GB300, o servidor Blackwell mais avançado da Nvidia.²⁴ Já a Group 42 Holding Ltd (G42), conglomerado tecnológico por meio do qual Abu Dhabi conduz grande parte de seus projetos de inteligência artificial (IA), obteve permissão para importar anualmente 500 mil chips H100 da Nvidia.²⁵ Tratava-se de uma reviravolta marcante. Nas últimas duas décadas, os países do Golfo vinham injetando crédito e capital no ecossistema estadunidense de IA. Agora, embora esses fluxos financeiros estejam longe de ter desaparecido, esses países passaram também a incorporar em seus próprios territórios elementos centrais da infraestrutura de inovação tecnológica dos Estados Unidos. Os recentes acordos com a Nvidia—e a inflexão geoeconômica que representam—levantam uma série de questões. Por que Washington abandonou a postura mais protecionista e decidiu aprofundar laços comerciais com o Golfo? Por que, por sua vez, Arábia Saudita e Abu Dhabi apostaram tão pesadamente na IA? E o que isso significa, de maneira mais ampla, para a estratégia imperial dos Estados Unidos?

Durante anos, os investimentos externos do Golfo integraram a região aos circuitos de acumulação dominados pelos gigantes estadunidenses do setor

de tecnologia da informação e comunicação. Após a crise financeira global, os fundos soberanos do Golfo desempenharam um papel crucial ao suprir a demanda insaciável por liquidez do Vale do Silício. Isso deu sustentação a uma economia política estadunidense cada vez mais dependente da valorização de ativos financeiros. Ainda assim, as participações financeiras do Golfo no Vale do Silício tiveram efeitos econômicos limitados em seus próprios países: trouxeram pouco em termos de transferência tecnológica ou de fortalecimento da capacidade produtiva doméstica. As empresas da região permaneceram distantes da fronteira tecnológica. Diante disso, o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)—aliança formada por Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Catar—parece agora mudar de rumo, reformulando não apenas sua abordagem em relação ao setor tecnológico, mas também sua posição numa economia mundial em crescente fragmentação.

Até o momento, porém, essa transição segue marcada por tensões e incompletudes. Justamente quando os Estados do Golfo apostavam seu futuro na ascensão aparentemente irresistível das big techs estadunidenses, a primazia da política voltou a se impor de maneira violenta: em resposta à guerra de mudança de regime conduzida por Estados Unidos e Israel, Teerã bombardeou centros de dados da Amazon Web Services nos Emirados Árabes Unidos e no Bahrein. Permanece incerto, portanto, se a aliança do CCG com Washington, mediada pelo Vale do Silício, acabará sendo uma fonte de dinamismo econômico ou um foco de vulnerabilidade aguda. O desfecho terá implicações profundas para o Oriente Médio e para o lugar da região no sistema interestatal.

Washington e o Vale do Silício

A conexão entre o Vale do Silício e o Golfo Pérsico remonta ao declínio estrutural da capacidade de pesquisa e desenvolvimento nos Estados Unidos. Durante os anos 1960, as agências federais encarregadas de liderar a pesquisa pública voltada à tecnologia no pós-Segunda Guerra—como a NASA, a DARPA e instituições correlatas—absorviam cerca de 17% dos gastos

discrecionários do governo federal. Já na primeira década dos anos 2000, essa parcela caiu para menos de 10%. Como proporção do PIB, os investimentos federais em pesquisa e desenvolvimento recuaram de um pico de quase 2% em meados dos anos 1960 para cerca de 0,5% em meados da década de 2010.²⁶ Essa transformação alterou a relação do Estado com uma fração específica do capital estadunidense, à medida que os gigantes emergentes do setor de tecnologia da informação e comunicação—Microsoft, Amazon, Alphabet (Google) e Meta (Facebook)—passaram a assumir um papel cada vez mais central nos processos de planejamento e no financiamento da pesquisa. O modelo de inovação predatório e de baixo custo dessas empresas, baseado em terceirização, controle de infraestrutura e extração de renda via propriedade intelectual, ajudou a consolidar o que passou a ser conhecido como monopólios intelectuais. Impulsionadas pelo avanço da plataformização, essas corporações passaram a capturar uma parcela crescente da riqueza produzida por uma economia cada vez mais digitalizada e orientada para os serviços.²⁷

Com isso, o Vale do Silício passou, gradualmente, de principal motor do crescimento econômico dos Estados Unidos a um dos principais centros de poder do capitalismo contemporâneo. Na década de 2010, já era um leviatã capaz de explorar e absorver empresas menores, subordinando setores inteiros à sua lógica e produzindo fortunas gigantescas ao longo do caminho. Suas tecnologias passaram a adquirir importância crescente para a segurança nacional, de modo que, se antes o Pentágono investia pesadamente no Vale do Silício, agora passou a depender das big techs para tudo, da vigilância e computação em nuvem à robótica e à inteligência artificial. À medida que o Estado americano se tornava existencialmente dependente do setor tecnológico, esse mesmo setor acumulava cada vez mais poder no sistema mundial como um todo. A Comissão Federal de Comércio (FTC, na sigla em inglês), por sua vez, ignorou a legislação antitruste e permitiu que as principais empresas de tecnologia—Google, Facebook e Amazon—consolidassem posições monopolistas praticamente inexpugnáveis em diversos setores.²⁸

Ao longo dos oito anos do governo Obama, os interesses setoriais do Vale do Silício foram progressivamente elevados à condição de interesses gerais. O

presidente criou novos cargos executivos, como os de diretor de tecnologia (Chief Technology Officer) e cientista-chefe de dados (Chief Data Scientist) no Escritório de Política Científica e Tecnológica, além do cargo de diretor de desempenho (Chief Performance Officer) no Escritório de Gestão e Orçamento, preenchendo todos eles com nomes alinhados à indústria de tecnologia. A criação do Comando Cibernético dos Estados Unidos (US Cyber Command), em 2009, seguida pela Estratégia de Segurança Nacional e pelas Revisões Quadrienais de Defesa de 2010, consolidou esse nexos entre as big techs e o aparato de segurança nacional, com a infraestrutura digital passando a ser tratada como um “ativo estratégico nacional”.²⁹

A ascensão da IA nos EUA

Contudo, após esse impulso inicial de crescimento, o setor de tecnologia entrou à deriva no fim da década de 2010. Com poucas condições de sustentar o ritmo de inovação, as empresas passaram a tentar extrair mais lucro de produtos já existentes, o que levou a uma deterioração acentuada de sua qualidade. O investimento de US\$ 77 bilhões do Facebook no metaverso—que, no fim das contas, não produziu nenhum novo produto nem gerou receita adicional—foi um sinal desse crescente desespero. Diante disso, o setor voltou suas atenções para a inteligência artificial generativa, que começara a ganhar tração em 2012, como uma possível saída. O primeiro governo Trump respondeu à corrida pela IA com a Ordem Executiva 13859 e a Iniciativa Nacional de IA. A lógica de ambas as intervenções seguia claramente os princípios do *laissez-faire*, conferindo ao setor privado a prerrogativa de conduzir o processo e definir as regras do jogo.

Essa abordagem de não intervenção foi bem recebida pelo Vale do Silício e, em grande medida, mantida durante o governo Biden. Embora Lina Khan, à frente da FTC, tenha tentado reforçar a aplicação das leis antitruste, Meta e Microsoft conseguiram driblar suas iniciativas nos tribunais e seguir adquirindo potenciais concorrentes.³⁰ E embora a Casa Branca tenha buscado impor alguns limites ao desenvolvimento da IA—por exemplo, por meio

do *Blueprint for an AI Bill of Rights*—, a orientação geral da política estatal permaneceu a mesma: apoio inequívoco às principais empresas do Vale do Silício e um compromisso inabalável com a promoção de seus interesses. Isso ficou evidente no Memorando de Segurança Nacional divulgado por Biden no segundo semestre de 2024, que reafirmava a necessidade de um desenvolvimento da IA liderado pelo setor privado diante da crescente rivalidade com a China. Em 2022, o CHIPS and Science Act já havia destinado dezenas de bilhões de dólares em subsídios e créditos tributários para a fabricação e pesquisa de semicondutores, numa tentativa de proteger o Vale do Silício da concorrência. Ao enquadrar o debate sobre política de IA no campo da segurança nacional, o governo acabou permitindo que as empresas de tecnologia se esquivassem de suas responsabilidades formais em matéria de regulação, prestação de contas e transparência.³¹

O governo Biden também ajudou a garantir os volumes gigantescos de financiamento exigidos pelo Vale do Silício. Nesse contexto, o Golfo revelou-se um parceiro estratégico. Em junho de 2023, a Casa Branca intermediou encontros entre o xeique Tahnoon bin Zayed, de Abu Dhabi, e altos executivos da Microsoft, Google e OpenAI. Na mesma época, a secretária de Comércio, Gina Raimondo, atuava pessoalmente como uma espécie de emissária de Sam Altman junto aos círculos de poder do CCG. Em parte graças a esses esforços, o financiamento do Golfo para empresas de IA sediadas nos Estados Unidos quintuplicou em 2024. Documentos de divulgação pública indicaram que a Sanabil Investments, subsidiária do Fundo de Investimento Público (PIF, na sigla em inglês) da Arábia Saudita, aportou recursos nos fundos de venture capital que ajudam a sustentar o ecossistema de IA do Vale do Silício, como Coatue Management, Insight Partners, Andreessen Horowitz, Founders Fund, Radiate Ventures e General Atlantic. Já as estatais MGX e a G42, de Abu Dhabi, financiaram diretamente os chamados *hyperscalers*, empresas de computação em nuvem como AWS, Oracle e Google, empenhadas em expandir a IA estadunidense. A MGX figurou ainda entre os principais financiadores da OpenAI em sua rodada de captação de US\$ 6,6 bilhões em outubro de 2024, poucos meses depois do Mubadala, segundo maior fundo

soberano do emirado, assumir a relevante participação acionária que a FTX de Sam Bankman-Fried detinha na Anthropic.³²

Abu Dhabi vinha flertando com alternativas chinesas de IA durante a primeira metade do governo Biden, mas negociações sigilosas entre o Departamento de Comércio de Gina Raimondo e a liderança da G42 acabaram convencendo a empresa a se desfazer de seus investimentos em companhias tecnológicas chinesas e retirar chips da Huawei de seus centros de dados voltados à inteligência artificial. O afastamento em relação à China, porém, foi apenas parcial. As participações da G42 na ByteDance (TikTok), por exemplo, foram transferidas para outro veículo estatal—a Lunate, controlada por Tahnoon bin Zayed—, enquanto os Emirados Árabes Unidos continuaram cooperando com Pequim em áreas como 5G, drones e tecnologia militar.³³ Ainda assim, esse recuo aproximou Abu Dhabi do campo estadunidense da IA. Ele não apenas abriu caminho para que a Microsoft firmasse, em abril de 2024, um acordo de US\$ 1,5 bilhão em computação em nuvem e inteligência artificial com os Emirados; também colocou os recursos do país—financeiros e energéticos—, bem como seu acesso aos mercados do Sul global, à disposição do Vale do Silício.

Onshoring no Golfo

O segundo governo Trump passou a mobilizar a política de IA em favor dos *hyperscalers*, ainda que de forma recorrentemente incoerente e irracional. Já em seu primeiro dia de volta à Casa Branca, Trump assinou uma ordem executiva intitulada “Removendo Barreiras à Liderança Americana em Inteligência Artificial” (*“Removing Barriers to American Leadership in Artificial Intelligence”*). A medida, de caráter desregulatório, mirava as já extremamente frágeis exigências de proteção ao consumidor e prestação de contas implementadas pelo governo Biden. O Departamento de Justiça de Trump também passou a aliviar a pressão antitruste sobre as gigantes da tecnologia. Até agosto de 2025, a procuradora-geral Pam Bondi havia encerrado mais de um terço dos processos e investigações envolvendo

empresas de tecnologia herdadas do governo anterior. Na primavera e no verão daquele ano, a ordem executiva “Promovendo a Educação em Inteligência Artificial para a Juventude Americana” (“Advancing Artificial Intelligence Education for American Youth”) e o *AI Action Plan* prometeram eliminar a “burocracia excessiva”, impulsionando a adoção da IA tanto na educação básica estadunidense quanto no que logo seria rebatizado de Departamento de Guerra, além de proteger a propriedade intelectual americana e remover obstáculos à construção de novos centros de dados e instalações de geração de energia. Esse movimento foi aprofundado em dezembro de 2025, quando Trump assinou uma nova ordem executiva destinada a impedir que governos estaduais criassem ou aplicassem regulações sobre inteligência artificial.³⁴

Estimulado pela Casa Branca, o capital do CCG continuou fluindo para o Vale do Silício. A MGX e a G42 comprometeram-se a investir US\$ 1,4 trilhão nos Estados Unidos ao longo de dez anos. A MGX também participou de uma grande rodada Série C de financiamento da xAI, empresa de Elon Musk, e ajudou a financiar uma captação de US\$ 10 bilhões da Databricks, plataforma estadunidense de desenvolvimento em inteligência artificial.³⁵ Não surpreende que esses investimentos frequentemente circulem por redes de patronagem pessoal. Pouco antes da posse de Trump, representantes de Tahnoon bin Zayed adquiriram uma participação de 49% na World Liberty Financial—empreendimento de criptomoedas liderado pelas famílias Trump e Witkoff—por US\$ 500 milhões. Duas semanas antes da visita presidencial ao Golfo, em maio de 2025, a MGX comprometeu outros US\$ 2 bilhões de capital próprio na empresa cripto ligada a Trump e Witkoff.³⁶

Após a visita de Trump em maio, o ritmo do financiamento do Golfo ao Vale do Silício acelerou dramaticamente. A rodada de financiamento de US\$ 13 bilhões da Anthropic, em setembro, contou com a Qatar Investment Authority (QIA) como “investidora relevante”, enquanto a própria QIA se juntou à MGX, dos Emirados Árabes Unidos, no apoio a uma captação de US\$ 20 bilhões da xAI.³⁷ Ainda mais significativo, porém, é o recente movimento dos Estados do Golfo em direção à “internalização” da IA: não se trata mais

apenas de injetar capital no hegemon, mas de incorporar suas capacidades tecnológicas aos próprios projetos nacionais de desenvolvimento. A MGX, por exemplo, juntou-se a um consórcio liderado por Nvidia, Microsoft, BlackRock e xAI para adquirir a Aligned Data Centers por US\$ 40 bilhões—empresa que agora considera emitir até US\$ 50 bilhões em dívida para expandir seu portfólio de inteligência artificial. Há também o Stargate UAE: um megaprojeto de cluster computacional de IA com capacidade de um gigawatt, fruto de uma joint venture entre OpenAI, Nvidia, Cisco, SoftBank e G42. Em novembro de 2025, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos autorizou oficialmente a G42 a adquirir dezenas de milhares de servidores GB300 para o projeto.

A Casa Branca apoia integralmente o plano de construir clusters computacionais de IA no Golfo e vem colocando seu peso político por trás de diversas joint ventures. Catar e Emirados Árabes Unidos aderiram à “Silicon Declaration”, iniciativa da Casa Branca voltada ao desenvolvimento das cadeias de suprimento e da infraestrutura digital necessárias para a expansão da inteligência artificial. Na Arábia Saudita, planejadores estatais passaram a redirecionar esforços e capital para a construção de seu próprio polo de centros de dados voltados à IA. Apenas no ano passado, o Fundo de Investimento Público (PIF) e a xAI lançaram a Humain, uma espécie de “campeã nacional” da inteligência artificial, responsável por operar centros de dados utilizando os recém-adquiridos servidores Nvidia GB300 do país. Seu CEO, Tareq Amin, afirma querer colocar em operação 6,6 gigawatts de capacidade computacional voltada à IA até 2034—o que significaria que a Arábia Saudita responderia por algo entre 6% e 7% da carga global de processamento de IA, participação inferior apenas à dos Estados Unidos e da China. Em novembro de 2025, Humain e Nvidia firmaram uma parceria estratégica prevendo que a primeira poderá adquirir até 600 mil GPUs—os circuitos eletrônicos especializados utilizados no treinamento de modelos de IA—da segunda ao longo dos três anos seguintes. Segundo a imprensa especializada, esses chips serão empregados em centros de dados tanto nos Estados Unidos quanto na Arábia Saudita. Nos EUA, os data centers serão

administrados por uma joint venture entre a Humain e a Global AI, empresa de infraestrutura de IA fundada por ex-executivos da IBM. Já na Arábia Saudita, Humain e Amazon Web Services desenvolvem uma instalação dedicada à inteligência artificial nos arredores de Riad, também prevista para operar com tecnologia da Nvidia. Enquanto isso, desde o início de 2026, Sam Altman vem pressionando os principais fundos soberanos do Golfo para levantar US\$ 50 bilhões ou mais em novos financiamentos.³⁸

A capacidade do CCG de combinar subordinação ao setor privado estadunidense com investimento nacional ao longo de toda a cadeia de valor tecnológica é impressionante. A OpenAI já opera seus modelos abertos mais avançados a partir de centros de dados na Arábia Saudita, e a xAI em breve também passará a treinar ali seus modelos proprietários. As potências do Golfo vêm estruturando suas próprias operações verticalmente integradas de IA, com Humain e G42 atuando no desenvolvimento de infraestrutura, treinamento de modelos e aplicações voltadas ao consumidor. A Humain, inclusive, testa atualmente um produto controlado por voz que espera transformar, no futuro, em um concorrente do Windows, do MacOS e de outros sistemas operacionais dominantes no mercado global.³⁹

Em suma, a combinação entre a crescente dependência do capitalismo estadunidense em relação ao Vale do Silício e a autodestruição de sua capacidade estatal de pesquisa e desenvolvimento levou Washington a transferir a liderança da IA para as corporações dominantes do setor. A relativa abundância de recursos financeiros do Golfo, somada ao acesso a eletricidade barata e à elevada capacidade de geração de energia, fez com que essas empresas—cujas estratégias de negócios dependem da expansão contínua da capacidade computacional—passassem a enxergar as monarquias do CCG como aliadas indispensáveis. E essas monarquias, por sua vez, agora disputam espaço para se afirmar como potências da inteligência artificial por mérito próprio, com o aval do governo Trump.

A serviço do império

A aposta do CCG no Vale do Silício pode ser explicada por alguns fatores centrais. O primeiro é técnico: por enquanto, a Nvidia produz chips na fronteira tecnológica da indústria, o que torna racional para os países do Golfo alinharem-se ao setor de tecnologia estadunidense. O segundo é ideológico: o fascínio de Mohammed bin Salman pelo futurismo tecnológico ao estilo americano e sua estética cyberpunk é amplamente conhecido, e Sam Altman, da OpenAI, descreve Tahnoun bin Zayed como um “querido amigo pessoal”. Mas o terceiro e mais decisivo fator é o conjunto de incentivos, restrições e dependências históricas imposto pela posição que a região ocupa há décadas no interior do império estadunidense, muito antes do boom da inteligência artificial.

A integração do CCG à ordem do pós-guerra liderada pelos Estados Unidos começou em 1933, quando a Standard Oil of California garantiu uma concessão para exploração de petróleo em Dharan, e se consolidou após os acordos de reciclagem dos petrodólares firmados em 1974—isto é, o reinvestimento das receitas das exportações de petróleo nos bancos de Wall Street. Para os regimes do Golfo, a acumulação doméstica de capital sempre esteve baseada em responsabilidades tributárias em relação a Washington. Mas a expressão mais evidente do serviço prestado pelo Golfo ao império estadunidense era a precificação do petróleo em dólares e o redirecionamento das receitas petrolíferas para mercados financeiros dominados pelos Estados Unidos. Com o passar do tempo, porém, essa posição subordinada levou o Golfo a assumir um papel ainda mais importante na sustentação da saúde financeira dos EUA. Nos anos 1990, o grupo saudita Olayan ampliou sua participação no Chase Manhattan Corp, enquanto um membro da família real saudita, Al-Walid bin Talal, socorreu o Citicorp quando o banco enfrentava dificuldades em 1991. A crise financeira global de 2008 aprofundou essa dinâmica: a Abu Dhabi Investment Authority agiu rapidamente para salvar o Citigroup, ao mesmo tempo em que as compras de títulos da dívida pública estadunidense pelos países do Golfo se tornavam fundamentais para o “sucesso” do programa de *quantitative easing* do Federal Reserve.

À medida que a crise começava a perder força, os investimentos do CCG mostraram-se igualmente fundamentais para a recuperação estadunidense, cada vez mais dependente do setor tecnológico. Nesse período, os membros do CCG tornaram-se progressivamente mais conscientes da necessidade de diversificar suas economias nacionais para além do petróleo e do gás. Em parte devido ao reduzido grupo de consultorias que assessora esses governos, suas estratégias nacionais passaram a se parecer fortemente entre si: Abu Dhabi, Dubai, Arábia Saudita, Catar e Kuwait lançaram diferentes planos de “Visão”, todos baseados em um modelo bastante semelhante. Para Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, em particular, isso significou um interesse crescente pela inteligência artificial. No fim da década de 2010, o capital saudita já havia se tornado a principal fonte de investimento nas startups que floresciam nos arredores de San Francisco.⁴⁰ O assassinato de Jamal Khashoggi pelo Estado saudita interrompeu momentaneamente a aproximação entre a Arábia Saudita e o Vale do Silício—Altman deixou o conselho do projeto Neom em protesto—, mas a reação rapidamente deu lugar a uma retomada dos negócios como de costume. Durante o aperto de crédito do período pós-Covid, o dinheiro saudita e emiradense sustentou fortunas pessoais e ajudou a recuperar os preços das ações das principais figuras do Vale do Silício.

As relações do Golfo com o Vale do Silício também são sustentadas pela lógica da segurança dos regimes. Ao utilizar seu capital para apoiar uma fração de classe central tanto para a economia quanto para o Estado americano, os países do CCG esperam reciprocidade de Washington: a garantia de sustentação das monarquias no poder em um Oriente Médio cada vez mais volátil. Não por acaso, o recente acordo saudita com a Nvidia foi firmado após Mohammed bin Salman e Trump assinarem um novo Acordo Estratégico de Defesa que, além de prever cooperação em energia nuclear civil, estipulava vultosas compras sauditas de equipamentos militares estadunidenses. Entre elas estará um número não especificado de caças F-35, o sistema de armas mais caro da história e verdadeira galinha dos ovos de ouro da Lockheed Martin. Trata-se, em última instância, de investimento em IA como forma de pagamento por proteção.

Planos melhores

O que esse alinhamento pode significar para o futuro? Com sua nova tentativa de internalizar capacidade computacional voltada à IA, os principais regimes do Golfo foram levados a enxergar oportunidades inéditas de extração de renda. Em 2022, analistas da McKinsey estimaram que a adoção da inteligência artificial poderia acrescentar US\$ 150 bilhões por ano às economias do CCG. Mais recentemente, a PricewaterhouseCoopers projetou que a IA contribuirá, até 2030, com pelo menos US\$ 135,2 bilhões—o equivalente a 12,4% do PIB projetado—para a economia saudita, e US\$ 96 bilhões—ou 13,6% do PIB—para a dos Emirados Árabes Unidos.⁴¹ Essas projeções gigantescas já vêm dando origem a novas configurações institucionais, com a criação de órgãos inéditos de planejamento, regulação e financiamento, além de entidades corporativas destinadas a atuar como investidores líderes nesse processo.

No entanto, ameaças também já começaram a se acumular. As mais imediatas decorrem da guerra contra o Irã. Teerã demonstrou ser capaz não apenas de ditar os termos no Estreito de Ormuz, mas também de ameaçar os aliados dos EUA a oeste sempre que desejar. Os Estados Unidos, por sua vez, mostraram não possuir nem a disposição nem os meios necessários para proteger seus aliados do CCG das consequências da desastrosa aventura militar. Seu esquema de proteção tem limites bastante claros. Sem qualquer resolução política estável para a região no horizonte, os planos do Golfo de construir uma grande infraestrutura de IA podem acabar fracassando.

Mesmo que o status quo anterior venha a ser restaurado, os riscos financeiros sistêmicos associados ao modelo de IA do Vale do Silício podem comprometer as perspectivas de médio prazo dos projetos conjuntos entre Estados Unidos e Golfo voltados à dominação global da inteligência artificial. O ritmo extraordinário de queima de caixa das startups americanas de tecnologia, os investimentos sem precedentes dos *hyperscalers*—projetados em mais de US\$ 800 bilhões para 2026—, as relações circulares entre os principais atores do setor e o desinteresse generalizado do Vale do Silício pela geração efetiva de

receitas tornam bastante incertas as projeções econômicas de longo prazo do Golfo. Embora os investidores anteriormente estivessem dispostos a ignorar o enorme descompasso entre os gastos com IA e as receitas efetivamente obtidas, isso começou a mudar nos primeiros meses de 2026, em meio à desordem desencadeada pelo segundo governo Trump. Após a divulgação de resultados no fim de janeiro, a Microsoft perdeu US\$ 357 bilhões em valor de mercado em um único dia.

Há ainda outros motivos para acreditar que a conta pode começar a chegar em breve. A Oracle emitiu bilhões de dólares em dívida para construir centros de dados que empresas como a OpenAI se comprometeram a alugar; no entanto, a capacidade da OpenAI de cumprir esses compromissos depende de continuar captando recursos junto a empresas como Nvidia e SoftBank—ambas já sinalizaram a possibilidade de recuar de seus compromissos não vinculantes. Caso parceiros centrais do lado estadunidense enfrentem dificuldades financeiras, os efeitos em cadeia poderão comprometer tanto as finanças do CCG quanto seus planos de desenvolver infraestruturas nacionais de IA.

Os investimentos projetados pelo Golfo em centros de dados voltados à inteligência artificial tornam o quadro financeiro ainda mais complexo. Segundo projeções da S&P, a carga em megawatts do setor saudita de data centers deverá crescer a uma taxa composta anual de 29% entre 2024 e 2030. Uma expansão dessa magnitude exigirá um aumento igualmente expressivo da demanda; caso contrário, as perdas decorrentes de sobrecapacidade poderão ser gigantescas. E isso sem considerar os desafios associados à rápida obsolescência dos chips, já que os componentes atualmente na fronteira tecnológica podem ser superados em apenas cinco a sete anos. Além disso, as chamadas “campeãs nacionais” da IA no Golfo enfrentam dificuldades para atrair mão de obra qualificada, apesar dos volumosos investimentos sauditas e emiradenses em educação e treinamento e dos salários extremamente elevados oferecidos pelo setor. Os obstáculos ao sucesso, portanto, são imensos.

Há também questões mais amplas sobre a utilidade efetiva da indústria de IA para o desenvolvimento econômico. Neste momento, há poucas razões para supor que a inteligência artificial produzirá ganhos substanciais de produtividade. Em escala global, os dados indicam que seu impacto mais imediato sobre o mercado de trabalho tem sido a eliminação de empregos de entrada que antes eram relativamente estáveis, especialmente nas áreas de software e setores correlatos. A Arábia Saudita já enfrenta uma taxa de desemprego juvenil em torno de 15%. Em média, jovens sauditas recém-formados no ensino médio ou na universidade levam quarenta semanas para conseguir emprego. Estudos do King Abdullah Petroleum Studies and Research Center apontam mulheres e jovens como os grupos mais vulneráveis à substituição de postos de trabalho provocada pela IA.⁴² Ignorar esses sinais de alerta e aprofundar a aposta na inteligência artificial em um reino já fragilizado é correr o risco de produzir graves custos sociais.

O impacto ecológico da IA também precisa ser considerado à luz dos desafios climáticos do Golfo, especialmente na Arábia Saudita, onde o Estado planeja utilizar usinas movidas a gás natural para abastecer os clusters de IA atualmente em construção. Com centros de dados sendo erguidos em regiões excessivamente quentes para um desempenho ideal, o custo ambiental associado ao resfriamento dessas instalações, mesmo com o uso de sistemas mais eficientes de ventilação e evaporação, será gigantesco. As possibilidades de reduzir a pegada de carbono da capacidade computacional voltada à IA por meio da energia solar enfrentam diversos obstáculos, entre eles a intermitência das fontes renováveis. Embora os sauditas tenham avançado significativamente nos últimos anos na ampliação da capacidade de armazenamento em baterias conectadas à rede elétrica, o país ainda está longe de conseguir armazenar os volumes de energia necessários para garantir aos centros de dados o fornecimento contínuo de eletricidade de que dependem.⁴³

As monarquias do Golfo atuaram como aliadas indispensáveis tanto do projeto imperial britânico quanto do estadunidense, garantindo a circulação do petróleo em benefício das nações mais ricas e ajudando a sustentar a ordem financeira global baseada no dólar. O papel assumido sem pudor por esses

regimes no sistema mundial é ampliar a parcela da renda apropriada pelos lucros. Seus governantes aperfeiçoaram a arte de explorar trabalhadores internamente e extrair valor no exterior, primeiro utilizando a reciclagem dos petrodólares para pilhar o Sul Global nas décadas de 1970 e 1980; depois, já no novo milênio, desenhando modelos corporativos voltados a contornar legislações trabalhistas e impedir a negociação coletiva.⁴⁴ Nesse sentido, existe uma afinidade natural entre esses regimes e a inteligência artificial, que não funciona simplesmente como um instrumento de substituição de trabalhadores, mas como uma ferramenta complexa de degradação, desqualificação, intensificação e terceirização do trabalho. A participação dos países do Golfo nos empreendimentos de Altman e companhia, impulsionada por uma combinação entre interesse econômico, conveniência política e compromisso ideológico, constitui o estágio mais recente dessa trajetória histórica mais longa. Mas, embora os Estados do Golfo tenham até aqui se beneficiado de seu papel como procuradores dourados do poder americano, essa estratégia pode se voltar contra eles em um futuro próximo, tanto por causa da volatilidade produzida pela agressividade dos Estados Unidos quanto pelas próprias contradições internas do boom da IA. Na próxima década, a saúde do império no Oriente Médio dependerá em grande medida da capacidade de sustentação desse nexos entre o Golfo e o Vale do Silício.

Notas de rodapé

1. Leswing, Kif. 2025. “Nvidia sending 18,000 of its top AI chips to Saudi Arabia”. *CNBC*, 13 de maio de 2025.
2. Turak, Natasha. 2025. “U.S., UAE agree on path for Emirates to buy top American AI chips, Trump says”. *CNBC*, 16 de maio de 2025.
3. Força-Tarefa de Inovação Americana [The Task Force on American Innovation]. 2012. “American exceptionalism, American decline? Research, the knowledge economy, and the 21st century challenge”. *Relatório*, dezembro de 2012. Mandt, Rebecca, Kushal Seetharam e Chung Hon Michael Cheng. 2020. “Federal R&D funding: the bedrock of national innovation”. *MIT Science Policy Review*.
4. Rikap, Cecilia. 2024. “The US national security state and Big Tech: frenemy relations and innovation planning in turbulent times”. *Review of Keynesian Economics*, 12(4). Rikap, Cecilia e Bengt-Ake Lundvall. 2022. “Big tech, knowledge predation and the implications for development”. *Innovation And Development*, 12(3).
5. Crobett, Jessica. 2021. “‘Total scandal’: Memos expose failure of Obama-era FTC to stop Google’s monopoly power”. *Common Dreams*, 16 de março de 2021. Essa história também pode ser encontrada aqui: Pabst, Stavroula. 2024. “How the Pentagon built Silicon Valley”. *Analysis: Responsible Statecraft*, 24 de agosto de 2024.
6. A fim de proteger as participações americanas nesse ativo, também pediram explicitamente o fortalecimento das parcerias com líderes do setor privado: Pecequillo, Cristina Soreanu e Francisco Luiz Marzinotto Junior. 2022. “US power and the multinational tech companies of the digital era: an analysis of the Obama and Trump governments’ oligopolization (2009-2021)”. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 11(21).
7. Federal Trade Commission v. Meta Platforms Inc., et al.. 2023. *No. 5:2022cv04325 – Document 570* (N.D. Cal. 2023). Federal Trade Commission v. Microsoft Corporation et al.. 2023. *No. 3:2023cv02880 – Document 305* (N.D. Cal. 2023). A FTC recorreu da decisão envolvendo a Microsoft. Em maio de 2025, a Corte de Apelações do Nono Circuito manteve a decisão da instância inferior.
8. Isso é amplamente discutido por Hao, Karen. 2025. *Empire of AI: Dreams and Nightmares in Sam Altman’s OpenAI*. Penguin Books.
9. Sigalos, Mackenzie. 2024. “FTX estate selling majority stake in AI startup Anthropic for \$884 million, with bulk going to UAE”. *CNBC*, 25 de março de 2024. Dwoskin, Elizabeth, Ellen Nakashima, Nitasha Tiku e Cat Zakzrewski. 2024. “How the authoritarian Middle East became the capital of Silicon Valley”. *Washington Post*, 14 de maio de 2024. Rooney, Kate e Kevin Schmidt. 2024. “Middle Eastern funds are plowing billions of dollars into hottest AI startups”. *CNBC*, 22 de setembro de 2024.
10. Allen, Gregory e Isaac Goldston. 2024. “The Biden administration’s National Security Memorandum on AI explained”. *Center for Strategic and International Studies*, 25 de outubro de 2024.
11. Allard, Leonie e Julian Blum. 2025. “U.S. foreign policy: power in the age of AI”. *Report: Institut Montaigne*. Cabe apontar que Pete Hegseth e cia. lançaram uma Estratégia de Aceleração da IA no último inverno, em acordo com os projetos do Plano de Ação para o Departamento de Guerra—financiado pelos \$13,4 bilhões especificamente alocados para a adoção de IA no orçamento do Pentágono.
12. Além dos compromissos de capital de risco, a PIF saudita aumentou significativamente suas participações na Amazon no primeiro trimestre de 2025—ela própria uma das principais desenvolvedoras de IA—elevando sua posição para 1,2 milhão e dólares em ações. Holland, Steve e Federico Maccioni. 2025. “UAE commits to \$1.14 trillion US investment, White House says”. *Reuters*, 21 de março de 2025.
13. Kessler, Sam, Rebecca Ballhaus, Eliot Brown e Angus Berwick. 2026. “Spy sheikh bought secret stake in Trump company”. *Wall Street Journal*, 31 de janeiro de 2026. Lipton, Eric, David Yaffe-Bellany, Bradley Hope, Tripp

- Mickle e Paul Mozur. 2025. “Anatomy of two giant deals: the UAE got chips. The Trump team got crypto riches”. *New York Times*, 15 de setembro de 2025.
14. Bergen, Mark e Adveith Nair. 2025. “Anthropic stake propels Qatar’s \$524 billion wealth fund deeper into AI”. *Bloomberg*, 3 de setembro de 2025. “Elon Musk’s xAI raises \$20 billion in Nvidia-backed funding round”. *Agence France-Presse*, 7 de janeiro de 2026.
 15. “Humain expands strategic partnership with Nvidia, advancing global AI infrastructure with xAI, Global AI, and AWS at the U.S.-Saudi Investment Forum”. *Humain*, 19 de novembro de 2025. Satariano, Adam e Paul Mozur. 2025. “Saudi Arabia’s new power play is exporting A.I. to the world”. *New York Times*, 27 de outubro de 2025. Kumar, Pramod. 2026. “Humain invested \$3bn in xAI before merger with SpaceX”. *Arab Gulf Business Insight*, 19 de fevereiro de 2026. “Is OpenAI betting its future on the GCC? Altman’s big ticket pitch to Middle East investors”. *Tech Revolt*, 23 de janeiro de 2026.
 16. Alrajjal, Tala. 2025. “Saudi Arabia is making a massive bet on becoming a global AI powerhouse”. *CNN Business*, 2 de novembro de 2025.
 17. Brown, Eliot e Breg Bensinger. 2018. “Saudi money flows into Silicon Valley—and with it qualms”. *Washington Post*, 16 de outubro de 2018.
 18. Berglind, Niklas, Ankit Fadia e Tom Isherwood. 2022. “The potential value of AI—and how governments could look to capture it”. Artigo: McKinsey & Company, 25 de julho de 2022. Jain, Shivangi. 2025. “US \$420 billion by 2030? The potential impact of AI in the Middle East”. Relatório: PwC (2025).
 19. Brynjolfsson, Erik, Bharat Chandar e Ruyun Chen. 2025. “Canaries in the coal mine? Six facts about the recent employment effects of artificial intelligence”. *Working Paper*: Stanford Digital Economy Lab. “Slow transitions drain billions from Saudi economy”. *Wamda*, 17 de novembro de 2025. Mulligan, Cian. 2025. “AI and green jobs in the Saudi labor market: exposure and complementarity”. Relatório: King Abdullah Petroleum Studies and Research Center, novembro de 2025.
 20. Gandhi, Hazel e Rina Chandran. 2026. “We mapped the world’s hottest data centers”. *Rest of World*, 15 de dezembro de 2025. Millard, Rachel. 2026. “There’s a new ‘breakout star’ in the battery storage market”. *Financial Times*, 3 de fevereiro de 2026.
 21. Altenried, Moritz. 2022. *The Digital Factory: The Human Labor of Automation*. The University of Chicago Press. Hanna, Alex e Emily Bender. 2025. “The hidden labor that makes AI work”. *Rest of World*, 1 de julho de 2025. Resnikoff, Jason. 2024. Contesting the idea of progress: labor’s AI challenge. *New Labor Forum*, 33(3).



Fernando Leal, Neptuno encadenado. Aula Máxima de la Universidad de Panamá, Panamá, 1936, fresco, destruido. Archivo Fernando Leal Audirac, Cenidiap/INBAL.

Doutrinas Monroe

Jaime Preciado, Pablo Uc

Imperialismo e anti-imperialismo em Nuestra América

Em março, Donald Trump reuniu líderes da América Latina e do Caribe em seu resort de golfe em Doral, Miami, para realizar a cúpula inaugural “Escudo das Américas”. O encontro buscava estabelecer uma nova coalizão para combater o “narco-terrorismo” e dismantelar os cartéis de drogas que se tornaram um bicho-papão constantemente evocado pelo mandatário estadunidense. Em meio à renovada agressão militar dos EUA, o evento atraiu 12 chefes de Estado reacionários, ansiosos por se alinharem à agenda regional de Washington. Estiveram presentes Javier Milei, da Argentina; Daniel Noboa, do Equador; Nayib Bukele, de El Salvador; e José Antonio Kast, do Chile, bem como os presidentes de direita da Bolívia, Paraguai, Panamá, Honduras, Costa Rica, Guiana e República Dominicana, e o primeiro-ministro de Trinidad e Tobago.

O grupo reafirmou os princípios de segurança continental estabelecidos pelo chamado Corolário Trump, a mais recente Estratégia de Segurança Nacional e a nova Coalizão Anticartel das Américas. A “Doutrina Donroe” apresentada nessas declarações não passa da mais recente manifestação das reivindicações de longa data dos EUA de domínio regional na ausência de hegemonia—uma reformulação exagerada da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto.

Examinamos essa nova doutrina à luz de seus antecessores históricos: o monroismo, a Política de Boa Vizinhança, a contra-insurgência da Guerra Fria e o pan-americanismo neoliberal. Argumentamos que cada uma dessas manifestações do imperialismo dos EUA encontrou antagonismo contínuo, enraizado em um padrão de longa data de resistência latino-americana, desde o integracionismo de Simón Bolívar até o anti-imperialismo revolucionário de José Martí.

Essa comparação histórica revela uma série de continuidades substantivas na natureza do imperialismo dos EUA na América Latina: tomada de decisão unilateral, uma lógica de segurança nacional, militarização e coerção econômica têm se manifestado de diversas formas desde o início do século XX. Mas também revela um importante conjunto de rupturas: acima de tudo, uma disposição de dismantelar a própria estrutura das instituições regionais

que os EUA manipularam por tanto tempo. Isso, por sua vez, reflete uma novidade na composição da resistência latino-americana—ou seja, os limites de uma visão contra-hegemônica coerente apresentada pelos atores regionais.

Juntos, esses ângulos ajudam a esclarecer a supremacia contemporânea dos EUA sob a Doutrina Monroe, que marca um novo período do imperialismo hemisférico dos EUA. A visão de Trump de uma geografia realinhada por meio de uma “Grande América do Norte” revive e redireciona ideologias centenárias fundamentais para o próprio pan-americanismo. A tarefa que temos, então, é propor como as agendas anti-imperialistas poderiam reivindicar um novo horizonte para a “Nuestra América”.

Legados contraditórios

Em seu discurso de 1904 perante o Congresso, Theodore Roosevelt falou como herdeiro de um novo império. Com o fim da Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos consolidaram-se como uma potência caribenha. O discurso de Roosevelt articulou a fusão de duas ideologias imperiais: a Doutrina Monroe e a Doutrina do Destino Manifesto (1845). A primeira, proferida pelo presidente Monroe em 1823, rejeitou o controle imperial europeu sobre o Hemisfério Ocidental e, ao fazê-lo, reivindicou-o para a esfera de influência dos EUA. A segunda legitimou a expansão territorial dos Estados Unidos como um mandato histórico. A convergência doutrinária articulada por Roosevelt lançou as bases para uma projeção continental que combinava princípios de defesa hemisférica com práticas de dominação.

Depois que a Espanha perdeu o controle de Cuba em meio à luta pela independência, os EUA colocaram a ilha sob ocupação militar. Logo em seguida, tomaram Porto Rico, que estabeleceram como dependência colonial, bem como as Filipinas e Guam, mantidas como territórios não incorporados. Esse período de imperialismo foi caracterizado pelo exercício aberto e unilateral da agressão dos EUA.

Essa forma de imperialismo levou a décadas de intensa resistência. Em sua Carta da Jamaica, de 1815, Simón Bolívar propôs uma união das nações latino-americanas recém-independentes. Em 1826, o Congresso do Panamá, organizado por Bolívar, clamava por uma união hispano-americana para resistir à política pan-americanista de Washington. Quando a primeira Cúpula Pan-Americana no estilo Monroe ocorreu em Washington em 1890, José Martí ganhou destaque em todas as Américas. Seu ensaio seminal de 1891, “Nuestra América”, foi amplamente lido em todo o continente, tornando-se a base para movimentos anticolonialistas e de soberania popular que buscavam construir a unidade regional contra o novo agressor imperial do Norte.

O vínculo co-constitutivo entre imperialismo e resistência é essencial para a história das Américas,⁴⁵ definida por cinco períodos históricos.

Período histórico	Orientação do pan-americanismo	Princípios doutrinários do imperialismo	Resistência latino-americana
Primeiro Período (1776–1933)	Pan-americanismo fundacional (1776–1880)	Destino Manifesto Doutrina Monroe	Projeto Bolivariano: Carta da Jamaica Congresso do Panamá
	Pan-americanismo imperial (1881–1933)	Primeira Conferência Pan-Americana Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe	Legado de José Martí Pensamento anti-imperialista Nuestra América
Segundo Período (1934–1953)	Pan-americanismo da “boa vizinhança”	Política de “boa vizinhança” e “solidariedade hemisférica” Domínio político e militar: TIAR — esfera militar; OEA: relações interamericanas; BID: desenvolvimentismo e endividamento	Formação da aliança desenvolvimentista dos regimes populistas contra a burguesia imperialista

Terceiro Período (1954–1980)	Pan-americanismo da segurança nacional	Doutrina de Segurança Nacional Política de contrainsurgência e antirrevolucionária: Escola das Américas e Operação Condor Contenção anticomunista Aliança para o Progresso	Triunfo da Revolução Cubana e surgimento dos movimentos de libertação nacional Anti-imperialismo revolucionário e popular Teologia da Libertação Triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua Levantes revolucionários e contra-insurgência na América Central
Quarto Período (1981–2020)	Pan-americanismo neoliberal	Neoliberalização das relações internacionais Consenso de Washington Cúpula das Américas A ALCA como pan-americanismo multilateral Acordos de livre comércio (ALCs) e ALCs sub-regionais como estratégia de pan-americanismo unilateral Criação do Comando Norte	Ciclo de agitação social de 1989 (Caracazo) a 2001 (Que se vayan todos) Revolução Bolivariana Levante Zapatista Fórum Social Mundial e Aliança Social Continental Ciclo de governos progressistas

Quinto Período (2021–2026...)	A crise do pan-americanismo liberal e a supremacia unilateral trumpista	Tornar a América Grande Novamente A América em Primeiro Lugar Corolário Trump-Rubio Doutrina Donroe Intervenção militar na Venezuela “Escudo das Américas” Grande América do Norte	Eixo Brasil-Colômbia-México contra o unilateralismo dos EUA Frente Mundial Antifascista Movimentos da ALBA
--	---	--	--

Fonte: Trabalho do autor baseado em Preciado, Jaime A.. 2023. “El panamericanismo: instrumento geopolítico para la implementación de la Doctrina Monroe”. Em Campos, Carlos Oliva (ed.) *La Doctrina Monroe contra América Latina y el Caribe (1823-2023): dos siglos de agresiones, intervenciones e injerencia*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 71–114.

O imperialismo estadunidense, portanto, não é simplesmente uma atividade unilateral de dominação. Ele é sempre contestado e remodelado pelos movimentos de resistência.⁴⁶ O pan-americanismo manifesta-se, por vezes, pela *diplomacia das canhoneiras*—expressa em processos intervencionistas violentos que incluíram invasões, derrubadas de governos, e anexações territoriais—e, por vezes, pela *diplomacia da cenoura*—que se baseia na negociação, em tratados e num sistema de endividamento. Essas duas facetas do imperialismo estadunidense constituem arsenais distintos que podem ser direcionados a diferentes atores, muitas vezes durante o mesmo período.

Uma nova fase do imperialismo dos Estados Unidos seria lançada por Franklin D. Roosevelt em 1933. Com a Política de “Boa Vizinhança”, Washington buscou relações mais amigáveis, recuou das intervenções militares e iniciou a cooperação hemisférica, incluindo os primeiros órgãos multilaterais que viriam a formar a base do nascente sistema interamericano. O período ampliou uma plataforma de controle militar por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR, 1947) e das dez Conferências Pan-Americanas realizadas antes de 1954. A criação de espaços diplomáticos que alegavam apoiar a governança democrática, como a Organização dos Estados

Americanos em 1948, funcionou efetivamente como um meio de contenção anticomunista e de isolamento de países e movimentos que se opunham à hegemonia dos EUA.

Essa fase do imperialismo estadunidense também refletiu uma nova geração de movimentos de resistência. Foi durante esse período que surgiram movimentos nacionais-populares em toda a América Latina e no Caribe, em oposição a burguesias nacionais e oligarquias apoiadas pelos Estados Unidos e pela Europa. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se um processo de integração social que buscava proteger e fortalecer os mercados sociais,⁴⁷ ou o que Cardoso e Faletto denominaram “aliança desenvolvimentista” entre os industriais e os setores operários e populares. A força avassaladora desses movimentos impôs a necessidade de uma cooperação multilateral, por receio de provocar uma revolta ainda maior.⁴⁸

No entanto, o apelo à cooperação acabou mais uma vez levando à violência unilateral. Com a intensificação da Guerra Fria, as autoridades governamentais dos EUA não podiam mais correr o risco de dar a impressão de soberania regional. O Golpe de Estado de 1954 na Guatemala foi logo seguido pela tentativa de invasão de Cuba em 1961; a recuperação do Canal do Panamá após a revolta pela soberania em 1964; o golpe de Estado contra o governo de João Goulart no Brasil naquele mesmo ano; a intervenção militar na República Dominicana em 1965; o assassinato de Ernesto “Che” Guevara na Bolívia em 1967; o golpe contra Salvador Allende no Chile em 1973; e a Operação Condor na Argentina em 1975.

O estabelecimento de uma infraestrutura militar pan-continental logo se tornou um mecanismo-chave de controle. A criação do Comando de Defesa do Caribe durante a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para isso. O objetivo era controlar o Canal do Panamá, monitorar o Caribe e coordenar missões militares na América Latina. Além disso, foi criada a Escola das Américas, um centro de treinamento que lançou as bases para o imperialismo de contra-insurgência. Em 1963, surgiu o Comando Sul (SOUTHCOM) com o objetivo de conter o comunismo e a revolta popular, e expandir os

compromissos de contra-insurgência consagrados na Doutrina de Segurança Nacional.

O legado dessas agências continua a moldar as alianças militares continentais de hoje. É importante ressaltar que a resistência eficaz da Revolução Cubana se tornou uma inspiração para vários movimentos de libertação nacional e lutas guerrilheiras. E foi nesse cenário insurgente que os princípios anti-imperialistas mais significativos do século—o internacionalismo e a promoção de um humanismo revolucionário—amadureceram em amplas esferas intelectuais, jornalísticas e artísticas por toda a América Latina.

Foi em resposta a esses movimentos que surgiu mais um período imperialista. Com Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos, iniciou-se uma nova fase do pan-americanismo neoliberal, sintetizando um Estado “mínimo” com ênfase na “segurança nacional”.⁴⁹ O Estado de segurança mínima justificou intervenções em várias partes do mundo, particularmente no Caribe e na América Central. Com o objetivo de reforçar seu domínio nas Américas, o governo de George H. W. Bush propôs a Iniciativa das Américas em 1990 e uma série de cúpulas bianuais a partir de 1992, como parte das novas agendas pós-Guerra Fria. O governo Clinton deu continuidade a essa virada neoliberal ao promover o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que George W. Bush havia adotado como prioridades hemisféricas. Somaram-se a isso as nove Cúpulas das Américas realizadas entre 1994 e 2022.

Apesar da ênfase no comércio e nos mercados, o pan-americanismo neoliberal foi acompanhado por uma agenda de segurança cada vez mais unilateral. Em 2002, foi criado o Comando Norte dos EUA (NORTHCOM) em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001,⁵⁰ incorporando o México⁵¹ como parte da zona de segurança prioritária diante das ameaças transnacionais, bem como o lançamento da guerra global contra o terrorismo e a reorganização da luta contra o tráfico de drogas em escala regional.

Diante desse cenário, um novo ciclo de protestos sociais foi iniciado. Ele teve início em 1989 com o “Caracazo” na Venezuela, a Campanha Continental pelos 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular em 1990 e uma enxurrada de movimentos sociais antiglobalização, como os zapatistas em Chiapas e o Fórum Social Mundial de 2001 em Porto Alegre.⁵² Por mais de uma década, foi construída uma rede regional de dissidência, uma fonte de multilateralismo social que marcou a resistência ao pan-americanismo em geral e ao neoliberalismo em particular.⁵³

A Venezuela bolivariana, epicentro estratégico de uma geopolítica contra-hegemônica voltada para a integração regional, conquistou um apoio popular significativo em vários países da América Latina. A implosão da ALCA em 2005 foi contrabalançada pela criação de importantes instituições regionais autônomas em relação ao sistema pan-americano, como a União das Nações Sul-Americanas e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), que reuniram governos e movimentos populares em uma nova fase regional anti-imperialista e de autonomia “sul-latino-americana” que “enfraqueceu” substancialmente o alcance da Doutrina Monroe.

Essa onda de resistência suscitou uma resposta do agressor do Norte. Em 2013, o então secretário de Estado John Kerry declarou o fim da Doutrina Monroe, anunciando o início de uma nova era de cooperação. Ecoando as declarações de Roosevelt na década de 1930, Kerry apresentou uma visão de igualdade regional na qual os países adeririam “não a uma doutrina, mas às decisões que tomamos como parceiros”.

A projeção geopolítica bolivariana, a crescente influência do Brasil e a força ascendente da autodeterminação regional contra a perspectiva de uma multipolaridade liderada pelos EUA deram início a um novo ciclo da Nuestra América. Em 2010, foi criada a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), incluindo notavelmente Cuba. Sob esse consenso político, a região foi declarada zona de paz.

Porém, na década de 2010, a crise da esquerda política e a ascensão da extrema direita na América Latina levaram ao colapso da integração proposta pela Nuestra América. Hoje, assistimos a um renascimento vigoroso do imperialismo do século XX: uma fusão da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto que lembra o mandato de Theodore Roosevelt. Essa versão do imperialismo representa um poder hegemônico em crise, agarrando-se a uma unipolaridade sob a supremacia militarista. Diferentemente de qualquer uma de suas versões anteriores, o domínio explícito dos EUA sobre o hemisfério ocidental hoje mina a própria estrutura institucional pan-americana que eles construíram ao longo dos últimos dois séculos.

A quinta fase do imperialismo estadunidense

Em 2016, Donald Trump começou a delinear seu projeto político-ideológico sob o lema “Make America Great Again” (Tornar a América Grande Novamente). Com posições anti-imigração e nacionalistas, o primeiro governo de Trump rejeitou o multilateralismo comercial—nomeadamente o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA) e a Parceria Transpacífica (TPP)—, ao qual atribuiu a culpa pela perda de empregos na indústria nos Estados Unidos.⁵⁴ A virada para uma doutrina ortodoxa de segurança nacional e o crescente nacionalismo levaram o governo a adotar gradualmente os princípios fundamentais da Doutrina Monroe para definir sua relação com a América Latina e o Caribe.

Na Estratégia de Segurança Nacional de 2017, o Hemisfério Ocidental apareceu como uma prioridade relativamente secundária na hierarquia geográfica da política externa, mas a estratégia apontou o tráfico de drogas como uma prioridade central. O documento destacou o papel crescente da China na região por meio de investimentos e empréstimos impulsionados pelo Estado. Enquanto isso, considerou a política da Rússia de apoiar seus aliados radicais—Cuba e Venezuela—como fracassada e anacrônica.

Embora a projeção geopolítica pan-americana durante o governo de Joe Biden tenha representado uma breve pausa nessa estratégia, o retorno de Donald Trump à Casa Branca marcou o início de uma fase que aprofundou os princípios ideológicos da doutrina “America First”. Essa turbulência interna está ligada a um retorno explícito aos princípios da Doutrina Monroe e a uma projeção imperialista supremacista. A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA para 2025, ao contrário da de 2017, posicionou o Hemisfério Ocidental como a região prioritária dentro da projeção estratégica dos EUA:

Após anos de negligência, os Estados Unidos reafirmarão e aplicarão a Doutrina Monroe para restaurar a supremacia dos EUA no Hemisfério Ocidental e proteger nosso território nacional e o acesso a áreas geográficas estratégicas em toda a região. Impediremos que concorrentes de fora do hemisfério posicionem forças ou outros meios de ameaça, possuam ou controlem ativos estrategicamente vitais em nosso hemisfério. Este “Corolário Trump” à Doutrina Monroe é uma restauração sensata e poderosa do poder e das prioridades dos EUA, em consonância com os interesses de segurança do país.

O chamado “Corolário Trump” visa restabelecer princípios históricos no âmbito do ambicioso quadro da “Doutrina Monroe”, que tem um duplo objetivo: “recrutar” aliados já estabelecidos no hemisfério para controlar a migração, conter o fluxo de drogas e fortalecer a estabilidade e a segurança tanto em terra quanto no mar; e “expandir” por meio do cultivo e fortalecimento de novas alianças, ao mesmo tempo em que reforça o apelo dos Estados Unidos como parceiro preferencial em economia e segurança no hemisfério.

Isso marca o início da quinta etapa de um imperialismo norte-americano que, ao mesmo tempo em que exacerba o legado histórico das fases mais agressivas do expansionismo e do intervencionismo dos EUA, também delas se desloca ao minar as instituições pan-americanas existentes e suplantá-las por novos órgãos orientados por personalidades e alinhados com a estrutura ideológica

da extrema direita. Essa fase tem buscado o unilateralismo imperial em vez do consenso ou da coordenação regional.

A nova fase do imperialismo inaugurou uma era pós-pan-americana, em consonância com o declínio dos dogmas da hegemonia neoliberal e dos princípios do Consenso de Washington. Sua abordagem estratégica é coercitiva, manifestando-se na completa externalização da migração e na perseguição e expulsão das comunidades de imigrantes nos EUA. Essas políticas internas ameaçam minar os fundamentos básicos da cidadania americana, mantendo-se leais a um nacionalismo fascista defendido pelo MAGA. Nesta quinta fase, os EUA são uma superpotência iliberal que acelerou uma crise de hegemonia global ao dismantlar suas alianças estratégicas, como a OTAN, subordinar a política externa à política de guerra de Israel e suplantando a estrutura institucional multilateral da ONU por meio de entidades como o Conselho da Paz. Por exemplo, o plano de reconstrução da Faixa de Gaza, após os horrores do genocídio, tem sido promovido por figuras do mundo dos negócios com laços pessoais estreitos com o próprio Trump.

Na América Latina e no Caribe, o caminho imperial tem sido caracterizado por um cerco político, econômico e militar com aspirações expansionistas. A premissa da doutrina agora está clara: quem dominar o Grande Caribe dominará o coração do Hemisfério Ocidental. O presidente venezuelano Nicolás Maduro tornou-se o bode expiatório usado pelo Pentágono para justificar uma militarização abrangente do Grande Caribe. Campanhas de bombardeio no Caribe e no Pacífico colombiano destruíram mais de 45 embarcações não identificadas entre setembro de 2025 e março de 2026, resultando na morte extrajudicial de pelo menos 150 pessoas. Somou-se a isso uma campanha de assalto militar focada na apreensão de petroleiros, com o objetivo de estabelecer controle de fato sobre as águas do Caribe e outras áreas internacionais ao longo do Atlântico para interromper os fluxos de energia entre a Venezuela e seus principais parceiros energéticos.

A intervenção militar de 3 de janeiro na Venezuela ocorreu nesse contexto, com o objetivo central de assumir o controle do setor energético no Grande

Caribe, redirecionar o capital petrolífero das principais reservas mundiais por meio de reformas estruturais, conter uma revolta social em grande escala no país, reestruturar as cadeias de comando do regime governamental (sem uma transição democrática) e reverter as relações com a Rússia, a China e o Irã. O isolamento e o colapso planejado do regime cubano—culminando com a suspensão abrupta do Petrocaribe—fazem parte de uma estratégia brutal de sufocamento energético.

A mudança doutrinária hemisférica ficou evidente nas ações do governo neste ano. Durante a Conferência de Chefes de Defesa do Hemisfério Ocidental em fevereiro, o Secretário de Guerra dos EUA, Pete Hegseth, exortou os chefes de defesa e altos líderes militares de 34 países do hemisfério a se unirem para deter “atores mal-intencionados”. Na primeira “Conferência das Américas contra os Cartéis”, Hegseth referiu-se a adversários que ameaçam a segurança e a geografia compartilhada do continente ao tentarem deslocar “a relação histórica ‘Norte-Sul’”, o que “exclui os Estados Unidos e outras nações ocidentais, mas inclui potências não ocidentais e outros adversários”.

Hegseth delineou um mapa estratégico que rejeita a noção do Sul global em favor de uma Grande América do Norte. Ele afirmou ainda: “Todas as nações e territórios soberanos ao norte do Equador, da Groenlândia ao Equador e do Alasca à Guiana, não fazem parte do ‘Sul global’. Eles formam nosso perímetro de segurança imediato nesta grande vizinhança em que todos vivemos. Cada um desses países faz fronteira com o Atlântico Norte ou o Pacífico Norte.”

Nessa linha, o secretário de Guerra de Trump reafirmou sua perspectiva fundamentalista sobre a geografia e a cultura ocidentais ao definir a Grande América do Norte como “nações cristãs sob a proteção de Deus”, reivindicando uma “herança compartilhada”. Esta quinta fase do imperialismo está, portanto, enraizada em uma ideologia de segurança nacional continental e determinismo geográfico expansionista. Nesta fase, a América Latina e o Caribe são subordinados e submetidos a um realinhamento global.

A quinta etapa do imperialismo estadunidense

Anexação, invasão, cerco e ataques dentro da “Grande América do Norte” de Hegseth.



Phenomenal World

Fonte: Airwars, U.S. Military in Latin America and the Caribbean, que documenta 56 incidentes de 2 de setembro de 2025 a 8 de maio de 2026. As posições são aproximadas: a Airwars publica a zona de cada incidente (Caribe ou Pacífico Oriental) mas não as coordenadas precisas.

Gráfico: Pablo Uc e Yusuf Imaad Khan

O mapa geopolítico da “Grande América do Norte”

Nessa redefinição do hemisfério como a Grande América do Norte, o nacionalismo autoritário do governo Trump passou a se orientar para o exercício de uma diplomacia transacional baseada em ameaças e negociações. Essas ameaças se concretizaram por meio de políticas fiscais agressivas e incentivos ao endividamento, com o objetivo de coagir a cooperação militar, influenciar processos eleitorais e incentivar políticas de segurança e anti-imigração. Como resultado, existe agora um potencial maior para a intervenção dos EUA na América Latina, justificada pela ameaça do narcoterrorismo.

Nesta nova etapa do imperialismo, podemos identificar um novo mapa geopolítico que se desdobra em quatro dimensões. A primeira descreve como a tecnologia e a mídia têm sido utilizadas para naturalizar uma visão de expansão territorial que se baseia no legado da Doutrina Monroe. Aqui, o nacionalismo econômico se fundiu com o aumento do poder detido por oligopólios tecnológicos e corporativos que controlam dados, plataformas, redes e algoritmos. As principais infraestruturas de mídia e seus proprietários, muitas vezes grandes doadores de Trump, impulsionam um aparato ideológico que tem sustentado um discurso de cerco anexionista. Imaginários geopolíticos imperiais, como a renovação do “Tio Sam”, refletem os princípios históricos de expansão e intervenção enraizados na política do “grande bastão” e na diplomacia das canhoneiras.

A segunda dimensão dessa manobra geopolítica se manifesta na busca pelo controle dos recursos naturais. A Reunião Ministerial sobre Minerais Críticos, convocada em fevereiro de 2026 pelo Departamento de Estado dos EUA, é um exemplo disso. O encontro teve por objetivo redefinir os termos de acesso aos recursos naturais e aumentar o controle sobre o mercado global. Com o Panamá como um istmo estratégico que liga a Europa ao Pacífico e a região apresentando um “potencial relativo de autossuficiência”, segundo Ceceña, o controle sobre a América Latina poderia garantir à potência hegemônica uma posição de relativa invulnerabilidade. A região abriga quase 20% das

reservas mundiais de petróleo, 25% dos metais estratégicos e mais de 30% das florestas primárias do mundo.⁵⁵ Além disso, a própria Venezuela detém 17,5% das reservas mundiais de petróleo. O “Triângulo do Lítio”, formado por Argentina, Bolívia e Chile, possui a maior concentração de recursos de lítio do mundo.

Com o Chile e a Bolívia se inclinando para a direita em 2025, mais países latino-americanos aderiram a um eixo alinhado a Washington, o que pode representar um revés para a China na região.⁵⁶ O Brasil, no entanto, manteve um papel estratégico que poderia servir de contrapeso à política de domínio imperial. O país possui reservas essenciais de níquel, cobalto, terras raras e grafite, e a postura soberanista de Lula, a participação do Brasil no bloco BRICS+ e o papel da China como principal parceiro comercial do Brasil poderiam desafiar os objetivos hemisféricos dos EUA.

A terceira dimensão da estratégia geopolítica dos EUA pode ser observada no comércio. As tarifas foram transformadas em arma e fizeram parte de uma estratégia diplomático-transacional para obrigar os países a reorientar suas políticas de segurança, promover mudanças ideológicas internas e limitar o acesso a áreas estratégicas no hemisfério. Isso faz parte de um discurso mais amplo de “America First” e da guerra contra o narcoterrorismo, mas, na prática, tem como alvo a presença comercial, os investimentos e os projetos de infraestrutura da China na região. O Canal do Panamá é um exemplo disso. No ano passado, o governo panamenho cedeu à pressão dos EUA para revogar a concessão concedida a uma empresa sediada em Hong Kong que operava dois portos no Canal desde 1997.

A estratégia tarifária assumiu uma forma específica na América Latina. Trump e sua equipe têm conduzido negociações com cada chefe de Estado, condicionadas ao grau de subordinação existente e ao alinhamento com o domínio dos EUA. As tarifas se tornaram uma alavanca de pressão política para garantir concessões em acordos comerciais e intervir em assuntos políticos internos. Em julho de 2025, por exemplo, o governo ameaçou impor uma tarifa de 50% sobre as importações do Brasil a fim de pressionar

o país a desistir dos processos judiciais contra Jair Bolsonaro pelo papel na tentativa de golpe entre 2022 e 2023. No âmbito comercial, um conjunto de acordos comerciais e de investimento entre os EUA e Guatemala, Argentina, Equador e El Salvador foi anunciado em novembro de 2025, concedendo acesso específico ao mercado dos EUA.⁵⁷ Trump recorreu à Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA) para reajustar as prioridades comerciais de acordo com questões de segurança e imigração.⁵⁸

A atuação pessoal do presidente Trump também se manifestou no novo quadro condicional para a obtenção de empréstimos por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Na Argentina, Trump apoiou abertamente o partido de Javier Milei nas eleições intermediárias de 2025, sob a ameaça de cancelar um pacote de ajuda econômica de US\$ 20 bilhões por meio do FMI. Os EUA também pressionaram o FMI a conceder empréstimos ao Equador (US\$ 6,5 bilhões) e a El Salvador (US\$ 2 bilhões), solidificando laços com aliados estratégicos subordinados a esse novo esquema de endividamento hemisférico e ao modelo oligárquico neoliberal. Da mesma forma, Trump expressou apoio ao candidato conservador Nasry Asfura, do Partido Nacional, nas eleições hondurenhas de 2025 e pressionou a autoridade eleitoral a reverter os resultados desfavoráveis ao “seu candidato”, ameaçando retirar todo o apoio ao país centro-americano.

Enquanto isso, em meio aos bombardeios extrajudiciais dos EUA no Caribe, Trump perdoou Juan Orlando Hernández, o ex-presidente hondurenho que cumpre uma pena de 40 anos por tráfico de drogas e lavagem de dinheiro nos Estados Unidos.

Por fim, a quarta dimensão da intervenção geopolítica dos EUA pode ser vista nas alianças militares com governos subordinados que se alinham ao Corolário Trump. O foco na migração e na segurança reflete a alarmante guinada fascista no paradigma interno dos EUA de fiscalização da imigração, conduzida por meio da CBP e do ICE.⁵⁹ Uma maior cooperação em matéria de segurança e uma presença reforçada das forças armadas dos EUA ficaram

evidentes na já mencionada Conferência das Américas contra os Cartéis e na iniciativa “Escudo das Américas”.⁶⁰

As alianças mencionadas têm origem em uma longa história de imperialismo e intervenção militar dos Estados Unidos no hemisfério. Sob pressão tarifária, o México concordou em cooperar com os EUA em relação a ações militares contra os cartéis de drogas. Embora o governo mexicano tenha procurado preservar a soberania territorial e o controle sobre a segurança nacional, ele tem cedido gradualmente à pressão dos EUA. Em fevereiro de 2025, o governo de Claudia Sheinbaum atendeu imediatamente ao pedido do governo dos EUA de reforçar a segurança da fronteira norte, mobilizando 10 mil membros da Guarda Nacional e do Exército, além dos 32 mil membros da Guarda Nacional já designados para tarefas de imigração. Enquanto isso, entre 2025 e 2026, o México transferiu mais de 90 líderes do tráfico de drogas para os Estados Unidos sem um processo de extradição.

Ao sobrepor mapas de mobilização político-militar, expansão comercial dos EUA e acesso a recursos naturais, podemos ver a disputa geopolítica que impulsiona a projeção de poder dos EUA. Sob esse quadro hemisférico, cada território subsequente se torna um campo de batalha.

Criatividade anti-imperialista

Esta quinta etapa do imperialismo norte-americano não apenas reaviva antigos mecanismos de dominação, mas também põe à prova os marcos de referência através dos quais a América Latina historicamente concebeu sua emancipação. A criatividade política e intelectual não pode limitar-se a denunciar o intervencionismo. Pelo contrário, exige uma releitura estratégica da longa tradição latino-americanista, que, longe de ser um repertório nostálgico, constitui um campo vivo de produção teórica e prática.

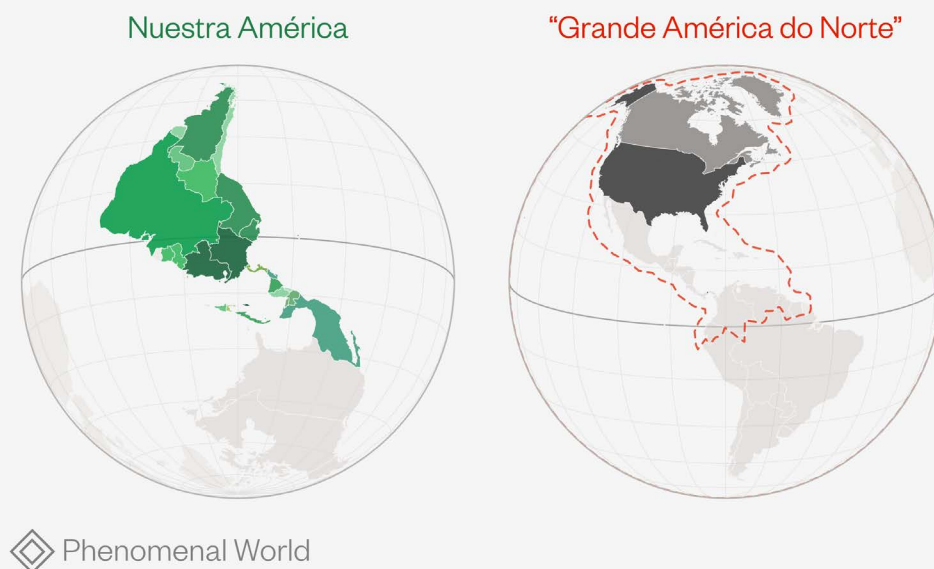
O anti-imperialismo de hoje deve ser atualizado diante de novas formas de poder: financeirização coercitiva, extrativismo expandido, militarização orientada pela segurança e a captura social das plataformas digitais. A tradição

anti-imperialista que se estende de Bolívar e Martí até as experiências mais recentes de cooperação latino-americana sugere que a unidade não é um dado adquirido, mas uma construção repleta de conflitos. Exige vontade política organizada, coesão social e uma imaginação institucional inovadora que defenda o multilateralismo.

O pan-americanismo dominado pelos EUA hoje é claramente incapaz de oferecer um quadro legítimo para a cooperação hemisférica. O que foi historicamente apresentado como um modelo de integração tornou-se um mecanismo de subordinação seletiva, agora radicalizado sob a “Doutrina Donroe”. Isso levanta questões fundamentais: como podemos construir um horizonte anti-imperialista ao nos depararmos com uma nova forma de imperialismo—que se manifesta não apenas por meio da ocupação territorial, mas também por meio de redes financeiras, plataformas digitais e cadeias de abastecimento globais? O que significa “Nuestra América” hoje?

Nuestra América vs. Grande América do Norte

Nuestra América de Bolívar e Martí, hoje talvez melhor representada pelo bloco CELAC* de 33 nações, frente à **“Grande América do Norte”** de Hegseth



*CELAC: Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
Gráfico: Pablo Uc e Yusuf Imaad Khan

“Nuestra América” não pode ser reduzida a um imaginário abstrato baseado em identidade. Deve, ao contrário, ser traduzida em projetos concretos de integração, justiça social e soberania. A CELAC é o melhor exemplo disso. Além disso, as posturas de distintos governos latino-americanos revelam diferenças nas concepções estatais de criatividade anti-imperialista. Nicolás Maduro, Gustavo Petro, Claudia Sheinbaum e Luiz Inácio Lula da Silva denunciaram, em diferentes graus, o retorno da lógica intervencionista hemisférica dos Estados Unidos. Essas posições ajudam a manter viva uma crítica governamental ao imperialismo e a afirmar uma visão de hemisfério que pertence a todos nós.

A unidade, também, não pode mais se limitar a alianças entre Estados. Ela deve representar um movimento entre os povos e as lutas populares, incluindo aquelas lideradas por grupos indígenas e afrodescendentes. O Manifesto de Caracas de 2025, movimentos transnacionais como a caravana de solidariedade “Nuestra América” contra o bloqueio energético a Cuba em 2026 e mobilizações contra intervenções militares são expressões da criatividade anti-imperialista na sociedade civil.

Essas práticas não apenas contestam a imaginação imperial, mas também conectam as lutas locais com horizontes globais de resistência popular anti-imperialista e antifascista. O desafio central dessa criatividade anti-imperialista renovada é articular um projeto capaz de confrontar o imperialismo em transformação. Nessa tensão entre memória e reinvenção, entre fragmentação e unidade, reside a possibilidade de um novo ciclo histórico para a Nuestra América.

Tradução: Hugo Fanton

Notas de rodapé

1. Casanova, Pablo González. 1985. *Imperialismo y liberación: Una introducción a la historia contemporánea de América Latina*. México, D.F.: Siglo XXI Editores. Preciado, Jaime. 2023. “El panamericanismo: instrumento geopolítico para la implementación de la Doctrina Monroe”. Em: *La Doctrina Monroe contra América Latina y el Caribe (1823–2023): dos siglos de agresiones, intervenciones e injerencia*. ed. Carlos Oliva Campos. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana. Morgenfeld, Leandro. 2023. *Nuestra América frente a la doctrina Monroe: 200 años de disputas*. Buenos Aires: CLACSO.
2. Correa, J.. 2020. Panamericanismo versus latinoamericanismo: tensión geopolítica y civilizacional. *Analecta Política*, 10(19), 56-76.
3. Dussel, Enrique. 2006. *20 tesis de política*. Mexico: Siglo XXI / Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, 93.
4. Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo. 2007 *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar
5. Gonzalez Casanova, Pablo. 1990. “La teoría del Estado y la crisis mundial”. Em Casanova, Pablo González (coord.). *El Estado en América Latina. Teoría y práctica*. México, D.F.: Siglo XXI Editores / Universidad de las Naciones Unidas, 19.
6. Sob essa estrutura, as duas esferas de controle geoestratégico definidas pelo SOUTHCOM e pelo NORTHCOM integraram o continente à estratégia global de combate ao terrorismo e à conceituação dos Estados Unidos como uma potência unilateral que assume o papel de “polícia global”.
7. É importante ressaltar que, em 2025, o deputado republicano Ken Calver apresentou um projeto de lei para excluir o México do Comando Norte e transferir sua jurisdição para o Comando Sul, embora a proposta não tenha ganhado força.
8. Bringel, Breno e Cabezas, Almudena. 2014. “Geopolítica de los movimientos sociales latinoamericanos: espacialidades, ciclos de contestación y horizonte de posibilidades”. Em Coronado, J. (coord.). *Anuario de la integración latinoamericana y caribeña*, 323-342. Guadalajara: Universidad de Guadalajara / University Press of the South New Orleans / Ediciones de la Noche.
9. A revolta zapatista de 1994 tornou-se um marco global para a resistência antiglobalização ao se opor ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), enquanto a Aliança Social Continental (ASC), que surgiu no final da década de 1990, ampliou uma coalizão social transnacional contra o neoliberalismo e em defesa da justiça social. Além disso, as Cúpulas dos Povos floresceram, juntamente com poderosos movimentos indígenas, afrodescendentes e de mulheres em todo o continente.
10. Tovar Ruiz, Juan. 2018. “La doctrina Trump en política exterior: fundamentos, rupturas y continuidades”. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*. 120, 264.
11. No que diz respeito aos minerais críticos, detém quase 47% das reservas mundiais de lítio, 36,6% das reservas de cobre, 34,5% das reservas de prata, 23,8% das reservas de grafite natural, 20,6% das reservas de estanho, 18,8% das reservas de ferro, 16,7% das reservas de terras raras e 15,7% das reservas de níquel. Produz mais de 50% da prata mundial, 37% do cobre, 36% do molibdênio, 37% do lítio, 20% do estanho e do zinco e 16% do ferro.
12. O Chile e o Peru mantêm uma posição de destaque como líderes mundiais na produção de cobre, enquanto o Brasil, a Jamaica e a Guiana ocupam um lugar significativo na produção e nas reservas de bauxita (alumínio).
13. Sempre sujeito a avaliações periódicas que não dependam de acordos comerciais anteriores — tais como o CAFTA-DR ou acordos de livre comércio assinados anteriormente.

14. Uma disposição, aliás, que se mostra altamente vulnerável *à luz da* recente *decisão da Suprema Corte dos EUA*, que determinou que o presidente excedeu sua autoridade ao impor uma série de tarifas que perturbaram o comércio global.
15. De acordo com a *ACLU Texas*, até março de 2026, foram registradas 367 mortes no total, das quais 78 eram de menores de idade e 51 de cidadãos americanos ou residentes permanentes legais; 62 ocorreram durante a detenção; 16 foram causadas por policiais fora de serviço; 23 estavam relacionadas ao muro da fronteira; 119 resultaram de perseguições de veículos pela Patrulha de Fronteira; e 6 foram causadas por tiroteios transfronteiriços.
16. De acordo com o mais recente *Relatório do SOUTHCOM* sobre Segurança Hemisférica, um montante regional consolidado de US\$ 985 milhões foi alocado entre 2021 e 2024 durante o governo Biden.



René Magritte, Le Mal de Mer, 1948

Qual o futuro do Sul global?

Celso Amorim

O arquiteto da política externa brasileira discute os dilemas de um mundo instável

Os primeiros meses de 2026 testemunharam uma escalada sem precedentes da violência imperial. Os Estados Unidos sequestraram o presidente venezuelano Nicolás Maduro, ameaçaram invadir a Groenlândia, intensificaram o cerco contra Cuba, deram sinal verde para a continuidade do genocídio na Palestina e iniciaram—com Israel—uma guerra contra o Irã que, entre bombardeios e cessar-fogos descumpridos, atingiu escolas e hospitais, destruiu infraestruturas críticas em todo Golfo Pérsico e interrompeu o fluxo de navios na via marítima responsável pelo transporte de um quinto de todo o petróleo comercializado no mundo.

O aprofundamento da turbulência global foi o tema desta entrevista com Celso Amorim. Os editores da PW, Maria Fernanda Sikorski e Hugo Fanton, discutiram com o principal conselheiro internacional de Lula o futuro dos organismos multilaterais criados no pós-guerra, os dilemas estratégicos das potências médias diante do acirramento da competição global e as transformações na postura internacional dos Estados Unidos. Realizada em 10 de fevereiro em Brasília e atualizada em 4 de março para incluir uma reflexão sobre os ataques contra o Irã, a conversa traz uma perspectiva do Brasil e do Sul global acerca das rupturas e continuidades geopolíticas atuais.

Celso Amorim é uma figura central da diplomacia e das relações internacionais brasileiras há mais de três décadas. Foi ministro das Relações Exteriores no governo Itamar Franco, em 1993, e posteriormente representante permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas. Voltou ao cargo de chanceler com a chegada de Lula à Presidência, em 2003, permanecendo nele até 2010, antes de ser nomeado ministro da Defesa por Dilma Rousseff. Atualmente, é assessor-chefe da Assessoria Especial da Presidência da República.

Entrevista com Celso Amorim

Maria Sikorski: Como o senhor interpreta os acontecimentos recentes no Oriente Médio e a escalada da pressão exercida pelos Estados Unidos e por Israel sobre o Irã neste momento? Quais objetivos estratégicos Washington

e Tel Aviv buscam alcançar com essa ofensiva? Quem tende a se beneficiar e quais podem ser seus impactos globais?

Celso Amorim: Os ataques ao Irã, bem como a resposta iraniana à ofensiva dos Estados Unidos e de Israel, representam um agravamento significativo das tensões regionais em um contexto internacional já marcado por graves instabilidades. A retração do espaço para o diálogo e a crescente centralidade da força como instrumento político são lamentáveis. Em um curto intervalo, passou-se de sinais de progresso em conversas indiretas a uma operação militar de grande escala. As consequências dessa ofensiva ainda são difíceis de mensurar, mas é pouco plausível supor que ela terá resultados rápidos ou de baixo custo, considerando as dimensões demográficas, históricas e políticas do Irã. Os danos provavelmente não ficarão contidos a um país ou região, e eu não excluiria um cenário em que vários conflitos possam se interconectar.

Hugo Fanton: Qual o significado geopolítico e diplomático do assassinato do chefe de Estado do Irã, o Aiatolá Ali Khamenei?

CA: O assassinato de um chefe de Estado ou de governo constitui uma violação grave do direito internacional. Geopoliticamente, o deslocamento do conflito para o plano da eliminação de lideranças tende a ampliar a instabilidade. No plano diplomático, compromete as possibilidades de interlocução ao abalar a confiança entre as partes.

MS: O senhor descreveu a intervenção militar dos Estados Unidos na Venezuela como um evento “tragicamente surreal” e alertou para o risco de um mundo cada vez menos regido por regras e previsibilidade. Mais de um mês após o sequestro do presidente Nicolás Maduro, as instituições internacionais criadas no pós-guerra ainda não apresentaram uma resposta concreta ou coordenada.

Isso evidencia uma tensão fundamental entre os interesses estratégicos de cada país e os princípios do multilateralismo. O sequestro de um chefe de Estado de um país soberano representa um estado de exceção global, em

que a força substituiu definitivamente a diplomacia, ou ainda há alguma possibilidade de sobrevivência da velha ordem do pós-guerra?

CA: Este é o pior momento para o diálogo internacional desde que passei a ocupar posições de maior responsabilidade na vida pública—não falo do início da minha carreira diplomática, quando ainda não acompanhava esses processos de perto, mas do período em que estive diretamente envolvido na formulação da política externa. A situação que vivemos hoje não preserva sequer o rito da hipocrisia nos termos de La Rochefoucauld, que dizia que “a hipocrisia é o tributo que o vício paga à virtude”. Nem isso permanece: age-se simplesmente porque se tem força para agir. Considero o que aconteceu injustificável. É uma violação do direito internacional em seu sentido mais antigo, o do direito das gentes.

Os países sempre guerrearão entre si, mas mesmo em contextos de guerra não se agia dessa maneira. Dentro de uma lógica ainda reconhecível de confronto entre Estados, podia ocorrer, por exemplo, a morte de um monarca em combate. Mas o que foi feito agora é verdadeiramente surreal. Não estou defendendo Nicolás Maduro, nem afirmando que ele esteja certo. A questão aqui é outra. As imagens e a forma como tudo ocorreu lembram muito mais o que se viu no caso de Saddam Hussein do que qualquer episódio recente das relações internacionais.

A experiência política ensina que é possível buscar brechas, promover mudanças graduais, tentar influenciar os acontecimentos, mas não se pode ignorar a realidade. E a realidade, hoje, é esta. A questão, portanto, é como lidar com ela, e esse é um desafio para o qual ainda não temos uma resposta plenamente definida.

Você mencionou, com razão, a ausência de uma reação mais firme do sistema multilateral. Mas é preciso lembrar que o próprio sistema multilateral foi moldado ao final da Segunda Guerra Mundial em torno das grandes potências vencedoras e continua condicionado por essa estrutura. Cada uma delas atua até o limite de seus próprios interesses. Nenhuma está disposta, ao menos por

enquanto, a assumir o risco de um confronto direto com aquela que ainda é—e provavelmente continuará sendo por muito tempo—a maior potência militar do mundo. Isso torna o momento atual particularmente perigoso.

Quando falávamos em multipolaridade, imaginávamos uma ordem internacional mais flexível, talvez até o que poderíamos chamar de “multipolaridade aberta”. Mas o que vemos agora é uma transformação do conceito de multipolaridade, que vem sendo gradualmente confundido com uma lógica de áreas de influência. Grandes potências, como Rússia e China, condenaram verbalmente o que aconteceu com a Venezuela, mas nada de concreto foi feito. Não houve sequer a apresentação de uma resolução ao Conselho de Segurança que, ainda que pudesse ser derrotada, teria ao menos permitido explicitar posições políticas.

Vivemos em um mundo muito difícil, não há como esconder isso. Há duas décadas, eu dizia que vivíamos em um mundo de oportunidades. Hoje, vivemos em um mundo de dificuldades. Essas dificuldades se intensificaram significativamente diante da crueza que passou a marcar a política externa norte-americana recente, orientada de maneira explícita pela lógica do interesse e sustentada por uma filosofia implícita. Não preciso citar o que todos já citaram, Tucídides e por aí vai.

HF: Como o Brasil, que historicamente tem defendido soluções pacíficas para controvérsias e apostado no multilateralismo como instrumento central de sua política externa, pode ou deve agir num contexto como esse?

CA: Não há uma resposta simples. O Brasil deve continuar trabalhando pela multipolaridade. É por isso que sempre reagi com certa cautela ao conceito de “hemisfério”. Não por razões geográficas, que evidentemente existem, mas porque é curioso falar em “hemisfério ocidental” como categoria política quando não há equivalente real de “hemisfério oriental”. Não vejo nisso qualquer determinismo.

O Brasil deve manter boas relações com os Estados Unidos: isso é evidente e dispensa maiores explicações. Mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de cultivar relações sólidas com a China, a Rússia e outros países. Para poder fazer ponderações, é necessário preservar canais de diálogo com todos os lados.

Se ouvirmos certos discursos recentes sobre a Rússia, por exemplo, percebe-se que muitas vezes não havia sequer disposição inicial para o diálogo. Não estou dizendo que o Brasil tenha sido responsável por mudar essa postura, mas é importante que existam vozes capazes de insistir na necessidade de conversar. Fico satisfeito ao ver, por exemplo, iniciativas recentes de diálogo europeu—como a visita de autoridades francesas à Rússia—que apontam nessa direção.

Vivemos uma realidade com aspectos profundamente negativos, mas também um momento em que as tensões aparecem sem mediações. É um mundo, por assim dizer, em carne viva. Talvez nunca tenhamos experimentado uma situação internacional tão desnuda—e isso, ao mesmo tempo em que aumenta os riscos, também elimina as fantasias sobre o funcionamento real da política internacional. É um mundo sem ilusões.

Isso tem consequências diretas para o Brasil. Hoje, mesmo setores da sociedade que tradicionalmente não se interessavam por temas estratégicos ou de defesa passaram a refletir sobre essas questões. O país precisa desenvolver uma política de defesa séria, não para enfrentar grandes potências—jamais teremos capacidade de confrontar militarmente países como os Estados Unidos, a Rússia ou a China—, mas para dispor de uma capacidade real de dissuasão. É fundamental que qualquer ator externo saiba que uma eventual agressão implicaria custos e danos relevantes. Não é uma tarefa simples, como os acontecimentos na Venezuela demonstram. Ainda assim, é um esforço necessário.

Ao mesmo tempo, o Brasil deve continuar contribuindo para a construção de uma ordem internacional multipolar mais equilibrada, capaz de permitir relações externas baseadas na autonomia e não em alinhamentos ideológicos automáticos. Talvez seja esse o caminho: combinar capacidade dissuasória

com atuação diplomática em favor de um sistema internacional mais aberto e cooperativo. Agora, se me perguntarem se há garantias de sucesso, a resposta honesta é não. Não há certezas. Estamos lidando com um momento histórico profundamente incerto.

MS: O senhor é uma das principais vozes em defesa da cooperação regional na América Latina e, em particular, na América do Sul. Mas no momento em que as tensões internacionais crescem dia a dia e a região volta a ser alvo de pressões externas, a América Latina se encontra profundamente fragmentada. Considerando que a estratégia de defesa do Brasil é, há décadas, pensada em articulação com a cooperação regional—com iniciativas como o Conselho de Defesa Sul-Americano, por exemplo—, como essa fragmentação afeta o pensamento estratégico brasileiro hoje?

CA: Há muito tempo não vejo um momento tão pouco favorável para a América Latina como um todo, e especialmente para a América do Sul. Ainda assim, é preciso continuar trabalhando. Não existe uma impossibilidade prévia de dialogar ou cooperar com governos que pensam de maneira diferente.

Tivemos, por exemplo, uma relação de cooperação bastante sólida com o presidente colombiano Álvaro Uribe. Curiosamente, quando foi assinado o Tratado Constitutivo da UNASUL, o único chefe de Estado que não compareceu foi o do Uruguai, Tabaré Vázquez, que era politicamente próximo de nós; mesmo assim, enviou seu vice-presidente. Uribe, por sua vez, esteve presente e não houve maiores dificuldades. As divergências surgiram posteriormente, sobretudo em relação à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, porque a Colômbia tendia a misturar os conceitos de defesa externa e segurança interna, enquanto nossa visão era distinta. Apesar disso, tratava-se de uma divergência solucionável—e foi superada.

O Conselho acabou sendo criado e contribuiu, inclusive, para reduzir tensões em momentos delicados, como nas crises entre Colômbia e Equador e entre Colômbia e Venezuela. No marco mais amplo da UNASUL, também atuamos em situações de crise interna, como na Bolívia, sempre a pedido das próprias

autoridades locais, pois jamais interviríamos sem convite. Portanto, não há impossibilidade de diálogo com lideranças que tenham visões diferentes, desde que exista disposição para conversar. O que se torna mais difícil é sustentar processos de integração quando as visões de mundo divergem profundamente, não apenas em termos de política interna, mas também quanto a alianças internacionais e orientações estratégicas.

Ainda assim, não devemos interromper o esforço. Continuaremos fazendo o que for possível. Como se costuma dizer, a política é a arte do possível, mas não apenas de aceitar seus limites. Trata-se também de ampliar o espaço do possível, aproximando-o, tanto quanto se possa, do ideal, sabendo que esse ideal jamais será plenamente alcançado.

HF: O senhor considera que o projeto de integração latino-americana ou sul-americana continua sendo decisivo para a inserção internacional do Brasil? Qual é o papel estratégico da integração regional em um momento geopolítico em que as áreas de influência regionais parecem ganhar novamente centralidade, com os Estados Unidos, por exemplo, retomando referências à Doutrina Monroe?

CA: Isso é algo que o Brasil não pode aceitar. Tenho a percepção—ainda que possa estar enganado—de que os Estados Unidos tratam o Brasil com certo grau de cautela, em razão de sua dimensão territorial e populacional e de seu potencial econômico e energético. Precisamos ter plena consciência desse lugar. O Brasil não pode adotar uma política externa marcada, como se dizia no passado, por “vira-latismo”. Esse não é, nem será, o papel do país.

Acredito que, em relação aos países vizinhos, o Brasil deve sempre buscar manter boas relações. O próprio presidente demonstrou isso recentemente, por exemplo, em sua viagem ao Panamá: a disposição de dialogar independentemente de afinidades ideológicas. Evidentemente, há diferentes níveis de relacionamento. Uma coisa é a proximidade pessoal; outra é a convivência respeitosa entre Estados, baseada na cordialidade e no reconhecimento mútuo.

O Brasil deve procurar manter com seus vizinhos algo mais do que simples cordialidade. Quando essa disposição não existe do outro lado, porém, não cabe insistir indefinidamente; é preciso permitir que cada país encontre seu próprio caminho. Em geral, esse distanciamento também acaba sendo prejudicial para eles, já que o Brasil representa um mercado importante e um parceiro natural na região. Por isso, é fundamental ter paciência. A paciência é uma virtude indispensável na política internacional—e apenas lideranças com visão estratégica, como o presidente Lula, compreendem a importância de agir dessa forma.

Agora, vocês mencionaram Cuba, e eu não quero me omitir nesse ponto. O que está acontecendo ali é profundamente trágico. Não se trata simplesmente de pressionar ou substituir um governo. As sanções impostas não recaem apenas sobre um regime, mas sobre um povo.

Ao mesmo tempo, não é fácil saber como lidar com uma situação como essa. O próprio Brasil dispõe hoje de poucos instrumentos concretos para ajudar, porque o grau de interdependência do sistema financeiro internacional é tal que praticamente qualquer transação acaba passando por mecanismos sujeitos à jurisdição americana e, portanto, a sanções. A mesma coisa ocorre com o petróleo, com a Petrobras. Ficamos, assim, fortemente limitados. Ainda assim, considero que essa questão precisa ser objeto de reflexão internacional mais ampla, porque não diz respeito apenas a Cuba. O precedente criado pode ter consequências graves para toda a região.

Independentemente das simpatias ou discordâncias políticas que se possa ter, a trajetória histórica de Cuba é própria: houve uma revolução, os invasores foram expelidos. Pode-se discutir, e muitos discutem, os erros e limitações do sistema político que se consolidou a partir dali. Mas não é matando um povo de fome com sanções e isolamento que a situação política será alterada.

O G77 chegou a discutir a adoção de uma resolução sobre o tema, mas esse tipo de decisão depende de consenso entre os membros. Pelo que acompanhei, um ou dois países da própria América do Sul acabaram impedindo a formação

desse consenso. Isso é lamentável, porque a condenação de sanções unilaterais foi, historicamente, um dos pontos de convergência duradouros entre os países da região. Ver essa unidade se enfraquecer é realmente preocupante.

HF: Seria possível pensar na construção de um mecanismo regional de apoio emergencial, envolvendo o México, por exemplo, para enfrentar essa situação?

CA: Não sei dizer. O próprio México enfrenta desafios significativos. Temos grande admiração pela presidenta Cláudia Scheinbaum, mas cada país também precisa lidar com suas próprias prioridades internas e, quando a própria segurança está em jogo, é difícil assumir iniciativas dessa natureza.

De todo modo, lembro-me de ter dito certa vez a parlamentares americanos que, em certo sentido, os Estados Unidos já perderam a guerra que iniciaram contra Cuba há mais de sessenta anos. O regime não foi derrubado. Agora trata-se de destruir o povo, porque não há alternativa ali. A questão já não é simplesmente a substituição de um governo por outro, como ocorre em outros contextos políticos da região. No caso cubano, trata-se de uma realidade histórica muito específica, em que as alternativas percebidas são extremamente limitadas: ou a continuidade do sistema atual ou o retorno a uma situação anterior à revolução. Não vou usar todas as palavras que já ouvi para descrever o tempo do Batista, uma mistura de cassino com coisas piores.

HF: Nos primeiros governos Lula e no governo Dilma, o senhor formulou e frequentemente descreveu a política externa brasileira como “ativa e ativa”. Mais recentemente, surgiu o termo “não alinhamento ativo”. Há, entre essas duas formulações, uma mudança de princípio ou de orientação conceitual, ou são apenas concepções distintas para um mesmo posicionamento internacional? E quais seriam as implicações políticas dessas diferenças?

CA: Não creio que haja grandes mudanças conceituais entre uma formulação e outra. Talvez haja maior precisão em uma do que na outra. Mas devo dizer que a expressão “ativa e ativa” não nasceu de uma elaboração teórica profunda, mas de uma necessidade circunstancial. Em 2003, quando o presidente Lula

anunciava minha nomeação, havia outros ministros presentes, e eu sabia que não poderia fazer uma exposição longa, precisava dizer algo em quatro ou cinco minutos, no máximo. Procurei, então, sintetizar qual seria a orientação da política externa do novo governo. Tentei identificar a principal diferença que ela teria em relação à política externa conduzida no governo de Fernando Henrique Cardoso. Não se trata de uma mudança radical, ao menos no plano conceitual—na prática, isso pode ser discutido.

A diferença fundamental era que o Brasil não se subordinaria a agendas definidas externamente—a ALCA é um exemplo evidente—e, ao mesmo tempo, adotaria uma postura mais proativa na relação com outros países em desenvolvimento. Daí a ideia de uma política externa ao mesmo tempo ativa e ativa: ativa no sentido de preservar autonomia decisória, e ativa no sentido de ampliar iniciativas e parcerias internacionais.

Fui embaixador durante o governo Fernando Henrique Cardoso e não tenho qualquer queixa pessoal—pelo contrário, tenho admiração por ele. Frequentemente, porém, as instruções que recebia apontavam nessa direção: agir com cautela e evitar iniciativas que pudessem gerar atritos desnecessários com os Estados Unidos ou a União Europeia. Ainda que não formulada de maneira explícita, essa era, no fundo, a orientação predominante. A política externa que passamos a conduzir no governo Lula foi um pouco mais ativa nesse aspecto. E mais ativa, porque se a recomendação anterior era evitar o protagonismo, agora, seguiríamos uma política externa definida por nós mesmos o tanto quanto possível, sempre com realismo, naturalmente, porque todos sabem que existem assimetrias e influências internacionais, mas sem receio de tomar iniciativas próprias.

Já no primeiro ano e meio do governo Lula, fortalecemos o Mercosul, avançamos no acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina (que posteriormente daria origem à UNASUL), ampliamos significativamente a presença brasileira na África, com inúmeras visitas presidenciais, e realizamos a Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA).

Era, portanto, uma política externa ativa, com protagonismo, que não temia se envolver em temas considerados sensíveis. Havia, por exemplo, a grave crise venezuelana, marcada inclusive pela tentativa de golpe em 2002—que, é justo reconhecer, também havia sido condenada pelo governo Fernando Henrique—, mas em relação à qual o Brasil passou a exercer um papel mais direto de mediação e apoio à estabilidade regional.

A expressão “não alinhamento ativo” foi formulada pelo chileno Carlos Ominami. Participei, inclusive, da primeira reunião que ele organizou sobre o tema. Na ocasião, comentei que ficava muito satisfeito com a escolha do termo, porque ele acabava reunindo duas tradições da política externa brasileira: no passado, tivemos uma política de não alinhamento automático e, mais tarde, formulamos a ideia de uma diplomacia ativa e ativa. De certo modo, o conceito de não alinhamento ativo combina esses dois elementos.

Ainda assim, não se trata de uma doutrina rígida. Muitas vezes se afirma que o Brasil é um país ocidental—e, sob certos aspectos, talvez seja—, mas o Brasil também é um país do Sul. Em última instância, nossa orientação deve ser guiada pelos interesses nacionais em cada circunstância concreta. Em algumas questões, votaremos ao lado dos Estados Unidos; em outras, poderemos convergir com a China. Essa é, precisamente, a lógica do não alinhamento ativo.

HF: Numa conjuntura tão contenciosa como a atual, o senhor acredita que ainda há espaço para uma política de não alinhamento ativo?

CA: O tempo dirá. O Brasil continua seguindo esse caminho. Em 2024, no contexto da guerra na Ucrânia, quando ninguém falava em diálogo, articulamos com a China um documento conjunto propondo a abertura de um espaço internacional para diálogo político e a rejeição de uma escalada militar. Hoje, vemos até países europeus reconhecerem que qualquer solução duradoura precisa levar em conta realidades geopolíticas básicas, como o fato de que a Rússia continuará sendo parte da Europa. Esse reconhecimento demorou a surgir. Naquele momento, Brasil e China buscaram justamente

estimular essa reflexão. Diria, inclusive, que a iniciativa partiu em grande medida do Brasil, que era mais frequentemente solicitado a desempenhar esse papel de interlocução, embora tenhamos encontrado na China grande receptividade intelectual e política.

A partir desse entendimento, contribuímos para a criação de um Grupo de Amigos da Paz nas Nações Unidas, voltado à promoção do diálogo. Portanto, creio que ainda há espaço para esse tipo de atuação. Evidentemente, o contexto mudou. Essa iniciativa ocorreu antes do retorno de Donald Trump, cujo governo tem dado pouca atenção a esse tipo de esforço multilateral. O mundo, porém, está passando por transformações profundas, possivelmente comparáveis apenas às mudanças ocorridas no rescaldo das guerras mundiais.

Pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, o sistema internacional começa a sentir os efeitos de uma realidade em que os Estados Unidos já não exercem a mesma posição incontestável de potência dominante. Trata-se, sem atribuir qualquer juízo de valor ao termo, de um momento verdadeiramente revolucionário, cuja direção final ainda é incerta.

Nesse cenário, o Brasil procura manter sua linha de atuação. O fortalecimento do BRICS, cuja origem remonta ao primeiro governo Lula, é parte dessa estratégia. O banco do BRICS permanece ativo, e seguimos buscando mecanismos de cooperação que ampliem as possibilidades de ação em um mundo cada vez mais complexo—muito distinto daquele que encontrei quando fui ministro das Relações exteriores.

MS: Em que medida a formulação de uma política externa “ativa e ativa” também representou uma redefinição da forma como o Brasil buscava se posicionar diante de Washington?

CA: Em 2002, por exemplo, o Brasil tomou a iniciativa de criar o chamado Grupo de Países Amigos da Venezuela. Foi uma proposta do presidente Lula que permitiu reunir, de um lado, países que mantinham maior simpatia pelo governo venezuelano e, de outro, atores importantes como os próprios

Estados Unidos. O objetivo era justamente criar um espaço de mediação capaz de preservar o diálogo em meio à grave crise política que o país atravessava.

A pessoa com quem eu mais conversava sobre esse tema era o então secretário de Estado norte-americano, Colin Powell. Eu estava muito preocupado com a necessidade de manter o diálogo político na Venezuela, sobretudo porque o referendo revogatório começava a se delinear como uma possível saída institucional para a crise. Havia também a questão da presença de observadores internacionais—naquele período, a OEA ainda desfrutava de um grau de credibilidade maior do que viria a ter no período de Luis Almagro. Queríamos assegurar legitimidade internacional ao processo.

Em meio àquela grande tensão, tentei convencer o presidente Chávez da importância dessas garantias. Ao mesmo tempo, soube que Roger Noriega, um assessor norte-americano, faria declarações no Senado dos Estados Unidos que poderiam agravar ainda mais a situação. Por coincidência, eu estava em Nova York e telefonei diretamente para Colin Powell, pedindo que verificasse o teor da intervenção, porque Chávez era extremamente sensível a qualquer sinal externo que pudesse ser interpretado como ingerência.

Num primeiro momento, Powell não compreendeu bem o pedido e respondeu que não tinha controle sobre os senadores americanos. Expliquei então que não me referia aos senadores, mas ao representante do próprio governo que faria o depoimento. O que aconteceu em seguida foi algo bastante incomum na prática diplomática. Powell encaminhou previamente o texto da intervenção que seria apresentada ao Congresso para que pudéssemos examiná-lo. Em muitos anos de diplomacia, raramente se vê um gesto desse tipo, sobretudo na relação entre países de peso tão distinto. Isso demonstra o nível de diálogo e cooperação que existia naquele momento.

Poderia citar vários outros exemplos. Ainda sob o governo Bush, o Brasil foi convidado a participar da Conferência de Anápolis, apesar das críticas internas de que estaríamos mantendo uma interlocução excessiva com os países árabes. Estive cinco vezes na Palestina, mas também visitei Israel em

diversas ocasiões, e o presidente Lula foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a realizar uma visita oficial a Israel.

Na Conferência de Anápolis, realizada em 2007, o Brasil foi convidado, ao lado da Índia e da África do Sul—salvo engano, os únicos países em desenvolvimento não predominantemente muçulmanos presentes—, o que refletia o reconhecimento internacional do papel equilibrado que o país buscava desempenhar no diálogo entre diferentes regiões e atores. Já durante o governo Barack Obama, vou me limitar aos dois anos em que atuei como chanceler, porque posteriormente assumi o Ministério da Defesa. Mantivemos uma relação normal; surgiu, é verdade, o grave episódio da espionagem, mas, no plano pessoal, não tive com Obama o mesmo grau de proximidade.

O principal episódio daquele período foi nossa cooperação em temas como o Haiti, ainda que limitada, e sobretudo a questão iraniana. Curiosamente, ao observar os acontecimentos atuais, tenho a impressão de que a história, de certa forma, se repete—ainda que hoje em circunstâncias mais graves. Naquele momento, o próprio governo americano solicitou que o Brasil intercedesse junto ao Irã. Nós o fizemos. O processo levou vários meses, como é natural em negociações dessa natureza, mas ao final alcançamos exatamente os termos que haviam sido previamente indicados pelos Estados Unidos como aceitáveis. Ainda assim, posteriormente, os Estados Unidos recuaram e optaram por levar a questão à votação no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Foi um momento difícil. Mesmo assim, o episódio não comprometeu a relação bilateral. Poucos meses depois, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, mantivemos contatos absolutamente normais: estavam presentes Bill Clinton e Hillary Clinton, que inclusive me convidaram para encontros naquele contexto. Isso demonstra que, apesar das divergências pontuais, o diálogo bilateral permaneceu aberto e funcional.

MS: Esse é o retrato de décadas de protagonismo na política externa brasileira. O senhor foi ministro das Relações Exteriores no Brasil durante os governos de Itamar Franco e Lula da Silva 1 e 2, ministro da Defesa durante o governo

de Dilma Rousseff e agora é Chefe da Assessoria Especial da Presidência no terceiro mandato de Lula. Ou seja, esteve diretamente envolvido na formulação da política externa brasileira enquanto Bill Clinton, George W. Bush, Barack Obama, Joe Biden e Donald Trump presidiram os Estados Unidos. Quais foram as principais mudanças na relação bilateral entre os países nas últimas três décadas?

CA: A maior mudança que vejo desde que fui ministro das Relações Exteriores pela primeira vez, no governo de Itamar Franco no Brasil e de Bill Clinton nos Estados Unidos, é do ponto de vista comercial. Na década de 1990, os Estados Unidos eram o maior parceiro comercial do Brasil e respondiam por cerca de 25% das nossas exportações. Hoje, essa participação caiu para cerca de 12%. Isso representa uma grande mudança.

Os EUA continuam sendo, evidentemente, um parceiro comercial muito importante—ainda são o segundo maior país individualmente considerado. Houve um momento em que a Argentina chegou a se aproximar dessa posição. Mas, hoje, a distância do segundo colocado em relação à China é muito grande, o que naturalmente produz uma percepção diferente da relação bilateral. Ainda assim, os Estados Unidos mantêm uma enorme influência cultural. Todos ficam felizes quando um filme brasileiro é premiado em Cannes, mas a verdadeira comoção nacional ocorre quando ganha o Oscar. Isso revela a persistência de uma hegemonia cultural norte-americana extremamente forte.

Politicamente, houve alguma oscilação. Em termos estritamente conceituais, considerando os governos nos quais servi, houve em geral maior afinidade com administrações democratas nos EUA. Na prática, contudo, mantivemos uma relação muito positiva com o presidente Bush e, apesar dos desafios, buscamos preservar uma relação pragmática com o presidente Trump.

MS: Qual o papel do BRICS nesse contexto? Que balanço o senhor faz da atuação recente do grupo e quais são, hoje, as possibilidades reais de cooperação entre seus membros, inclusive como bloco, para apoiar determinadas agendas internacionais?

CA: A existência do BRICS é extremamente importante. Como qualquer mecanismo internacional, o grupo tem imperfeições—sempre haverá debates sobre quais países deveriam ou não ter sido incluídos, ou sobre o ritmo e a forma de sua ampliação. Essas são questões naturais e variáveis. De todo modo, creio que a decisão de expandir o BRICS foi correta em princípio.

Há países relevantes—como a Indonésia, entre outros—cuja participação reforça a representatividade do grupo. Evidentemente, quanto maior o número de membros, maior a diversidade de interesses e, conseqüentemente, mais complexa se torna a tomada de decisões. De certo modo, ampliar a representatividade tende a reduzir a eficácia operacional imediata. Ainda assim, avalio que o balanço é positivo. O simples fato de o grupo existir, reunir-se regularmente e manter canais permanentes de diálogo já constitui um elemento de peso no cenário internacional. Mesmo quando há posições cautelosas ou ausências pontuais, permanece a percepção de que se trata de uma articulação política real, capaz de atuar quando necessário.

Essa avaliação, aliás, não é apenas nossa. Analistas e pensadores políticos nos Estados Unidos, na Europa e em outras regiões reconhecem que o BRICS se consolidou como um polo relevante de coordenação.

MS: A busca por mecanismos alternativos ao dólar tornou-se uma questão de segurança econômica e política para os países do Sul global? Qual o papel do BRICS nisso?

CA: A questão da desdolarização pode estar relacionada ao BRICS, mas não se limita a ele. Não sou economista, mas, pelo que acompanho, trata-se de um processo que já vem ocorrendo gradualmente. Afinal, uma moeda internacional é, essencialmente, uma questão de confiança. Quando surge a percepção de que essa moeda pode ser utilizada como instrumento político, seja para fins próprios, seja para restringir transações entre terceiros, os países naturalmente começam a buscar alternativas.

Isso não significa que veremos, de um dia para o outro, o fim da centralidade do dólar. Não creio em mudanças abruptas dessa natureza. No entanto, já se observa a China promovendo o renminbi como moeda de reserva internacional, algo que, em certa medida, começa a ocorrer. O euro também desempenhou parcialmente esse papel e, recentemente, voltou a ganhar espaço. Além disso, muitos países passaram a aumentar suas reservas em ouro, justamente como forma de diversificação diante de uma possível erosão da confiança nas moedas de referência tradicionais.

Portanto, trata-se de um fenômeno real, ainda que gradual. Uma desdolarização declarada ou repentina seria extremamente complexa, dada a densidade das relações financeiras e comerciais globais. O mais provável é um processo progressivo de diversificação.

Paradoxalmente, a própria erosão das regras internacionais contribui para esse movimento. Não é possível fragilizar seletivamente normas do sistema internacional e, ao mesmo tempo, esperar que a confiança nas instituições, inclusive monetárias, permaneça intacta. A forma como sanções e instrumentos financeiros vêm sendo utilizados tende inevitavelmente a afetar a percepção de segurança associada ao dólar.

Algo semelhante ocorre em outras áreas da política internacional. No conflito entre Rússia e Ucrânia, por exemplo, permanece o debate sobre as origens mais amplas da crise: o que causou a guerra foi a expansão da OTAN, o golpe de 2014 ou a deterioração progressiva do ambiente de segurança europeu? Isso demonstra como conflitos complexos raramente têm causas únicas e como, em última instância, torna-se necessário buscar uma paz possível, ainda que imperfeita. No plano econômico, a lógica é parecida.

No passado, muitos criticaram a decisão brasileira de não aderir à ALCA. Naquele momento, os Estados Unidos e a União Europeia concentravam parcelas semelhantes do nosso comércio exterior, cerca de um quarto cada. Caso a ALCA tivesse sido implementada, o grau de dependência brasileira em relação aos Estados Unidos poderia hoje ser muito maior. Isso significa

que medidas como aumentos tarifários ou restrições comerciais produzem impactos mais limitados do que produziram em um cenário de maior concentração.

Em outras palavras, a estratégia de diversificação, associada à ideia de multipolaridade, não é apenas uma formulação política abstrata. Ela constitui um elemento concreto de resiliência econômica e de autonomia estratégica para o Brasil.

HF: Nesse contexto, o BRICS pode ser entendido como um espaço de diversificação e de coordenação estratégica entre países que buscam uma ordem internacional mais equilibrada?

CA: O BRICS contribui, de fato, para o fortalecimento de uma ordem internacional mais multipolar. Quando comparamos fóruns como o G7 e o G20, isso fica claro. A diferença não está apenas na presença dos países do BRICS, evidentemente, mas no grau mais amplo de diversidade que o G20 incorpora. O próprio presidente Bush teve a percepção, especialmente no contexto da crise financeira internacional, de que seria necessário ampliar o espaço de coordenação global. O G20 surgiu justamente como uma instância mais representativa, capaz de reunir economias desenvolvidas e emergentes em torno de soluções comuns.

É claro que o G20 poderia evoluir. Seria desejável ampliar a representação africana, por exemplo. Um país como o Egito, por exemplo, certamente deveria estar presente. O mesmo vale para a Nigéria, o país mais populoso da África e uma das maiores nações de população negra do mundo. Independentemente das avaliações que se façam sobre seus governos ou níveis de estabilidade, sua presença contribuiria para tornar o fórum mais representativo.

Servi por muitos anos nas Nações Unidas e sempre defendi, como continuo defendendo, a reforma do Conselho de Segurança. No entanto, considero mais provável que essa transformação ocorra de fora para dentro, impulsionada

pela evolução de mecanismos multilaterais mais amplos, e não pela vontade isolada de um ator específico. É nesse contexto que o G20 se torna particularmente relevante e, dentro dele, os países do BRICS desempenham um papel importante ao ampliar a pluralidade das discussões e contribuir para uma governança internacional mais equilibrada.

HF: Na última reunião do Fórum Econômico Mundial, o presidente Donald Trump voltou a defender uma reorganização da governança global sob liderança norte-americana e orientada pelo princípio da força. O contraponto de Mark Carney repercutiu mundo afora, ao argumentar que a velha ordem internacional chegou ao fim e o momento atual impõe novos dilemas às chamadas “potências médias”. Quais seriam hoje as opções estratégicas para as potências médias?

CA: Potências médias são aquelas que não têm bomba atômica...

O Brasil estabeleceu em sua própria Constituição que toda atividade nuclear deve se destinar exclusivamente a fins pacíficos. Portanto, a posse de armas nucleares não faz parte—nem acredito que deva fazer—do nosso projeto nacional. Isso não significa, contudo, renunciar à capacidade de defesa. O Brasil precisa desenvolver meios de dissuasão que tornem mais difícil a repetição de episódios como o que vimos na Venezuela ou como o que está acontecendo em Cuba, independentemente da origem da ameaça.

Não se trata de apontar um país específico, mas de reconhecer que a segurança internacional continua sendo regida, em última instância, pela percepção de custos e riscos. A ideia de um mundo unipolar, que durante certo período pareceu predominante, já não corresponde mais à realidade. Mesmo os Estados Unidos sabem disso. Entre o conceito e a realidade há sempre distância, mas, do ponto de vista estrutural, caminhamos para uma ordem mais multipolar. O grande risco é que essa multipolaridade venha a se confundir com uma lógica de áreas de influência. Isso é algo que o Brasil não pode aceitar. Um país com relações econômicas diversificadas—cerca de 35%

do comércio com a China e pouco mais de 12% com os Estados Unidos—não pode ser enquadrado dentro de uma esfera exclusiva de influência.

É também por essa razão que evito utilizar categorias como “hemisfério” em sentido político. O Brasil não pode ser reduzido a uma identidade geopolítica única. Somos parte do Sul global, embora profundamente marcados por múltiplas influências culturais—europeias, africanas, indígenas, árabes, entre outras. A política externa brasileira precisa refletir essa pluralidade e preservar autonomia de julgamento, evitando reproduzir visões importadas que não correspondem plenamente à nossa realidade histórica e social.

MS: Quando o senhor foi ministro da Defesa, afirmou diversas vezes que há um vínculo indissociável entre a estratégia nacional de defesa e a estratégia nacional de desenvolvimento. No fim do ano passado, defendeu a elevação dos investimentos em defesa para cerca de 2% do PIB. Poderia explicar o que essa proposta significaria em termos militares, econômicos e políticos para o Brasil?

CA: Essa é uma posição que já defendia quando fui ministro da Defesa—ainda que não se tratasse, naquele momento, de uma política formal de governo, pois dependeria de decisões institucionais mais amplas. Diante da conjuntura internacional atual, me parece natural que o Brasil amplie seus investimentos em defesa. Mas é importante deixar claro: esse aumento deve ser orientado sobretudo para investimento e para a manutenção das capacidades adquiridas, e não simplesmente para a expansão de despesas correntes—hoje, uma parcela muito elevada do orçamento de defesa brasileiro é destinada a folhas de pagamento e aposentadorias. Não cabe a mim definir tecnicamente quais programas específicos deveriam receber prioridade; essa é a responsabilidade do ministro da Defesa e dos comandos militares. O que posso dizer é que o Brasil apresenta deficiências relevantes em diversas áreas tecnológicas e operacionais.

Quando mencionei pela primeira vez a meta de investimentos próximos a 2% do PIB, procurei apenas estabelecer um parâmetro razoável de comparação

internacional. À época, fiz uma média aproximada entre países do BRICS e outras economias relevantes. O Brasil não é um país envolvido em conflitos diretos nem enfrenta ameaças militares imediatas comparáveis às de regiões como o Oriente Médio ou o Indo-Pacífico. Por isso, 2% do PIB me parece um patamar equilibrado: suficiente para garantir capacidade de dissuasão. A lógica é essencialmente defensiva. O submarino de propulsão nuclear é um exemplo disso. Sua principal vantagem não é ofensiva, mas dissuasória: a capacidade de permanecer longos períodos submerso e não detectado, dificultando qualquer tentativa de projeção militar contra o território nacional ou suas áreas marítimas estratégicas.

O que ocorreu recentemente na Venezuela ainda não está totalmente claro para mim. Não sei exatamente onde se deram as falhas, mas é evidente que elas existiram. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que certas potências dispõem hoje de capacidades extremamente avançadas nas áreas de guerra eletrônica e cibernética, e é natural que outros grandes atores internacionais estejam desenvolvendo instrumentos semelhantes. A questão central passa a ser: como um país como o Brasil pode se defender nesse tipo de cenário?

O objetivo é evitar que o Brasil se torne um país estruturalmente vulnerável. E isso ganha ainda mais relevância quando consideramos nossos recursos estratégicos. Há dados de que o Brasil possui a segunda maior reserva mundial de terras raras e minerais críticos, insumos essenciais para tecnologias avançadas, transição energética e sistemas de defesa modernos. Naturalmente, esse patrimônio desperta interesse internacional. Não se trata de teorias ou de imaginação geopolítica: recursos estratégicos sempre atraíram atenção externa ao longo da história. Por isso, o Brasil precisa, em primeiro lugar, desenvolver uma política nacional clara para minerais críticos, algo que já começa a ser discutido no âmbito do governo, mas também precisa dispor de meios adequados para proteger esses ativos.

Em um eventual cenário de tensão internacional entre terceiros, no qual o acesso a minerais estratégicos brasileiros se torne relevante, o país deve ser capaz de defender seus interesses e sua soberania. Esse é apenas um

exemplo, mas ilustra um ponto mais amplo: defesa nacional, desenvolvimento tecnológico e segurança econômica passaram a ser dimensões inseparáveis.

HF: Para finalizar, qual é a sua avaliação da proposta do Conselho da Paz promovida pelo presidente Trump?

CA: Prefiro me ater às posições já expressas pelo presidente da República, que destacou dois pontos centrais, sem entrar em detalhes operacionais. Em primeiro lugar, não parece adequado conceber um chamado Conselho da Paz com pretensão de reformar ou substituir mecanismos das Nações Unidas por meio de uma iniciativa unilateral, não discutida previamente com a comunidade internacional. Uma eventual iniciativa dessa natureza deveria, no máximo, ter um escopo claramente delimitado—por exemplo, restrito à situação em Gaza e ao conflito israelo-palestino—e não assumir a forma de uma reconfiguração mais ampla da governança internacional. Em segundo lugar, mesmo que limitada a esse contexto específico, qualquer iniciativa voltada à paz precisaria contar com a participação efetiva de representantes políticos legítimos do povo palestino. Não basta recorrer apenas a especialistas ou técnicos; é indispensável assegurar presença e autoridade política palestina no processo, condição essencial para que qualquer arranjo tenha legitimidade e possibilidade real de produzir resultados duradouros.